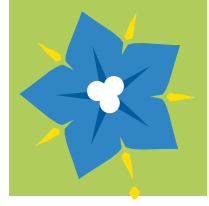


SEIA

Duas Décadas
de Jornadas
Históricas



Jaime Ricardo Gouveia



seia

SEIA

Duas Décadas
de Jornadas
Históricas

Jaime Ricardo Gouveia

Ficha Técnica

Edição:

Município de Seia

Título:

SEIA

Duas Décadas de Jornadas Históricas

Autor:

Jaime Ricardo Gouveia

Concepção gráfica:

Município de Seia

Design e produção gráfica:

Bizzorbis

Tiragem:

500 exemplares

ISBN:

978-989-20-7930-1

Depósito Legal:

432865/17

Novembro, 2017

Todos os Direitos Reservados.

A reprodução total ou parcial do conteúdo deste livro carece de aprovação prévia e expressa dos autores ou seus representantes legais e do Município de Seia.

Nota do Presidente

Poucos acreditavam que fosse possível realizar em Seia, uma cidade de média dimensão no interior do País, ao longo de 20 anos e de forma ininterrupta, um evento como o das Jornadas Históricas (JH).

Contudo, a verdade é que, com muita persistência e determinação, edição após edição, as jornadas foram-se consolidando no calendário anual de atividades promovidas pelo Município, pela sua qualidade, permanente inovação e diferenciação, contribuindo para a atração de novos e diferentes públicos.

Neste caso, criou um público próprio, enriqueceu a oferta cultural do concelho de Seia, tornando-a mais ampla e diversificada.

Indiscutivelmente reafirmou a dimensão de Seia, enquanto importante pólo de conhecimento e espaço de reflexão e debate permanente, que vem potenciando a troca de saberes e experiências, da área social ao emprego e ao nível científico, que importa continuar a reforçar, pois acreditamos que esse "cluster de conhecimento" é capaz de atrair mais investimento, novas áreas de negócio e conseqüentemente, mais pessoas.

O conhecimento é, reconhecidamente, uma alavanca de transformação do nosso modelo de desenvolvimento económico, a partir do qual se geram produtos e serviços inovadores, capazes de criar riqueza e de fomentar o emprego.

Sempre foi para nós muito claro que o Concelho, por via destas jornadas e de outras tantas iniciativas que anualmente levamos por diante, não deve perder a capacidade de gerar conhecimento, numa dinâmica permanente e contínua de aprendizagem, obtendo maior escala, sinergias e massa crítica.

Como repetidamente vamos ouvindo, mas também constatando, o mundo mudou e as pessoas mudaram, por ação ou reação. A simples constatação da velocidade em que ocorrem transformações nas nossas vidas mostra-nos que estamos diante de uma rejuvenescida sociedade, uma outra realidade que nos envolve e nos desafia a novas propostas.

A interioridade é ainda uma identidade que vem sendo reforçada pelas exigências existentes, e cada vez mais opressivas, na profissão docente. Oportunidades como esta são, por isso, a possibilidade de romper as barreiras da distância dos centros de produção académica e cultural. E o sucesso desta iniciativa da Câmara Municipal de Seia, ao longo de tantos anos, é disso a prova.

Duas décadas de realização em que o evento teve a capacidade de se reinventar e inovar, a cada edição realizada, com resultados muito positivos ao nível da projeção e notoriedade do Concelho, com especial incidência na economia local, que sustentam muito bem a contínua aposta nestas jornadas, que dentro da diversidade de valências que o Município oferece a quem nele vive, trabalha ou visita, tornar-se-iam numa obra imaterial de grande orgulho.

Como diz Camilo tudo termina a partir da terceira vez mas, estas jornadas, completaram vinte edições, com temas atuais e que ainda hoje estão na ordem do dia.

Com particular satisfação procedemos ao encerramento deste projeto com a edição deste livro, permitindo assim o acesso à história de duas décadas de JH.

Palavras de agradecimento pela concretização deste projeto são devidas ao Sr. Prof. Doutor Fernando Catroga, mentor e coordenador científico das JH; a todos os conferencistas que nos presentearam com as suas intervenções de reconhecido valor científico e académico do ensino superior; ao Centro de Formação Oeste (CFAE), na pessoa do Dr. Nicolau Borges; ao Centro de História da Sociedade e da Cultura, ao autor deste livro, o Prof. Doutor Jaime Gouveia que tornou possível o impossível, a compilação histórica de 20 anos; a todos os trabalhadores do Município que contribuíram, anualmente, para a produção deste evento e a todos os participantes destas JH que com a sua presença (alguns fiéis desde a primeira edição), fizeram, todos, com que as Jornadas se constituíssem como um espaço de partilha de conhecimento, de reflexão, de debate, de cultura e também de convívio.

A elevada participação registada anualmente neste evento é sinónimo da sua qualidade e motivo de enorme orgulho e satisfação da Câmara Municipal, que nos dão força para continuar.

Quero deixar um agradecimento renovado a todos os oradores que ao longo dos anos nos honraram com a sua presença, pela sua reconhecida qualidade, conhecimento, competência, mérito científico e académico, bem como aos técnicos do Município, particularmente à nossa Divisão Sócio-cultural, através do Arquivo Municipal na pessoa da Dra. Filomena Correia de Carvalho.

Partilho com todos vós esse êxito, sem o qual não teria sido possível manter os padrões de qualidade do evento e alcançar esta longevidade que deve ser digna de registo.

Um bom exemplo de que é possível, com muito pouco dinheiro, não só fazer eventos de qualidade, com retorno no imediato, por via do conhecimento, reflexão e debate que deles se retiram, mas também, e simultaneamente, promover a cidade, o concelho e a região.

Presidente da Câmara de Seia

Carlos Filipe Camelo Miranda de Figueiredo



Prefácio

É comum definir-se o interior rural do país pelo seu isolamento relativamente aos centros de decisão bem como pela ausência de desenvolvimento face ao litoral urbano, traduzidos, entre outros indicadores, na “desertificação cultural”, na falta de políticas culturais públicas ou na sua instrumentalização política subordinadas a visões estreitas e “paroquiais”.

O livro *Seia. Duas décadas de Jornadas Históricas*, do historiador Jaime Ricardo Gouveia, que reconstitui o forte investimento do município senense, de uma forma continuada e sustentada ao longo de duas décadas, na extensão cultural e na produção e divulgação científicas, desmente por completo esse preconceito tão generalizado.

A autarquia em apreço constitui, pelo contrário, um caso singular de voluntarismo municipal e um exemplo bem-sucedido de intervenção criativa, ilustrando um modelo de desenvolvimento que permite reequacionar o papel das dinâmicas socioculturais autárquicas nas políticas de proximidade das respetivas regiões. É manifesto o reconhecimento atribuído à educação, à cultura e, muito em especial, à história, na construção de valores solidários, abertos à diferença e ao diálogo com outros tempos, outros lugares e pessoas, bem como o seu contributo para a definição de uma cidadania ativa e de um sentimento de pertença à coletividade. O estudo do passado, sabem os historiadores, desenvolve a consciência cívica da necessidade de integração e de intervenção na vida das comunidades, fundamento de uma política cultural democrática atenta ao quotidiano e às vivências concretas.

Foram estes os princípios norteadores que estiveram na base do lançamento das Jornadas Históricas de Seia, no ano de 1998, cuja primeira edição teve como tema *Os Descobrimentos Portugueses*. Não foi objetivo dos organizadores que a iniciativa se centrasse na história local, “praça pública” onde, conforme nos revela António de Oliveira, “todos os caminhos das autarquias de hoje vão dar”¹.

A sua prioridade visou o cruzamento de saberes, a interdisciplinaridade, as pluralizações do tempo e do espaço como forma de superar as visões de pequenas parcelas isoladas, apoiando-se num conjunto alargado de especialistas, de várias áreas das ciências humanas e sociais, tendo como denominador comum a prática docente e científica e o compromisso ético com o conhecimento. Em termos metodológicos, as sessões assumiram, desde o primeiro momento, um formato académico, pela via de sínteses explicativas apresentadas pelos oradores, sendo complementadas por exposições e outras atividades culturais.

Porém, o sucesso das Jornadas esteve muito vinculado à forma magistral como o seu principal coordenador científico ao longo dos anos, Fernando Catroga, o historiador contemporaneísta que cultivava a devoção ao ensino e à investigação, dirigiu os trabalhos e selecionou as temáticas a desenvolver. Os historiadores são homens e mulheres do seu tempo e sabem que as interrogações sobre o passado são suscitadas pelas preocupações do tempo presente. A escolha dos temas recaiu, sistematicamente, sobre matérias atuais, inovadoras, avançando-se com problemáticas pouco ou nada conhecidas, mas suficientemente mobilizadoras do interesse de um público alargado. Vanguardistas, no dizer de Jaime Gouveia, convertendo-se numa “espécie de laboratório de ideias *ante litteram*”. Com inteira razão... Por intermédio do coordenador científico estabeleceu-se uma espécie de vínculo informal entre o saber universitário e a Câmara Municipal de Seia, o qual se converteu na marca fundadora das Jornadas e na sua singular originalidade.

O livro agora publicado, elegantemente redigido numa escrita leve e luminosa, oferece uma panorâmica de conjunto de todas as Jornadas Históricas realizadas, desde 1998 a 2016. Tendo por base um

¹ António de Oliveira, “Conferência de abertura”, *Separata do Colóquio O Faial e a Periferia Açoreana nos Séculos XV a XIX*, Núcleo Cultural da Horta, 1995, p. 28.

meticuloso trabalho de levantamento das fontes disponíveis, com destaque para as gravações áudio das sessões realizadas, está estruturado em três grandes capítulos, precedidos por umas breves notas introdutórias. Remata-o uma conclusão sintética. Inclui, igualmente, um conjunto significativo de fotografias bem como quadros e gráficos concebidos como suportes materiais e explicativos do texto e que clarificam as palavras e as explicações do autor.

Com rigor e clareza, Jaime Ricardo Gouveia resgata a memória de cada uma das Jornadas, dos seus temas mobilizadores, dos seus oradores, das principais intervenções, dos diálogos travados com a assistência, assuntos que sabiamente entretece, aqui e ali, com pequenos pormenores de ambientes e situações.

Com sensibilidade destaca o que raramente é explicitado em obras desta natureza: o sentimento inalterável de amizade que perpassa pelas Jornadas e que Fernando Catroga deixa bem transparecer na entrevista publicada neste livro. Estar com os outros. A amizade favorece encontros, diálogos, convívios, seja nos auditórios, nos restaurantes ou nos hotéis de Seia. Foi precisamente dos elos tecidos pela estima e pelo afeto que brotaram algumas das grandes ideias-força que se vazaram nos núcleos temáticos das Jornadas. Jaime Gouveia captou de imediato a feição irredutível das emoções e a sua importância na elaboração do saber.

Cientificidade e amizade, razão e sentimento, a equação improvável constitui, afinal, o segredo do sucesso de vinte anos das Jornadas Históricas de Seia.

Irene Vaquinhas

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra / Centro de História
da Sociedade e da Cultura

Notas introdutórias

O livro que o leitor tem em mãos é o resultado da subida honra que o Município de Seia me deu ao desafiar-me a escrevê-lo. Contar a história das Jornadas Históricas sem fazer dessa narrativa lira encomiástica, foi o que se me propôs. Motivos ponderosos e, por isso, absolutamente atendíveis. Foi, portanto, com muito gosto, que aceitei o repto.

Fitando o operoso escol de preletores que compuseram os programas destas vinte Jornadas, percebe-se que, para narrar o produto dos seus labores, recaiu a escolha numa pena porventura de menos lustro. Porém, ainda que me não tivesse sido dito, logo percebi que a responsabilidade de entregar um trabalho desta natureza a alguém que, como eu, nunca esteve diretamente envolvido no evento, tinha implícita a vontade de que o trabalho daí resultante fosse fruto de um olhar externo e, portanto, mais isento e desapaixonado. Escolher um historiador para o fazer, que não é, reconheça-se, atitude comum à maior parte dos municípios portugueses, é opção que denota conhecimento acerca do que verdadeiramente significa o trabalho deste profissional.

Efetivamente, nós, os historiadores, não existimos para elaborar juízos moralistas e apolo-géticos, ou apontar o dedo contra os nossos ancestrais, muito menos para gerar opinião política usando o discurso historiográfico. Nós, os historiadores, existimos para compreender os processos históricos dentro de um tempo e lugar específicos, cujos protagonistas são sempre seres humanos de carne e osso, não simples coisas que podemos usar segundo as conveniências discursivas ou as conveniências políticas da moda. Sem gostos ou desgostos, ainda que os tenhamos, como toda a gente os tem, a nossa função como historiadores será compreender, ou fazer compreender, o passado, mesmo que de um passado recente se trate.

Assim, com o objetivo de cumprir cabalmente o que me foi requerido, procurei dotar este trabalho de um aspeto narrativo e outro interpretativo ou reflexivo. Procurou-se efetuar uma síntese do que foram e do que representaram no panorama científico nacional as Jornadas Históricas de Seia e, simultaneamente, executar um conspecto analítico dos principais temas e problemas aí tratados. Vivemos, hoje, o futuro destas Jornadas. Colhemos, agora, os frutos das sementes há duas décadas atrás lançadas numa das partículas, por arrotear, desta terra donai-rosa e de gente ilustre que sabe receber como ninguém. As sementes germinaram e a aproximação da cultura à ciência impregnou as Jornadas Históricas de Seia com traços característicos e diferenciais incontestados.

Para melhor os tornar entendíveis ao leitor, estruturei este livro em 3 capítulos. O primeiro encontra-se repartido em três subcapítulos. No primeiro enceto uma análise à natureza, forma, método e objetivos do objeto de estudo, as Jornadas. No segundo procuro examinar os temas e os problemas, os programas e os protagonistas. O facto de as 243 conferências proferidas não terem sido um panegírico acrítico dos temas escolhidos, justificou reconstituição mais detalhada, ainda que em jeito de sinopse, fazendo deste, o sub-capítulo mais prolixo. Não se pretendeu sobrecarregar o texto com notas de erudição porque o objetivo não foi legar ao leitor um leque exaustivo de bibliografia sobre as diversas matérias abordadas em cada uma das conferências, senão uma remissão para as publicações que resultaram dessas mesmas conferências, para obras da autoria dos conferencistas que estiveram na base da escrita dos textos lidos nas Jor-

nadas ou, ainda, estudos que estes redigiram cuja afinidade temática poderá interessar a quem pretender um aprofundamento dos temas por eles abordados. No terceiro subcapítulo apresento as exposições, os espectáculos e outras actividades científico-culturais que as Jornadas também promoveram.

O segundo capítulo também se encontra subdividido em três. Num primeiro momento empreendo um olhar crítico ao vanguardismo das temáticas. Numa segunda fase procuro refletir sobre a opção tomada pela organização das Jornadas em dotá-las de um cariz científico, aqui colhendo-se uma análise à importância da descentralização do conhecimento, quiçá mais importante do que outros modelos de descentralização há muito desejados pelas populações das Beiras. No terceiro capítulo procuro problematizar as Jornadas como evento cultural e simultaneamente como reunião científica de impacto, com um foco mais intenso na acreditação do evento como acção de formação contínua com efeitos de contagem para progressão na carreira docente, feita pelo Conselho Científico Pedagógico de Formação Contínua.

Um derradeiro capítulo apresenta a entrevista feita ao senhor Professor Doutor Fernando Catroga, pretendendo-se aqui captar a sua visão acerca do que foram, do que representaram e a que se destinaram as Jornadas Históricas de Seia de que foi coordenador científico.

Dito isto, resta formular o voto de que a leitura destas páginas se transforme em fruição e enriquecimento intelectual com a mesma intensidade que teve, para mim, o prazer de as redigir.

1. Duas décadas

Vinte jornadas



1.1 – A definição de uma matriz: natureza, forma, método e objetivos

Da vontade e do dinamismo da senhora responsável do Arquivo Municipal de Seia, Dr.^a Filomena Carvalho, nasceram as Jornadas Históricas de Seia. Do conjunto de pessoas que chamou a si, ora para sancionar o projeto e lhe dar enquadramento económico e institucional, referindo-me concretamente aos executivos camarários que governaram a autarquia desde o ano de 1998 até à atualidade, ora para a acolitar nas tarefas de programação e execução, como aconteceu sobretudo com o Professor Doutor Fernando Catroga, impôs-se uma matriz que assentou na generalidade das características que as acções desta natureza comportam, mas criando as suas idiossincrasias.

Importa, neste âmbito, salientar algo referido ao longo das Jornadas, diversas vezes e por várias pessoas, e que se prende com o facto de a Dr.^a Filomena Carvalho, “parte mais visível da Câmara nas Jornadas”, como declarou o presidente da autarquia no encerramento da terceira edição das ditas, se encontrar amiúde atarefada e preocupada com a boa prossecução dos trabalhos, mas ao mesmo tempo feliz, por ver coroado de êxito o fruto de muitas horas de trabalho. Esse esforço foi precisamente despendido no ajustamento de uma pormenorizada programação à matriz que se pretendeu dar, e deu, às Jornadas, desde a sua primeira edição. Direi, neste contexto, que a constância, uniformização e padronização da sua qualidade, derivadas da replicação do ajustamento da natureza, da forma e do método aos objetivos traçados, foram incontestadas evidências.

Pretendeu-se, antes de tudo, uma reunião de cariz científico. Em boa verdade, esse carácter deteta-se logo nas primeiras Jornadas. Tendo na retina a realização, nesse ano, do grande evento nacional, em Lisboa, sobre os Descobrimentos Portugueses, pensou-se numa ação que pudesse, com ele, estabelecer afinidade temática. Se foi bem pensado, melhor foi executado. As primeiras Jornadas apresentaram oito excelentes conferencistas, com uma predominância de docentes da Universidade de Coimbra que se iria manter em edições posteriores, tendo atingido e inclusive excedido os objetivos propostos. Longe estariam todos de imaginar que este primeiro encontro, vivificado e renovado nos seus temas seria o primeiro de muitos e cada vez melhores.

Ainda que alvo de progressiva aprimoração, nas edições iniciais das Jornadas vislumbrava-se já uma *natureza* científica e uma *forma* académica, patentes na escolha criteriosa de temas e problemas, bem como de especialistas capazes de abordar os assuntos de forma científica e pedagógica. Também se topava o método que, desde então, iria norteá-las, e que consistia na apresentação de sínteses expositivas, seguidas de debate no final de cada painel e complementadas com exposições, espetáculos e outras ações científico culturais de que se falará em sub-capítulo próprio. Intercalar as sessões de trabalho com momentos de animação cultural e confraternização entre todos os participantes objetivou proporcionar espaços e tempos de decompressão, no sentido de não sobrecarregar os participantes, permitindo-lhes, no hiato que separava as sessões, refletir e interiorizar a informação recebida.

Do método adotado passou também a fazer parte o anúncio, surgido no último dia das Jornadas em curso, do tema das subsequentes, procurando aguçar nos presentes o sentido da curiosidade e pré-convocando-os a reflexões e debates futuros. Tratou-se de uma acção ininterrupta ao longo de duas décadas, que obrigou o elenco organizativo a um trabalho de projeção das Jornadas seguintes no decurso das anteriores. Um exercício responsabilizador, é de reconhecer,

pois a escolha do tema dever-se-ia firmar em questões e problemas pertinentes e instigantes, suscitadores da empatia e interesse dos formandos e do público em geral. A ajuizar pelo elevado número de participantes, o critério e o modelo de escolha tiveram sucesso.

No geral, as temáticas foram bem recebidas como no-lo mostra a evolução gradativa do número de participantes. A sua escolha tanto procurou rever velhas questões à luz de novos problemas, como tratar assuntos ainda não aflorados ou, ainda, esporadicamente abordar matérias em voga, quer dizer, afinadas com o advento de algumas efemérides. Porém, não se pretendeu enveredar numa tómbola comemoracionista. As Jornadas tiveram a sua própria agenda. A essa luz, por exemplo, no ano de 2010, época do centenário da República, as Jornadas discutiram o ideal republicano e a luta pela cidadania numa perspetiva puramente reflexiva e sem qualquer espécie de culto nostálgico e regressivo típico das comemorações, e onde o passado não foi oferecido como arquétipo ao presente e ao futuro.

Quanto aos objetivos, eles orientaram-se inequivocamente para proporcionar um espaço de ampla reflexão e apurado debate, o que efetivamente aconteceu. A exiguidade do tempo, resultante por vezes de uma grande concentração de conferências, não impediu a existência de momentos para a discussão. Sempre interventiva, a assistência envolveu-se no espírito das jornadas, prolongando-as, por vezes, para lá dos horários estipulados, com interpelações que permitiram aos palestrantes desenvolver aspetos que a sempre exígua (e muitas vezes transgredida) ampulheta dos eventos desta natureza não lhes permitira expor durante o período deputado para as respetivas intervenções. Em regra, a cada painel sucedeu-se um tempo para o esclarecimento de dúvidas e intercâmbio de ideias, aproveitado de forma sublime, como testemunham as gravações levadas a cabo pela organização do evento.

Contudo, também importa referir, nem sempre as perguntas saídas dos interlocutores se alinhavam com as matérias tratadas. Exemplificar-se-á com um ou outro episódios que despoletaram a risibilidade da assistência e dos interrelados, momentos de graça e descontração que também fazem parte da história das Jornadas. Refiro-me a ocasiões como a que, por exemplo, ocorreu na terceira edição das Jornadas, centradas no interessante tema da *Morte e a Festa*, no debate do primeiro painel. Depois de ter pedido para intervir, e lhe ter sido concedida a palavra, uma formanda fez cinco questões, quatro dirigidas aos palestrantes e uma derradeira direcionada para o moderador.

À Sr.^a Professora Doutora Maria José Azevedo Santos, que falara sobre um obituário medieval, perguntou se poderia haver nos museus uma tradução das inscrições dos objetos romanos, destinada a pessoas que, como ela, as não sabiam decifrar; à Dr.^a Lúcia Moura, que discorrera sobre os testamentos como preparação para a morte na época moderna, questionou-a sobre os motivos que levaram Amália Rodrigues a deixar alguns bens a uma fundação; ao “Sr. Maçon, desculpe cognominá-lo assim”, disse com gargalhadas, referindo-se ao Dr. António Arnaut, que refletira sobre o tema *Vencer a Morte*, inquiriu-o sobre o que entendia sobre a eutanásia e se Bocage e Antero de Quental seriam maçons quando em novos diziam que não acreditavam em Deus; ao reitor de Seia, moderador, que nenhuma intervenção fizera a não ser moderar a mesa, perguntou-lhe se podia estabelecer uma relação a misericórdia divina e a parábola do filho pródigo.

A *bota, que não batia com a perdigota*, foi descalçada com destreza pelos interrogados, desviando a natureza enviesada das perguntas para o verdadeiro sentido dos temas explanados, aproveitando a oportunidade para os esmiuçar. Um caso curioso, mas episódico, como se

poderá provar pelos relatórios críticos redigidos pelos participantes, que bem ilucidam quanto à elevação geral dos debates e à apropriação e respetiva adaptação pedagógica, por parte dos formandos, dos conteúdos transmitidos, ensinando-os a questionar.

No fundo, mais do que arrogar certezas, das Jornadas avultaram interrogações, de onde formigaram dúvidas e perplexidades, feitas rastilho de novas indagações. Procurava-se, sobre essa base, legar pistas de *leitura* capazes de suscitar pensamentos em movimento, elípticos e policêntricos, à procura de encontrar nos espaços de silêncio o encontro dialógico com o(s) outro(s), na concórdia discordante com que se tece a riqueza do intelecto.

1.2 – Os temas e os problemas, os programas e os protagonistas

Ficou claro no sub-capítulo anterior que os temas escolhidos tinham subsumido um caráter de problema, na medida em que se pretendiam tratados de forma reflexiva, questionadora e problematizante. À definição do problema dever-se-ia seguir o levantamento de hipóteses de pesquisa e a sugestão de respostas. Enunciar um problema é, em si, levantar questões. Um simples, outras complexas. Como dizia Einstein, há perguntas, não raro simples, que só uma criança pode fazer, que depois de respondidas trazem uma nova luz à nossa perplexidade. É importante, por isso, formular perguntas, cuidando em responder, ou, pelo menos, tentar. O espírito da história científica não é meramente receptivo, mas puramente interrogativo, crítico e explicativo. O historiador científico sabe que tem que fazer perguntas e deve saber que perguntas fazer. Tendo exatamente em vista esse processo e considerando o tipo de público-alvo das Jornadas, foram escolhidos conferencistas capazes de combinar a erudição com o poder de síntese, a probidade científica com a ironia, e o didatismo com o espírito crítico, pondo em suspeita as alucinações dedutivistas, sistémicas e prognósticas.

Importa ainda referir que, como assumiu o coordenador científico das Jornadas, Professor Doutor Fernando Catroga, na entrevista aqui publicada em capítulo próprio, houve uma preocupação em escolher áreas apelativas do ponto de vista interdisciplinar, pois, “se os participantes eram oriundos, maioritariamente, dos cursos de História, a verdade é que, na conjuntura do arranque da iniciativa, a hegemonia da história “infraestrutural” estava a ser relativizada. A historiografia abriu-se a leituras mais antropológicas, narrativas, interdisciplinares, e mais críticas acerca das ilusões científicas e estruturais das décadas anteriores. Não admira, pois, que o eco destas transformações também se tenha refletido no perfil dos comunicantes”.

Quanto aos programas, eles proporcionaram um amplo espaço de apresentação, discussão e aprofundamento de diversos temas da História de Portugal e do Mundo, bem como a possibilidade de conhecer e de interpelar algumas das mais consagradas figuras do panorama científico nacional. No fundo, tamanha oferta para tão reduzida contrapartida, assim se atraindo multidões de interessados que tornaram Seia num ponto de paragem obrigatória, no mês de novembro, não apenas para professores, mas para todos os interessados pela História e pela Cultura em geral.

Far-se-á, de seguida, uma análise mais cuidada, justamente merecida, destes 19 programas, que dizem respeito a 243 conferências (a que haverão de se somar as 20 que irão ser proferidas nas vigésimas Jornadas).

I Jornadas

Os Descobrimentos Portugueses

Data: 5 e 6 de novembro de 1998

Local: Salão de Congressos da cidade de Seia

Organização: Câmara Municipal de Seia / Arquivo Municipal

Inscritos: 114

Conferencistas (8):

Maria José Azevedo Santos [FLUC-UC]

A difusão social da escrita no tempo dos descobrimentos

Ricardo Teixeira [Arqueólogo]

Novecentos anos da Ordem de Cister. História e Património

Nuno Gonçalo Monteiro [ICS-UL]

O Império, Monarquia e Ordens Militares do século XVII e XVIII

José Manuel Tedim [UPT]

Arte, Arquitetura e Poder no tempo de D. Manuel I

José Manuel Azevedo e Silva [FLUC-UC]

Vasco da Gama visto por Diogo de Couto

Francisco Pato Macedo [FLUC]

A iluminura religiosa e laica no período da Expansão.

Maria de Jesus dos Mártires Lopes [IICT; FCSH-UNL]

Goa Setecentista. Naturais, Mestiços, Reinóis: a socialização conseguida

Lúcia de Brito Moura [Escola Secundária de Seia]

Os Descobrimentos Portugueses à luz dos nacionalismos dos finais do século XIX

Sinopse:

No ano de arranque das Jornadas Históricas de Seia, o país vivia em clima de comemoracionismo. Desde que em 1986 fora criada a *Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimientos Portugueses* (CNCDP), foi posta em marcha uma série de iniciativas com o objetivo de comemorar os 500 anos dos Descobrimientos, Evangelização e Encontro de Culturas. Porém, o clímax comemorativo da maior epopeia de um povo cuja sina, diria Torga, “é não caber no berço”, deu-se com a *Exposição Internacional de Lisboa de 1998*, conhecida por EXPO’98, cujo tema foi precisamente *Os Oceanos*.

Considerando a exiguidade e periferia da nação portuguesa, ainda hoje causa no vulgo espanto e curiosidade a audácia que tornou possível a uma pequena população alcançar uma tão vasta imensidão de terra nos cinco continentes e possuir colónias transoceânicas durante cinco séculos. É natural que, neste contexto, o tema das primeiras Jornadas Históricas de Seia tenha convergido nos *Descobrimientos Portugueses*, encaixando-se no vórtice cultural que contagiou o país. Pensadas antes do período de permanência da EXPO’98, foram executadas já no rescaldo desse evento, nos idos da invernada de novembro, escolha que curiosamente se manteria nas 19 edições seguintes.

Viu bem, a organização do evento, que era importante montar um espectro temático alargado e interdisciplinar dentro do tema aglutinador. Fugiu-se à tendência de concentrar as comunicações no século XVI e XVII e, ao invés de considerar apenas o período “glorioso” dos descobrimientos e das conquistas, adotou-se uma perspectiva ampla, apostada em compreender os diferentes processos de expansão no tempo longo, de forma a detetar as motivações e estratégias de implantação e colonização, modelos de comportamento, jogos de interesses e conflitos entre poderes, formas de diálogo e processos de alteridade.

A História dos Descobrimientos e da Expansão radica num quadro tardo-medieval de espírito de cruzada e desígnio de evangelização, legitimado por diplomas pontifícios que conferiram ao rei de Portugal o senhorio dos territórios que descobrisse ou conquistasse. É consensual, hoje (menos para os contadores de *estórias*), que a atitude de viajar não se deteta apenas a partir dos começos da Época Moderna; que ela não foi apanágio exclusivo dos povos da Península Ibérica; que o enunciado de que os portugueses *deram novos mundos ao Mundo* é pura poesia e, que, sem contradizer o incremento real das viagens, o que, sem dúvida, sofreu considerável aumento foi o número de registo/relatos.

O que é inquestionável, e por isso deve ser salientado, é que nunca, na sua História, Portugal viveu mudanças tão intensas e com repercussões tão profundas, como no período dos Descobrimientos e da Expansão. Ao propor a sua discussão, o repto lançado pela coordenação destas Jornadas teve uma dimensão prospetiva, porquanto se baseou na convicção de que o conhecimento do passado dos portugueses no mundo, visto na *longue durée*, constitui uma importante contribuição para a tomada de consciência do que fomos, somos e podemos vir a ser. Dir-se-á que foi esta perspectiva prospetiva, afinada com a utilidade da História, que norteou esta primeira edição das Jornadas: ao invés de um olhar *estórico* centrado na volúpia de saber coisas singulares, da saliência dos feitos, das aventuras e dos factos mais célebres, ofereceu ao auditório um olhar histórico, rigoroso, inquiridor e contextualizador.

Já dizia Marc Bloch que, embora não se deva retirar à história o seu quinhão de *poesia*, seria espantosa tolice julgar que, pelo facto de exercer sobre a sensibilidade um apelo tão poderoso, a história fosse menos capaz de satisfazer também a nossa inteligência. E, rematava: a História não tem pois o direito de reivindicar o seu lugar entre os conhecimentos verdadeiramente dignos de esforço, a não ser na medida em que, em vez de uma simples enumeração, sem liames e quase sem limites, nos promete uma classificação racional e uma progressiva inteligibilidade, dir-se-ia, do passado e do presente¹. Em boa verdade, se a incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado, também é questionável a utilidade do esforço em compreender o passado quando nada se sabe do presente. Significa isto que a capacidade de pensar o futuro depende da inteligibilidade que se tece entre o passado e o presente, pelo que é relevante o papel que, a História e, no caso que aqui interessa, a História dos Descobrimentos, assumem nesse processo.



Fig. 1 – Sessão de abertura das 1.^{as} Jornadas Históricas de Seia. (da esq. para a dir.) representante do Ministério da Educação; Eduardo Brito (presidente da Câmara Municipal de Seia); José Mendes (vereador); Filomena Carvalho (responsável do Arquivo Municipal de Seia, organizadora das JHS)²

Maria José Azevedo Santos foi a primeira conferencista das Jornadas Históricas de Seia. Apresentou uma lição sobre uma matéria tão pertinente quanto olvidada, a difusão social, ativa e passiva, da escrita no tempo dos Descobrimentos Portugueses. A distinta historiadora, paleógrafa e Professora da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, começou exactamente por explicar que se a escrita é um sinal do tempo, como escreveu José Maravall, então urge com profundidade estudar a difusão desse extraordinário saber prático e poder múltiplo no tempo da Expansão Portuguesa. De acordo com a mesma, o século XV português não é passível de

¹ Ver BLOCH, Marc – *Introdução à História*. Lisboa: Publicações Europa América, 6.^a ed., 1993, p. 16, 42.

² Foto cedida pelo Diretor do Jornal *Porta da Estrela*, José Manuel Brito, a quem agradeço. Para uma economia de espaço nas legendas, a designação *Jornadas Históricas de Seia* será doravante substituída pela sigla JHS.

ser totalmente entendido sem uma aferição do papel que a escrita desempenhou na dinâmica nacional dos diversos níveis da vivência quotidiana da sociedade³.

Como ficou patente nas eloquentes palavras que proferiu, a consciência plena do poderio e da utilidade da escrita como forma de comunicação e, acima de tudo, da sua capacidade de legitimar, de provar ou de fixar direitos e deveres, ter-se-á enquistado de forma inaudita durante este período. Apesar de ser ainda forte a marca da oralidade na centúria de Quatrocentos, o saber e o poder da *ars scribendi* passaram a ser tidos como exigência indispensável e insubstituível na organização, administração e gestão de casas, bens, receitas e despesas dos homens, leigos e eclesiásticos, de então.

O conhecimento do *Novo Mundo* trouxe consigo um aumento de circulação de pessoas e de mercadorias, um incremento do comércio, um crescente uso da moeda e da mentalidade quantitativa, narrativa e descritiva. A complexificação e intensificação da burocracia administrativa e política traduziram-se no aumento exponencial de centros de produção de documentos e de profissionais da escrita. Como enfatizou no final da sua comunicação a académica conimbricense, não admira, pois, que em termos gráficos tenha sido uma época marcada pela partida e chegada de escritas padronizadas e canonizadas, que estavam ainda muito longe os tempos do aparecimento de formas pessoais personalizadas de redigir.

A segunda alocução, a cargo de Ricardo Teixeira, centrou-se na história e património dos novecentos anos da Ordem de Cister. Nove séculos de ordem cisterciense, oito séculos e meio de presença em Portugal, são realidades históricas de inequívoco significado e indiscutível importância, como mostrou o arqueólogo. Os monges brancos ergueram mosteiros, receberam noviços, criaram *sriptoria*, arrotearam terras, criaram granjas, edificaram moinhos e fizeram pão, trabalharam o ferro e o rude granito, domaram os cursos de água e deram um impulso à ocupação dos territórios onde a caudalosa corrente cisterciense pôde chegar. Ao longo de nove séculos de história foi imenso o património construído e legado, algum extinto ou desconfeito, outro ainda vivo, tendo sido exactamente sobre ele que incidiu a reflexão proposta e apresentada por Ricardo Teixeira.

Seguiu-se a exposição de Nuno Gonçalo Monteiro, consagrada às trajetórias sociais no império português dos séculos XVII e XVIII. O preletor explicou que os antigos regimes definiam o ser individual a partir das suas funções sociais e estas tinham estreitas relações com a atribuição de privilégios. Neste contexto, como bem aclarou, o Estado Moderno Português (com o respectivo império) consolidou-se em torno de realidades como a da ideologia do serviço/recompensa, laços de interdependência e o poder do monarca sobre recursos múltiplos como as Ordens Militares, anexas à Coroa desde 1551. O modo como o centro político e as sociedades reinol e colonial se apropriaram do capital simbólico e económico que estas instituições representavam, adaptando-as e paralelamente transformando a própria estrutura social e a sua representação, constituiu o cerne desta preleção⁴.

José Manuel Tedim, Professor na Universidade Portucalense Infante D. Henrique foi o orador que se seguiu. Apresentou uma reflexão acerca da relação entre a arte e o poder no tempo de D. Manuel I. A convicção de que o *Manuelino* era um estilo artístico autónomo e genuinamente português, relativo ao apogeu do império, nasceu no contexto do movimento romântico novecentista, no seu ensejo de exaltação dos valores nacionais. O *Manuelino*, mostrou Tedim, cor-

³ Poder-se-á consultar uma versão escrita desta interessante comunicação em: SANTOS, Maria José Azevedo – Algumas considerações sobre a difusão da escrita no tempo das Descobertas, in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*. Porto: FLUP, 2006, vol.II, p. 25-30.

⁴ É importante notar que, à época, esta era uma matéria ainda muito pouco tocada pela historiografia. De resto, Nuno Gonçalo Monteiro, hoje uma *auctoritas* sobre o assunto, viria a publicar diversos trabalhos onde sistematizaria e aprofundaria as principais ideias que apresentou nesta comunicação plena de novidades. Destaco os seguintes: MONTEIRO, Nuno Gonçalo – Trajetórias sociais e governo das conquistas. Notas preliminares sobre Vice-Reis e Governadores Gerais do Brasil e da Índia nos séculos XVII e XVIII, in CUNHA, Mafalda Soares da (ed.) – *Do Brasil à Metrópole, efeitos sociais (séculos XVII-XVIII)*. Évora: Universidade de Évora, 2001, p. 99-123; MONTEIRO, Nuno Gonçalo - Aristocratic estates in Portugal and their management, 1600-1834, in *European aristocracies and colonial elites - Patrimonial Management Strategies and Economic Development, 15th-18th centuries*. England: Ashgate, 2005, p. 99-113; MONTEIRO, Nuno Gonçalo - O Governo da Monarquia e do Império: o Provimento de Ofícios Principais Durante o Período Pombalino, in SOUZA, Laura de Mello e, FURTADO, Júnia Ferreira, BICALHO, Maria Fernanda (eds.) - *O Governo dos Povos*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2009, p. 507-517.

respondeu, de facto, a um momento artístico de grande euforia plástica que não se finou com o desaparecimento d’o *Venturoso*. A sensibilidade e projecção dos seus sentidos vibrantes, contou com o patrocínio da coroa e conheceu forte adesão de leigos e eclesiásticos, que o projetavam nas suas fachadas como meio de afirmação do seu poder. Quanto ao facto de ser um modelo refinado, ter conhecido forte disseminação e influenciado vários espécimes arquitectónicos, dúvidas não há. A grande questão a levantar diz respeito à autonomia deste estilo que, mostrou o conferencista, é discutível, uma vez que representa o encerramento de uma linha do gótico, constituindo uma espécie de gótico radiante de tradição não batalhina. Há, portanto, um fio de continuidade e uma linha paralela de novidade no que concerne aos aspetos formais decorativos. Portugal conciliava o exotismo dos Descobrimentos com o Renascimento Europeu, recorrendo à arte como ostentação, real e simbólica, da vitalidade de um reino que agora era império.

Por todas as latitudes do mundo português, velho e novo, foi disseminado o *Manuelino*. Repercutiu-se, porém, com mais expressividade, na arquitectura, podendo ainda hoje encontrar-se, dele, resquícios, em vários monumentos, nomeadamente, entre outros, no Mosteiro da Batalha; no Mosteiro dos Jerónimos; no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra; no Convento de Cristo, em Tomar; nas sés de Braga e Guarda; na Torre de Belém; na capela de S. Miguel e no palácio de Sub-Ripas, ambos em Coimbra.

Não obstante a sua dominância na arquitectura, o estilo espalçou-se por uma variedade de campos, atingindo também escrita e a iluminura, matéria discutida, nestas Jornadas, por Francisco Pato Macedo. O especialista em História da Arte deteve-se na iluminura religiosa e laica no período da Expansão, focando com mais minúcia a profusão simbólica da *Leitura Nova*, maravilha do *Manuelino*, onde o gótico final e o classicismo se mesclaram, com influências flamengas e italianas explícitas. Como Pato Macedo teve ainda oportunidade de mostrar, noutros reinados, designadamente no de D. João III, as iluminuras mantiveram-se expressivas e impactantes, mas com uma maior clareza compositiva, isto é, demonstrando uma ascendência do estilo clássico-renascentista sobre a efervescência do gótico final.

Do campo artístico o foco das Jornadas deslocou-se para um dos mais célebres protagonistas dos Descobrimentos, não tivesse sido sob o seu comando que se abria o caminho marítimo para a Índia. *Vasco da Gama visto por Diogo de Couto* foi o título escolhido por José Manuel Azevedo e Silva. As diversas obras que o cronista da Ásia Portuguesa e guarda-mor da Torre do Tombo da Índia redigiu, são fontes preciosas para estudar a sua época e, também, algumas figuras de relevo, como Vasco da Gama (1460/69-1524). A simpatia de Couto pela trajetória de Gama, a quem os cronistas do décimo sexto século dão o título de conde almirante, mas que foi também vice-rei, foi esquadrihada por Azevedo e Silva, que a detetou tanto na deferência encomiástica que fez ao descobridor, como no facto de ter proferido o discurso na inauguração da estátua em sua honra erigida.

As Jornadas prosseguiram com a discussão sobre o Oriente português, agora por intermédio de Maria de Jesus dos Mártires Lopes, que dedicou a sua comunicação ao complexo diálogo, entre raças, civilizações e culturas da Goa setecentista. O sentido geral do seu argumento, bem distante do quadro teórico exacerbado, anacrónico e vago do *luso-tropicalismo*⁵, inclinou-se para a hipótese de que as relações entre naturais, mestiços e reinóis, com entrosamentos e desengrenagens, exasperações e mútuas influências, pautou-se por uma convivência, senão plenamente pacífica, pelo menos tolerada⁶.

⁵ Permitir-me-á o leitor que justifique a adjetivação usada com remissão para um trabalho recente, da minha autoria, em que se revê, à luz das ferramentas teórico-metodológicas da História, a teoria luso-tropicalista e outras conexas: GOUVEIA, Jaime Ricardo – Para uma nova epistémica do luso-tropicalismo: análise comparativa da luxúria clerical no Atlântico Português (1640-1750). Revista *História Unisinos*, 22:1 (2018), no prelo.

⁶ Anos depois, a historiadora orientalista viria a desenvolver a comunicação apresentada nestas Jornadas e a publicá-la, em dupla autoria, com Paulo Matos. Ver LOPES, Maria de Jesus dos Mártires; MATOS, Paulo Lopes – Naturais, Reinóis e Luso-descendentes: a socialização conseguida, in LOPES, Maria de Jesus dos Mártires (coord.) – *O Império Oriental*. Lisboa: Editorial Estampa, 2006, p. 15-70 (Nova História da Expansão Portuguesa, vol. V, tomo 2).

Por fim, assistiu-se à apresentação de Lúcia de Brito Moura, sobre os Descobrimentos Portugueses à luz dos Nacionalismos dos finais do século XIX. A historiadora senense explorou a hiperbolização da paixão nacionalista, romântica, que, no seu ensejo de exaltação das gestas marítimas portuguesas, impulsionou um discurso sobre a Nação mais ilusório do que real. Estudada por autores como Stuart Hall, Hobsbawm, Pierre Bourdieu e Homi Bhabha, a ideia de identidade nacional como *discurso* ou, no caso português, *narrativa de uma Nação pelo mundo em pedaços repartida*, constituída a partir dos seus mitos, da sua historiografia e da sua literatura, foram o objeto desta intervenção. Como demonstrou Lúcia Moura, a ideia de decadência da Nação como *comunidade imaginada*, difundida no século XIX, por autores como Almeida Garrett, Alexandre Herculano, Eça de Queirós, Antero de Quental, Oliveira Martins, e outros protagonistas da *Geração de 70*, marcou profundamente a forma como a temática da Expansão foi interpretada e recuperada na modernidade.

Esta foi a última intervenção destas interessantes Jornadas, tão bem acolhidas no complexo orográfico da Estrela, sub-região de terras sem mar mas berço de vários protagonistas, exploradores e descobridores, do acontecimento mais marcante dos *Tempos Modernos*, uma aventura sem retorno, uma porta que se manteve aberta ao longo de toda a Época Moderna, de descoberta e expansão, de conquista e catequização, de intercâmbio e conflito, e de domínio, sobretudo do mar alto, que significou, durante séculos, a supremacia universal da Europa face aos outros continentes.

Como ficou patente ao longo dos dois dias de evento, demoliu-se o pensamento tradicional e reestruturaram-se conceitos, agora pautados por arquétipos da experiência e da verdade, do argumento do “visto”, do provado e do experimentado. Mitos, fábulas, falsidades e distorções deram lugar a noções mais exatas da dimensão dos quatro cantos do mundo. A capital portuguesa tornou-se crescentemente a placa giratória entre o Atlântico, o Mediterrâneo e o Índico. A actividade mercantil ferveu, a par da navegação bélica. Lisboa transformou-se numa cidade cosmopolita, dos negócios e das ideias, e Portugal o reino de que se falava, tendo apenas como concorrente o rival fronteiriço.

Este novo tempo, de reformismos, nas concepções, nas atitudes, nos pensamentos, nos conhecimentos, na política, na economia, na cultura, na religião e na sociedade, em que Portugal e os portugueses assumiram um papel capital, inaugurou uma nova Era para a História da Humanidade. De acordo, aliás, com Vitorino Magalhães Godinho, ao não provocarem apenas o “alargamento” do mundo físico, do mundo económico, mas também do mundo do espírito e dos quadros mentais da humanidade, “os Descobrimentos inventaram a Humanidade”. Efetivamente o impacto pluricontinental dos Descobrimentos verificou-se aos níveis mental, material e cultural, sendo mais particularmente visível na maneira como o homem passou a ver o seu semelhante e o próprio mundo, tanto o *Velho* como o *Novo*.

Contudo, Portugal chegou ao século XIX depauperado, pelo que o sucesso dos Descobrimentos e da Expansão não correspondeu ao crescimento e desenvolvimento do reino, matéria passível de reflexão, que estas Jornadas ajudaram a equacionar e, em certa medida, a discutir, sendo esse, sobretudo, o saldo desta reunião científica, problematizante, reflexiva e instigadora. Afinal, dúvidas não restam que é pela história que se pode, e deve, refletir sobre as contradições de um povo predestinado a grandes feitos, que viveu séculos a fio sob o signo da mística imperial e, em contrapartida, de um país sem um projeto realista de futuro.

II Jornadas

O século XX e o final do Milénio

Data: 10 a 12 de novembro de 1999

Local: Salão de Congressos da cidade de Seia

Organização: Câmara Municipal de Seia / Arquivo Municipal

Inscritos: 178

Conferencistas (13):

Amadeu Carvalho Homem [FLUC]

Liberalismo, Democracia e Socialismo

Fernanda Paula Sousa Maia [UPT]

Comportamento Político na Câmara dos Deputados na primeira metade do século XIX

António Rafael Amaro [CRB-UCP]

A Modernização Económica de Portugal e as Desigualdades Regionais

José Manuel Tedim [UPT]

Arte e Poder de Malhoa e os Modernistas

Armando Barreiros Malheiro da Silva [FLUP]

Republicanismo e Sidonismo

Lúcia de Brito Moura [Escola Secundária de Seia]

O Republicanismo em Seia

Fernando Rosas [IHC-UNL]

Salazar e o Salazarismo, uma visão de conjunto

Luís Reis Torgal [FLUC]

O Cinema e o Salazarismo

Rui Mário Gonçalves [DLR-UL]

(Não chegou a confirmar tema)

José Amado Mendes [FLUC]

O Museu na Comunidade: Património, Identidade e Desenvolvimento

Maria Manuela Tavares Ribeiro [FLUC]

Portugal e o Processo de Integração Europeia

Irene Maria de Montezuma de Carvalho Vaquinhas [FLUC]

Educação das Raparigas no século XX

Fernando Catroga [FLUC]

Sentido e Fim da História no Fim do Milénio

Sinopse:

De acordo com Miguel Batista Pereira, uma diferença estonteante da curva exponencial do tempo opõe os últimos trezentos anos da cultura europeia ao ritmo lento do *Homo Sapiens*, criador da primeira grande cultura com tradição escrita há cerca de seis mil anos. Secularização, crítica, progresso, revolução, desenvolvimento e emancipação, são nervuras, absolutamente estruturantes, da gênese do homem contemporâneo e da configuração do rosto europeu. O ritmo acelerado do tempo entre o século XVII e o século XX marcou um tal crescimento da nossa civilização, que o homem planetário se viu, pela primeira vez, confrontado com a possibilidade real do seu próprio holocausto⁷.

É verdade que os tempos modernos transformaram a crença religiosa do fim do mundo num conceito de futuro aberto, que é o horizonte ilimitado, e sem peias, do progresso. O progresso tornou-se um conceito condutor, apoiado num substrato empírico saído da ciência, da técnica e da indústria. Foram estas que o estabilizaram enquanto diferença temporal entre experiência e expectativa. A crença no futuro coloriu-o de uma aura religiosa e reduziu-o a um conceito perspectivístico e a uma visão ideológica. Contudo, se o século XIX decantou ou edenizou o progresso, a diagnose a que foi submetido no século XX detetou-lhe abissais desvarios. Ao mostrá-lo capaz de coabitar com a alienação das ruturas, desencantou-o.

Ao mesmo tempo, antes de se finar o milénio, reacenderam-se as discussões milenísticas, sendo a História vista, numa conceção determinística, como teofania (manifestação da vontade de Deus que se expressa a nível colectivo e histórico). Mas, será possível ao ser humano que vive na sua condição de *conteúdo histórico*, compreender o *continente histórico*? Se verdadeiramente existe um desígnio histórico será que ele pode ser conhecido (pelo menos, na sua plenitude) pelo ser humano, na medida em que este seria apenas uma parte daquele? Em todo este preâmbulo reside a pertinência que estas Jornadas assumiram, ao se proporem a refletir e a discutir, no ano de 1999, o caso do Milénio, os progressos (e alguns retrocessos) do século XX.

Da cerimónia de abertura participaram o presidente da Câmara Municipal, Eduardo Brito; o vereador Carlos Filipe Camelo; a responsável do Arquivo Municipal, Filomena Carvalho; e o diretor regional de educação do cento, Rui Santos. Importa referir algumas palavras do derradeiro, que se dirigiu ao auditório para se mostrar convicto de que era facto significativo “uma cidade do interior, que há duas ou três décadas não estava na rota dos acontecimentos desta dimensão, ter conseguido proporcionar aos docentes momentos de reflexão e debate sobre temas da sua área de especialidade, no sentido de os informar e, por esta via, melhorar a sua formação, indispensável para o exercício da sua profissão”. Destacou ainda a qualidade e a importância das Jornadas, enaltecendo o trabalho da organização⁸.

Amadeu Carvalho Homem, professor da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra foi quem primeiro interveio, com a comunicação intitulada *Liberalismo, Democracia e Socialismo*⁹. Explicou que a democracia, como formulação teórica e até como modelo experimental, chegou a Portugal durante o século XIX, mas só se consolidou plenamente durante a centúria seguinte. Contudo, o século XX foi inequivocamente um período de contrastes. De avanços e de recuos. Apesar de a democracia fazer parte do mesmo credo de grandes doutrinas, mesmo que contrárias, como o liberalismo e o socialismo, acabou por ser a sua antítese que vigorou durante a maior parte desses cem anos.

⁷ Ver PEREIRA, Miguel Batista – *Modernidade e Tempo. Para uma leitura do discurso moderno*. Coimbra: Livraria Minerva, 1990, p. 7-9, 37-38, 75.

⁸ Ver *Jornal Porta da Estrela*, Seia, ano XXII, n.º546 (10 nov. de 1999), p. 11.

⁹ Viria a publicar uma versão escrita desta comunicação. Ver, HOMEM, Amadeu Carvalho - *Liberalismo, Democracia e Socialismo na História Contemporânea de Portugal, in Portugal - Brasil no Século XX. Sociedade, Cultura e Ideologia*. São Paulo: Bauru, 2003, p. 15-28.



Fig. 2 – Sessão de abertura das 2.^{as} JHS. (da esq. para a dir.) Carlos Filipe Camelo (vereador); Rui Santos (Diretor Regional de Educação do Centro); Eduardo Brito (presidente da Câmara Municipal de Seia); Filomena Carvalho (responsável do Arquivo Municipal de Seia e organizadora das JHS)

A transição da liberal-democracia para a social-democracia, demonstrou Amadeu Homem, não foi um processo simétrico ou linear, sobretudo porque há que considerar as peculiaridades que os vários países evidenciaram nesse processo e, sobretudo, os surtos totalitários que foram, quase sempre, com maior ou menor intensidade, generalizados entre a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais.

Fernanda Paula Sousa Maia foi a oradora que se seguiu. Propôs uma intelecção do comportamento político na Câmara dos Deputados na primeira metade do século XIX. Explicou que, naquela que foi considerada a época de ouro do parlamentarismo português, a centúria de Oitocentos, a Câmara dos Deputados desempenhou uma função política ímpar no quadro das instituições estatais da monarquia constitucional. Das inovações político-institucionais do constitucionalismo oitocentista, a Câmara dos Deputados foi a instância que, do ponto de vista do debate de ideias e confronto de opiniões, se afigurou um dos mais importantes palcos da vida política de então. Nesse período de construção de um novo modelo político e social, a Câmara dos Deputados, além da estrita função legislativa e fiscalizadora dos governos e da administração, emergiu como um importante fórum de debate político.

Perante a inexistência de uma realidade partidária consistente, dada a ausência de programas políticos que a fundamentassem e de um sistema eleitoral reconhecido por todos que lhe desse legitimidade, os deputados não estavam obrigados a uma fidelidade estrita ao partido ou à facção que os tinha conduzido ao Parlamento. Daí que, em regra, tanto nas suas intervenções, como nas suas votações, transparecesse uma efetiva liberdade de intenção e ação. No geral, de acordo com Fernanda Maia, os deputados evidenciavam um discurso pouco disciplinado, por

vezes casuísta e maleável perante contextos mutáveis. No fundo, assumia-se como um discurso que não fazia mais do que prolongar o senso comum e que, por isso mesmo, se assumia como sacralizador de uma longa tradição erudita dotada de grande autoridade. Essa foi a grande dificuldade, disse por fim a comunicante, que enfrentaram os parlamentares portugueses no século XIX e da qual, raramente, conseguiram escapar¹⁰.

À exposição sublime da Professora da Universidade Portucalense Infante D. Henrique, que permitiu à assistência compreender as bases da realidade política dos inícios do século XX, seguiu-se, como narrador, António Rafael Amaro, Professor do Centro Regional das Beiras da Universidade Católica Portuguesa. A comunicação apresentada, subordinada à discussão sobre *a modernização económica de Portugal e as desigualdades regionais*, era matéria constituinte da sua tese de doutoramento, então em curso¹¹. Centrou-se na explicação do desenvolvimento regional e da evolução económica e social do Portugal contemporâneo. O argumento mais sistemático que procurou defender foi o de que além do semiperiferismo de Portugal, determinante do seu desenvolvimento, o país apresenta grandes desigualdades espaciais, ao nível económico, ao nível social, e nas diversas formas de encarar e reagir aos processos de modernização contemporânea.

Focando especialmente a Beira Alta, confinada a dois distritos, Viseu e Guarda, Rafael Amaro explicou que a região não sofreu apenas os condicionalismos históricos dos modelos de desenvolvimento, que acentuaram o fosso entre o litoral e o interior, mas também se viu envolvida no processo de perda de poder relativo do Porto face a Lisboa, já que, ao longo do século XIX, Viseu e Guarda dependiam economicamente da cidade portuense. Tais factos, a que se juntaram certas condições endógenas, fizeram a Beira Alta chegar ao século XX numa posição francamente desfavorável face a outras regiões, não tendo sofrido, por exemplo, qualquer modernização significativa nas suas estruturas produtivas entre 1890 e 1939 e, portanto, mantendo-se à margem do lento processo de modernização de Portugal.

Contribuíram também para esse quadro, aclarou por fim, os movimentos migratórios (internos e externos); a interioridade geográfica e a dificuldade de acesso aos mercados; a falta de iniciativa empresarial; e a racionalidade constrangedora das potencialidades humanas, institucionais e materiais regionais; a organização administrativa na sua obsessão pela centralização; e a não criação de identidades regionais capazes de apelar à participação das comunidades locais ao desenvolvimento. As disparidades económicas hodiernas, rematou, são o resultado de um processo histórico cumulativo que se consolidou indelevelmente nos finais do século XIX e inícios do século XX com efeitos projectivos no presente.

Dos jargões da política e da economia, que marcaram as intervenções iniciais, as Jornadas prosseguiram com um desvio de perspectiva. A palestra de José Manuel Tedim desmiudou a *Arte e Poder de Malhoa e os modernistas*. Tedim abordou o contexto nacionalista do republicanismo em que se impôs o naturalismo de José Vital Branco Malhoa (28/04/1855-16/10/1933), primeiro presidente da Sociedade Nacional de Belas Artes, mas também o novo movimento nascido nos alvares do século XX. As velhas tendências culturais, como as de Malhoa, pintor romanesco do país rural e real, eram simpáticas ao novo regime republicano. Contudo, Tedim explicou, a agitação política promoveu um novo caminho, que ficou conhecido como modernismo. Na sua primeira fase foi marcado pela sátira política social

¹⁰ Para uma análise mais extensiva e aprofundada do assunto, ver MAIA, FernandaPaula Sousa – De súbdito a cidadão. O papel do Parlamento Português na construção da cidadania na 1.ª metade do século XIX (1826-1852), in *Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol.1, 2004, p. 661-668.

¹¹ Seria publicada no ano de 2006 com a seguinte referência: AMARO, António Rafael – *Economia e Desenvolvimento na Beira Alta. Dos finais da Monarquia à II Guerra Mundial (1890-1939)*. Viseu: Universidade Católica Editora, 2006.

e anticlerical. A sua faceta inovadora aparece consolidada na *Revista Orpheu*, metáfora de uma geração de homens que viraram as costas ao passado e se centraram no futuro. Amadeo de Souza Cardoso; Eduardo Viana; Almada Negreiros, Santa Rita Pintor, Mário de Sá Carneiro e Fernando Pessoa, foram alguns. Tendencialmente futurista, o movimento modernista viria a conhecer uma segunda fase de maturação e expansão, continuando a conciliar as letras com as artes plásticas.

A politização da estética e a estetização da política atingiram o auge em 1917, com a publicação do provocatório e, por isso, único número da revista *Portugal Futurista*, rapidamente apreendido pela polícia. Nem por isso a força motora do *futurismo português*, Almada Negreiros, abrandou a vigorosa e sarcástica denúncia dos defeitos da sociedade portuguesa, em especial da classe média e, claro está, da elite política, dividida entre liberais e partidários do autoritarismo, que se acotovelavam com o fito de chegar ao poder. Quando, aliás, se asseverava no *Ultimatum Futurista* às gerações portuguesas do século XX: “é preciso explicar à nossa gente o que é a democracia para que não torne a cair em tentação”, parecia prever-se o que viria de seguida.

A 5 de dezembro de 1917, Sidónio Pais (1/5/1872-14/12/1918), catedrático coimbrão, encabeçou um golpe militar e tomou o governo pela força. Dias depois formou-se uma Junta Revolucionária que promoveu a dissolução do Congresso, decretou alterações à Constituição e introduziu um regime presidencialista, que iria auto-proclamar-se de *República Nova*, que mais não era do que uma ditadura. Armando Barreiros Malheiro da Silva foi quem abordou, no início do segundo dia destas Jornadas, este capítulo buliçoso da história contemporânea portuguesa¹². Com a sua comunicação intitulada *Republicanismo e Sidonismo*, o professor da Universidade do Minho mostrou que na nova composição do Congresso e do Governo continuava a verificar-se uma maioria republicana. Explicou depois que o que ditara o sucesso do governo sidonista impusera também o seu fracasso. Num primeiro momento, o apoio de forças políticas variadas e amplas daria resultados, mas com o passar do tempo tornou-se impossível conciliá-las e a fronteira acabaria por se desfazer com o assassinato de Sidónio Pais em dezembro de 1918, por José Júlio da Costa, um alentejano messianicamente convicto de que iria redimir a Pátria abatendo “quem traiçoeira a República”. O curto mas impetuoso consulado sidonista ficaria marcado pelo exercício absoluto e despótico do poder, por um alvoroço político-administrativo, assim como por prisões e perseguições dos adversários. Morria assim a *República Nova* e rasgava-se o caminho para o *Estado Novo*, implantado cerca de uma década depois, e sobre o qual as Jornadas também se detiveram, mas apenas depois de o auditório escutar a intervenção de Lúcia Moura, sobre o *Republicanismo em Seia*.

A professora de História na Escola Secundária local reconstituiu esparsos da História Local senense no período do republicanismo, nomeadamente as festas do vulgo na Praça, destinadas a confirmar e consolidar a sua adesão ao novo regime, com vivas aos heróis e sacralização das suas figuras através do acto de conferir os seus nomes a ruas e outros espaços públicos. Um deles, de acordo com a conferencista, referindo-se a Afonso Costa, enchia os senenses de orgulho, por ser seu conterrâneo, sendo visto com “um messias que iria salvar a nação”. Talvez por isso, alegou por fim, a tentativa de restauração da monarquia subsequente à morte de Sidónio Pais, não encontrou em Seia grande entusiasmo.

¹² Anos mais tarde viria a publicar um estudo mais profundo sobre a temática apresentada nesta comunicação. Ver SILVA, Armando Barreiros Malheiro da – *Sidonismo e Sidonismo. História de um caso político*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, vol.2, 2006.

As intervenções de Fernando Rosas, Luís Reis Torgal e Rui Mário Gonçalves detiveram-se na análise do *Estado Novo*. Não obstante com condicionalismos históricos próprios, o *Estado Novo* de António Oliveira Salazar foi uma experiência nascida de uma raiz idêntica à da *República Nova* de Sidónio Pais e com pontos de convergência ou concordância mais estruturais e fortes do que os de afastamento. Ambos estavam firmados na ideia de uma ditadura nacionalista, de regime autoritário e antiliberal. Terá faltado ao sidonismo a tranquilidade que sobrou ao salazarismo.

A República que era possível tornaram-na os republicanos impossível. Antero Quental havia-o previsto, em 1873, quando dissertava, com extraordinária lucidez, sobre os desatinos da República espanhola: “Se a República não for mais do que a continuação da monarquia sob outro nome, a monarquia menos o monarca; se representar as mesmas tradições administrativas e financeiras; as mesmas influências militares e bancárias; se fizer causa comum com a agiotagem capitalista contra o povo trabalhador; se não for mais do que uma oligarquia burguesa e uma nova consagração dos privilégios pelos privilegiados – em tal caso diremos que nos é cordialmente antipática essa pretendida República de antropófagos convertidos. Se não for tão longe no caminho da reacção, mas se se contentar apenas com meias reformas sem alcance nem futuro, com uma meia descentralização, uma meia liberdade, um meio militarismo; se for incolor, frouxa, indecisa, declamatória e pasteleira [...] nesse caso não diremos que somos hostis a essa pseudo-república de meninas de colégio; mas a nossa simpatia será apenas suficiente para lhe rezarmos um Padre-Nosso pela alma”. Assim foi. Só depois de quase meio século a rezar Padres-Nossos à República Parlamentar se faria ressuscitar uma nova República, a República Democrática.

Até lá, o percurso foi longo. O regime ditatorial, de mentalidade paternalista, cristão, misoneísta e tradicionalista, ou arcaizante, por ser anti-industrialista, imaginava a Nação, queria formá-la e forçava-a a ser.... rural. Fernando Rosas, na sua comunicação intitulada *Salazar e o Salazarismo, uma visão de conjunto*, referiu esse aspeto, elucidando os presentes sobre o condicionalismo industrial protagonizado pelo *Estado Novo*, ao criar fortes barreiras à constituição de novos negócios em áreas de atividades já existentes. Do seu discurso ressaltou ainda a ideia de que a longevidade do regime salazarista se explica por quatro ordens de razões: o controlo, sobre as Forças Armadas; a eficácia dos instrumentos de violência preventiva; a certeza e prontidão da punição repressiva; e a capacidade de manter unidos vários setores da classe dominante em seu redor¹³.

Por seu turno, Luís Reis Torgal e Rui Mário Gonçalves refletiram acerca do *Estado Novo* a partir da arte. Arte cinematográfica, no caso do primeiro. Reis Torgal, professor da Universidade de Coimbra, foi pioneiro ao despertar a atenção para a necessidade de desfigurar e desconstruir as diversas representações da história do cinema português, centrando-se sobre a instrumentalização que o regime fez da sétima arte¹⁴. O segundo, decano dos críticos de arte contemporânea, orientou a sua intervenção no sentido de mostrar que “a arte, e não a política, é geralmente a primeira reveladora das transformações que a humanidade deseja”. A boa política, referiu, “serve os verdadeiros anseios da Humanidade, mas estes são expressos na melhor arte”. Daí que, como também disse, a arte, ligada à abstração, ligada à pintura figurativa do neo-realismo, foi um importante meio de resistência.

¹³ O professor da Universidade Nova de Lisboa viria a publicar uma boa síntese sobre o *Estado Novo* em Portugal, onde apresenta essa “visão de conjunto” com que intitulou, nestas Jornadas, a sua conferência. Ver ROSAS, Fernando – *Salazar e o poder: a arte de saber durar*. Lisboa: Tinta da China, 2012.

¹⁴ Um ano após ter proferido esta conferência, publicaria um livro que coordenara, dedicado à temática. Ver TORGAL, Luís Reis – *O cinema sob o olhar de Salazar*. Lisboa: Circulo de Leitores, 2000.



Fig. 3 – Rui Santos (Diretor Regional de Educação do Centro) com Eduardo Brito (presidente da Câmara Municipal de Seia)

O segundo dia de Jornadas foi concluído com a conferência de José Amado Mendes sobre *O Museu na Comunidade: Património, Identidade e Desenvolvimento*, através da qual defendeu que a unanimidade acerca da importância da existência de espaços museológicos, sobretudo ao nível local e regional, é uma conquista do século XX. Contudo, alegou também, se os museus forem apenas guardiões de bens serão estertores do conhecimento, pelo que se impõe que sejam dinâmicos e estejam ligados à construção do saber e do conhecimento¹⁵.

No terceiro dia do evento, três historiadores contemporâneos, ambos professores na Universidade de Coimbra, apresentaram as suas comunicações. Maria Manuela Tavares Ribeiro, especialista em estudos europeístas, relações internacionais e história das ideias de Europa, iniciou os trabalhos. *Portugal e o Processo de Integração Europeia* foi o tema que tratou, transmitindo aos interlocutores a ideia de que a opção de Portugal pela Europa foi motivada, em grande parte, pela tomada de consciência da impossibilidade de um pequeno país conseguir desenvolver-se, sem estar inserido num espaço económico de maiores dimensões¹⁶. Na sequência da revolução de 25 de Abril de 1974, o conceito estratégico nacional mudou drasticamente. Pela primeira vez na sua história, Portugal pensava-se como Europa. Não apenas do ponto de vista geográfico, mas também do ponto de vista político e económico. O que a descolonização e a adesão à União Europeia significaram, não foi um *regresso* mas sim uma *chegada* de Portugal à Europa. Esse importante processo de integração, que permitiu consolidar a democracia portuguesa, foi o acontecimento mais relevante para o desenvolvimento português de toda a sua História.

¹⁵ Do mesmo autor, sobre museus e educação, ver MENDES, José Amado – *Estudos do Património: Museus e Educação*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.

¹⁶ Entre a abundante bibliografia produzida pela conferencista sobre temas conexos ao apresentado nestas Jornadas, o trabalho publicado que melhor lhe corresponde foi publicado em 2005, no Chile: RIBEIRO, Maria Manuela Tavares – Portugal y la integración europea. Sep. de *Perspectivas sobre la unión europea*. Santiago do Chile: [s. n.], 2005, p. 117-137.

A Irene Vaquinhas coube uma preleção sobre um tema da sua especialidade, a *Educação das Raparigas no século XIX*¹⁷. Explicou que, a partir da segunda metade do século XIX e até à I Guerra Mundial, com uma clara influência do *iluminismo* e acompanhando o crescimento económico e a ascensão da burguesia, abriram-se às mulheres novas possibilidades de participação social até então inviáveis. As ideias de progresso, de razão e de felicidade; a influência positiva da educação; a utilidade social da liberdade; e o postulado dos direitos iguais foram os fatores que para isso mais contribuíram, tendo-se batido por eles, em Portugal, o ideário republicano. Os republicanos - esclareceu a Professora da Universidade de Coimbra - estavam absolutamente convencidos de que a democratização do país seria inexecutável sem uma alteração do estatuto social da mulher, que implicava, sobretudo, o seu acesso à instrução. Em 1878 a taxa de analfabetismo feminino era de 89,3%. O paradigma da “domesticidade burguesa”, que fazia da ignorância feminina virtude, foi-se lentamente desvanecendo para posteriormente ser retomado com o *Estado Novo*. A *Constituição* de 1933 repunha legalmente a ideia de que instrução feminina era um perigo, pelo que, no concernente às raparigas, preconizava um ensino de pendor *feminizante*.

As Jornadas fecharam com chave de ouro. Fernando Catroga proferiu a comunicação *Sentido e Fim da História no Fim do Milénio*. Começou por referir que ao longo dos tempos várias foram as previsões que anunciaram, à sua maneira, o fim da história. Explicou que “a matriz iluminista dos vários projetos filosóficos que desembocavam no fim da história, ou se saldou numa previsão em que este foi representado como uma espécie de paragem, para além da qual se entraria num período indefinido, sem negatividade nem progresso (na aceção setecentista); ou foi antevista como um acabamento, em que a história se consumaria como “reino da liberdade”; ou, ainda, como um ideal regulador e assintótico, logo irrealizável, mas que propulsava a humanidade para o futuro, ao mesmo tempo que ajudava a criticar as injustiças do presente”.

A partir da segunda metade do século XVIII, explicitou ainda ao auditório, convencionou-se que era possível atingir conhecimentos com capacidade para entender o passado, compreender o presente e prognosticar o futuro. O medo apocalíptico, anunciado pela religião, foi substituído pela esperança terrena. Este “deslocamento” foi convertido em experiência histórica de ruptura e em manifestação visível do poder que os homens teriam para tornar prematuro o fim da história. A ideia viria a consolidar-se nos séculos XIX e XX, encarando-se este final do segundo milénio de forma menos tenebrosa do que acontecera no final do primeiro.

A definição da história como uma totalidade evolvente, passível de ser explicada em termos de previsão ou prognóstico viria a entrar em crise nos tempos hodiernos. As mudanças sociais que ocorreram no mundo e a contestação feita, tanto às filosofias da história como aos seus postulados (perfectibilidade, evolução, continuismo, progresso, previsibilidade), instalaram um sentimento de descontinuidade, pluralidade, variação e não sentido em relação ao tempo (psicológico e histórico). A diminuição da sua vivência como presente real foi provocando, em simultâneo, a “morte” da ideia programada de futuro, diluída na euforia do viver em tempo real.

A terminar, o Professor da Universidade de Coimbra afirmou que “a história não morre, como não se extingue a necessidade de a interrogar. O que vai definhando são as suas representações concretas, socialmente condicionadas, incluindo as antevistas sobre o seu desfecho”¹⁸.

¹⁷ Parte substancial, mais aprofundada, dos conteúdos que apresentou nestas Jornadas, viria a ser publicada, no ano seguinte. Ver VAQUINHAS, Irene – Os caminhos da instrução feminina nos séculos XIX e XX. Breve relance, in *Turres Veteras III, Actas de História Contemporânea*. Torres Vedras: Câmara Municipal de Torres Vedras e Instituto de Estudos Regionais e Municipalismo Alexandre Herculano, 2000, p. 95-101.

¹⁸ Um desenvolvimento desta problemática encontra-se num artigo que Fernando Catroga publicou no ano de 2002, alargando e atualizando algumas páginas do relatório da cadeira de “Teoria da História e do Conhecimento Histórico”, apresentado em 1996, à Universidade de Coimbra, para provas de agregação. Ver CATROGA, Fernando – Caminhos do fim da História. *Revista de História das Ideias*, vol.23 (2002), p. 131-234. No ano seguinte, saiu em livro, a sistematização destes trabalhos. Ver CATROGA, Fernando – *Caminhos do fim da História*. Coimbra: Quarteto, 2003.

III Jornadas

A Morte e a Festa

Data: 15 a 17 de novembro de 2000

Local: Salão de Congressos da cidade de Seia

Organização: Câmara Municipal de Seia / Arquivo Municipal

Coordenação científica: Fernando Catroga [FLUC]

Inscritos: 216

Conferencistas (14):

Geraldo José Amadeu Coelho Dias [FLUP]

Morte certa – Vida incerta (Culturas e Rituais)

Moisés Espírito Santo [FSCH-UNL]

Ritos Mortuários: últimas vontades para promover uma ida sem regresso.

António Matias Coelho [Escola Eb 2,3/S da Chamusca]

A Chamusca e os seus Cemitérios: Memórias da vida no espaço da Morte

Nuno Miguel Soares [Câmara Municipal de Arcos de Valdevez]

Morte, Homem e a Pré-História

Margarida Azevedo [Movimento Espírita]

Morte é felicidade

Maria José Azevedo dos Santos [FLUC]

A Comemoração da Morte dia-a-dia: análise de um obituário do século XIII

Ana Cristina Araújo [FLUC]

Bodas de Sangue: Condenação e Execução Pública

António Arnaut [advogado]

Vencer a Morte

Fernando Catroga [FLUC]

A Morte Hoje

Lúcia de Brito Moura [Escola Secundária de Seia]

O Testamento como preparação para a Morte

José Manuel Tedim [UPT]

A Morte do Rei. A Morte como espetáculo no Portugal Barroco

Maria Helena da Cruz Coelho [FLUC]

O Cerimonial da Morte Régia (séc. XIV-XV)

Regina Anacleto [FLUP]

A Casa Romântica dos que já Morreram

António Lourenço Fontes [sacerdote]

A Morte e a Festa em Trás-os-Montes



Professora Doutora	JOSÉ AMADEU COELHO DIAS
Professora Doutora	MOISÉS ESPÍRITO SANTO
Dr.	ANTÓNIO MATIAS COELHO
Assistente Social	NUNO MIGUEL SOARES
Dr.ª	MARGARIDA AZEVEDO
Professora Doutora	M.ª JOSÉ AZEVEDO DOS SANTOS
Professora Doutora	ANA CRISTINA ARAÚJO
Dr.	ANTÓNIO ARNAUT
Professora Doutora	FERNANDO CATROGA
Mestre	LUCIA MOURA
Professora Doutora	JOSÉ MANUEL TEDIM
Professora Doutora	M.ª HELENA CRUZ COELHO
Professora Doutora	REGINA ANACLETO
	PADRE FONTES

Sinopse:

Vida e morte, categorias dicotómicas, constituem das questões mais antigas que a humanidade enfrenta. Embora opostos, são também complementos, pois fazem parte de caminhos paralelos, ou até do mesmo caminho. Nem sempre a morte é uma fatalidade. Num plano metafísico, por exemplo, pode ser um caminho da luz e da verdade para o recomeço, uma nova oportunidade para aceder a uma nova visão da realidade. Do ponto de vista da filosofia cristã católica, se o fiel não pediu a Deus para nascer não pode pedir-lhe para não morrer. É, portanto, uma lei imperiosa da comunidade dos vivos que, por vezes, estimula a própria vida. Não fora a morte e muitas vidas nunca teriam o seu momento.

A morte representa o desconhecido, por isso é fonte de receios e angústias. Todavia, este temor assenta numa construção histórica bem definida, explicitada ao longo destas Jornadas, e que se explica, grosso modo, pelo carácter vago e a maior parte das vezes incorreto, das informações veiculadas sobre a morte. Como processo finalístico, ela tem os seus teóricos. Como transcendência da vida humana, ou, se quisermos, como ideia de que a alma é imortal e morrer é voltar a viver, também tem os seus. Certo é que a maneira como o ser humano enfrenta a morte influencia a forma como vive.

Refletir sobre a morte obriga a refletir sobre a vida, pelo que, para compreender esta, é necessário entender aquela. Daí que, uma vez mais, o tema eleito por estas Jornadas tenha sido pertinente e, sobretudo, instigador e original, no quadro da geral da escassez de iniciativas do género realizadas no país.

Geraldo José Amadeu Coelho Dias, religioso da Ordem de S. Bento e Professor da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, foi quem abriu as *calendas* destas Jornadas, com a comunicação *Morte certa – Vida incerta (Culturas e Rituais)*¹⁹. Referiu que, nos séculos passados, pelas altas taxas de mortalidade, a morte fazia parte do quotidiano dos vivos. Tal realidade instigava a Cristandade a observar a passagem ao *Além* de forma cautelosa, derivando daí a crença difusa em diferentes espaços celestes, carregados de elementos propiciadores de expiação dos pecados ou de paz e alegria contínuas. A multiplicidade de possibilidades para o que sucederia a uma morte certa, explicou o frade beneditino, obrigava a que a vida, sempre incerta, procurasse garantir a melhor forma para o trespassar da alma.

A esta interessante prelecção seguiu-se a do sociólogo, etnólogo e etnógrafo Moisés Espírito Santo, intitulada *Ritos Mortuários: últimas vontades para promover uma ida sem regresso*. O Professor da Universidade Nova de Lisboa defendeu que desde as primeiras civilizações que os rituais funerários evoluíram. Os costumes e as tradições das várias sociedades influenciaram fortemente os seus comportamentos, as suas crenças e os seus modos de vida. Alguns desses costumes, alegou ainda Moisés Espírito Santo, permaneceram no tempo, arreigando-se na mentalidade contemporânea como tradições. Com efeito, nas diversas latitudes do país continuam a praticar-se ritos remotos, não raro, ao longo da história, normativamente condenados. Religião cristã, magia, feitiçaria formam, por isso, um todo coerente no seio das camadas populares. Mas, qual é a origem desses ritos funerários? Quem os instituiu? Questões oportunas, cuja(s) resposta(s) serviram ao preletor para incitar o auditório à reflexão e discussão.

António Matias Coelho foi o primeiro orador da tarde. Apresentou a comunicação *A Chamusca e os seus Cemitérios: Memórias da vida no espaço da Morte*. Reconheceu que a morte é

¹⁹ Esta comunicação recuperaria o essencial de uma outra, já efetuada nas Jornadas Culturais da vila das Aves, no ano de 1994. Ver DIAS, Geraldo José Amadeu Coelho – Morte certa – hora incerta, in *Oitavas Jornadas Culturais da vila das Aves*. Vila das Aves: Fábrica da Igreja de São Miguel das Aves, 1994, p. 29-59.

um *tabu*, por ser uma construção em função da forma contemporânea de encarar a vida. Neste sentido – referiu – falta na cultura hodierna uma educação para a inevitabilidade da morte. Considerou ainda que os espaços da morte podem ser instrumentos didáticos ao serviço de uma vida mais valorizada e deu o exemplo da Câmara Municipal da Chamusca, que soube preservar um conjunto significativo e valioso de objetos funerários, não tivesse sido este o município onde foi construído um dos cemitérios liberais mais antigos do país²⁰.

Após ter referido que hoje em dia a entrada no cemitério quase só se faz por ocasião de um enterro, ou para prestar culto aos mortos, Matias Coelho propôs ao auditório uma visita virtual a esse *campo de memórias, espaço de homenagens, arquivo* e até *museu*, no decurso da qual advogou que o mundo dos mortos espelha o mundo dos vivos, reproduz o tipo de sociedade e da organização social, as relações de vizinhança e as desigualdades. Mostrou ainda como o traçado do cemitério da Chamusca corresponde exatamente ao traçado urbanístico da vila. É por isso, notou por fim, que os cemitérios são interessantes, não para ver os mortos mas para perceber os vivos. E tudo isto – concluiu – deve fazer pensar sobre a vida: “Porque é que andamos a correr? Corremos atrás do quê? Que sentido tem esta corrida?”

Da questão da morte no Ribatejo o auditório encetou, de seguida, uma viagem à problemática da morte nos tempos pré-históricos. Nuno Miguel Soares, a quem coube falar sobre o tema, esclareceu que quanto mais se recua no tempo mais difusos se parecem os ritos funerários, os quais podiam manifestar-se, na Pré-História, de diversas formas, designadamente através de pinturas nas cavernas e do ato de enterrar os mortos com arfetatos e utensílios. Na verdade, como também explicou, o *sepultamento* e os rituais funerários dos tempos pré-históricos são indícios da espiritualidade do homem. A prática da inumação, apontou ainda o arqueólogo, revela uma preocupação com a vida após a morte, sobretudo visível no detalhamento da preparação e dos adereços verificados em inúmeras sepulturas.

De seguida, Margarida Azevedo, representante do Movimento Espírita, portanto crente na vida para além da morte, apresentou a comunicação intitulada *Morte é felicidade*, através da qual concluiu que do ponto de vista religioso “falar de morte é uma forma de socializar”, ou seja, partilhar, expor, aderir, modificar, discurso que pela sua própria natureza implica transcendência, exposição de si ao outro”. A decana do espiritismo português explanou a tese do Eclesiastes segundo o qual “a felicidade não é deste mundo”.

O segundo dia de Jornadas principiou com a análise de um obituário do século XIII, por parte de Maria José Azevedo dos Santos, autora daquela que é considerada a primeira tese sobre a Paleografia e Diplomática medievais em Portugal. Explicou, de forma bastante eloquente, que “a atitude perante a morte relativa à crença de que as preces, os sacrifícios e as ofertas, eram aconselháveis e mesmo necessárias para a purificação das almas, fez surgir em muitas instituições religiosas cristãs da Idade Média, um género de fontes paleográficas, hoje designadas obituarios, que são livros litúrgicos, *lato senso*, elaborados e usados sobretudo durante a época medieval, em sé, igrejas e mosteiros, por todo o ocidente europeu, com a finalidade principal de serem recordadas, através da celebração da eucaristia, de orações, de ofícios, as pessoas falecidas, geralmente benfeitores dessas mesmas casas, cujos nomes neles periodicamente se iam registando”. Adensou, depois, a análise que apresentou, focando-se no obituário do Mosteiro de S. Vicente de Fora, de cônegos regantes de Santo Agostinho, localizado em Lisboa, asseverando que este género de do-

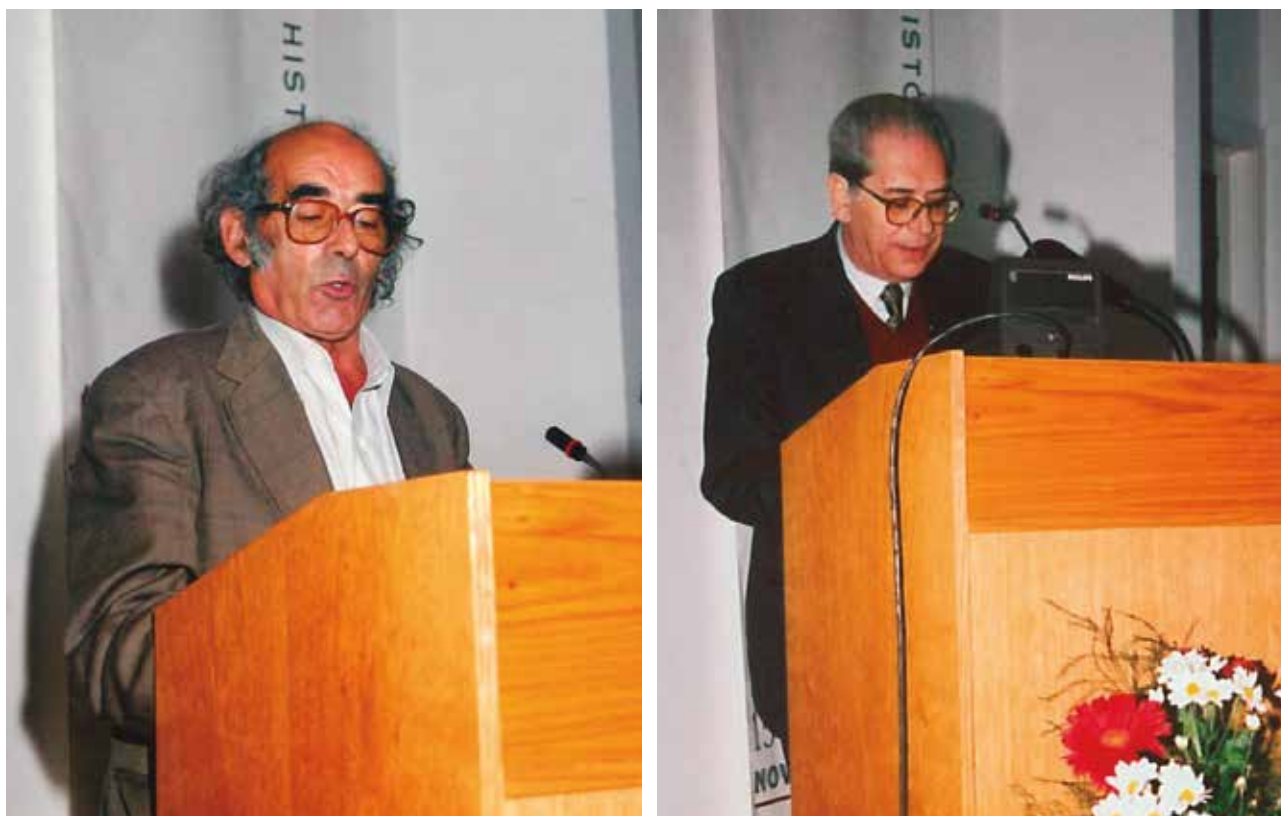
²⁰ O tema já tinha sido apresentado em 1991 num livro que coordenou. Ver COELHO, António Matias (coord.) – *Atitudes Perante a Morte*. Coimbra: Livraria Minerva, 1991.

cumentos não é abundante²¹. O códice, hoje à guarda da British Library, escrito em pergaminho, composto por cerca de 66 fólios, servia para ser consultado diariamente, pelo que, como espécie de agenda, nele constava o nome dos indivíduos pelos quais se devia rezar ou celebrar missa.

São milhares os defuntos que jazem neste livro: homens e mulheres, religiosos e leigos, reis e rainhas, nobres ou gente do povo, alguns dos quais haviam ofertado dinheiro e/ou bens ao cenóbio, para que se rezasse por sua alma. Daí que os cónegos se ocupassem diariamente na celebração da santíssima eucaristia (oficiada, solene ou de *requiem*) e procissões às sepulturas espalhadas pelo mosteiro. A palestra foi concluída com a informação de que o documento é opulento em pormenores acerca dos defuntos, contendo os seus nomes e as alcunhas, as profissões e os cargos, as crenças e as vontades últimas.

Interveio, de seguida, António Arnaut. Sob o título *Vencer a Morte*, o jurista começou por afirmar que o único e verdadeiro problema da vida é a morte, questão insolúvel, desde sempre fonte de traumas, perplexidades e angústias²². Se a morte não existisse, opinou, não haveria nem religiões, nem filosofias, nem arte, e talvez nem haveria ciência, porque estas formas de conhecimento e de expressão humanas são, afinal, tentativas de vencer a morte.

Na perspectiva de António Arnaut há um certo pudor, um autêntico *tabu* em falar da morte. Mesmo no tempo presente, em que a ciência abre tão largos horizontes, se foge à discussão do problema, presumivelmente por não existirem respostas que desvendem o enigma da criação e da morte. A religião – advogou – desde que o homem teve consciência da sua finitude, tornou-se na forma mais eficaz, porventura a única, de vencer a morte, pois a existência de Deus postula



Figs. 4 e 5 – Palestrantes das 3.^{as} JHS. (esq.) Moisés Espírito Santo, (dir.) António Arnaut

²¹ Sobre este códice, viria a publicar, já em 2008, um livro. Ver SANTOS, Maria José Azevedo – *Um obituário do Mosteiro de S. Vicente de Fora. A comemoração dos que passaram por este mundo*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 2008.

²² A matéria abordada nesta conferência esteve na base do livro que, com o mesmo título, viria a publicar no ano subsequente ao destas Jornadas. Ver ARNAUT, António – *Vencer a morte: conferência (seguida de três poemas)*. Coimbra: Coimbra Editora, 2001.

a imortalidade da sua criatura, quer seja através reencarnação, quer seja pela ressurreição, ou pela salvação da alma. Todas as religiões, de um modo geral, pretenderam encontrar uma explicação para a morte do corpo como passagem para a eternidade, muito embora, opinou ainda Arnaut, os crentes são mais propensos aos traumas da morte do que os não crentes e ambos sabem o mesmo sobre o além: nada. Citando Fernando Catroga, disse que a morte é um nada epistemológico e um nada ontológico. Por isso, o que é preciso, concluiu o conferencista, é viver a vida. O poema com que terminou, aludiu, em síntese, a que morrer em paz e viver na memória dos outros é outrossim uma forma de vencer a morte, ou o seu medo, e merecer a vida.

A última conferência desta manhã coube a Lúcia de Brito Moura, que falou sobre *O Testamento como preparação para a Morte*²³. De acordo com mesma, os testamentos são um manual de estudo para os mais variados ramos da história. Através deles é possível verificar uma multidão de gente que, com os olhos na morte, dava vazão aos seus receios, procurando exorcizar os seus medos. Ricos e pobres, letrados e analfabetos, apresentavam comportamentos semelhantes. Durante séculos, numa sociedade ensinada a encarar o mundo tão só como transição para o além, e em que o religioso moldava a vida dos indivíduos, o ato de testar foi fundamentalmente religioso, constituindo mesmo um dever para o cristão.

O agitar de ideias que percorreu o século XVIII abalando as estruturas sociais e políticas, refletiu-se na família e nas relações com a Igreja, tendo repercussões também no modo de encarar a morte, perdendo os testamentos, de forma geral e gradual, o carácter religioso. Contudo, mostrou ainda Lúcia Moura, no interior de Portugal, e nomeadamente em Seia, o testamento permaneceu com o seu cariz religioso, sendo considerado, de acordo com a expressão de Jacques Le Goff, um “passaporte para o céu”. Mantinha, portanto, os requisitos que o tornavam um contrato religioso. Explicou, por fim, que os testamentos espelhavam os cuidados pormenorizados dos vivos na preparação para o ritual da morte, aí atestando as mais variadas vontades. Os testadores sentiam que depois da morte ficariam em absoluta dependência dos vivos, na medida em que somente poderiam ascender ao Paraíso com a sua intervenção. Assim, para os desconfiados dos vivos, os testamentos eram a melhor precaução, deixando encargos pios que, desta forma, consideravam vir a ser cumpridos.

De tarde, as Jornadas prosseguiram com a comunicação de Fernando Catroga, *A Morte Hoje*²⁴. Começou por asseverar que historiadores, antropólogos, sociólogos e filósofos têm assinalado alguns dos motivos que, a seu ver, explicam a passagem da velha morte solidária à morte solitária hodierna. A desertificação do mundo rural, o desenvolvimento das cidades com as suas novas exigências e vivências, a redução e maior precariedade dos elos familiares, as novas condições de habitabilidade, as emigrações, a crença no poder da ciência e da técnica, o crescimento do individualismo, bem como a simultânea crise das igrejas e dos tradicionais mediadores do culto memorial, são algumas das razões sociológicas que podem explicar, no entender do preletor, a emergência de sinais de degradação do culto romântico dos mortos tal e qual pelo menos desde o século XIX, prolongando-se no século XX, ele se foi definindo.

Hoje, pontuou Fernando Catroga, assiste-se à medicalização da morte e a uma espécie de estandardização e mercantilização do último rito de passagem, ao mesmo tempo que a azáfama da vida moderna faz decrescer a duração do ritualismo. Apresentou, de seguida, o resultado de uma série de estudos e sondagens, realizadas em Portugal e no estrangeiro, que apontam para uma certa imprecisão acerca da crença em Deus e como é que isso se repercute nas expectativas do *post*

²³ Tema já esquadrinhado pela comunicante na sua dissertação de mestrado, publicada em 1996. Ver MOURA, Maria de Lúcia de Brito – *Viver e morrer em Gouveia nos avóres do século XX*. Viseu: edição da autora, 1996.

²⁴ Sobre este tema já havia refletido, nomeadamente num capítulo do volume V da História de Portugal dirigida por José Mattoso. Ver CATROGA, Fernando – Morte romântica e religiosidade cívica, in MATTOSO, José (coord.) – *História de Portugal*, vol.V. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998, p. 505-514.

mortem, sendo maior a percentagem dos que não acreditam na vida depois da morte do que aqueles que não acreditam na existência de Deus. Tudo isso evidencia, disse ainda o preletor, sintomas de uma indefinição em relação às representações mais tradicionais. O facto de a modernidade ter descredibilizado a escatologia tradicional e a sua articulação com a crença no juízo final, levou ao enfraquecimento dos discursos sobre os defuntos. Longe da invocação do céu, do inferno ou do purgatório, as leituras e os comentários feitos durante o último ritmo de passagem valorizam mais, hoje, as ideias de repouso, de paz e até a dimensão pascal da própria morte. Quanto à cremação, uma vez que ela representa um desligamento da forma fiscalista de representar o além, não vingou nos países do sul porque há, neles, um capital cultural de expectativas muito profundo e que leva a que as transformações sejam muito lentas. No final da sua conferência asseverou que perante o trauma da morte, o homem necessita de fazer o luto, e só há um luto bem feito quando os vivos vencem a morte através de um distanciamento temporal entre o presente e o passado, superando o *caos* e renovando o *cosmos* individual, familiar e social.

Ana Cristina Araújo foi a conferencista que se seguiu. *Bodas de Sangue: Condenação e Execução Pública* foi o mote que escolheu, centrando a sua reflexão entre os séculos XVI a XVIII²⁵. Começou por dizer que, nas sociedades do Antigo Regime, a execução pública estava simbolicamente ligada à afirmação do poder. O sistema penal acentuava a natureza discricionária e violenta da punição para melhor salientar a clemência do perdão. Como ato comutativo, vindicativo e exemplar, a pena era demonstração excepcional do arbítrio humano. A disciplina do castigo, bem como a generosidade do livramento e do perdão eram apanágio do monarca. Citando António Hespanha asseverou que através da dialética do terror e da clemência, o rei constituía-se, ao mesmo tempo, em senhor da justiça e mediador da graça.

A Professora da Universidade de Coimbra ensinou, depois, que a condenação à morte revestia três modalidades distintas: decapitação, forca e fogueira. Contudo, se do ponto de vista doutrinário o equilíbrio entre o rigor do Direito e a moderação do julgamento definiam idealmente a disciplina do castigo, na prática, o acento tónico da acção da coroa e dos tribunais seculares inclinava-se de modo inquestionável para um estilo de punir muito mais brando do que as disposições legais sugeriam. Todavia, aclarou também, a modéstia punitiva das decisões judiciais e a escassez da aplicação de penas capitais não significa que estas não tivessem importância no sistema punitivo ou que a prática penal não fosse forte e credível.

Falou, depois, do modelo da *boa morte cristã* e das etapas do acompanhamento religioso da cerimónia, regulamentado minuciosamente pelas Ordenações Filipinas. As Misericórdias, explicou, desempenhavam um papel fundamental no festim punitivo organizado para celebrar exemplarmente a morte. Por fim, deu exemplos de execuções públicas capitais e explicou a reacção que elas provocavam nos espectadores.

O segundo dia de Jornadas terminou com a intervenção de José Manuel Tedim, que apresentou como tema *A Morte do Rei. A Morte como espetáculo no Portugal Barroco*. Explicou, de início, que na mundividência barroca as exéquias reais provocavam sempre um cerimonial aparatoso e espetacular. As formas de anunciar publicamente a morte do rei assumiam um carácter cerimonial, festivo, uma espécie de pregão de morte. Citou, depois, a obra *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*, da autoria de João Batista de Castro, para explicar que em Portugal existia o costume, desde tempos remotos, da contratação pranteadeiras, também designadas de carpideiras, para acompanhar os

²⁵ Sobre este tema, da sua especialidade, a palestrante publicaria um artigo no ano de 2001. Ver ARAÚJO, Ana Cristina – Cerimónias de execução pública no Antigo Regime: escatologia e justiça. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 1 (2001), p. 169-211.

defuntos, chorando, carpindo e pranteando sobre eles, como acontecera nos enterros de D. Dinis e D. Fernando. Conquanto D. João I tenha tentado extinguir este costume, ele manteve-se, assim como o luto branco, até ao final do reinado de D. Manuel. Notou, de seguida, que à morte de um rei se seguia o despacho de correios para as comarcas, com cuja notícia se levantavam túmulos de madeira nas catedrais e paróquias, para se executar uma série de ritos e cerimónias. Por fim, baseado nalguns exemplos de arte efémera, venceu que a passagem para a eternidade implicou a constituição de cenários de espetacularidade com a teatralização do espaço fúnebre.

A manhã do último dia das Jornadas proporcionou três conferências. Maria Helena da Cruz Coelho iniciou os trabalhos com a prelação intitulada *O Cerimonial da Morte Régia (séc. XIV-XV)*. Os cerimoniais, disse, a par dos recursos retóricos, simbólicos e iconográficos, constituíram instrumentos da propaganda régia. O cerimonial da corte inscrevia-se no rito, como um género dentro da espécie e constituía-se como um tipo de ritual particular que se desenvolvia num universo simbólico específico, protagonizado apenas por pessoas escolhidas. Os cerimoniais da corte, expressão e mecanismo do poder, assumiam-se como elementos identificadores da realeza e corporizavam a relação entre o rei e o reino. Ato e teatro, que o cerimonial, com o evoluir dos tempos, mais e melhor combinava para obter todas as multivalências da projecção do poder: persuasão, carisma, controlo, legitimação e propaganda.

A medievalista, Professora da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, afirmou depois que morte do rei era peça central da sucessão dos reinados, da reprodução e sobrevivência imorredoiada do poder. Era a legitimação implícita de uma dignidade que se sobrepunha e prolongava para além da morte. Esta mensagem idológica do poder, inerente ao discurso oficial, destinava-se a ser apreendida pelos súbditos do reino, a quem caberia descodificar a mensagem. Ainda que a morte do rei tivesse a exemplaridade da de um bom cristão, que como tal deveria ser chorado, pranteado e sufragado, encerrava na recorrência da gestualidade e na perpetuidade da memória uma dimensão pública e política que a transformava num mecanismo intrínseco da monarquia.

Que lição magistral, esta, ultimada com a assunção de que as cerimónias da morte régia pertenciam mais ao mundo dos homens do que ao mundo de Deus, importando deixar, aqui, uma citação das suas palavras finais: “Tragédia, por vezes. Sempre tristeza pelo rei morto, a par de esperança pelo rei posto. Morte vivida em espaço íntimo e privado. Morte assumida como ato público e político. Ato a um tempo único e idêntico aos demais mortais. Ritual simbólico, de propaganda e memória, do supremo e imorredoiro poder régio. Cerimonial desmultiplicado em cortejos ostentatórios, em gestos religiosos e profanos de dó ou alegria, em dádivas a grandes e a pequenos, em solenes e prolongadas exéquias. Eis aqui, em suma, algumas das componentes da festa que era a morte régia”.

Regina Anacleto foi a segunda conferencista da manhã. *A Casa Romântica dos que já Morreram* foi o tema que se propôs a tratar. Apresentou exemplos de alguns jazigos de diversos estilos arquitectónicos, como o do Cemitério dos Prazeres, em Lisboa, sublinhando que a imaginação especulativa da sua arquitectura se definia como decoração ou ensaio miniatral com a escala a condicionar o poder final. O carácter específico do monumento, advogou, surgiu do seu eclectismo, aí convivendo vários estilos.

Atentou, de seguida, nalgumas tendências revivalistas da arquitectura cemiterial, ecléticas, como o neo-manuelino, o neo-românico, o bizantino e a designada *Casa Portuguesa*²⁶. Esclareceu ainda que a introdução e vulgarização dos jazigos, que dão pleno sentido à expressão última morada,

²⁶ Um desenvolvimento sobre a temática, da autoria da conferencista, poder-se-á encontrar em ANACLETO, Regina – Arquitectura revivalista de Coimbra. *Revista Mundo da Arte*, 8-9 (1982) p. 1-29.

bem como de outros monumentos funerários, como os evocativos (filiados na tradição neoclássica), só começaram a verificar-se em meados de Oitocentos. Os novos lugares da morte impunham a segregação entre ricos e pobres, plasmando quadros de reagrupamento das diferenciadas vaidades póstumas dos defuntos ou dos seus familiares. Na sua estrutura, como na sua função, concluiu, os cemitérios integram-se na esfera do simbólico. São um suporte da memória. Verdadeiros museus ao ar livre oferecem a todos quantos pretendem interrogá-los um reportório extraordinariamente vivo e eloquente de arte, de mentalidade, de economia, de costumes e até de sensibilidade.

A derradeira comunicação, intitulada *A Morte e a Festa em Trás-os-Montes*, coube a António Lourenço Fontes²⁷. O sacerdote, licenciado em História, natural de Cambezes do Rio, iniciou a sua incursão alegando que S. Francisco chamava à morte a *irmã morte*, como algo próximo, do quotidiano. Explanou depois, para gáudio da audiência, do ponto de vista da cultura popular, algumas manifestações ligadas à morte e à festa fúnebre, como canções, expressões, ditos, lendas, rezas, benzeduras, defumadoiros, provérbios, ritos, juras e pragas.

Importa registar alguns dos muitos exemplos que apresentou. Sendo os ofícios divinos em latim, não compreensíveis ao vulgo, o povo, para chacota, divulgava a correspondente imitação, subvertida, dos dizeres clericais: “Enrola enrola, bota o defunto à cova, por alma do defunto, venha mais um presunto, se a viúva fica bem, não é pra mais ninguém”. Era comum dizer-se, e diz-se ainda hoje também, “na morte e na boda, verás quem te honra”, traduzindo o costume de ir ao funeral para prestar a última homenagem; “a morte é negra”, no sentido da cor do luto e do sofrimento; “tens cara de defunto”, para significar o mau aspeto; “Deus nos livre de bocas abertas e pessoas mal certas”, para traduzir a crença antiga de que os espíritos entram pela boca, e que faz com que ainda hoje, ao bocejar, algumas pessoas façam uma cruz na dita; “deu-lhe o chá da meia-noite”, expressão indicadora da crença de que existia um chá venenoso, que se servia à noite, nos hospitais públicos, aos doentes considerados incuráveis.

Explicou, depois, que a morte também é festa porque nalgumas procissões em honra dos padroeiros, figuravam alguns indivíduos que querendo agradecer a vida ou cumprir promessas dos mortos, vestiam traje branco, simbolizando o amortalhado. Acresce que existia a tradição dos *banquetes* depois dos funerais. À frente da procissão, uma mulher conduzia o *carolo*, isto é, o cesto de pão, cuja distribuição se fazia no fim, à saída do cemitério. A conferência do padre Fontes terminou com a assunção de que se acreditava, e acredita ainda hoje, em Trás-os-Montes, que quem em vivo não vai a Santiado de Compostela, vai em morto. Por isso, a primeira coisa que se fazia e faz ainda hoje a um morto é calçá-lo, dizendo-lhe: “Alma vai para Santiago”.

O tema morte é um dos temas de tendência mais longa que se pode estudar pois, como mostraram estas Jornadas, é um tema da história dos vivos desde as épocas mais remotas. O evento foi, por isso, bastante instigador, no sentido em que proporcionou aos ouvintes perspectivas muito diversas sobre a morte, desde os tempos pré-históricos até à atualidade, desde a história até outros domínios do conhecimento, desde a conceção que sobre ela tem a Igreja Católica até outras associações espirituais e à própria religiosidade popular.

O encerramento fez-se, como era da praxe, com as palavras do presidente da autarquia. Eduardo Brito agradeceu a todos os organizadores e intervenientes, salientou o sucesso das Jornadas e mostrou-se convicto que ele seria superado nas próximas, anunciando o tema: *A vida e obra de Afonso Costa*.

²⁷ Esta comunicação foi baseada na 1.ª edição da obra: FONTES, António – *Etnografia Transmontana – Crenças e Tradições de Barroso*. Lisboa: Âncora Editora, 2014 (a 1.ª ed. é de 1974), 2 vols.

IV Jornadas

A vida e obra de Afonso Costa

Data: 14 a 16 de novembro de 2001

Local: Salão de Congressos da cidade de Seia

Organização: Câmara Municipal de Seia / Arquivo Municipal

Coordenação científica: Fernando Catroga [FLUC]

Inscritos: 213

Conferencistas (11):

Fernando Catroga [FLUC]

Afonso Costa e o Projecto de Laicização da Sociedade Portuguesa

António Reis [FSCH-UNL]

Afonso Costa na Liga de Paris

Isabel Nobre Vargues [FLUC]

Afonso Costa na Imprensa do seu Tempo

Vítor Neto [FLUC]

O Estado e Igreja no Tempo de Afonso Costa

Amadeu Carvalho Homem [FLUC]

O Tempo Político e Social de Afonso Costa

Lúcia de Brito Moura [Escola Secundária de Seia]

Afonso Costa em Guerra com a Igreja Católica

Norberto Cunha [ILCH-UMinho]

Lastro Socializante do Republicanismo de Afonso Costa

Luís Reis Torgal [FLUC]

Duas "Verdades". Salazar e Afonso Costa.

Alice Samara [IHC]

Afonso Costa e a Política de Intervenção na Grande Guerra

Fernando Rosas [FCSH-UNL]

Afonso Costa e a Crise de Legitimidade da I República (1910-1917)

Almeida Santos [Advogado e político]

Encerramento

COM A PRESENÇA:

Dr. Almeida Santos

Professor Doutor Fernando Catroga

Professor Doutor António Reis

Professora Doutora Isabel Nobre Vargues

Professor Doutor Vítor Necto

Professor Doutor Amadeu Carvalho Homem

Sinopse:

Afonso Augusto da Costa nasceu em Seia no dia 6 de março de 1871 e faleceu em Paris no dia 11 de maio de 1937. Foi advogado, professor universitário, doutrinador e político republicano (parlamentar, estadista e diplomata). Licenciou-se no ano de 1894 e doutorou-se um ano depois, com uma dissertação intitulada *A Igreja e a Questão Social*. Foi professor na Universidade de Coimbra (Direito Civil, 1896, Economia Política, 1896-98 e Organização Judiciária, 1897-1901), na Escola Politécnica de Lisboa (Economia Política, 1911), na Faculdade de Estudos Sociais e de Direito (depois Faculdade de Direito) de Lisboa – que fundou (1913) e de que foi o primeiro diretor – e no Instituto Superior de Comércio (1915). Além de académico foi também advogado de grande prestígio e um dos juristas mais respeitados do seu tempo. Se é certo que se notabilizou enquanto professor, advogado e jurista, não é menos verdade que também se destacou na atividade política. Deputado, ministro, chefe de Estado, ideólogo e reformista, instigador de revoltas contra regimes ditatoriais, entusiasta convicto do livre pensamento e da ideia de democracia. A sua importância na história política portuguesa do século XX é inversamente proporcional aos estudos (bastante escassos) sobre si desenvolvidos. Eis a razão de ser do tema escolhido para estas Jornadas.

A primeira conferência das Jornadas esteve a cargo de Fernando Catroga, que abordou o seguinte tema: *Afonso Costa e o Projecto de Laicização da Sociedade Portuguesa*. Começou por advogar a nuclearidade do tema para compreender as incompreensões que a vida de Afonso Costa suscitou no seu tempo, com projecções até ao tempo presente, visíveis no facto de ser um dos injustiçados da memória portuguesa e, também, da própria historiografia. Tais silenciamentos, frissou logo após, não têm qualquer sentido, porquanto se trata de um dos políticos que mais marcou a sociedade portuguesa da década de 10 até à década de 30 do século XX, aludindo portanto ao paradoxo que constitui o facto de não existir, sobre ele, nenhuma dissertação de doutoramento²⁸.

Afonso Costa suscitou paixões e ódios. Fernando Catroga pretendeu demonstrar que o político, ateu e livre-pensador, era um homem do seu tempo, em sintonia com projetos que atravessavam os principais países europeus católicos e que os protagonistas desses projetos estavam absolutamente convencidos que, neles, a *questão religiosa* tinha que ser afrontada porque era uma questão cuja solução seria fundamental para acelerar a modernização de Portugal. Significa isso, portanto, que a *questão religiosa* surgiu, pelo menos no discurso daqueles que defendiam uma perspectiva de laicização do Estado e da sociedade, intimamente ligada a um projeto modernizador, geralmente encarnado por um movimento político que, aos poucos, se hegemonizou na ampla família que tinha pelo menos uma base mínima de consenso em relação a este ponto de partida. Esta visão não consente, explicou o conferencista, que se pense a questão religiosa meramente como uma questão de jacobinos republicanos, pois ela atravessa a política portuguesa pelo menos desde Pombal, passando pela revolução liberal portuguesa e pelo movimento republicano, sendo mesmo fundamental para a consolidação do movimento socialista e intrínseca à afirmação da ideologia anarquista em Portugal. Por conseguinte, Afonso Costa não inventou a *questão religiosa*, apenas procurou cumprir um programa que na vida política portuguesa tinha já várias décadas. Esse programa baseava-se no pressuposto de que a República não era apenas uma questão de regime, mas essencialmente um projeto mais

²⁸ Entretanto o panorama não se alterou muito. Note-se que no ano de 2011 Jorge Pais de Sousa, investigador do CEIS20, foi contemplado com uma bolsa de pós-doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia, para desenvolver o projeto, ainda em curso, intitulado “Afonso Costa: Biografia Intelectual e Política (1871-1937)”.

global, de revolução cultural tendo em vista uma reconversão das formas de pensar e agir, e uma revolução social e política, que assentava na emancipação política pela democracia e na emancipação social pelo socialismo²⁹.

Catroga centrou-se depois no movimento do livre pensamento, a que Afonso Costa se filiava e cujo programa estava definido em Portugal desde os finais do século XIX. Entendia esta associação que a secularização do Estado deveria ser acompanhada com a laicização da sociedade. Quando Afonso Costa defendeu a sua tese de doutoramento *A questão social e a Igreja* reivindicava uma tradição de um iluminismo positivista com conotações socialistas. A obra legislativa de Afonso Costa procurou cumprir, em última análise, a agenda do movimento livre-pensador tal e qual ele começou a ser definido em Portugal e era definido até em congressos internacionais do movimento: a separação entre a Igreja e o Estado; a separação entre a Igreja e a família; a separação entre a Igreja e a Escola; a separação entre a Igreja e as Forças Armadas; e a separação entre a Igreja e a assistência social e a saúde.

Como sobejamente demonstrou esta conferência, conquanto tenha sido monumental, a obra legislativa de Afonso Costa, num país predominantemente católico e rural, provocou um choque profundo. O autoconvencimento dos defensores desta via que, segundo a metáfora que os próprios utilizavam, consistia em “alumiá-los espíritos para os emancipar”, acabou por cegar em relação ao desfasamento entre o projeto e a realidade. Intensificou, no fundo, o desejo vanguardista de acelerar a história, sem a consciência de que por mais justas ou promissoras numa determinada conjuntura, essas ideias são atos de voluntarismo que, tarde ou cedo, podem provocar *efeitos perversos*, isto é, que vão em sentido contrário aos propósitos.

Para Afonso Costa, a religião era algo que ultrapassava a esfera meramente individual, tinha implicações de uma esfera social. Estava convencido que a revolução cultural que o laicismo iria propor traria o gradual desaparecimento das religiões de fundamentação transcendente sendo substituídas pela sobrevivência de uma religiosidade de carácter cívico, a interiorização de uma moral social e cívica consubstanciada no culto de ideais como Pátria, Nação, Humanidade, Justiça e outros de tipo essencialmente secularizado. Afonso Costa preconizava uma espécie de religião ao contrário e esta ideologia totalizadora de laicismo, esta ideia de um anticlericalismo intimamente ligado a um clericalismo, levava a campos que extremavam as posições e acolitava uma aconfessionalidade confessional do Estado. No seguimento destas ideias, Fernando Catroga defendeu a ideia de que a História deve olhar para a consumação deste projeto vanguardista, não necessariamente novo, com os olhos da compreensão, ao invés de uma putativa crítica: “o futuro tem de saber o que de futuro houve, mesmo nos erros do passado”.

O epílogo desta palestra ensinou aos presentes que, segundo o princípio da laicidade, uma crença filosófica, religiosa ou outro tipo de opção, pelo simples facto de ser maioritária não lhe confere o estatuto de ter uma posição de privilégio que obstaculize a afirmação de outras opções minoritárias, porque laicidade vem de *laos*, que significa povo, isto é, *laos* é a entidade fundante do *demos* e, por conseguinte, da própria democracia, ou seja, a democracia enquanto constituída de poder político tem que respeitar o *laos*, e o *laos* não é mais do que *Resública*, a cidade de todos e de cada um, onde todos para se realizarem não podem hegemonizar nem a parte nem o todo. Esta cultura da laicidade sem a obra da República e sem o choque cultural provocado por

²⁹ Para um tratamento mais aprofundado da questão ver CATROGA, Fernando – *Entre deuses e césares: secularização, laicidade e religião civil: uma perspetiva histórica*. Coimbra: Almedina, 2006.

Afonso Costa não tinha sido colocada como um património e um princípio fundamental para a convivência dos povos, para as organizações do Estado e para as organizações internacionais.

A preleção que se seguiu, da autoria de António Reis, intitulada *Afonso Costa na Liga de Paris*, mostrou que o estadista, natural de Seia, não foi só um grande propagandista republicano, não foi só um grande presidente de alguns ministérios da Primeira República, não foi apenas o grande negociador na Conferência de Versalhes, não foi só o desejado para alguns governos do segundo período da Primeira República. Afonso Costa, obrigado a partir de 1926 a um exílio permanente em Paris, onde já residia habitualmente desde 1918, foi um denodado e persistente combatente, primeiro contra a ditadura militar e depois contra o *Estado Novo* implantado com a Constituição de 1933.

Foi exatamente a esta luta que Afonso Costa desenvolveu no exílio, que António Reis dedicou a sua comunicação, começando por assumir que foi ele a figura central da *Liga da Defesa da República*, fundada primeiro na Galiza e, transplantada, de forma efectiva, em Paris, em abril de 1927, por isso mais conhecida por Liga de Paris, constituindo a principal organização política criada pelos exilados republicanos, fora e acima dos partidos. Esta Liga, inicialmente uma aliança entre intelectuais e militares para combater a ditadura militar, tinha um projeto de reestruturação profunda da situação política do país, executando a sua propaganda através de um jornal clandestino chamado *A Revolta*.

Afonso Costa na Imprensa do seu Tempo foi a intervenção subsequente. Isabel Nobre Vargues procurou demonstrar que a imprensa não ignorou a figura de Afonso Costa. O papel político, de relevo, que exerceu na Primeira República ficou registado em vários órgãos de comunicação social. Jornais como *O Mundo* ou *A Luta*, veículos fundamentais de transmissão da ideologia republicana, são exemplos cabais de iniciativas que a opinião pública não ignorou. Já casos como o da *Ilustração Portuguesa*, através do seu suplemento *O Século Cómico*, e outros textos satíricos, são evidência de periódicos que captaram as mudanças propostas, neles figurando, como seria de esperar, a figura de Afonso Costa e algumas das principais medidas tomadas pelo seu governo.

Da imprensa, as Jornadas voltaram à discussão da relação entre o Estado e a Igreja no tempo de Afonso Costa. Vítor Neto, especialista no tema, principiou com a assunção de que com a Implantação da República se abriu em Portugal um novo ciclo histórico na conflitualidade sócio-religiosa e político-cultural. Ao concretizar o projeto de laicização do Estado e da sociedade (definido durante a monarquia constitucional pelos líderes republicanos), a obra legislativa de Afonso Costa foi a origem dessas divergências ideológicas. No seu radicalismo, afirmou ainda o conferencista, Afonso Costa esvaziou o centro político, afastou os moderados do novo regime e abriu caminho a uma luta entre o Estado e a Igreja estabelecido por Sidónio Pais em 1918³⁰.

Referiu, de seguida, que durante a Primeira República existiram dois períodos bastante diferenciados ao nível das relações entre o Estado e a Igreja: o primeiro entre 1910 e 1917, caracterizado pela ausência de relações públicas e diplomáticas com o Vaticano e por uma verdadeira “guerra religiosa” no conjunto do país; e o segundo inaugurado pelo Sidonismo, bastante mais apaziguador. Seria nesta segunda fase que se assistiria à imposição do barrete cardinalício pelo Presidente da República António José de Almeida, ao núncio Locatelli (1923), numa cerimónia carregada de simbolismo e destinada a atrair os católicos moderados e conservadores para o interior do regime.

³⁰ Das várias referências bibliográficas que, sobre o tema, têm como autor Vítor Neto, permito-me citar a seguinte: NETO, Vítor – A questão religiosa na Primeira República portuguesa, in MOURÃO, Alda; GOMES, Angela de Castro (coords.) – *A experiência na Primeira República no Brasil e em Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014, p.137-157.

No geral, notou por fim Vítor Neto, não só a República acentuou a oposição político-cultural ao clericalismo, como a mundividência dos livre-prensadores se opôs frontalmente à cosmovisão católica e clerical. Daí as razões do combate entre posições que pareciam irreduzíveis, numa época em que a questão da luta contra o clero assumia grande relevância e ocupava o espaço mental das elites republicanas e largos setores das camadas populares.

Este primeiro dia de trabalhos encerrou com um debate, bastante participado, demonstrando o compromisso da assistência com o evento, fazendo-se notar, de forma crítica, a ausência de uma reflexão acerca do pensamento de Afonso Costa sobre o fenómeno das *aparições de Fátima* e a não abordagem da questão colonial, uma questão que perpassou toda a Primeira República e que, inclusive, preocupou o estadista, a figura central destas Jornadas.

O segundo dia de trabalhos iniciou com a conferência *O Tempo Político e Social de Afonso Costa*, proferida por Amadeu Carvalho Homem. Para contextualizar a questão rememorou que quando Afonso Costa nasceu, Portugal vivia a ressaca do *fontismo*, designada *política dos melhoramentos materiais*, posta em prática com o intuito de aproximar o reino dos níveis de desenvolvimento e até do nível de cultura da Europa para além dos Pirinéus, mas que, na verdade, endividou Portugal a um nível bastante acentuado, o que, a prazo, inevitavelmente resultou em grandes problemas e incomodidades, nomeadamente no plano da disciplina social. Com efeito, a partir das décadas finais do século XIX apareceu um conjunto de manifestações, nomeadamente de reorganização político-social, de arrumação de forças partidárias com o desejo de substituição da filosofia de intervenção da regeneração e dos políticos que imediatamente lhe sucederam. Eis a génese das ideias socialista e republicana.



Fig. 6 – Salão de Congressos lotado nas IV JHS. Na primeira fila, à direita, a Filomena Correia de Carvalho, mentora do evento

Amadeu Carvalho Homem explicou depois como se deu a transição a partir de 1890 e que papel desempenhou Afonso Costa nesse contexto, desde os tempos em que era estudante em Coimbra. Referiu as consequências do Ultimato Inglês de 1890, como foi encarado pelos sectores republicanos para quem era simpática a ideia de nacionalismo colonialista; a implantação da *República das 8 horas*, em 31 de Janeiro de 1891, no Porto; o desmantelamento do sistema rotativista, entre 1900 e 1904; a evolução e o ocaso do franquismo; o regicídio e a Implantação da República; e o protagonismo desempenhado por Afonso Costa no decurso da primeira fase da República Portuguesa. Não terminou sem sublinhar que Afonso Costa foi o grande apolo-gista da participação de Portugal na Grande Guerra, considerando que era a única forma que tinha de manter o seu património colonial.

Lúcia de Brito Moura foi a oradora que se seguiu, propondo-se a reflectir sobre *Afonso Costa em Guerra com a Igreja Católica*³¹. Exponente máximo de uma forte corrente de opinião que acreditava que o maior obstáculo à modernização da sociedade portuguesa estava na Igreja Católica, Afonso Costa, então governante, foi autor de numerosa legislação, designadamente a Lei da Separação, destinada a acabar com a sua situação de privilégio e lançar as bases de um estado laico. Todavia, a implementação de uma política que fazia do Estado o árbitro da consciência individual granjeou muitos ódios contra Afonso Costa e conduziu a violentos confrontos na sociedade portuguesa. Foram estes, em suma, os argumentos explanados por Lúcia Moura.

Chegara o momento de escutar Norberto Cunha, que se propusera a falar sobre o *Lastro Socializante do Republicanismo de Afonso Costa*. Afonso Costa, disse o Professor da Universidade do Minho, por mais de uma vez se afirmou socialista. A evocação de um socialismo reformista por parte de Afonso Costa ocorreu sempre, ou em momentos de convergência com o Partido Socialista, ou em momentos de forte agitação social e operária, que Afonso Costa sempre acreditou manejar. Ele reconhecia a importância da teoria da luta de classes como ideia mãe do socialismo militante e estava convencido que essa luta não esgotava a questão social e não era a única estratégia de transformação da sociedade para criar mais justiça social. Para ele não se podia aplicar *stricto sensu* uma teoria socialista, em abstracto, sobre uma realidade concreta, sendo necessário ter em conta as idiossincrasias das sociedades. Era, por conseguinte, refratário em relação ao determinismo histórico de Marx, muito embora reconhecendo que a sua teoria económico-social era extremamente importante.

Afonso Costa procurou, pela via legislativa, transformar as pessoas por dentro, estando convicto que, assim, as pessoas estariam em melhores condições de aceitar as liberdades fundamentais, os direitos do homem e do cidadão, as novas leis da família, a moral do altruísmo, uma socialização dos meios de produção (ainda que progressiva e numa primeira fase meramente cooperativista) e, em suma, uma política reformista. Por conseguinte - referiu por fim Norberto Cunha - Afonso Costa subscrevia Mallon, que dizia: “saibamos ser revolucionários quando as circunstâncias o exigem, mas reformistas sempre”.

Neste segundo dia de Jornadas houve ainda tempo e disposição para escutar a comunicação bastante instigadora de Luís Reis Torgal: *Duas “Verdades”. Salazar e Afonso Costa*³². Fez saber ao auditório, em jeito de preâmbulo, que estas duas figuras, tão diferentes, têm aspetos que se tocam. Afirmando-se como um historiador que concebe a História como uma representação de representações, estruturou a sua análise fundamentalmente em imagens, nos discursos, na retórica política (discursos, livros, panfletos, jornais).

³¹ Parte do que aqui expôs encontra-se na publicação que constitui uma versão revista da sua dissertação de doutoramento. Ver, MOURA, Maria Lúcia de Brito – *A guerra religiosa na I República*. Cruz Quebrada: Editorial Notícias, 2004.

³² Em 2002 o autor fez publicar uma versão escrita desta comunicação na revista *História das Ideias*, referindo o facto de ela ter sido apresentada nas Jornadas Históricas de Seia. Ver TORGAL, Luís Reis - Duas “Verdades”. Salazar e Afonso Costa. *Revista de História das Ideias*, vol.23 (2002), p. 409-446.

A *verdade* – declarou - constituía um dos pontos fundamentais da conceptuologia e da metodologia política de Salazar. O ideólogo do *Estado Novo* pretendeu, desde o início do seu governo, criar a ideia de que estava na posse da “verdade” e, por isso, desejou difundir as “grandes certezas da Revolução Nacional”. Nesse seguimento, os republicanos publicariam o jornal clandestino *A verdade*, e Afonso Costa daria uma entrevista a um jornalista brasileiro, José Jobim, que se intitularia em livro “A verdade sobre Salazar”. Poderia, portanto, como defende Luís Reis Torgal, dizer-se que se ergueram duas “verdades”, a de Salazar e a da “oposição republicana”, ou, no caso mais conhecido, a de Afonso Costa.

Explicou o conferencista que as críticas de Afonso Costa a Salazar aproximavam-no de Mussolini mas também, curiosamente, do comunismo. Alegava que Salazar estava a criar um Estado forte através da criação de determinados organismos económicos e financeiros, com o fito de *comunizar* todo o processo económico português. A própria criação da *União Nacional*, dizia Afonso Costa, tinha como objectivo criar uma espécie de “estado semi-colonial em que já seria possível a repetição de um governo jesuítico, semelhante ao do Paraguai, um governo de *comunismo ideal* mas modernizado à luz da experiência comunista da Rússia”. Seria uma espécie de *comunismo de direita*, dizia Afonso Costa. A maior crítica, contudo, que fazia ao *Estado Novo*, detinha-se na questão financeira, alegando que o equilíbrio era aparente. Salazar haveria de responder a esta entrevista com uma curta nota oficiosa, aproveitando, como bem sabia fazer, para denunciar aquilo que considerava serem as falsidades de Afonso Costa. Entrara-se num jogo de *verdades* e de *falsidades*. Dois discursos, portanto, que se tocaram, que colidiram estrondosamente e que se separaram.

Depois do debate que se seguiu à conferência de Luís Reis Torgal, os trabalhos foram retomados com a intervenção de Alice Samara: *Afonso Costa e a Política de Intervenção na Grande Guerra*. Analisou as problemáticas relacionadas com a questão da participação portuguesa na I Guerra Mundial, designadamente a opção intervencionista radical, gizada ainda antes do início do conflito, que teve em Afonso Costa um dos protagonistas. Face a uma Europa tão crítica da República e dos seus governos, uma eventual participação na guerra parecia uma solução redentora dos antigos pecados, porque parecia poder apresentar Portugal como uma Nação séria e organizada ao lado da França e da Inglaterra. Os políticos de então, muitos dos quais da geração combativa do Ultimato, não queriam unicamente manter a aliança, pretendiam afirmar Portugal como parceiro em pé de igualdade.

Tal como outros intervencionistas radicais, Afonso Costa era apologista de uma aliança entendida como um contrato bilateral, de respeito recíproco, e não a expressão da subordinação de um país face a outro. Ao invés de uma estratégia concertada com os interesses britânicos, considerava que o caminho era impor a invocação da aliança. Foi exactamente isso que aconteceu. A estratégia guerrista adotada baseava-se no pressuposto de que, no contexto da inevitabilidade da guerra, urgia arquitetar a defesa nacional através da entrada na beligerância, assim garantindo a liberdade, a independência e o prestígio da jovem República Portuguesa. Credibilizar a República no exterior era também legitimá-la internamente. Significa isto, esclareceu Alice Samara, que a entrada na guerra ao lado dos aliados não representou o termo lógico de uma cadeia de acontecimentos ditos inevitáveis. Não aconteceu porque as situações a isso conduziram mas porque foram conduzidas para tal.



Fig. 7 – Último painel das 4.^{as} JHS. (da esq. para a dir.) moderador da sessão; Fernando Rosas (conferencista); Eduardo Brito (presidente da autarquia); Alice Samara (conferencista)

Fernando Rosas foi quem primeiro interveio no terceiro e último dia de Jornadas, com a comunicação intitulada *Afonso Costa e a Crise de Legitimidade da I República (1910-1917)*. Na segunda fase da Primeira República Afonso Costa não teve o papel e a responsabilidade que assumiu na primeira fase, tendo sido esta, enfatizou Fernando Rosas, a que mais concentrou o capital informativo e reflexivo produzido por estas Jornadas: a do Afonso Costa governante, ministro das finanças, chefe do governo, apologista e responsável da participação portuguesa na Primeira Guerra Mundial, autor das leis da Separação da Igreja e do Estado, anjo e demónio do debate político português da primeira fase da Primeira República até ao golpe sidonista. Este protagonismo esvaía-se na segunda fase da Primeira República Portuguesa. A ditadura encontrara-o já exilado de uma República que ele tinha tido a possibilidade de perceber que se encaminhava para um beco sem saída.

Explicou, depois, o processo que iria desembocar na crise dos sistemas liberais, com uma agudização decisiva no período pós-guerra e o surgimento de determinadas correntes como respostas a essa conjuntura, designadamente uma corrente de um autoritarismo antiliberal; uma corrente anti-sistémica em nome da revolução social, traduzida em propostas socialistas, anarquistas, comunistas e bolchevistas; e uma corrente ligada à tentativa de regenerar democraticamente o sistema. Concluiu com a ideia de que a República falhou por falta de projeto, por não conseguir encontrar uma base democrática de legitimação. O sistema não conseguiu alargar-se sob o ponto de vista da sua base de apoio e não conseguiu democratizar-se, tornando-se vulnerável com a questão da guerra, caindo logo em 1917, levantando-se ainda, mas sem sucesso, pelas consequências prolongadas da guerra.

Mário Soares, um dos conferencistas convidados, anuiu ao convite e chegou a constar do programa. Porém, imperativos de última da hora ditaram a sua ausência. De igual forma, António de Almeida Santos, senense célebre, também convidado e constante no programa, não pôde partilhar pessoalmente a sua reflexão nas Jornadas, enviando, contudo, o texto que redigiu para a sua conferência, o qual foi lido pelo então presidente da autarquia Eduardo Mendes de Brito. Entre outras coisas, Almeida Santos escreveu o seguinte: “É-me particular grato evocar hoje o mais ilustre dos nossos conterrâneos, o ilustre académico, advogado, político e homem de Estado, Afonso Costa. Seia orgulha-se justamente de muitos filhos ilustres mas a todos se agiganta esse atlante que foi Afonso Costa. Já seria notável sendo o pico mais alto das glórias da nossa querida Seia, mas ocorre ter ele sido, sem forçar a nota, o mais notável estadista do último século, o mais audaz, o mais combativo, o mais lúcido, o mais avançado em relação ao seu tempo, o mais prestigiado internacionalmente, o mais idolatrado e o mais vilipendiado, aquele que mais impôs a marca da sua personalidade na história das primeiras décadas do século XX. Digamos que catedráticos inteligentes há muitos, advogados, políticos, diplomatas, parlamentares, estadistas. Tão polivalentes e tão fazedores de história é que nem com a lanterna de Diógenes são fáceis de encontrar. Deter-me-ei, pois, sobre essas suas facetas, disso fazendo homenagem que simultaneamente quero prestar a Seia, à qual também pertenco pelo nascimento e pelo coração, e à memória do mais ilustre dos seus filhos que assim igualmente me pertence [...] Este breve bosquejo de uma época caracterizada por instabilidade político-partidária, alta rotação de câmaras legislativas e governos, duelos, agressões físicas e verbais, serve para documentar as dificuldades do tempo e do cenário em que coube a Afonso Costa ser por três vezes Presidente do Ministério – por duas Ministro das Finanças, por uma Ministro da Justiça, e por trezes vezes eleito Deputado. Cabe referir também as suas famosas recusas a exercer funções de Presidente do Conselho de Ministros para o efeito convidado, por duas vezes, pelo Presidente Teixeira Gomes; de Ministro das Finanças a convite do Presidente Bernardino Machado; de novo para formar Governo a solicitação de Álvaro de Castro; e de deputado nas últimas quatro vezes em que foi eleito. Essas recusas servem para demonstrar que Afonso Costa não exercia o poder por ambição, ou por vaidade, mas por coerência e patriotismo [...]”. Eis, no extracto breve de um texto bem concertado, o desiderato da comunicação de Almeida Santos.

V Jornadas

A Mulher

Data: 13 a 15 de novembro de 2002

Local: Casa Municipal da Cultura de Seia

Organização: Câmara Municipal de Seia / Arquivo Municipal

Coordenação científica: Fernando Catroga [FLUC]

Inscritos: 202

Conferencistas (13):

Zília Osório de Castro [FCSH-UNL]

Feminismos e feministas

Odete Santos [PCP]

Direito à Diferença versus Direito à Indiferença

Maria Manuela Tavares Ribeiro [FLUC]

Intelectuais Portuguesas e a Ideia da Europa

Irene Maria de Montezuma de Carvalho Vaquinhas [FLUC]

As mulheres do século XIX

Ana Vicente [Movimento Feminista]

As Mulheres e as Religiões

Rita Lino Garnel [FLUC]

Mulher e Violência: das Imagens e da Realidade na Lisboa da I República

José Eduardo Pinto da Costa [FMUP, ICBAS]

A Violência na Mulher

Ana Nóbrega [UPT]

As Mulheres e os Pedidos de Separação do século XIX

Manuela Cruzeiro [Centro de Documentação 25 de Abril-UC]

A Mulher e a Maçonaria

José Manuel Tedim [UPT]

A Mulher na Arte

Maria de Fátima Rosado [ESTES]

O que mudou para as Mulheres? Da Mitologia Grega aos nossos dias

Margarida Pocinho [ESTES]

Escravidão do Corpo e da Moda

13 a 15 de Novembro de 2002

CASA MUNICIPAL DA CULTURA DE SEIA (SALÃO DE CONGRESSOS)

Sinopse:

A V edição das Jornadas Históricas de Seia iniciou com a apresentação do número 8 da revista *Faces de Eva – Estudos sobre a Mulher*, dirigida por Zília Osório de Castro e Maria Teresa Santos. Apresentada pela jurista Maria do Céu Cunha Rego, incluía artigos de Paula Mourão, Violante Florêncio, Mônia Schpun, Filipa Vicente, Timothy Coates, Rogério Puga, bem como uma série de outras secções destinadas a entrevistas, a mulheres pioneiras, à toponímia no feminino, a leituras e a notícias.

Objetivando identificar novas áreas de trabalho e articular a procura, a partilha e a divulgação do saber científico, esta revista nasceu da convicção de que apesar do seu contributo ter sido muitas vezes silenciado, as mulheres estiveram sempre presentes, e de múltiplas formas, na sociedade. A apresentação deste número encaixou-se, portanto, de forma perfeita nestas Jornadas, com as quais revelou afinidade temática e metodológica, finda a qual usou da palavra exatamente a diretora do periódico, Zília Osório de Castro. Com a comunicação intitulada *Feminismos e Feministas*, a Professora Catedrática da Universidade de Lisboa apresentou uma reflexão sobre a ocultação e invisibilidade do trabalho das mulheres, tanto o profissional como o dito “doméstico”, e sobre o longo e moroso processo de mudança, quiçá ainda em curso, da sua condição social e do estereótipo que pressupõe a sua “inferioridade natural”.

Algumas permaneceram letargicamente resignadas, mas outras - explicou Zília Osório - pugnaram pelos ideais republicanos, integraram associações pacifistas e mutualistas e combateram as ditaduras. Lutaram pela obrigatoriedade do registo civil e pelo divórcio, bateram-se pelo direito ao voto, pelo direito à educação e aos cuidados de saúde materno-infantil, reivindicaram um subsídio pós-parto. Sob a discrição (por vezes até sob anonimato) ou à luz dos focos mais incandescentes, sempre existiram apologistas inconfessas da causa emancipadora.

Ao longo da história as mulheres destacaram-se nos mais variados campos, inclusive no do pensamento e da erudição. Encontramo-las, ainda que episodicamente, na construção do pensamento ocidental desde tempos remotos, designadamente na Antiguidade Clássica e na Alta e Baixa Idade Média. É inegável, porém, que esse protagonismo se fortaleceu na Época Contemporânea, como mostrou a comunicação de Maria Manuela Tavares Ribeiro, intitulada *Intelectuais Portuguesas e a Ideia da Europa*. Nela, enfatizou que nos alvares do século XX mulheres houve que se interessaram pela problemática da sua época, tais como, entre outras, Ana de Castro Osório, Adelaide Cabete, Aurora de Castro e Gouveia, Elina Guimarães, Vitória Pais Madeira, Maria Lamas, Teresa Leitão de Barros, Maria Amélia Teixeira, Regina Quintanilha, e Alice Pestana.

Esta última – sublinhou a palestrante – chegou a afirmar, através de pseudónimo, que a humanidade caminhava para a fraternização dos Estados autónomos, interrogando: “e não é, além de tudo o mais, a fraternização universal a melhor de todas as garantias para uma relativa felicidade individual?” Trata-se da defesa de uma via que assentava na defesa do ideal supremo da paz, da unidade na diversidade, do uno consubstanciado no plural, da especificidade do nacional no todo, consubstanciados na Federação dos Povos na Europa, opinião generalizada entre as intelectuais portuguesas de então.

Seguiu-se a comunicação de Irene Maria de Montezuma de Carvalho Vaquinhas, intitulada *As mulheres do século XIX*, através da qual notou que não obstante aparentar ser um tema me-

nor, o estudo da elegância e da beleza femininas nos finais do século XIX e princípios do século XX é uma problemática complexa. Preconceitos raciais e de classe são os principais fatores impregnadores de tais noções, obstaculizando a sua definição objetiva. A análise de como as tradicionais armas de sedução femininas eram simultaneamente condicionantes e condicionadas por um discurso ideológico de teor nacionalista e patriótico foi o ponto nevrálgico desta preleção.

Ana Vicente abriu o segundo dia de Jornadas com uma comunicação que abordou a problemática das *Mulheres e as Religiões*. Principiou com um esclarecimento conceptual e vocabular, em torno da referência a “mulheres” ao invés de “mulher” e da alusão a “religiões” ao contrário de “religião”. A representante do movimento feminista centrou depois o seu discurso no interesse das mulheres pelas religiões, fazendo uma distinção entre as religiões libertadoras e as religiões opressoras. Finalizou a sua intervenção com um conspecto analítico sobre algumas questões conexas à problemática central da sua comunicação, nomeadamente a paz entre as nações, a paz entre as religiões e a partilha da humanidade pelos dois géneros.

As Jornadas prosseguiram com uma transição de abordagem, da religião para a violência. Maria Rita Lino Garnel apresentou a preleção *Mulher e Violência: das Imagens e da Realidade na Lisboa da I República*³³. Através de uma fonte inexplorada, os exames diretos e de sanidade efectuados por peritos do Instituto de Medicina Legal de Lisboa às mulheres vítimas de crimes, procurou, durante a sua exposição, explicar o que significava ser vítima nos inícios do século XX. Concluiu que o silêncio acompanhava frequentemente as vítimas de agressões. Tanto o

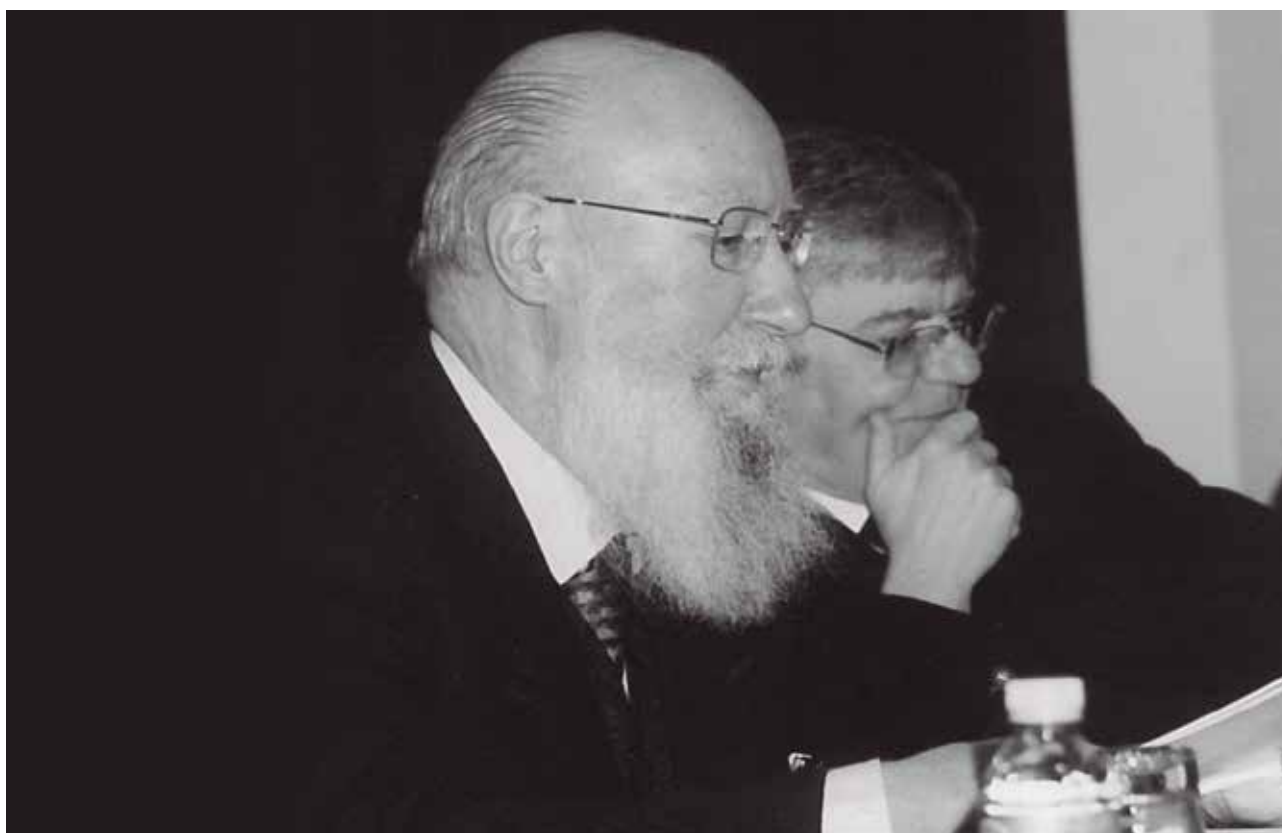


Fig. 8 – José Eduardo Pinto da Costa (conferencista) e Fernando Catroga (coordenador científico das 5.^{as} JHS)

³³ Rita Garnel viria a defender uma tese de doutoramento sobre o assunto, no ano de 2005, orientada por Fernando Catroga e publicada dois anos depois. Ver GARNEL, Rita – *Vítimas e violências na Lisboa da I República*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007.

Direito como a Medicina Legal as desconsideravam, focados que estavam apenas na repressão do agressor. Por incompreensão ou para assegurar o monopólio da violência pelas elites no poder, à medida que a violência popular se tornava mais visível e era criminalizada, escondia-se e esquecia-se a dimensão sociabilitária da agressão.

A conferência apresentada por José Eduardo Pinto da Costa, sobre a *Violência na Mulher*, foi a última da tríade proposta para esta manhã do segundo dia de Jornadas. O conferencista, um dos mais conceituados médico-legistas do país, refletiu não apenas sobre a violência perpetrada contra as mulheres, mas também sobre aquela que as tem como autoras.

Os trabalhos foram retomados, da parte de tarde, por Ana Nóbrega, que falou sobre *As Mulheres e os Pedidos de Separação do século XIX*. Após uma introdução sucinta sobre a doutrina da Igreja relativamente ao caráter sacramental do casamento e sobre os mecanismos legais de controlo da união conjugal, a Professora da Universidade Portucalense deteve-se na emergência da figura da mulher como protagonista dos pedidos de separação. Alguns dos processos de divórcio que correram na Relação Eclesiástica do Arcebispado de Braga, tribunal de primeira instância para as causas relativas ao território do arcebispado, e de apelação ou segunda instância para as causas referentes aos territórios das dioceses sufragâneas, foram as fontes utilizadas. Esta era, então, uma problemática pouco explorada, que Ana Nóbrega afrontou através de fontes originais, sobre as quais, além da sua dissertação de mestrado, quase nada havia sido publicado³⁴.



Fig. 9 – Pormenor da assistência nas 5.^{as} JHS realizadas na Casa Municipal da Cultura

Seguiu-se a preleção de Manuela Cruzeiro sobre a *Mulher e a Maçonaria*. A primeira grã-mestra da Grande Loja Feminina de Portugal e uma das quatro primeiras maçonas portuguesas a integrar a primeira Loja Feminina, *Unidade Mátria*, instalada em Lisboa em 1983,

³⁴ Ver NÓBREGA, Ana – *Para uma história do Casamento em Portugal nos finais do Antigo Regime: o quadro normativo*. Porto: Edição do autor, 1991; NÓBREGA, Ana – Um olhar sobre as rupturas conjugais: o exemplo dos processos judiciais de divórcio na 1.^a metade do século XIX. *Mulheres, História e Sociedades – algumas linhas de investigação nos finais do século XX*. Lisboa: Universidade Aberta – Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais, 2001, p. 87-97.

começou por proferir algumas palavras sobre a Maçonaria em geral, feminina e masculina. Prosseguiu com alguns esclarecimentos que visaram desmitificar os princípios, objetivos, filosofias e acções das organizações maçónicas na Europa e no Mundo. Deteve-se, por fim, na postura da Maçonaria face à Mulher e vice-versa. Registou os principais momentos do caminho desbravado, com sofrimento e perseverança, pelas mulheres na Maçonaria, e apresentou algumas dessas percussoras, como as francesas Marie Deraisme e Louise Michel e as portuguesas Ana de Castro Osório e Adelaide Cabete³⁵.

A última conferência do dia esteve a cargo de José Manuel Tedim, presença assídua em edições anteriores destas Jornadas, que dissertou sobre *A Mulher na Arte*, sobretudo barroca. Fez notar que a Festa barroca, enquanto fenómeno urbano, projectou muitas das suas manifestações para o mundo rural, assumindo protagonismo, nesse contexto, as representações femininas.

O último dia de Jornadas ofereceu aos participantes três comunicações, a primeira das quais proferida por Maria de Fátima Rosado, diretora da Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Coimbra, subordinada ao tema *O que mudou para as Mulheres? Da Mitologia Grega aos nossos dias*. Após algumas considerações preambulares, tais como a de que os deuses e heróis Homéricos representavam o modo de pensar e de agir dos habitantes da antiguidade e serviram durante séculos como modelos e arquétipos para as sucessivas gerações que foram educadas de acordo com os valores representados por essas figuras (coragem, lealdade, amor à Pátria, veneração aos deuses, respeito pelas instituições e pelos valores da família, etc.) Fátima Rosado objetivou, de seguida, descortinar o papel e significado das figuras femininas ligadas a esses heróis; aferir se elas eram apenas companheiras dos homens e meros reflexos de másculas figuras; e examinar as semelhanças entre essas representações do século IX a.C. e as mulheres de hoje. Concluiu que desde sempre o mistério fêmeo intrigou o homem, observando-se que, conquanto por vezes a figura feminina tenha sido relegada para segundo plano em favor de um deus macho, também foi venerada como senhora absoluta, amada e temida. A própria deusa mãe e os seus múltiplos desdobramentos – rematou – conheceu ao longo dos milénios a glória e a repulsa, mas nunca a indiferença, dando como exemplos as figuras de Penélope, Cassandra, Antígona e Medeia.

Da antiguidade o foco deslocou-se para a sociedade contemporânea. Margarida Pocinho apresentou uma interessante reflexão a propósito da *Escravidão do Corpo e da Moda*³⁶. Sublinhou que do ponto de vista histórico e social, no último século o domínio do corpo foi transferido da Igreja Católica para a biociência, associando-se, no imaginário contemporâneo, como um objeto maleável, mutante e passível de qualquer transformação. A medicina estética, com todas as suas intervenções, tem defendido a ideia de que “o corpo é o espelho da alma”. Por conseguinte, num tempo em que a imagem exerce um domínio absoluto, a cultura tem sido “contaminada” por ideais não raro inatingíveis. É neste ponto que a moda se articula com o narcisismo e transmite a mensagem de que é possível ser belo, glamouroso e escolher o próprio estilo. A Professora da Escola Superior de Tecnologia da Saúde e do Instituto Superior Miguel Torga, asseverou depois que para além dos seus fundamentos fisiológicos, a imagem corporal tem importantes bases psicológicas e sociais, elaborando-se a partir de conteúdos emocionais, de sentimentos vividos na relação com o outro. Nem sempre, porém, o corpo se adapta, ou é entendido como adaptável ou adaptado, aos padrões considerados exigíveis, criando-se a ideia de um *corpo servil*, uma espécie de *corpo-escravo* que, por vezes, e não poucas, tem efeitos nocivos

³⁵ Estas e outras reflexões da conferencista viriam a ser reunidas em livro publicado em 2013. Ver CRUZEIRO, Manuela – *Para a História da Maçonaria Feminina em Portugal*. Lisboa: Ancora Editora, 2013.

³⁶ Algumas das ideias que aqui defendera encontram-se na sua dissertação de mestrado. Ver POCINHO, Margarida – *Peso, insatisfação corporal, dietas e patologia alimentar. Um contributo para a sua compreensão*. Coimbra: dissertação de mestrado apresentada ao Instituto Superior Miguel Torga, 2000.

complexos na saúde, originando patologias, doenças psicossomáticas, transtornos do racismo e distúrbios alimentares.

Maria de Lurdes Pintasilgo, reconhecida ativista dos direitos das mulheres, que constava do programa destas Jornadas, com a incumbência de proferir a conferência de encerramento, não pôde comparecer. Em seu lugar discursou Odete Santos. Sob o título *Direito à Diferença versus Direito à Indiferença*, falou sobre a discriminação de que as mulheres foram alvo na conquista do direito ao voto e manifestou-se contra as quotas a que são sujeitas no acesso à política. “Afinal, o que é uma mulher?” – perguntou. “A mulher é um ser humano, um homem com H grande, apesar de tudo”, referiu.

A carismática deputada do Partido Comunista Português alegou também que se instalara na sociedade portuguesa a ideia “de diferença inata de que as mulheres são muito de apelar à lágrima” e que, por isso, “não podiam exercer determinadas profissões, como a magistratura, porque sendo fracas tinham pena do réu, não lhe aplicando a sentença devida”. Salientou, neste contexto, que a inferioridade entre mulheres e homens remonta aos tempos bíblicos de Adão e Eva, e garantiu que a alegoria está subvertida, porque “Adão é que foi feito da costela de Eva”.

Relativamente ao direito à diferença entre homens e mulheres, Odete Santos reputou-a de potencialmente perigosa, por ser caminho que pode conduzir à discriminação. Nem tudo tem sido mau, porém, de acordo com a palestrante, percebendo-se uma evolução de paradigma visível, por exemplo, no facto de algumas profissões, habitualmente desempenhadas por homens, serem hoje exercidas por mulheres, citando o caso dos estivadores no porto de Setúbal. Abordou, por fim, o direito ao voto, conquistado amplamente após a revolução do 25 de abril de 1974.

Eduardo Brito, que encerrou as Jornadas, manifestou-se a favor das ideias esgrimidas por Odete Santos, considerando “um completo disparate” o facto de as mulheres só terem acesso a lugares públicos por via legislativa. O autarca afirmou que o panorama deve mudar “por vontade, mérito e capacidade de afirmação, não por decreto”.

Antes ainda do encerramento, Fernando Catroga apresentou as suas notas conclusivas, referindo que os três dias de evento proporcionaram novas perspectivas para ver o mundo de maneira diferente. Segundo o coordenador científico das Jornadas, muito embora elas tenham permitido aos participantes sair de Seia “mais ricos e inquietos”, não lhes proporcionaram todas as conclusões, havendo que continuar o estudo, a reflexão e o debate sobre tais problemáticas.

Por seu turno, Filomena Carvalho, a “alma planificadora das jornadas”, apresentou três ordens de razões para justificar o balanço positivo que fez: a aposta da Câmara Municipal na investigação, o leque abrangente de reputados conferencistas e a grande adesão de público.

VI Jornadas

O tempo de Álvaro Cunhal Sociedade, Política e Cultura. Situação e Oposição

Data: 12 a 14 de novembro de 2003

Local: Casa Municipal da Cultura de Seia

Organização: Câmara Municipal de Seia / Arquivo Municipal

Coordenação científica: Fernando Catroga [FLUC] e Luís Reis Torgal [FLUC]

Inscritos: 199

Conferencistas (12):

Luís Reis Torgal [FLUC]

Caminhos políticos e culturais: da Primeira República ao 25 de Abril, do Modernismo ao Neo-Realismo

António Pedro Pita [FLUC]

Bento de Jesus Caraca nas coordenadas teórico-políticas do seu tempo

Luís Augusto Costa Dias [BNL]

O Ciclo histórico do Neo-Realismo e a autarcia do Estado Novo (1937-1959)

Teresa Cascudo [UNIRIOJA]

Música de Intervenção e Lopes Graça

Nuno Rosmaninho Rolo [DLC-UA]

A arte dos regimes totalitários: breves considerações

Luís Farinha [Revista História]

Comunistas e republicanos “reviralhistas” na luta contra a ditadura (1927-1939)

Odete Santos [Comité Central do PCP]

Álvaro Cunhal e a criação cultural

Norberto Cunha [ILCH-UMinho]

O devir histórico de Abel Salazar e Álvaro Cunhal

Fernando Rosas [FCSH-UNL]

Álvaro Cunhal e a “refundação” do PCP. Notas sobre a organização dos anos 40

João Madeira [ES Padre António Macedo-Santo André]

Os primeiros anos 60 e a viragem do PCP

João Arsénio Nunes [ISCTE]

Os anos de aprendizagem de Álvaro Cunhal (1931-1939)

José Pacheco Pereira [Parlamento Europeu]

Conferência de encerramento.

Com presença

Professor

Mestre Lu

Professora

Professor

Mestre Lu

Professor

Professor

Professor

Doutor

Doutora

Doutor

Coordenador:

Professor Doutor Luís Reis Torgal

12 a 14 de Novembro

Casa Municipal da Cultura de Seia

Sinopse:

Álvaro Barreirinhas Cunhal foi uma figura marcante da vida política portuguesa do século XX. Nasceu em Coimbra, no dia 10 de novembro de 1913, formou-se em Direito, na capital, e aí iniciou a atividade política. Filiou-se no PCP, fez parte da Liga dos Amigos da URSS e do Socorro Vermelho Internacional. Esteve preso por diversas vezes, sendo protagonista da famosa fuga do Forte de Peniche, em janeiro de 1960, mantendo-se clandestino no país. Antes de se esvaír para o estrangeiro foi eleito secretário-geral do PCP. Viveu o 25 de abril em Paris e regressou a Portugal cinco dias depois. Foi ministro sem pasta durante vários Governos Provisórios e deputado até ao ano de 1992, altura em que cessou funções como dirigente partidário, mantendo-se, contudo, na estrutura do PCP.

De carácter contrito mas patriota convicto, Cunhal foi um idealista, de grande convicção, forte resistência e invulgar coerência. O seu percurso pelos meandros da luta pela democracia justificaria, por si só, a pertinência da sua escolha como tema de uma das Jornadas Históricas. Porém, acrescia-lhe outro motivo, não menos importante: a ligação a Seia. Filho de pai senense, Cunhal passou aqui a sua infância. Tinha já 11 anos quando se mudou para Lisboa. A sexta edição das Jornadas revestiu-se, portanto, de duplo sentido, assumindo até um certo pioneirismo ao refletir e debater sobre uma figura de proa da história da democracia portuguesa, sobre a qual, até então, poucas iniciativas do género tinham sido realizadas.



Fig. 10 – Seia, cartão postal. Casa onde viveu Álvaro Cunhal durante a infância.

Luís Reis Torgal, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, moderador nestas Jornadas, foi o primeiro preletor. Apresentou um balanço geral dos aspetos

políticos e culturais que caracterizaram o tempo de Cunhal, dos finais da primeira República à revolução de 25 de abril de 1974 e do modernismo ao neo-realismo. Esse período representou, grosso modo, a falência do demoliberalismo e a suspensão do ideal republicano. Conquanto afinado com as ideias do tempo, vigorantes noutras partícidas da Europa, o modelo político introduzido em Portugal, pautado pela ideia de ditadura, assumiu um figurino específico, distinto de outros regimes de *Autoridade e Ordem*, então em voga.

Por cá, o *Estado Novo* foi um regime ditatorial que não derivou de modelos multitudinários e demagógicos do *fascismo*, nem enveredou pelo fascínio das *chacinas* ou *violentismos*, embora episodicamente tenha cometido alguns também. A sua edificação teórica ficou a dever-se, sobretudo, à junção de duas vertentes político-ideológicas, o *catolicismo papal* e as doutrinas do *Integralismo Lusitano*. Como dizia Unamuno no ano de 1935, em visita a Portugal, a nossa ditadura era bélico-escolástica... com uma ou outra gota eclesiástica. Com base nessa matriz, guiou-se por um tradicionalismo autoritário, corporativista e tradicionalista, medularmente antiliberal, antidemocrático e economicamente focado na estabilidade, relegando para segundo plano o crescimento.

Para se fazer longeva, o que conseguiu com êxito, a ditadura valeu-se de uma série de meios que passaram pela irradicação de tudo o que representava os valores e a prática demo-liberal, como o estabelecimento da censura, a proibição dos partidos, a abolição do direito à greve, o encerramento do parlamento, a criação de uma polícia política eficiente, a conspurcação do direito de sufrágio através da viciação de resultados e a prossecução de uma política educativa tendente a conformar a sociedade aos princípios da disciplina e submissão ao regime, suturando eventuais rasgos de abertura ao desenvolvimento intelectual. Pretendia-se um *Portugal português*, de *pax ruris* e *aurea mediocritas*, baseados numa sociedade imóvel ou passiva, rotineira e retrógrada, inculta e conservadora, tradicionalista e beata. Objetivava-se uma *Nação* que não discutia *Deus* e a virtude, não discutia a *Pátria* e a sua História, não discutia a *autoridade* e o seu prestígio, não discutia a *família* e a sua moral, não discutia a *glória* do trabalho e o seu dever. A *Nação* que Salazar pretendia não discutia os valores que o *Chefe* vertera em verdade dogmática, incontestável e absoluta, que se condensava na divisa *Tudo pela Nação, nada contra a Nação*.

Salazar não acreditava na igualdade, era apologista confesso da hierarquia. Também não acreditava no sufrágio universal, rejeitando todo o sistema representativo concebido desde Montesquieu até aos liberais do século XIX. Os valores demo-liberais eram-lhe avessos. A única *democracia* que a mundivisão salazarista tinha como possível era a *orgânica*, em si mesmo, uma perversão da dita, pois fundava-se no pressuposto de que as liberdades só deveriam ser concedidas aos *grupos naturais*.

O corporativismo salazarista, entendido num sentido amplo, desde o domínio da sociedade ao controlo da economia, postulava a rejeição peremptória de toda a tradição liberal e democrática. O repúdio de direitos fundamentais fazia parte da mesma estrutura eivada de um pensamento obstinado cuja perpetuação no poder se insinuou, através de pseudo-eleições. À encenação dos sufrágios seguia-se a encenação da constituição de uma assembleia que, por ser monopartidária (ou nem isso, já que o *Chefe* de Estado recusava para a União Nacional a designação de partido), funcionava como uma câmara de correlegionários do governo, destituída de qualquer faculdade para, sobre ele, exercer uma ação fiscalizadora. O governo era o órgão

central de um *Estado de não-direito*, um arcaboço forte, dominador e absoluto, que governava, legislava, administrava e geria os mecanismos de repressão e propaganda.

Produtora de arte, aliás, a propaganda foi o mote da comunicação apresentada por Nuno Rosmaninho Rolo que explicou como a utilização de uma estética como padrão da sua organização, controlo e manutenção é essência dos regimes totalitários. A instrumentalização das artes visuais para legitimação de uma ideologia política firmou-se na padronização do estilo artístico, isto é, na supressão de todos os outros. O hiper-realismo, por oposição à vanguarda e à abstração; o gosto pelo monumental e pelas formas gigantescas do classicismo, do ecletismo historicista e da expressão pseudo-vernácula na arquitetura, como insinuação e transfiguração do poder; a opção por linhas predominantemente retas, veiculadoras da ideia de unidade, ordem e disciplina; o uso preponderante de uma cor forte, vibrante e marcante; a escolha de um naturalismo académico (realismo otimista) na pintura e na escultura; a apologia da simbólica nacionalista, são aspetos fundamentais da engrenagem estética dos regimes totalitários. Na parte final da sua lição, Nuno Rolo apresentou como *case study* o exemplo da arquitetura estonovista da Cidade Universitária de Coimbra.

Nem por isso, contudo, a situação deixou de sentir oposição através da própria arte, feita veículo fundamental de transmissão das ideias de quem convergia em divergir. Tanto Luís Reis Torgal como Luís Augusto da Costa Dias abordaram esta questão, esmiuçando o tipo de contribuição da corrente artística neorealista, na pintura, na literatura, no cinema e na música. Fortemente imbuído de criação poética, o movimento neo-realista português coincidiu com o período autárquico do Estado Novo, com o qual inevitavelmente, portanto, chocou, inaugurando uma batalha pelo conteúdo.



Fig. 11 – Debate entre comunicantes e assistência nas 6.^{as} JHS

Sobre a música deteve-se mais profundamente Teresa Cascardo, que abordou na sua conferência o tema da canção-composição de intervenção, com um olhar mais profundo sobre a coletânea *Marchas, danças e canções (1945)* da autoria de Fernando Lopes Graça (17/12/1906-27/11/1994), contendo ainda colaborações de vários poetas associados ao neo-realismo. Feita Tribuna para o descontentamento social, a música sobressaiu a partir dos anos 60 do século XX como importante arma no combate à ideologia estadonovista, expressando a revolta, manifestando o medo, expondo a opressão e denunciando a repressão. Lopes Graça, célebre compositor e musicólogo português, foi um dos que se comprometeu com tal empreitada. Os esforços que envidou, não raro a meias com o francês Michel Giacometti, para fazer prevalecer a canção popular autêntica, tinham na sua base uma pretensão de combate à ligeireza musical folclorizante elevada a bandeira do regime.

A utilização por parte do *Estado Novo* da expressão *cultura popular* como instrumento demagógico que servia o propósito de lisonjear o povo para melhor se servir dele, esbarrou em Lopes Graça, que reputava de artificial uma putativa *cultura popular* organizada e dirigida por um Estado mais apostado na aparência do que na essência. Em conformidade com as suas teorizações, as composições que elaborou possuíam uma elevada carga simbólica, aprofundando uma identificação com o povo e com a sua cultura, procurando criar no auditório uma consciência sociopolítica, novo conceito artístico musical que se distanciava da manipulação emocional para fins de propaganda.

Evidentemente que o caso de Lopes Graça não fora isolado. Independentemente do modelo, a sátira à matriz político-ideológica do Salazarismo teve vários protagonistas. Bento de Jesus Caraça (18/4/1901-25/6/1948), académico e matemático, sobre o qual palestrou António Pedro Pita, constituiu outro exemplo. O percurso notável que construiu, conheceu obstrução episódica a partir de 1946, quando a PIDE se arrogou no direito de o colocar em cativeiro e o demitir da cátedra que ocupava no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, por um conjunto de ações que desenvolveu, entre as quais uma forte atividade publicística de dezenas de obras, algumas das quais consideradas subversivas (*Biblioteca Cosmos*), e redação de alguns contributos para revistas como a *Seara Nova*, *Vértice* e *Revista de Economia*, onde adrede se exprimia no sentido contrário à filosofia político-cultural e económico-social do *Estado Novo*.

Efetivamente, como demonstrou António Pedro Pita na comunicação que apresentou, a obra de Caraça transparece uma elaboração teórica consonante com as principais coordenadas teórico-políticas que se desenvolveram, à esquerda, durante a primeira metade do século XX, designadamente: a crítica ao demoliberalismo como expressão político-ideológica burguesa; e a valorização da noção de *cultura integral*, como elemento medular de uma alternativa social, cultural e política, e sua relação com outras categorias em circulação nos meios intelectuais socialistas e comunistas dos anos 30 e 40.

Não raro, a luta contra a ditadura foi espontânea e isolada, mas também conheceu fases de ação organizada. Luís Farinha dedicou a sua comunicação ao assunto, traçando uma interessante perspetiva sobre como a unidade das oposições à Ditadura Militar e ao Estado Novo se forjou no rescaldo da I Guerra Mundial, perante a crise profunda do sistema liberal e democrático; e quais as estratégias delineadas por *comunistas* e *republicanos revirahistas* para montar

uma oposição à situação. É aqui que vem à tona a figura de Álvaro Cunhal. Sobre ele, centram-se as restantes intervenções.



Fig. 12 – Intervenção de Odete Santos, ao lado do coordenador científico das JHS, Fernando Catroga³⁷

Norberto Cunha abordou, de uma assentada, o devir histórico de Álvaro Cunhal e Abel Salazar, médico, professor, artista, homem de cultura, enfim um dos maiores intelectuais da época. As afinidades entre Álvaro e Abel, mostrou o preletor, eram inequívocas por via da defesa intransigente do ideal democrático, que fez sentir nos dois a dureza da retaliação. O primeiro, pelo tempo que passou nos calabouços. O segundo, pelo afastamento do ensino.

As comunicações que mais especificamente se centraram sobre a figura de Álvaro Cunhal foram as de João Arsénio Nunes, sobre as aprendizagens iniciais do percurso de Cunhal; da advogada Odete Santos, que explorou a criação cultural de que o político foi protagonista; e do historiador Fernando Rosas, que reconstituiu a *refundação* do PCP por ele operada nos anos 40. A melhor interveniente não poderia ter sido confiado o encerramento das Jornadas. José Pacheco Pereira, então deputado no Parlamento Europeu, autor de uma biografia do líder histórico do PCP³⁸, desenvolveu alguns conteúdos a propósito do seu percurso político e profissional.

Cunhal proclamava a modéstia e vivera parte significativa da vida na clandestinidade e na heteronímia. Na política, antes do 25 de abril, foi Duarte, Daniel e António. Na literatura encarnou Manuel Tiago. Era obstinado e coerente. A inclinação para o disfarce, para o segredo, para uma vida quase espartana, de regras estritas; a luta contra a ditadura; e a abnegada ligação ao partido, manteve-os durante toda a vida.

Abandonou o ninho paterno muito jovem, renunciando ao estilo de vida burguês para se embrenhar num quotidiano despojado e instável, típico da militância comunista na clandestini-

³⁷ PEREIRA, José Pacheco – Álvaro Cunhal. Uma Biografia Política. “Daniel”, o Jovem Revolucionário, 1913-1941. Lisboa: Temas e Debates, 1999.

³⁸ Foto cedida pelo Diretor do Jornal *Porta da Estrela*, José Manuel Brito (a quem agradeço), e publicada na edição de 20 de novembro de 2002.

dade. Ingressou na Faculdade, filiou-se no PCP, liderou as juventudes comunistas portuguesas, esteve em Moscovo e lutou ao lado dos correligionários espanhóis contra a sublevação fascista. A prisão e tortura que lhe aplicaram pela primeira vez em 1937, não o demoveu, acabando por ser enviado para Penamacor, como “soldado corrécio”, de onde saiu para o hospital de Coimbra após duas semanas em greve de fome.

Depois de uma nova prisão, durante a qual preparou e concluiu uma tese sobre o aborto, Cunhal, tomou as rédeas do partido na clandestinidade, reorganizando-o. Nos livros que escreveu deixou pistas sobre o quotidiano austero dos clandestinos. Em 1949 foi surpreendido no Luso, com Sofia Ferreira e Militão Ribeiro. A terceira vez no cárcere durou oito anos, numa cela exígua da penitenciária de Lisboa. Ao contrário de Militão Ribeiro, que viria a sucumbir na cadeia, Cunhal resistiu, dedicando-se ao desenho, à pintura, à tradução e escrita de livros, ao passo que a sua figura ganhava projeção internacional: Neruda dedicava-lhe o poema *A Lâmpada Marinha* e, de todo o lado, choviam pedidos de amnistia.

Em 1960 foi autor da mais ousada fuga coletiva das prisões políticas portuguesas. Entre os dez fugitivos estavam alguns dos mais altos dirigentes do PCP. A fortaleza lisboeta deixara de ser inexpugnável, Cunhal tornara-se numa lenda. Escondeu-se em Sintra, numa casa clandestina, e aí conheceu Isaura Moreira, que viria a ser a primeira esposa e mãe da sua única filha. Um ano depois foi eleito secretário-geral do partido, exilando-se, logo após, na capital soviética. Conseguiu, a partir do estrangeiro, organizar a resistência, aprofundar os contactos com os principais líderes do movimento comunista internacional, e aumentar o comprometimento com a linha pró-soviética. No célebre documento *Rumo à Vitória* sintetizou em oito quesitos as prioridades para a construção de um Portugal democrático: “destruição do fascismo; liquidação do poder dos monopólios; realização da reforma agrária; elevação do nível de vida dos trabalhadores; democratização da instrução e da cultura; libertação de Portugal do imperialismo; atribuição do direito de autodeterminação às colónias; implantação de uma política de paz e amizade com todos os povos”.

À guisa de conclusão, dir-se-á destas Jornadas que elas cumpriram cabalmente o objetivo a que se propuseram, traçando um conspecto preciso e alargado sobre o tempo em que viveu Álvaro Cunhal, brindando os presentes com preleções de apurada qualidade que permitiram, através da transmissão de algumas novidades, da revisão de alguns conteúdos e da consolidação de outros, perceber em que contexto se forjou o regime político actualmente vigente. Tal como sentenciar a sabedoria popular, *não há mal que sempre dure nem bem que nunca se acabe* e efetivamente a derrocada do *Estado Novo*, cujo desfecho era incógnito mas tinha o fim certo, teve aspetos de conjuntura cíclica, no sentido de um retorno à ideologia republicana, mas o complexo processo de restauro das liberdades construiu um modelo novo, mais consentâneo como o tempo e, sobretudo, amadurecido com os desvarios das experiências políticas anteriores, detalhadamente esmiuçadas nestas Jornadas.

VII JORNADAS HISTÓRICAS

VII Jornadas

A Loucura

10 a 12 de Novembro
Casa Municipal da Cultura

Apresentações:

Data: 10 a 12 de novembro de 2004

Local: Casa Municipal da Cultura de Seia

Organização: Câmara Municipal de Seia / Arquivo Municipal

Coordenação científica: Fernando Catroga [FLUC]

Inscritos: 162

Conferencistas (12):

Carlos Saraiva [FMUC]

António Maria de Sena. O Primeiro Psiquiatra Português

António Pires Preto [Hospital Sobral Cid]

História da Psiquiatria em Portugal

Jaime Milheiro [Conselho Nacional de Saúde Mental]

Os Loucos são os outros

Carlos Seabra Pereira [UCP]

Representação da Loucura na Literatura Portuguesa e Moderna

Rita Lino Garnel [FLUC]

A loucura na prostituição

Maria João Antunes [FDUC]

Inimputabilidade em virtude da alienação mental

António Manuel Hespanha [FDUNL]

Loucos, pródigos, falidos e viúvas gastadeiras. A dimensão política da loucura no I liberalismo

Ana Leonor Pereira [FLUC]

As fronteiras do delírio na História segundo Júlio de Matos

Rui Pita [FFUC]

A gestão farmacológica da loucura na primeira metade do século XX

Manuel Louzã Henriques [Psiquiatra]

António Maria de Sena... e outros

José Manuel Tedim [UPT]

A fase negra de Goya

José Pedro Paiva [FLUC]

Inquisição (processos e bruxaria)

Coordenador:

Fernando Catroga

Professor Catedrático da F.L.U.C.

Sinopse:

Quando os profissionais da saúde mental e os operadores do direito se colocam diante do sujeito dito louco, muitos são os problemas e questões que se interpõem na direção do tratamento. Trata-se de um desafio que um dos grandes teóricos da psicanálise, Jacques Lacan, não hesitou em aceitar, vincando a necessidade de não se recuar diante dos casos de psicose. Contudo, nem sempre a loucura foi entendida da mesma forma. Ao longo da História, “os loucos” carregaram a cruz da exclusão e segregação do convívio social como forma de defender a sociedade. Com a modernidade, marcada pelo pensamento cartesiano, ocorreu uma ruptura entre loucura e razão, relegando os loucos à ciência psiquiátrica. Foucault, um dos que refletiu sobre a questão, apresentou este percurso de forma clarividente, procurando demonstrar que os loucos ocuparam lugares distintos na cultura e que o nascimento da psiquiatria marcou definitivamente a exclusão do “louco”, tornando-o objeto de estudo.

A perspectiva mudou, na pós-modernidade, com o advento do pensamento psicanalítico. O “louco” transitou do lugar de objeto passando a ser tratado como sujeito. A inclusão ganhou força com a Reforma Psiquiátrica e o Movimento da Luta Antimanicomial, uma luta com o foco de ação voltado apenas para os hospitais psiquiátricos, deixando de fora o Manicômio Judiciário. Nunca antes se refletira de forma tão profunda sobre a incapacidade e o perigo de manter a loucura fora da sociedade, inquirindo-se sobre se o perigo habitava no sujeito louco ou na impossibilidade da sua inclusão social.

Nesse contexto melhor se percebe a alusão de Fernando Pessoa à loucura, considerando este que longe de ser uma anomalia ela é a condição normal humana. Dizia Pessoa que “não ter consciência dela e ela não ser grande, é ser homem normal. Não ter consciência dela e ela ser grande, é ser louco. Ter consciência dela e ela ser pequena é ser desiludido. Ter consciência dela e ela ser grande é ser génio”. Apesar dos notáveis progressos em torno da problemática, ela continua aberta, como ponto de partida, tal como de certa forma vaticinara Michel Foucault ao alegar que “a psicologia nunca poderá dizer a verdade sobre a loucura, pois é a loucura que detém a verdade da psicologia”. Na verdade, o lugar simbólico que o termo ocupa na contemporaneidade demonstra claramente a manutenção do preconceito e exclusão que recai sobre os sujeitos loucos. Razão suficiente para que a sétima edição das Jornadas Históricas de Seia tenha eleito *a loucura* como tema de reflexão e debate, numa perspectiva interdisciplinar, levando até à cidade de Seia especialistas em História, Direito, Ciências Farmacêuticas, Psicologia, Psiquiatria, Psicoterapia e Psicanálise.

Carlos Saraiva foi quem primeiro interveio, refletindo sobre o primeiro psiquiatra português, António Maria de Sena, e o desenvolvimento que protagonizou nos campos relacionados com a alienação mental em Portugal no século XIX; os coeficientes de alienação; a evolução das doenças mentais e suas classificações; a perspectiva comunitária; os tratamentos; as atribuições para a doença mental; e os aspectos etno-culturais.

Na mesma linha temática, António Pires Preto discorreu sobre a História da Psiquiatria em Portugal. Depois de uma introdução sobre as percepções acerca da doença mental (loucura), o psiquiatra esboçou uma resenha histórica dos pontos mais relevantes da evolução da Psiquiatria, desde o rei D. Duarte, passando por Miguel Bombarda, Júlio de Matos, Sobral Cid e outros, até à actualidade.



Fig. 13 – (da esq. para a dir.) António Pires Preto (conferencista); Eduardo Brito (presidente da Câmara Municipal de Seia); Filomena Carvalho (Responsável do Arquivo Municipal de Seia e organizadora das JHS); Fernando Catroga (coordenador científico das JHS)

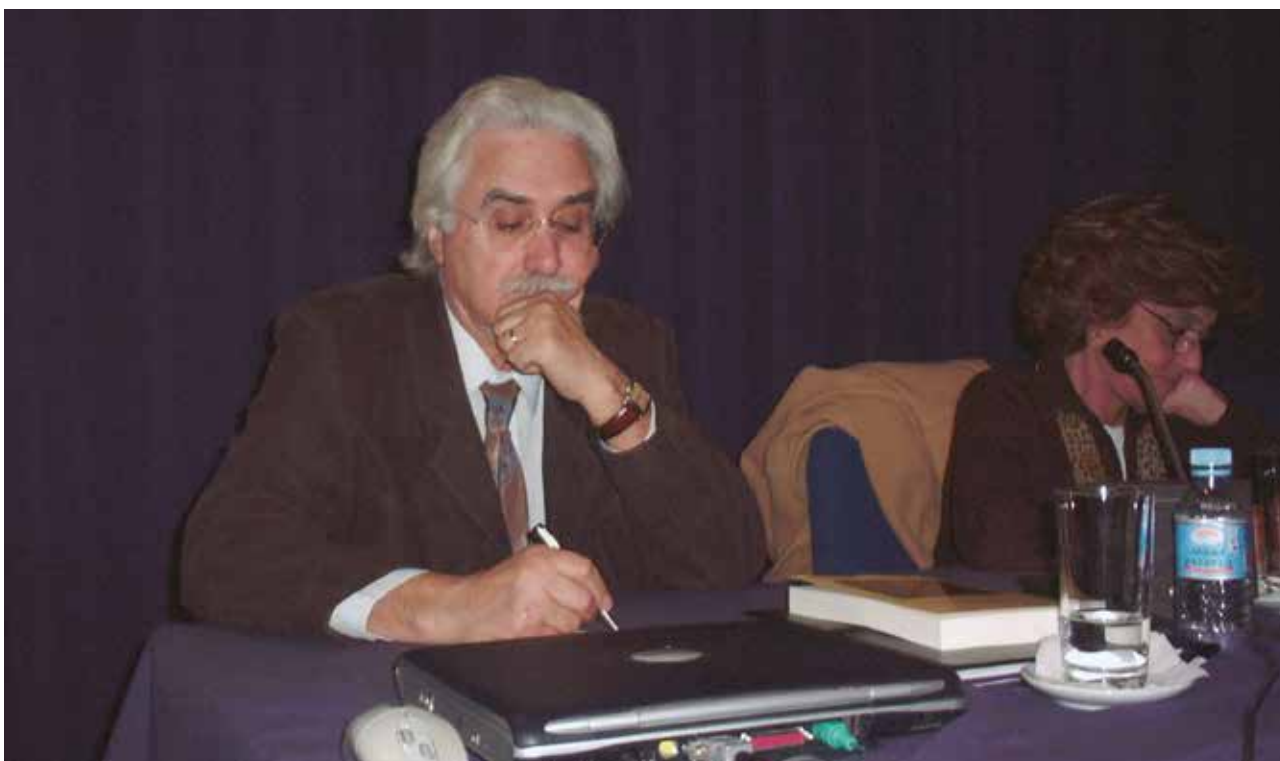


Fig. 14 – Jaime Milheiro (conferencista)

A primeira conferência da parte da tarde coube ao psiquiatra e psicanalista Jaime Milheiro, que apresentou uma reflexão baseada no livro que anos antes publicara, intitulado *Os Loucos são os outros*. As questões analisadas correspondem aos capítulos da aludida publicação, designadamente: *loucuras... culturas; as fronteiras da loucura; serei louco... serei normal?; o medo da loucura; o estigma da loucura; loucuras privadas; saúde mental... o que é?; falando sem rede e sem meios técnicos*³⁹.

Carlos Seabra Pereira foi o conferencista que se seguiu. *Representação da Loucura na Literatura Portuguesa e Moderna* foi o título que escolheu para uma prelecção que procurou demonstrar como a obra literária constitui um importante documento para o conhecimento de determinadas realidades históricas, nomeadamente no que respeita ao conhecimento e tratamento da doença mental. O conceito de loucura – defendeu o Professor da Universidade Católica - coloca em discussão o centramento do “eu” nas narrativas literárias. E, na verdade, ponteia, por essas obras, uma “linguagem do não-senso”, cuja subjetividade torna difícil o entendimento sobre o “eu”. Assim, a entrada de personagens “loucos”, ou de outras que narram os seus sentidos e percepções de um modo incomum, pode descentrar o espaço de leitura e de percepção do mundo, seja ele literário ou não, trazendo novos elementos que abordem a complexidade da escrita e da situação de representação.

De mais uma conferência se fez este primeiro dia de Jornadas. Rita Garnel, a última a intervir, reflectiu sobre *a loucura na prostituição*⁴⁰. Procurou demonstrar que na primeira metade do século XIX a prostituição era considerada um mal necessário à boa ordem da sociedade e a legalização da profissão mais velha do mundo uma forma de controlar os desvios e a propagação de doenças.



Fig. 15 – (da esq. para a dir.) Rita Garnel (conferencista); Fernando Catroga (coordenador científico das JHS); Carlos Seabra Pereira (conferencista)

³⁹ Ver MILHEIRO, Jaime – *Os loucos são os outros*. Lisboa: Fim de Século Edições, 2000, 2.ª ed. (a 1.ª ed. é de 1999).

⁴⁰ A comunicante já tinha publicado um artigo sobre esta matéria. Ver GARNEL, Rita - A Loucura da prostituição. *Thémis*, nº 5 (2002), p. 139-158.

No último quartel de Oitocentos, as elites intelectuais, e em particular os médicos, sobretudo os mais influenciados pela escola criminológica italiana, começaram a entender que, a prostituição, ainda que não devesse ser criminalizada, era indicadora de anormalidade psíquica. Rita Garnel explicou que esta posição, que aproximava as meretrizes dos loucos, só poderá ser compreendida se se tiver em conta a construção do quadro mental da época que relegava à “mulher normal”, um papel sexual passivo e de contenção, relacionado com a reprodução.

O dia seguinte começou com a apresentação da jurista Maria João Antunes, sobre a *Inimputabilidade em virtude da alienação mental*⁴¹. Propôs-se a situar historicamente a declaração de irresponsabilidade criminal, fundada na inimputabilidade do agente da prática do crime por motivo de alienação mental, dando ao mesmo tempo a conhecer o surgimento da medida de segurança de internamento em manicómio criminal. Pretendeu ainda dar conta de uma parte do caminho traçado pelo novo direito penal, o direito penal iluminista, salientando o conflito que então surgiu entre alienistas, por um lado, e tribunais e opinião pública, por outro. Para tal, a Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra socorreu-se da evolução verificada em Portugal e do caso criminal que marcou toda esta “revolução” ao nível do direito penal – o caso do Alferes Marinho da Cruz.

Seguiu-se a lição de António Manuel Hespanha, intitulada *Loucos, pródigos, falidos e viúvas gastadeiras. A dimensão política da loucura no I liberalismo*⁴². A marcação jurídica dos dementes – referiu - esteve, na ordem jurídica do primeiro liberalismo, ligada a um critério de insensatez de comportamento. Essa insensatez – advogou - prejudicou a convivialidade em termos práticos. O que legitimava a exclusão da sociedade – alegou Hespanha - era o que esse comportamento insensato revelava quanto à carência das faculdades intelectuais ou volitivas necessárias ao cumprimento do contrato social de que nasce a integração na sociedade. Assim sendo – aludiu ainda - o incapaz era incapaz, não por aquilo que fazia, mas por aquilo que era.

Citando Manuel Borges Carneiro, que escreveu no princípio do século XIX o *Direito civil de Portugal*, o Professor da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa mostrou como nesse período ecoaram muitas classificações antigas: os dementes eram também designados de “delirantes, sandeus, furiosos, mentecaptos, desassisados, desmemoriados e insanos”. O próprio Stryck, aliás, no seu tratado sobre os testamentos, mencionou certas pessoas “iracundas e extremamente irritáveis, os melancólicos, hipocondríacos, velhos decrépitos, simples, fátuos, e os estúpidos ou pouco avisados”. Hespanha concluiu que a demência, do ponto de vista do Direito, ainda não era uma característica genérica que, por uma razão de princípio, excluía do pacto social e da convivência civil. Era, ao invés, uma combinação de características mentais, com distintas incidências nas relações sociais e que, portanto, exigia um tratamento particularizado, atento à diversidade das situações psicológicas e dos actos envolvidos.

Ana Leonor Pereira foi quem por último falou durante esta segunda manhã de Jornadas. Abordou as fronteiras do delírio na História segundo a perspectiva naturalista-psiquiátrica de Júlio de Matos. Constatou que o pensamento do médico psiquiatra foi inequivocamente inovador face a outros intelectuais do seu tempo; notou que este entendia a *história* à luz do positivismo de Augusto Comte-Litré e do evolucionismo de Darwin e de Spencer; e atestou que ele concebia o *delírio* no quadro da naturalização do psíquico, do evolucionismo psicológico e do horizonte utópico do darwinismo social.

⁴¹ Anos depois viria a publicar uma versão escrita desta comunicação. Ver ANTUNES, Maria João; COSTA, Francisco Santos - *Inimputabilidade em razão de alienação mental: um caso da época*, in PEREIRA, Ana Leonor; PITA, João Rui – *Miguel Bombarda (1851-1910) e as singularidades de uma época*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006, p. 101-104

⁴² A primeira parte deste título corresponde a um capítulo de um livro da sua autoria. Ver HESPANHA, António Manuel - *Imbecillitas. As bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime*. Belo Horizonte: UFMG, 2008, p. 53-64.

Ao início da tarde tomou da palavra Rui Pita, Professor da Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra, cuja mensagem se ateve à gestão farmacológica na primeira metade do século XX. Tendo por base o estudo de formulários do *Hospital de Alienados em Rilhafoles* (Lisboa), bem como algumas obras relevantes de farmacologia e terapêutica da transição do século XIX para o século XX, deu a conhecer a principal medicação utilizada, durante esse período, na terapêutica psiquiátrica. Abordou, também, a problemática da medicação psiquiátrica na farmacopeia portuguesa e enfatizou a relação das formas farmacêuticas utilizadas com outros processos terapêuticos. Por fim, esboçou uma comparação entre a medicação existente nos alvares do século XX e as inovações farmacológicas introduzidas em meados da mesma centúria, que marcaram o início da terapêutica psiquiátrica contemporânea.

Manuel Louzã Henriques, médico psiquiatra, foi o orador que se seguiu, tendo centrado o seu discurso na vida e obra de António Maria de Sena (1845-1890), o primeiro alienista de formação científica, nascido em Seia. Alcançou o grau de Doutor no ano de 1876. Interessou-se especialmente pela Fisiologia, sucedendo a Costa Simões, seu mestre, em 1877, como professor substituto de *Histologia e Fisiologia Geral*. Foi o primeiro Director do Hospital do Conde de Ferreira, inaugurado em 1883 no Porto e autor do *Regulamento do Hospital de Alienados*, protagonizando a formação do primeiro importante núcleo de psiquiatras em Portugal, como Júlio de Matos e Magalhães Lemos. Em 1889 deu um importante contributo para um projeto-lei de reforma do serviço de alienados, conhecido como *Lei Sena*, que criaria novos estabelecimentos, enfermarias anexas às penitenciárias centrais e um fundo de beneficência pública para os doentes.

Como salientou Manuel Louzã Henriques, este senense foi o primeiro grande protagonista da luta pela institucionalização da Psiquiatria em Portugal, a partir de princípios científicos e humanitários. As suas ideias psiquiátricas evoluíram com o tempo. Em 1876, por exemplo, publicou o volume *Teses de Medicina teórica e prática*, conjunto de proposições sobre questões fisiológicas, clínicas, psicopatológicas e sociais, onde defensava que o delírio que se manifesta nas moléstias agudas é um sintoma de valor semiótico indeterminado; a hereditariedade mórbida, provável ou demonstrada, não devia ser impedimento legal do matrimónio; o celibato era prejudicial ao indivíduo e à sociedade; a prostituição devia ser criminalizada⁴³. Pouco tempo depois lançou-se no trabalho experimental, desferindo críticas à educação científica viciada pelas ideias filosóficas da época. Sena tentou sempre dar explicações fisiológicas para os “estados alterados” objeto da sua análise. Por indicação de Costa Simões, em 1878 e 1879 efectuou viagens de estudo, trabalhando nos Laboratórios de fisiologia e histologia do sistema nervoso em Paris, onde seguiu vários cursos. Depois trabalhou em Zurique, Leipzig, Munique, Berlim e Viena.

O conferencista destacou também que em 1884 e 1885 foi publicada a obra mais importante de António Maria de Sena, *Os Alienados em Portugal*, impressionante estudo histórico, assistencial, estatístico, administrativo e social, onde se defendia que a alienação mental fazia parte da história natural do homem, sendo por isso um capítulo importante da antropologia⁴⁴. Neste estudo, Sena opinou que só com o movimento científico dos fins do século XVIII se reviveu a concepção hipocrática e galénica que explicava a loucura exclusivamente por lesões cerebrais. Era nesta doutrina, depurada da hipótese dos humores, que acreditava assentar a definitiva

⁴³ Ver SENNA, António Maria de – *Teses de Medicina teórica e pratica*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1876.

⁴⁴ Ver SENNA, António Maria de – *Os Alienados em Portugal. I. História e Estatística*. Lisboa: Administração da Medicina contemporânea, 1884; SENNA, António Maria de – *Os Alienados em Portugal. II. Hospital do Conde de Ferreira*. Porto: Imprensa Portuguesa, 1885.

fundação da psiquiatria na transição do século XVIII para o século seguinte. Dizia que “um alienado era, em geral, um tipo orgânico gerado lentamente, à custa de modificações, que iam transformando sucessivamente os elementos de uma série genealógica. A alienação mental, dizia o médico senense, estava ligada na generalidade dos casos a “uma forma especial do homem, determinada por condições genésicas de vidas anteriores, ou moldada contra a natureza por influências ocorridas na vida dessa mesma forma”. Essa “inferioridade antropológica faria evidenciar notas características, processo designado como degeneração humana”⁴⁵.

No terceiro dia de Jornadas interveio José Manuel Tedim, um *habitué* neste evento. Desta feita efectuou uma apresentação sobre *A fase negra de Goya*, declarando, logo no intróito, que o tempo de profundas mudanças em que viveu o pintor espanhol Francisco José de Goya y Lucientes (1746-1828) exerceu uma forte influência na sua obra. É difícil encontrar, na história da arte, negro mais negro do que nas pinturas negras de Goya, assim denominadas pelo domínio dessa cor. Durante décadas, Goya desancorou a humanidade e pendurou-a no ar, com tons obscuros, lúgubres e abismais. Multidões em transe, doentes grotescos, bruxas, loucos, prisioneiros. São pinturas que trazem, na forma de fazer e na temática, uma boa dose de radicalidade, abrindo caminho para as vanguardas artísticas que iriam surgir. O que chama a atenção na fase negra de Goya, mostrou Tedim, é a concentração e intensidade do horror. As pinturas negras radicalizaram ainda mais a produção do pintor até então, acontecendo sobretudo quando estava mais velho e depois da segunda doença muito grave.

A surdez repentina de Goya, depois de uma paralisia episódica de outros sentidos vitais, conduziu-o a um universo desconhecido, que o fez confrontar com o possível e o impossível. Abriu-se-lhe uma porta para um país povoado de sombras e luzes, de seres aterradores. O conferencista procurou explicar que, não obstante o gênio de Goya tenha frequentemente sido filiado a uma pretensa loucura causada pela enfermidade, alguns especialistas procuraram desmentir essa hipótese, mostrando que não existe pintura delirante no sentido em que não há obra de arte psicopática, declarando que nos “delírios” de Goya a realidade não foi nem suprimida nem pervertida, mas sim vivida.

A última conferência desta edição das Jornadas esteve a cargo de José Pedro Paiva, que abordou o assunto em análise à luz de alguns processos instaurados pelo Tribunal do Santo Ofício da Inquisição. Fez uma abordagem sintética dos sentidos da repressão inquisitorial sobre as práticas de bruxaria no Portugal Moderno (séculos XVI-XVIII), elaborando uma reconstituição de um dos mitos centrais da bruxaria europeia e portuguesa - o ajuntamento das bruxas (sabbath).

Na sessão de encerramento o coordenador científico, Fernando Catroga, traçou uma visão geral dos principais contributos que o evento propiciou ao avanço do campo científico da especialidade aqui refletida de forma interdisciplinar. Por seu turno, na sua alocução, e para quem ainda não tinha interiorizado que as Jornadas Históricas de Seia tinham propósitos eminentemente científicos e culturais, Filomena Carvalho esclareceu que as Jornadas vindouras, dedicadas ao *Poder Local*, não teriam qualquer espécie de ligação com as eleições, agendadas para esse ano, sobretudo porque o evento decorreria um mês depois do momento eletivo. Eduardo Brito, presidente da autarquia, depois de fazer um balanço extremamente positivo das sétimas Jornadas, declarou a necessidade de aclarar “às mentes da capital, que as autarquias não são gastadoras militantes, nem as principais responsáveis pelo défice mas, ao invés, as responsáveis

⁴⁵ Uma boa (e recente) síntese, sobre a vida e obra deste senense ver: PEREIRA, José Manuel Morgado – *A Psiquiatria em Portugal. Protagonistas e história conceptual (1884-1924)*. Coimbra: dissertação de doutoramento em Altos Estudos em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2015, p. 83-94.

pelo progresso”. O autarca manifestou-se depois esperançoso com o cumprimento da promessa do Governo sobre a reforma da Lei das Finanças Locais, perguntando, em jeito de retórica, o que seria Portugal se não houvesse autarquias? Tendo esta problemática incontornáveis afinidades com o tema das Jornadas seguintes, o presidente da Câmara lembrou que elas se realizariam depois das eleições autárquicas e em vésperas de eleições legislativas, vincando a pertinência e o contributo do debate sobre o tema proposto⁴⁶.

⁴⁶ Jornal *Porta da Estrela*, Seia, ano XVII, n.º712 (20 nov. de 2004), p. 9.

VIII Jornadas Históricas

VIII Jornadas

O Poder Local

Data: 16 a 18 de novembro de 2005

Local: Salão de Congressos da cidade de Seia

Organização: Câmara Municipal de Seia / Arquivo Municipal

Coordenação científica: Fernando Catroga [FLUC]

Inscritos: 130

Conferencistas (11):

Viriato Capela [UMinho]

Os Meios Financeiros do Município do Antigo ao Moderno

José Manuel Subtil [IPVC/UA]

Os Poderes Locais vistos pelo Poder Central

Margarida Sobral Neto [FLUC]

Poderes Locais na Idade Moderna

António Rafael Amaro [CRB-UCP]

Regiões e Regionalismo: A Região da Beira

António Fernandes de Matos [UBI]

Ordenamento do Território: Uma Abordagem Histórica

Maria Helena da Cruz Coelho [FLUC]

Génese e Consolidação do Poder Local em Tempos Medievais

Maria Manuela Tavares Ribeiro [FLUC]

Poder e Municipalismo nos Meados de Oitocentos

Rui Cunha Martins [FLUC]

Política Administrativa e Demarcação Territorial

Fernando Catroga [FLUC]

A Distritalização do Poder Local

Pedro Tavares d'Almeida [FCSH-UNL]

Os Governadores Cívicos no Portugal Liberal (II metade do século XIX)

António Cândido de Oliveira [UMinho]

As Mudanças do Sistema de Governo em Portugal

Mesa redonda: Álvaro Amaro [PSD] em representação de Fernando Ruas [presidente da Câmara Municipal de Viseu e da Associação Nacional de Municípios Portugueses]; Pedro Soares [BE]; António Filipe [PCP]; Abel Lima Batista [CDS-PP] e Horácio Antunes [PS].

O PODER LOCAL

16/17/18 Novembro

Casa Municipal da Cultura

Sinopse:

A oitava edição das Jornadas Históricas de Seia abriu da melhor forma, com o lançamento de um livro editado pela Câmara Municipal. Intitulado *Os Forais Manuelinos das “Vilas” do Município de Seia*⁴⁷, foi escrito pelo farmacêutico António Herculano da Paixão e Melo, natural de Travancinha, e prefaciado por José Aranda da Silva, Bastonário da Ordem dos Farmacêuticos, com o objetivo de «possibilitar às gentes do concelho de Seia uma reflexão sobre a vida dos seus antepassados há cinco séculos atrás [...]»⁴⁸.

Não é, contudo, possível compreender o aparecimento dos forais manuelinos, ditos “novos” sem uma alusão, ainda que breve, aos “velhos”, isto é, àqueles que foram objeto de reforma. As primeiras cartas de foral, isto é, os forais velhos, eram, fundamentalmente, contratos agrários com o objectivo de povoamento, e, por isso, muitos deles encontram-se na base de formação de núcleos populacionais. Conferiam a um território ou comunidade, um regime jurídico próprio, de exceção, que se sobrepunha ao Direito geral em vigor no reino. Nesses territórios passariam a existir, portanto, condições para quem nelas se quisesse fixar, disposições de direito processual, penal, militar, administrativo, fiscal e até de direito privado.

A dotação senhorial de uma lei local que preconizava regras variáveis consoante as terras, fazia nascer, em paralelo, a necessidade de criação de instituições administrativas que gerissem a aplicação dessa mesma lei. A povoação individualizava-se, ganhava personalidade jurídica e autonomizava-se, assim nascendo, por vezes, os municípios. Porque é que houve a necessidade de substituir os forais “velhos” por outros “novos”? Foi por razões de ordem social, económica e jurídica que se poderão sintetizar em 4 pontos: a degradação dos documentos e desatualização profunda das suas determinações; a atomização e discrepâncias que impunham uniformização; a redacção em idioma (*latim bárbaro*) dificultador de leitura e interpretação do seu conteúdo; a perda de importância destes diplomas no quadro do fortalecimento das leis gerais que, conseqüentemente, os reduzira a simples listas de tributos.

D. João II foi quem pela primeira vez projectou a reforma dos forais, mas acabaria por ser o seu primo e cunhado D. Manuel I a fazê-lo. Esta nova normatividade ordenada pelo *Venturoso* rei D. Manuel, no quadro de uma política regulamentadora e normalizadora, satisfazia as pretensões antigas dos povos, manifestadas sobretudo em Cortes, ao longo do século XV. O programa foraleiro consistia numa tentativa de harmonização entre a lei geral e a lei local, sem que se fizesse esbulho aos direitos régios nem se abusasse dos seus súbditos. Do ponto de vista jurídico, legislativo e de chancelaria, foi uma reforma notável e de grande envergadura, mas nem por isso longeva, para a época, ao ter durado 25 anos.

Como demonstra o livro de Paixão e Melo, esta reforma teve bastante eco no território que integra atualmente o concelho de Seia. Das povoações que integram os limiares do município várias foram contempladas com foral, ou incluídas noutros mais genéricos que regulamentavam as relações de certos homens com o seu senhorio. Estudar estes forais é estudar o poder local na Época Moderna, estudo esse que permite compreender como as questões territoriais, as reformas administrativas, políticas e fiscais que na atualidade são engendradas com o intuito de fazer chegar o global ao local mas sem perder de vista a necessidade de uma adaptabilidade em função das suas idiossincrasias, são questões antigas que assumem nos tempos presentes novas

⁴⁷ Ver MELO, António Herculano da Paixão e - *Os Forais Manuelinos das “Vilas” do Município de Seia*. Seia: Câmara Municipal, 2005.

⁴⁸ Ver *Jornal Porta da Estrela*, edição de 20 de novembro de 2005, disponível online e consultada por essa via no dia 16 de setembro de 2017, no seguinte site: <http://www.portadaestrela.com>

e determinantes configurações. Adequou-se, por conseguinte, de forma plena, o lançamento desta obra nestas Jornadas, com as quais não podia ter maior afinidade temática.



Fig. 16 – Sessão de abertura da oitava edição das JHS e lançamento da obra *Os Forais Manuelinos das “Vilas” do Município de Seia*. (da esq. para a dir.) António Herculano da Paixão e Melo (autor); Filomena Carvalho (Responsável do Arquivo Municipal de Seia e organizadora das JHS); Eduardo Brito (presidente da Câmara Municipal de Seia); Cristina Sousa (vereadora da Câmara Municipal de Seia)

Finda a apresentação da obra, iniciaram-se as conferências. Viriato Capela proferiu a primeira, intitulada *Os Meios Financeiros do Município, do Antigo ao Moderno*⁴⁹. Centrou, porém, o seu discurso, nos fundamentos económico-financeiros da reforma dos concelhos iniciada por Mousinho da Silveira em 1836. Começou por explicitar a economia e finanças municipais no quadro da economia e finanças régias, notando que as Câmaras não só eram um suporte ao lançamento e cobranças das rendas régias, como arrecadavam impostos diretos e pagavam outros à coroa dos seus próprios rendimentos. Esquadrinhou, depois, a estrutura, dimensão e desenvolvimento das rendas (próprias, ecabeçadas e outras receitas) e despesas municipais nos finais do Antigo Regime, caracterizando, também, as consequências político-sociais da evolução da situação económico-financeira dos municípios: agravamento fiscal, défice financeiro crónico e endividamento. Assinalou, por fim, que a inviabilidade económica e financeira dos concelhos no ocaso do Antigo Regime tornou inevitável o seu redimensionamento político-administrativo através de uma reforma administrativa profunda.

Interveio, logo após, José Manuel Subtil, com a preleção *Os Poderes Locais vistos pelo Poder Central*. Apresentou as principais linhas caracterizadoras do poder central em relação aos poderes periféricos, em Portugal, durante o Antigo Regime, salientando as seguintes: as modalidades de comunicação política entre os órgãos da administração central e os poderes locais; a fundamentação da decisão política; o papel desempenhado pelos oficiais régios, segundo o

⁴⁹ Tema desenvolvido em CAPELA, José Viriato – *O Minho e os seus municípios: estudos económico-administrativos sobre o município português nos horizontes da Reforma Liberal*. Braga: Univ. do Minho, 1995.

ponto de vista do Desembargo do Paço; o cálculo político das carreiras dos juizes de fora como presidentes de câmaras; e os poderes das vereações. O Professor do Politécnico de Viana do Castelo e da Universidade Autónoma de Lisboa concluiu com uma análise das perspetivas da contemporaneidade sobre o poder local.

Os trabalhos prosseguiram da parte da tarde com a apresentação de Margarida Sobral Neto, sobre os *Poderes Locais na Idade Moderna*. Começou por declarar que o processo de globalização e a extensão do regime democrático verificados nas últimas décadas introduziram uma maior complexidade na organização política e territorial do mundo. Uma das expressões deste fenómeno – disse a Professora da Universidade de Coimbra – é o fortalecimento dos poderes locais, os mais adequados e propícios para responder às necessidades quotidianas das populações e aprofundar a democracia. Salientou, depois, que a historiografia relativa à temática do poder local na Idade Moderna, publicada nas últimas quatro décadas, deitou por terra a tese oitocentista segundo a qual o processo de centralização do poder tinha sido contínuo no tempo, integrando todo o espaço nacional no mesmo registo de mando, demonstrando ao mesmo tempo que os esforços centralizadores conviveram, em conflito e em colaboração, com poderes locais, como os senhoriais e concelhos⁵⁰.

Seguiu-se a preleção de António Rafael Amaro, consagrada à questão das regiões e regionalismo, com particular ênfase na realidade da região beiroa⁵¹. O Professor do Centro Regional das Beiras da Universidade Católica asseverou que as reformas administrativas levadas a cabo em Portugal durante o Liberalismo, a I República e o *Estado Novo*, tiveram em comum duas orientações que ainda hoje perduram na organização política e administrativa do nosso território: um excesso de centralização e um défice de confiança nas virtudes dos poderes periféricos. A persistência desta cultura centralizadora, pouco preocupada numa organização administrativa potenciadora do aparecimento de poderes autárquicos intermédios fortes e dinâmicos (distritos ou províncias), acabou por gerar uma deficiente identificação supramunicipal com reflexos nas reivindicações administrativas dos vários atores regionais. Neste contexto, focou a importância do movimento regionalista das Beiras, sobretudo nas décadas de 1920-30, na conceção e justificação da divisão administrativa em Províncias, que havia de vigorar entre 1936-40 e 1959, não deixando de referir as polémicas geradas em torno da inclusão do distrito da Guarda na Província da Beira Alta, com capital em Viseu.

António Fernandes de Matos foi o último conferencista do dia. Sob o título *Ordenamento do Território: Uma Abordagem Histórica* pretendeu traçar um conspecto sintético das várias reformas administrativas desde o período romano até à atualidade⁵². Começou por declarar que a rede de estradas romanas promoveu um primeiro ordenamento, dando origem a duas áreas desenvolvidas: uma a norte do Douro e outra a sul do Tejo, separadas por uma vasta região escassamente povoada. Posteriormente, já na Idade Média, foi-se enquistando uma divisão baseada em regiões, comarcas e concelhos que subsistiu, com algumas alterações, sobretudo nos limiares regionais, durante toda a Época Moderna. Em 1826 a Carta Constitucional preconizou a centralização da administração régia e a atribuição de amplos poderes aos representantes regionais do governo. Porém, em 1836, o Código Administrativo de Passos Manuel reintroduziu, no ordenamento do território nacional, os distritos administrativos, ao mesmo tempo que extinguiu vários milhares de concelhos, fixando o seu número em 351. Por

⁵⁰ Tema desenvolvido em NETO, Margarida Sobral – Senhorios e concelhos na época moderna: relações entre dois poderes concorrentes, in CUNHA, Mafalda Soares da; FONSECA, Teresa (dir.) – *Os Municípios no Portugal Moderno. Dos Forais Manuelinos às Reformas Liberais*. Évora: CIDEHUS, 2005, p. 149-165.

⁵¹ Uma versão escrita da conferência foi publicada em 2008. Ver AMARO, António Rafael – Regiões e Regionalismo: a Região da Beira. *MÁTHESIS*, 17 (2008), p. 9-35.

⁵² Tema desenvolvido em MATOS, António Fernandes de - Ordenamento do Território e Governabilidade, in DOMINGOS, M. Vaz (org.) - *Cidade e Território: Identidades Urbanas e Dinâmicas Transformadoras*. Lisboa: Celta Editora, 2008.

sua vez, em 1936, o Código Administrativo de Marcelo Caetano, baseado nas recomendações de Amorim Girão, instituiu onze províncias, a saber: Minho, Trás-os-Montes e Alto Douro, Douro Litoral, Beira Alta, Beira Baixa, Beira Litoral, Estremadura, Ribatejo, Alto Alentejo, Baixo Alentejo, Algarve.

António Matos referiu depois que, na actualidade, o país encontra-se dividido em sete NUT (Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos), adoptadas por ocasião da adesão de Portugal à Comunidade Europeia, que coexistem com a divisão administrativa do país em distritos. As NUT conferem às várias regiões de planeamento uma maior complexidade, quer pela divisão estabelecida, quer pelo espaço compreendido, levando a descontinuidades com outras divisões administrativas, mas traduzindo uma maior coerência física e económica. O conferencista fez notar ainda que em 8 de novembro de 1998 foi realizado um referendo sobre a regionalização que ditou a vitória do *não* com 63,6% dos votos, e que as leis promulgadas em maio de 2003 criaram as Grandes Áreas Metropolitanas (GAM); as Comunidades Urbanas (ComUrb); as Comunidades Intermunicipais de fins gerais; e as Associações de Municípios de fins específicos. Logo após, o docente da Universidade da Beira Interior chamou à atenção para o facto de que a proliferação de delegações regionais, sub-regionais e distritais sem unidade territorial ou eficácia administrativa tornou incoerente e, muitas das vezes, contraditória, a Administração Pública desconcentrada, levando ao aumento da burocracia e à redução da transparência nas políticas públicas com impacto territorial. Muitos destes serviços desconcentrados da Administração Pública não têm qualquer mecanismo de coordenação entre si, nem o Estado dispõe de formas de tutela horizontal dos mesmos, apesar do seu número ser significativo e coexistirem vários modelos de desconcentração. De acordo com o mesmo, este quadro caótico põe a nú a necessidade urgente do ordenamento administrativo do território português numa dupla perspectiva de desconcentração de competências e de descentralização da tomada de decisões.

Por último, expôs uma vasta gama de instrumentos de planeamento territorial, que declarou serem insuficientes para cobrir o território continental e reputou de pouco articulados entre si, mormente os planos diretores municipais; os planos de urbanização; os planos de pormenor; os planos de proteção e valorização do património cultural; os planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC); os Planos de Ordenamento de Albufeiras de Águas Públicas (POAAP); e os Planos de Ordenamento de Áreas Protegidas (POAP).

No segundo dia de Jornadas o programa continuou coerente e arrojado. Maria Helena da Cruz Coelho falou sobre a *Génesis e Consolidação do Poder Local em Tempos Medievais*, salientando que os municípios estão entre as instituições hodiernas cujas raízes mergulham em tempos medievais⁵³. Com discurso sucinto, aludiu ao longínquo passado dessa instituição, bem como à evolução do movimento concelhio através da outorga régia de cartas de foral. Fazendo transitar a análise para os séculos finimedievais, focou as transformações ocorridas no governo dos municípios, na conjugação de uma política régia centralista e impositiva, que conduziram ao aparecimento de um mais numeroso e especializado corpo de oficiais e órgãos concelhios. A Professora Catedrática da Universidade de Coimbra teve ocasião ainda para abordar o perfil dos homens da governança municipal e o seu vasto e multifacetado protagonismo. Terminou com uma alusão à memória, fixada pela escrita, e aos seus símbolos e festividades identificadas da vida municipal.

⁵³ Especialista no tema, a conferencista tem, nesse âmbito, um vasto leque de trabalhos publicados. Cito apenas dois dos mais recentes: COELHO, Maria Helena da Cruz - O Poder Concelhio em tempos medievais – o 'deve' e 'haver' historiográfico. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto-História*, 7 (2006), p. 19-34; COELHO, Maria Helena da Cruz - O poder local em tempos medievais. *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa. Classe Letras*, 36 (2005), p. 7-2.

De seguida, foi dada a conhecer a perspectiva de Maria Manuela Tavares Ribeiro sobre o *Poder e Municipalismo nos Meados de Oitocentos*. Sustentou que a colisão entre as instituições nacionais, legadas pelo Antigo Regime, e as tendências/princípios inerentes ao sistema constitucional, relançou a discussão em torno da questão da centralização e descentralização do poder e o papel que o município poderia (e deveria) desempenhar na vida portuguesa. A conferencista reputou a questão de polémica, porquanto animou ardentes e prolongados debates e provocou reacções diversas inerentes ao choque de tendências ideológicas díspares e às próprias contradições da sociedade portuguesa de Oitocentos. Tais controvérsias – afixou – seriam objeto de debate em meados do século XIX, por parte de intelectuais como Alexandre Herculano, António Pedro Lopes de Mendonça, e José Félix Henriques Nogueira, os quais desenvolveram componentes fundamentais de uma ideia comum – o Progresso, que era, afinal, o motor de toda a dinâmica da *civilização liberal*.

Após uma curta pausa para café, os temas continuaram a cativar a atenção dos participantes, tendo chegado o momento de escutar uma reflexão profunda sobre o tema da administração territorial perspectivada a partir da questão das fronteiras, aqui esmiuçado pelo seu maior especialista, Rui Cunha Martins. Sob o mote *Política Administrativa e Demarcação Territorial*, colocou o problema das relações entre política administrativa e concepção do território, com o objetivo de verificar de que modo a produção das *fronteiras internas*, daí resultante, é susceptível de delimitar, de igual modo, as *fronteiras externas* nas quais se revêem as várias escalas da portugalidade⁵⁴. Em ordem a esse objectivo, a intervenção deteve-se nalgumas situações do século XX português, com especial incidência nas seguintes: a questão dos limites inter-municipais; o significado da ideia de “região demarcada”; e a problemática das “casas regionais” (nomeadamente a *Casa das Beiras*). No final, Rui Cunha Martins oblatou uma reflexão sobre o sentido das políticas demarcatórias num mundo globalizado, mostrando que, hoje, uma qualquer abordagem do *local* implica irremediavelmente um questionamento da sua relação com outras escalas.

Fernando Catroga foi o orador que se seguiu, com uma comunicação sobre a *A Distritalização do Poder Local*⁵⁵. No seu cômputo geral, esta lição forneu uma reflexão de densa erudição sobre o processo de construção político-administrativa do território sobre o qual o Estado exerceu a sua soberania, cujas transversalidades atravessaram regimes políticos diferentes como a Monarquia Constitucional, a I República e o Estado Novo. Aclarou-se, no fundo, que a questão administrativa representou um dos problemas fortes da concretização da ideia moderna de política, assumindo a revolução liberal, nesse processo, um papel de relevo, tendo no seu seio florescido e medrado a luta entre os prosélitos da divisão distrital e as correntes defensoras da divisão provincial que, a partir dos inícios do século XX, se convertem na apologia do regionalismo. A polémica perduraria até aos finais da década de 1950, ou mesmo - enfatizou Catroga - até aos nossos dias, se se tiver presente que ela ainda está latente no hodierno debate a propósito da regionalização do País.

O Professor Catedrático da Universidade de Coimbra, aqui preletor e coordenador das Jornadas, explicou a polémica sobre o lugar da Província na estrutura do novo Estado Liberal teve como ponto de partida a criação dos Distritos em 1835. A verdade é que, depois de algumas décadas de funcionamento, a “distritalização” e, com ela, o centralismo político-administrativo, impuseram-se como soluções vencedoras. O que se não se estranha, porquanto foram muitos

⁵⁴ Se nos reportarmos ao universo dos seus trabalhos encontramos vários onde trata com profundidade esta temática e outras afins. Cito, por ora, aquele que, neste domínio, me parece mais importante: MARTINS, Rui Cunha – *O Método da Fronteira – Radiografia Histórica de um Dispositivo Contemporâneo (Matrizes Ibéricas e Americanas)*. Coimbra: Almedina, 2008.

⁵⁵ Para uma abordagem recente e mais aprofundada sobre o assunto, ver CATROGA, Fernando – *A Geografia dos Afetos Pátrios. As Reformas Político Administrativas (séculos XIX e XX)*. Coimbra: Edições Almedina, 2014, p. 53-84; CATROGA, Fernando – A divisão administrativa do território no Portugal Contemporâneo. Entre o Distrito e as Províncias, in SOUSA, Fernando de (coord.) – *Os Governos Cívicos de Portugal e a Estruturação Político-administrativa do Estado no Ocidente*. Porto: CEPESE, 2014, p. 58-75.

aqueles que, como Justino António de Freitas, um dos primeiros administrativistas portugueses, suportavam esta artificialidade da divisão por distritos que, como o próprio alegava, era a “chave da abóbada do edifício social”, pois só com a mediação do poder local ficaria garantida “a manifestação da vontade geral em todos os básicos lugares ao mesmo tempo”, assim como o “controlo eficaz da execução da lei”.

A conferência que a esta sucedeu não podia ser mais sintonia com as ideias aí esgrimidas. Pedro Tavares d’Almeida dissertou sobre *os Governadores Civis no Portugal Liberal*⁵⁶ e mostrou que desde a criação desse cargo, em 1835, ocasião de instituição do distrito como circunscrição administrativa, que os governadores civis passaram a personificar a vontade unificadora e centralizadora do Estado, tornando-se nos principais agentes territoriais do poder central. Titulares de um cargo de confiança política, dependente da escolha ministerial, tinham um estatuto ambíguo decorrente da própria hibridez funcional do cargo. Uma das traves mestras do argumentário desta conferência foi a defesa da ideia de que os governadores civis não eram meras correias de transmissão do poder governamental, atuando como medianeiros entre as imposições do governo e as exigências locais, procurando harmonizar interesses e regular conflitos. Papel necessário e importante – explicou o conferencista – tendo em conta que o Estado liberal oitocentista era ainda um complexo organizacional frágil, com limitados meios para exercer uma administração territorial autónoma e eficaz. Para o demonstrar, Pedro Tavares de Almeida analisou com mais detalhe o papel efectivo dos governadores civis durante esse período crucial do Estado liberal, gizando notas importantes da sua biografia colectiva, não dispensando alguns apontamentos comparativos com os governadores civis no reino vizinho durante a época da “Restauración”, e com os perfeitos franceses do II Império e dos inícios da III República.



Fig. 17 – Mesa redonda. (da esq. para a dir.) Abel Lima Batista (CDS); Cristina Sousa (vereadora da Câmara Municipal de Seia); Álvaro Amaro (ANP e PSD); Horácio Nunes (PS); António Filipe (PCP); Pedro Soares (BE)

⁵⁶ Para um trabalho recente, sobre o mesmo assunto e do mesmo autor, ver ALMEIDA, Pedro Tavares – Entre o centro e a periferia: os Governadores Civis no Portugal do século XIX, in SOUSA, Fernando de (coord.) – *Os Governos Civis de Portugal e a Estruturação Político-administrativa do Estado no Ocidente*. Porto: CEPESE, 2014, p. 76-80.

A última conferência desta oitava edição das Jornadas Históricas de Seia foi proferida por António Cândido de Oliveira, que a intitulou: *As Mudanças do Sistema de Governo em Portugal*. Estruturou-a em três pontos. No primeiro refletiu sobre o poder local traduzido em autonomia local e democracia local. No segundo examinou as condições do poder local democrático através de diversos factores, tais como o interesse dos cidadãos pelos problemas da sua terra, a informação adequada, o debate público dos problemas, a tomada de decisão através das assembleias representativas e os referendos, e a *execução* como pedra de toque da democracia. No derradeiro esclareceu as mudanças do sistema de governo local na actualidade, no tocante aos órgãos executivos e deliberativos.



Fig. 18 – Cartão Postal da Câmara Municipal de Seia (finais do século XIX-inícios do século XX)

Os trabalhos destas Jornadas intensamente participativas e irrefutavelmente profícuas terminaram em mesa redonda, uma inovação do figurino desta edição face às anteriores, que resultou em pleno, pois relegou para um momento distinto, e com outro formato, o óculo da política atual sobre o poder local, não menos importante, mas indubitavelmente paralelo ao conjunto de trabalhos anteriormente explanados com agendas e pontos de vista científico-académicos. Intervieram, neste fórum, os representantes nacionais dos principais partidos políticos com assento parlamentar na Assembleia da República: Álvaro Amaro [PSD] em representação de Fernando Ruas [presidente da Câmara Municipal de Viseu e da Associação Nacional de Municípios Portugueses]; Pedro Soares [BE]; António Filipe [PCP]; Abel Lima Batista [CDS-PP] e Horácio Antunes [PS].

IX Jornadas

Atitudes Religiosas dos Portugueses

ATITUDES
RELIGIOSAS
DOS
PORTUGUESES

Câmara Municipal de Seia
Instituto de Investimentos

Data: 15 a 17 de novembro de 2006

Local: Salão de Congressos da cidade de Seia

Organização: Câmara Municipal de Seia / Arquivo Municipal

Coordenação científica: Fernando Catroga [FLUC]

Inscritos: 110

15-16-17
NOVEMBRO

Conferencistas (15):

Federico Palomo [CEHR-UCP]

As missões do interior e a difusão do catolicismo pós-tridentino no Portugal dos sécs. XVI e XVIII

José Pedro Paiva [FLUC]

Os portugueses têm genes católicos? Dispositivos de enquadramento religioso no Portugal Moderno (séculos XVI-XVIII)

João Francisco Marques [FLUP]

A Religiosidade dos Portugueses e as Devoções Populares – apegos e apelos ao sobrenatural

Ana Cristina Araújo [FLUC]

Religiosidade comum e piedade barroca

Rui Cascão [FLUC]

A religião popular em Portugal nos finais do século XIX e início do século XX

Luís Filipe dos Reis Torgal [Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital]

A construção de um santuário mariano: Fátima, a hierarquia da Igreja e os católicos militantes

Lúcia de Brito Moura [CEHR-UCP]

“Queremos Deus” – um hino, um combate

António Matos Ferreira [CEHR-UCP]

Crer e descrever quando a sociedade muda: o religioso no Portugal contemporâneo

Frei Bento Rodrigues [Instituto São Tomás de Aquino]

Religião dos Portugueses: religião do coração. Entre a ameaça do inferno e o triunfo do coração

Bruno Cardoso Reis [CEHR-UCP]

Religiões e as Relações Internacionais

Mesa redonda: Ludwig Krippahl (Céptico); António Rego (Religião Católica); Mário Mota Marques (Comunidade Bahá'í); Jónatas Figueiredo (Comunidade Evangélica Portuguesa); Mahomed Abed (Comunidade Islâmica); Esther Mucznik (Comunidade Israelita).

Sinopse:

É inegável que, ao longo dos tempos, o fenómeno religioso tenha sido objeto de algumas reflexões histórico-sociológicas. Contudo, no ano de realização destas Jornadas, os estudos teórico-empíricos sobre a religião enquanto fenómeno macrosocietal permaneciam insuficientes. Conquanto tenha sobrevivido aos diversos anúncios do seu desaparecimento, a vivência da religiosidade sofreu um progressivo desgaste dos referentes procedentes dos costumes e das tradições da religião institucional, detetando-se uma quebra da influência da institucionalidade religiosa na sociedade. Esta transformação, reconfiguração ou mesmo a decomposição do religioso na modernidade, revela que este fenómeno esteve, e está, em constante processo de mudança, adaptando-se e assumindo os contextos socioculturais em que se insere⁵⁷. Na verdade, as atitudes religiosas dos portugueses passaram, no transcorrer dos séculos, por diferentes fases, tendo emergido diversas sensibilidades e distintas formas de atuação. Foi exatamente tendo em vista esse processo complexo e variável que a nona edição das Jornadas Históricas de Seia elegeu como tema de reflexão, num espectro temporal, dir-se-ia, ucrónico, e numa perspetiva poliédrica, *As Atitudes Religiosas dos Portugueses*.



Fig. 19 – (da esq. para a dir.) Federico Palomo (conferencista); Cristina Sousa (vereadora da Câmara Municipal de Seia); Fernando Catroga (coordenador científico das JHS); José Pedro Paiva (conferencista)

Federico Palomo foi quem iniciou os trabalhos, com uma comunicação sobre *As missões do interior e a difusão do catolicismo pós-tridentino no Portugal dos séculos XVI e XVIII*⁵⁸. Sublinhou-se, nesta apresentação, a importância das «missões do interior» na difusão do catolicismo tridentino entre as populações rurais do Portugal do Antigo Regime. Num primeiro momento explicou-se em que consistia este tipo de missões, que objetivos perseguiram, quais os agentes

⁵⁷ Ver DUQUE, Eduardo – *Mudanças Culturais, Mudanças Religiosas. Perfis e tendências da religiosidade em Portugal numa perspetiva comparada*. Vila Nova de Famalicão: Humus, 2014, p. 7-16.

⁵⁸ Este tema constituiu o mesmo da sua tese de doutoramento apresentada ao Instituto Universitário Europeu de Florença no ano de 2000 e publicada três anos depois. Ver PALOMO, Federico – *Fazer dos campos escolas excelentes: os Jesuítas de Évora e as missões do interior em Portugal (1551/1630)*. Lisboa: FCG/FCT, 2003.

envolvidos, que tipo de impacto surtiram e quais as práticas religiosas que ajudaram a difundir. Num segundo momento foram analisados alguns dos exercícios que faziam parte da prática missionária, como a pregação, a confissão e a doutrinação, sublinhando-se a sua dimensão teatral.

José Pedro Paiva participou nesta edição com uma comunicação intitulada: *Os portugueses têm genes católicos? Dispositivos de enquadramento religioso no Portugal Moderno (séculos XVI-XVIII)*. Partindo da constatação da existência de uma tendência evidente para a religiosidade das populações que já habitavam o território onde veio a nascer Portugal, procurou mostrar que o seu direccionamento para o cristianismo foi instigado pela existência de instituições eclesíásticas e, sobretudo, consolidado e vigiado durante a Época Moderna - tempo de profundas rupturas na tradicional unidade cristã - a partir de uma vasta e pluriarticulada rede de mecanismos de enquadramento religioso.

Por sua vez, João Francisco Marques ofereceu aos participantes uma reflexão sobre *A Religiosidade dos Portugueses e as Devoções Populares – apegos e apelos ao sobrenatural*. Começou por afirmar que a cristandade europeia cirandou de país em país, de região em região, de lugar em lugar. Em Portugal, montes e vales, aldeias e cidades, pejaram-se de templos e, até há bem pouco, o adro da igreja era o centro cívico da vida comunitária. O ano pautava-se pelas fainas agrícolas e as festas religiosas constituíam os seus referentes temporais. O começo do dia fazia-se com as três badaladas do campanário, o toque das Trindades, que convidava à oração do *Angelus*, devoção arreigada nos hábitos dos piedosos.

Asseverou, depois, que se nos centros urbanos poucos se lembram da encomendação das almas na hora de recolher ao leito, o contrário se topa nos lugarejos costeiros e no interior beirão e nortenho do país. A ligação ao sagrado, em particular ao santoral, assinalada na santificação do domingo, verifica-se no prevalecer de não poucas devoções, desde o onomástico às tarefas de todos os dias, como nos lenitivos que delas se esperam para cura de enfermidades e afastamento de perigos provenientes de fenómenos naturais.

Declarou, a terminar, que se vislumbra nas festividades religiosas no decurso do ano, de janeiro a dezembro, constantes patronos e taumaturgos celestes. Integrar-se-lhe, como objecto de investigação e estudo, o rifonário popular ligado ao culto dos santos milagreiros, reflexo eloquente da piedade popular. A multiplicidade de devoções e santuários de peregrinação, diversificando os cultos, “mantém viva uma religiosidade interessada e interesseira, em que a tradição, o toque supersticioso e até o lado algo fetichista para com as imagens sagradas continuam a ser bases de apoio do ritual litúrgico tão repleto de uma infinidade de bênçãos: apegos e apelos ao sobrenatural”.

Seguiu-se a preleção de Ana Cristina Araújo sobre *Religiosidade comum e piedade barroca*, através da qual esclareceu que a piedade dos simples ignorava a reflexão doutrinal, mas não dispensava o atributo miraculoso do gesto e da palavra, geralmente sobrecarregados por visões e histórias fabulosas. Os actos mais vulgares do quotidiano, voluntária ou involuntariamente transportavam as marcas de uma competição inacessível entre o pecado e a santidade, entre a consciência da miséria da existência terrena e o esplendor da salvação eterna. Daí que, como ressaltou desta comunicação, no quadro de um modelo de piedade de acento penitencial, também a festa sacra realizasse, de forma exaltante, a integração do múltiplo no uno através da imagem, da música e da palavra⁵⁹.

⁵⁹ Um desenvolvimento do tema poderá ser encontrado em ARAÚJO, Ana Cristina – Morte, memória e piedade barroca. *Revista de História das Ideias*, vol.11 (1989), p. 129 – 174.

A última lição do dia coube a Rui Cascão, que encetou uma análise da religião popular em Portugal nas décadas finais do século XIX e nos inícios do século XX, tema que, pela sua abrangência, aqui foi tangido apenas no extradorso. O conferencista elucidou, aliás, em jeito de alocução, que falar de religião popular é penetrar num campo de investigação que tem suscitado longos debates entre teólogos, historiadores, sociólogos e antropólogos, em especial de 1970 a esta parte. Por conseguinte, o primeiro ponto que lhe mereceu atenção foi de natureza teórica: o da definição de religião popular, exercício que lhe possibilitou reputá-la de ambígua e potencialmente falaciosa e justificar a opção de tomar como ponto de partida uma caracterização da religião popular acentuadora dos elementos “naturais”, sincréticos, afectivos, práticos, contratualistas e hiper-ritualizados (em que os aspectos mágicos e supersticiosos têm especial relevo), para executar um contraponto com a *religião oficial*. Neste quadro, discutiu igualmente a existência de relações de divergência, oposição, conflito, convergência, complementaridade e intercomunicação entre ambas.

Depois de uma referência breve às raízes e matrizes da religião popular em Portugal, Rui Cascão fez um enquadramento geral da situação da religião, na época estudada, em função dos factores políticos, ideológicos, culturais, sociais e económicos e das motivações individuais e colectivas. Baseado nos trabalhos etnográficos de Teófilo Braga, Adolfo Coelho, José Leite de Vasconcelos, Ernesto Veiga de Oliveira, Pierre Sanchis, bem como em obras literárias e na vastíssima série de publicações periódicas da época em estudo, considerou três perspetivas: a) o calendário (o carácter cíclico das festividades religiosas); b) a geografia (nomeadamente a implantação dos locais de culto e a delimitação dos espaços sagrados); c) e a tipologia das expressões da religião popular.

As Jornadas foram retomadas no dia seguinte com a comunicação de Luís Filipe dos Reis Torgal sobre a construção do santuário mariano de Fátima e a acção da militância católica numa época de afirmação do laicismo⁶⁰. Procurou demonstrar que a Igreja estava convencida de que os laicistas não pretendiam apenas acabar com o estatuto privilegiado do catolicismo e remeter a fé para a esfera da vida privada, mas também descatalizar o País. Pugnou então, com sucesso, pelo crescimento de um amplo e unificado movimento de renascimento católico de cariz “revolucionário conservador”, protagonizado por setores clericais e laicos, que estaria já em gestação desde os inícios do século XX. O movimento não deixaria de utilizar o fenómeno das *aparições* (1917) e do culto de Fátima como instrumentos de propaganda ao serviço da recristianização, da defesa das liberdades religiosas, políticas e sociais da Igreja e da rejeição da ideologia republicana demoliberal, laica e anticlerical.

De acordo com Luís Torgal, esta perspetiva de que a Igreja e/ou influentes sectores laicos e clericais a ela ligados souberam capitalizar o fenómeno de Fátima em proveito próprio fundamenta-se nas seguintes premissas: a promoção, por parte da imprensa católica, do fenómeno das *aparições*, desde Outubro de 1917; o empenho do bispo de Leiria em edificar as infra-estruturas do santuário da Cova da Iria, disciplinar o culto segundo o modelo penitencial e sacramental de Lourdes e legitimá-lo em termos canónicos; a emergência de cronistas católicos conservadores, nacionais e estrangeiros, durante as décadas de 20, 30 e 40, do século XX, que difundiram obras confessionais articuladas com a(s) história(s) e a mensagem(s) de Fátima; o aparecimento de uma “nova geração” de intelectuais fascinados pelas ideologias de cariz tra-

⁶⁰ Já havia proferido esta comunicação no ano de 2004, em Vila Nova de Famalicão, no evento intitulado *Encontros de Outono*, baseada no livro, da sua autoria, publicado dois anos antes. Ver TORGAL, Luís Filipe - *As «aparições de Fátima». Imagens e representações (1917-39)*. Lisboa: Temas e Debates, 2002.

dicionalista, integrista, católica e depois *estadonovista*, que colaboraram de forma militante na promoção do santuário e do culto mariano da “Senhora da Cova da Iria”; e a intensa e incessante ação do cardeal Manuel Gonçalves Cerejeira, de promoção do santuário, multiplicando discursos e textos apologéticos sobre o culto e a mensagem de Fátima, convertendo o local num espaço privilegiado do catolicismo nacional.

Interveio, depois, Lúcia de Brito Moura, cuja comunicação orbitou em torno do hino francófono *Queremos Deus*, de origem francesa, o qual se popularizou no início da I República como resposta à política laicizadora dos governos republicanos e ajudou a cimentar sentimentos de apreensão perante inovações capazes de revestir carácter persecutório e que viriam a integrar o imaginário de várias gerações de portugueses. Lúcia Moura mostrou como esses cânticos de resistência constituíram um marco referencial num percurso que remonta ao século XIX, de afirmação do conservadorismo católico.

Foi possível ouvir ainda, da parte da manhã, a preleção de António Matos Ferreira intitulada *Crer e descrer quando a sociedade muda: o religioso no Portugal contemporâneo*. Começou por traçar o quadro da mudança a que aludiu no título, referindo que durante o último período de vigência da *Carta Constitucional* até à Implantação da República, vigorou um período de paz social que permitiu às instituições sociais, entre as quais a Igreja, refletir sobre o seu papel e influência na sociedade. A transição do Antigo Regime para o Liberalismo correspondeu à passagem da perceção da religião «como salvação para a visão da religião como realização social».

De seguida, o Professor da Universidade Católica explicou que, no período republicano, uma série de novas “forças sociais” utilizaram diversos expedientes para esvaziar a dimensão cívica do catolicismo na sociedade portuguesa. Enquanto isso, legitimistas, ultramontanos e intransigentes procuraram desenvolver uma prática religiosa de recristianização. Uma vez que o duelo ideológico se mostrava pendente para o lado do republicanismo laicista, a Igreja concluiu que a sua influência social não dependia de uma ligação ao poder político e respetivas estruturas. Surgiu, assim, o *catolicismo integral*, ou *social*, como modelo de recristianização. Este desígnio de afirmação denominou-se «reconquista católica» ou «restauração católica», para a qual se encetou a reestruturação da Igreja como instância de legitimação social, de exercício de autoridade, de fonte de valores sociais, de rede de apoio, de sociabilidade e de compensação na gestão de expectativas.

O conferencista terminou a sua intervenção com uma elencação dos objetivos a que se propunha o *movimento católico*, surgido dessa reestruturação: o desenvolvimento e incremento da chamada *boa imprensa*; o respeito pela autonomia do Estado face à Igreja; a criação de novas formas de pertença adequadas aos leigos e aos novos sectores da sociedade; o desenvolvimento de novas formas de apostolado direccionadas para os leigos; a cooptação de estudantes universitários; e uma nova focagem na formação do clero secular. A todo esse movimento da ofensiva católica – concluiu António Matos Ferreira - acresceu o fenómeno das *aparições de Fátima* (1917), uma manifestação de religiosidade que restaurou a influência das estruturas eclesíasticas numa época em que elas estavam fragilizadas.

O turno vespertino deste segundo dia de Jornadas compreendeu dois oradores. Frei Bento Rodrigues foi o primeiro a intervir, expondo o seguinte tema: *Religião dos Portugueses: religião do coração. Entre a ameaça do inferno e o triunfo do coração*. Principiou por visitar o ima-

ginário da religiosidade católica portuguesa do século XX. Fê-lo com um foco de fé e crença no fenómeno das *aparuições de Fátima*, advogando que aí se construiu um “altar do mundo”, tornando-se Fátima, desde então, na “religião dos portugueses”. Defendeu, de seguida, que em Fátima está presente a nota mais saliente de uma certa pregação portuguesa, acentuada desde o começo do século XX, sobre a geografia do *Além* com insistência no Inferno e no Purgatório. *Fátima* – notou ainda - encarnou e reforçou as tentativas por parte do clero de cristianizar as festas religiosas que eram, sobretudo, romarias, afastando delas a dimensão profana que vinha desde tempos imemoriais. *Fátima* torna-se peregrinação e local de penitência. O *Centro Católico*, a *Acção Católica* e *Fátima* dispensaram a teologia universitária e daí que a “reconquista católica de Portugal” tivesse muitos ingredientes de militância ativa com um cariz de devoção mariana, tornando-se esta a imagem predominante da atitude religiosa dos portugueses. A terminar, questionou: o que é que se ganhou e o que é que se perdeu com a predominância absoluta de *Fátima* na atitude religiosa dos portugueses? Sem responder, concluiu: “*Fátima* é um porto de abrigo para as aflições de muitos portugueses e um lugar de agradecimento”.

A segunda intervenção coube a Bruno Cardoso Reis que falou das relações entre as *Religiões e as Relações Internacionais*⁶¹. Explicou que depois da paz de Vestefália, em 1648, as Relações Internacionais são, ou deveriam ser, uma disciplina particularmente e explicitamente secularizada, já que a aludida conferência de paz teria estabelecido o princípio da exclusão do *religioso* da política internacional. Significa isso – defendeu ainda - que o estudo das Relações Internacionais nada deveria ter a ver com o estudo das religiões, embora durante muito tempo tal noção não tenha parecido problemática, devido a uma série de acontecimentos, tais como o protagonismo do papa João Paulo II na fase final da Guerra Fria; a proclamação de uma República Islâmica no Irão, em 1979; nesse mesmo ano, o início da guerrilha islamista no Afeganistão em resposta à invasão soviética; a crise do comunismo, o principal movimento ideológico ateu de massas, e a multiplicação de Estados em colapso como resultado de conflitos identitários, por vezes com uma forte componente religiosa. Refletindo sobre estes problemas e outros afins, Bruno Reis abordou as seguintes questões: a crise do Estado e o peso da sociedade civil, a violência religiosa e o fundamentalismo, a modernização e o enraizamento. Ao longo de toda a conferência procurou situar o lugar de Portugal, relativamente menor mas nem por isso desinteressante, em todos estes processos.

O ponto final desta nona edição das Jornadas consistiu na discussão em modelo de mesa redonda (adotado com êxito na edição anterior), moderada pelo seu coordenador científico, Fernando Catroga, que contou com a participação de representantes de algumas comunidades religiosas e a-religiosas: Ludwig Krippahl (Céptico); António Rego (Igreja Católica); Mário Mota Marques (Comunidade Bahá'í); Jónatas Figueiredo (Comunidade Evangélica Portuguesa); e Mahomed Abed (Comunidade Islâmica). Esther Mucznik (Comunidade Israelita) não pode estar presente.

É de salientar o facto de figurar, numa mesa com representantes de várias religiões, um não religioso ou, para ser mais exato, um não crente. Ludwig Krippahl fez questão de notar que não representava uma comunidade, mas sim uma ideia, a ideia de viver sem religião, a ideia da descrença. A descrença – advogou - não é acreditar no contrário. Isso é apenas uma crença diferente. A descrença é perguntar em vez de afirmar, principalmente perguntar como é que o

⁶¹ O conferencista já tinha publicado, no ano 2000, um artigo sobre a questão. Ver REIS, Bruno Cardoso – Religiões, Estados e Relações Internacionais. *Político. Internacional*, n.º 21 (2000), p. 195-228.

crente sabe que a sua crença é verdadeira. Da assistência veio a inevitável pergunta: como pode um céptico evitar cair no relativismo moral, ou seja, como pode encontrar valores? A resposta explorou a ideia de que há uma noção de bem que é independente da religião. Crente ou descrente, o ponto final de qualquer juízo moral depende (ou deve depender) sempre do sujeito, portanto o fundamental é a capacidade de julgar as crenças e a fé de acordo com os princípios morais de cada um, e não deixar que a fé dite o que é certo ou errado, pois esse - na opinião de Krippahl - é o caminho do fundamentalismo e do extremismo.



Fig. 20 – Mesa redonda. (da esq. para a dir.) Mahomed Abed; Jónatas Figueiredo; Ludwig Krippahl; Cristina Sousa (vereadora da Câmara Municipal de Seia); Fernando Catroga (coordenador científico das JHS e moderador); Mário Mota Marques; António Rego

No final deste debate inclusivo e que decorreu com grande elevação, o moderador lançou uma pergunta instigadora: há verdade na religião? Inquiria, desta forma, se todas as religiões são verdadeiras, se só uma é verdadeira e as outras falsas, se todas são falsas, ou se há uma mais verdadeira face às demais. Melhor não podiam terminar, dir-se-á, estas Jornadas. Os religiosos consideraram que todas as religiões têm um fundo de verdade mas que a sua é mais verdadeira. Ao invés, o céptico presente, considerou que a verdade não é aquilo em que se crê, mas aquilo que resiste à dúvida.

X Jornadas

Portugal Mitos e Ritos

Data: 16 e 17 de novembro de 2007

Local: Centro de Interpretação da Serra da Estrela

Organização: Câmara Municipal de Seia / Arquivo Municipal

Coordenação científica: Fernando Catroga [FLUC]

Inscritos: 135

Conferencistas (11):

José d'Encarnação [CEA-UC]

Viriato, herói fundador

José Antunes [Professor jubilado da FLUC]

Afonso I de Portugal e a “misteriosa” génese da nacionalidade portuguesa

João Francisco Marques [FLUP]

O Sebastianismo e a Utopia do Quinto Império nos Pregadores da Restauração

Maria Manuela Tavares Ribeiro [FLUC]

Mitos e Símbolos – Povo, Nação, Paz – no pensamento dos utópicos portugueses nos meados de Oitocentos

Maria Aparecida Ribeiro [FLUC]

Lá vai português/ lá vem brasileiro... Lá vem marinheiro/ lá vai comendador! Imagens da migração nas literaturas do Brasil e de Portugal, no século XIX

António Apolinário Lourenço [FLUC]

Os Espanhóis e os Portugueses

Maria da Conceição Meireles Pereira [FLUP]

Portugal e Espanha no século XIX – mitos e realidades

José Manuel Sobral [ICS-UL]

A formação da identidade nacional portuguesa como processo histórico

Amadeu Carvalho Homem [FLUC]

Queres fiado? Toma! Interpretação (subjectiva) de um símbolo popular

José Carlos Seabra Pereira [FLUC] e Martim de Gouveia e Sousa [Escola Secundária Emídio Navarro; ISCE]

Representações de Portugal na Literatura Portuguesa Contemporânea

Fernando Catroga [FLUC]

Portugal como “deus” da religião civil dos Portugueses

Fernando Catroga (coordenador)

Sinopse:

Como afirmou, com toda a propriedade, Cidália Carvalho, o construto cultural que é a nação, radica numa base material alicerçada num sistema de representação simbólica e sociocultural; e edifica-se como uma forma superior de identificação, assente num vasto leque de memórias. Não raro, este processo, conflui na mitificação de certos momentos históricos e na formação de um imaginário coletivo que, no caso português, engloba heroísmo, ousadia, fé e um destino messiânico⁶². É comum, nas narrativas fundacionais, surgirem mitos nacionais destinados a fazer com que a nação ultrapasse os seus limites temporais, tornando-se eterna e elevando-se a um valor superior em termos religiosos e artísticos. A maior parte das vezes, os mitos das nações consistem numa distorção e manipulação da história, com a função de enraizar a comunidade nacional num tempo remoto, conferindo-lhe assim um acréscimo de legitimidade perante outras nações. Cada mito se articula num feixe de problemas específico, que têm em comum a aspiração de construir uma originalidade imaginária para a nação portuguesa, em registos que pretendem passar por históricos sem o serem⁶³.

A partir da fundação da nacionalidade, a historiografia criara já uma identidade mitificada, que Camões veio a sublimar no “peito ilustre lusitano”, imprimindo aos Descobrimentos um sentido messiânico, de destino. Os *Lusíadas* constituíram-se, pois, como a obra que modelou a identidade nacional, na sua forma literária mais reiterada, funcionando como ideal de patriotismo, recuperado em momentos de exaltação ou de abatimento. Aliás, a própria ideia de “império lusitano” conheceu forte amplificação pela Literatura, desde Camões a Pessoa, passando pelo mito do *Quinto Império*, produzindo essa memória hiperbólica efeitos no imaginário coletivo. A “morte” simbólica da nação em Alcácer Quibir e o Sebastianismo inserem-se também nesse legado mítico português.

Durante a Época Contemporânea verificou-se uma idêntica instrumentalização, procurando-se que Portugal tivesse uma ideia de si de excessiva superioridade, bastando lembrar, à guiza de exemplo, a aldeia idílica, rural, imune à contaminação estrangeira, que foi construída pelo salazarismo. A hipertrofia mítica do *Estado Novo* forjara-se numa revisão profunda da História Portuguesa, que atribuíra enorme destaque aos momentos ilustres do passado e aos seus heróis, com o objetivo de disfarçar a sua fraqueza e fragilidade.

Não só não é possível recusar a nuclearidade da História neste “excesso de passado e de providencialismo”, como é inegável o seu papel de relevo na sua desconstrução. E apesar do problema já ter sido afrontado pela historiografia, esta décima edição das Jornadas Históricas de Seia mostrou como se figura perturbante a propensão para dar por arrumada a questão. É que, uma vez eivado de historicidade, nunca é demais colocar esse processo sob suspeita, estimulando-o enquanto produtor de espanto, que, segundo Giorgio Agamben, é a verdadeira condição do estudo. A esta luz, a incomodidade teórica que deve constituir, para qualquer investigador, um problema “fechado” cedo de mais e assim roubado ao debate, justificou plenamente a eleição deste tema para reflexão.

José d’Encarnação foi o primeiro interveniente, tendo apresentado uma comunicação sobre *Viriato, herói fundador*. Começou por notar que, para os humanistas – como André de Resende – Viriato foi tido como o grande general, fundador de uma identidade nacional, num momen-

⁶² Ver CARVALHO, Cidália Viegas de – *Memória e Mito dos Descobrimentos na Literatura do século XX*. Coimbra: tese de doutoramento em Literatura de Língua Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2013, p. 7.

⁶³ Ver idem, ibidem, p. 40.

to em que a independência portuguesa periclitava. Desde aí até aos tempos do *Estado Novo* a figura de Viriato foi conotada com a raiz “da raça viva e forte – imortal na sua essência – dos portugueses”. Foi exatamente sobre a construção desse imaginário que se centrou a comunicação do Professor da Universidade de Coimbra. No fim, o argumento central foi claro: frugal nos comeres e no vestir, disciplinado e forte, audaz e independente, num contacto quotidiano com o sobrenatural, mais do que uma personagem que efetivamente existiu, Viriato foi arvorado em “o herói lusitano que lutou pela liberdade do seu povo”.



Fig. 21 – (da esq. para a dir.) José d’Encarnação (conferencista); Cristina Sousa (vereadora da Câmara Municipal de Seia); Fernando Catroga (coordenador científico das JHS); José Antunes (conferencista)

Assistiu-se depois à conferência de José Antunes sobre *Afonso I de Portugal e a “misteriosa” génese da nacionalidade portuguesa*. A primeira ideia aduzida foi a de que o conhecimento histórico construído em torno de Afonso I, de Portugal, padece de factos imaginários. Realçou, portanto, a necessidade de distinguir a história do mito na vida do fundador da nacionalidade, algo que – na sua opinião – não transparece com clareza na historiografia dita científica. Neste contexto alertou para a necessidade de desmistificar a génese enigmática do reino português perante a união dos vários reinos hispânicos, advogando a carência de uma análise mais minuciosa acerca da origem da autonomia política do Condado Portucalense, já que todas as precedentes manifestações em ordem à mesma pretendida, embora diferentes, foram votadas ao fracasso. Foi longo - referiu por fim - o caminho percorrido entre essa tomada do poder e o domínio de um território mais vasto, com uma manifestação mais clara da consciência nacional. Um percurso marcado por crenças e mitos, alvo de reflexão profunda nesta conferência.

Seguindo uma linha cronológica de exposição dos temas, as Jornadas proporcionaram de seguida, aos presentes, uma prelecção sobre *O Sebastianismo e a Utopia do Quinto Império nos*

Pregadores da Restauração. João Francisco Marques refletiu sobre duas correntes convergentes do Sebastianismo, ortodoxa e heterodoxa. Perdida que foi, em 1580, a independência da coroa portuguesa, ambas partiam do encoberto-desejado para o libertador-esperado. Com a *Restauração*, o Sebastianismo avulta como pólo aglutinador do discurso parenético, apoiado na frente comum da narrativa alcobacence do *Milagre de Ourique*, que através do profetismo nacionalista assegurava a continuidade passado/futuro. Com a liberdade da Pátria, os portugueses refizeram o sonho messiânico milenarista da conquista do mundo e da sua conversão cristã, consubstanciado na ideia de um *Quinto Império*, utopia que, de acordo com o conferencista, os pregadores da Restauração com frequência evocavam⁶⁴.

A deslocação do foco analítico para o século XIX fez ouvir Maria Manuela Tavares Ribeiro, que apresentou a comunicação intitulada *Mitos e Símbolos – Povo, Nação, Paz – no pensamento dos utópicos portugueses nos meados de Oitocentos*⁶⁵. Partindo da revolução liberal ocorrida em Nápoles, no ano de 1820, que provocou uma reacção contrarrevolucionária e o exílio de emigrados políticos em Portugal, centrou-se no seu alistamento na ala liberal e respetivo contributo na organização da Carbonária. Norteados pelos princípios *Nação, Democracia, Associação, República*, objetivavam uma *Santa Aliança dos Povos*, assim feita grito de esperança dos demoliberais, dos demo-republicanos e dos utópicos portugueses de meados de Oitocentos. A conferencista detalhou o processo através do qual as revoluções nacionalistas e republicanas, bem como a mitificação dos heróis (entre eles Giuseppe Mazzini), incitaram os utópicos portugueses ao combate pelos ideais da República Social, Democracia, Associação e Progresso.

Ainda sobre o longo século XIX, agora com um centramento nas imagens da migração nas literaturas do Brasil e de Portugal, Maria Aparecida Ribeiro examinou os processos de alteridade em torno do português imigrado no outro lado do Atlântico. Explicou, por conseguinte, que no retrato que dele fez Aluísio de Azevedo, era visto como o *Outro* por parte dos brasileiros de nascimento: com os pés deformados pelos chinelos baratos, com a mesma roupa de dia e de noite, económico ao extremo, explorado e com escassez de víveres, ignorando a higiene e ignorante. Se é verdade, contudo, que foi menoscabado pelos brasileiros, que nele viam o *Outro*, o *Outro* também o foi para os portugueses que o viam, depois de regressado, despojado dos seus traços, quer exterior quer interiormente. A conferencista concluiu que foi neste quadro de alteridade que nasceu e medrou, no Brasil, o estereótipo responsável pelas “piadas de português”, promotoras da sua ridicularização, que tiveram correspondência na antiga metrópole com a distorção da imagem do “brasileiro de torna viagem”, ridicularizado pela sua cultura, em geral, e pelo falar e modo de vestir, em particular.

A discussão relativa a aspetos identitários e de alteridade prosseguiu com um deslocamento de foco para a Península Ibérica, com a prelecção de António Apolinário Lourenço intitulada *Os Espanhóis e os Portugueses*. Após ter declarado, em jeito de preâmbulo, que a Espanha, ao invés de ser o vizinho mais próximo de Portugal, é um país com o qual a nação portuguesa partilha o espaço geográfico bem definido que é a Península Ibérica, onde alternaram, ao longo dos séculos, períodos de unidade político-administrativa com outros onde predominou a diversidade, o Professor de Literatura da Universidade de Coimbra cogitou acerca do facto de a existência autónoma plurissecular do Estado Português ter constituído um obstáculo à reunificação da *Hispania Romana*, o que condicionou e tem fortemente condicionado, na opinião do próprio,

⁶⁴ O conferencista tinha já publicado sobre o assunto no ano de 1998. Ver, MARQUES, João Francisco - A utopia do „Quinto Império“ nos pregadores da Restauração, in *Roma, Lisboa, Brasília tra antichità e futuro. Diritto e profezia nel pensiero di Antonio Vieira* Roma: Consiglio Nazionale delle ricerche, celebrazioni colombiane, 1988, p. 48-84.

⁶⁵ A conferencista viria a publicar um capítulo de livro subordinado exatamente à temática explorada nesta comunicação. Ver, RIBEIRO, Maria Manuela Tavares - *Mitos e Símbolos – Povo, Nação, Paz – no pensamento dos utópicos portugueses de meados de Oitocentos*, in BAPTISTA, Maria Manuel; FRANCO, José Eduardo; CIESZYNSKA (orgs.) – *Europa das Nacionalidades: Imaginários, Identidades e Metamorfoses Políticas*. Coimbra: Grácio Editor e Programa Doutoral em Estudos Culturais, 2014, p. 253-272.

a imagem de Portugal no Estado que resultou da fusão (sob a égide de Castela) dos restantes antigos reinos ibéricos medievais.

A reflexão sobre os mitos e realidades que se forjaram na relação entre Portugal e a Espanha suscitaram ainda, nestas Jornadas, o interesse de Maria da Conceição Meireles Pereira. Começou por aclarar, na sua intervenção, a forma como a “questão ibérica” do século XIX influenciou de forma decisiva, não só as relações entre os dois países peninsulares, como também as suas representações mútuas. Notou depois que, apesar de a ideia ibérica ter sido minoritária em Portugal, provocou ondas sucessivas de polémica, dominou a opinião pública durante mais de meio século, assumiu foros de questão nacional, mobilizou um largo espectro social e salto, enfim, para a rua, instalando-se um verdadeiro “fenómeno patológico” do iberismo. Todavia - explicou também - muito mais volumosa do que a propaganda ibérica foi a de sentido contrário, utilizando um caudal de meios de propaganda⁶⁶.

Esse contexto permitiu à conferencista situar o aparecimento da Associação 1.º de Dezembro, que inscreveu o ritual de comemoração da *Restauração* na liturgia cívica nacional, fomentou a criação de outros “lugares de memória” e reivindicou, sistematicamente, a reorganização militar do país. Proporcionou-lhe ainda a exploração das representações contundentes e pejorativas dos espanhóis, da Espanha e da união ibérica, saídas desta reacção à propaganda ibérica, e uma análise das causas e efeitos da construção de uma imagem hiperbólica, que contrastava com a sublimação da superioridade lusa. No fundo, sem esquecer que do outro lado também foram produzidas representações negativas, Maria da Conceição Meireles Pereira esquadrinhou a maneira como o nacionalismo português utilizou o “outro” como elemento de construção identitária, ou melhor, como a instrumentalização política do iberismo serviu para dar corpo à identidade nacional. A conclusão foi clarividente: os nacionalismos que assolaram o século XIX português (anti-francês, anti-britânico, anti-espanhol ou anti-ibérico), foram fortes inibidores do estreitamento de laços económicos, político-diplomáticos e culturais, frustrando políticas de valorização intrapeninsular.

Esta questão da formação da identidade nacional foi chamada à colação por José Manuel Sobral, que a apresentou como produto, sempre em transformação, de processos históricos. Para tal, distinguiu três fases. Na primeira, sita no período medieval, desenvolveu-se uma unidade territorial, submetida a um centro político, com características culturais e simbólicas específicas, surgindo as primeiras manifestações de auto-identificação coletiva. Na segunda, coincidente com a expansão imperial, difundiram-se produções intelectuais que tomaram como referente o território, os seus habitantes, a sua história e a sua cultura, exaltando-os. Corresponde à consolidação da imagem do *Estado* português como *Nação*. Na terceira, que ganha relevo a partir da segunda década do século XIX, teve lugar o processo de nacionalização das massas com a difusão maciça de representações oficiais e padronizadas da identidade nacional, tendo como veículos a escola, o exército, a actividade artística, a edição, a imprensa e, no século XX, a rádio, a televisão, o cinema e outros meios de comunicação⁶⁷.

As Jornadas discutiram ainda outro tipo de questões subordinadas ao tema aglutinador.

Amadeu Carvalho Homem, por exemplo, interpretou o símbolo popular, gesto obscuro, ligado à expressão *Queres fiado? Toma!* Nesse sentido, realizou uma síntese das simbologias espiritualistas presentes na mentalidade popular, bem como o pendor satírico também reve-

⁶⁶ Para um aprofundamento desta questão ver PEREIRA, Maria da Conceição Meireles - Relações entre Portugal e Espanha no 3º quartel do século XIX – os aspectos cultural e económico. *População e Sociedade*, nº 6 (2000), p. 101-111.

⁶⁷ José Manuel Sobral publicou muito sobre o assunto. Veja-se, por exemplo, SOBRAL, José Manuel – *Portugal, Portugueses: Uma Identidade Nacional*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2012.

lado nessa mentalidade. Por sua vez, José Carlos Seabra Pereira e Martim de Gouveia e Sousa concentraram as suas intervenções nas *Representações de Portugal na Literatura Portuguesa Contemporânea*.

Por fim, a lição magistral de Fernando Catroga, intitulada *Portugal como “deus” da religião civil dos portugueses*⁶⁸. Refletiu sobre a ideia segundo a qual a secularização dos fundamentos, funções e finalidades da política moderna também gerou um certo halo de sacralidade, embora as suas justificações teóricas o não admitissem. Esta faceta tornou-se mais visível nas duas grandes revoluções modernas e no conseqüente desenvolvimento de um fenómeno que tem recebido várias designações: «religião civil», «religião política» e «religião secular». Portugal como “deus” dessa “religião civil” – advogou o preletor – é uma ideia que está subsumida nesta problemática, estabelecendo algumas comparações com o culto civil americano e francês. Porém - notou também - essa “religião civil” comprova a existência de uma debilidade na proclamada auto-suficiência secular da política moderna, porque, objectivamente, ela é prova cabal da necessidade que tinha de ser completada com vivências sociabilitárias afetivas. Tal como a religião do cidadão, a religião civil também iria socializar o dever-ser cívico, isto é, o patriotismo, embora o inscrevesse num horizonte ecuménico. Desta forma, seria justificada não pela sua maior ou menor verdade, mas pelas conseqüências sociais e patrióticas que provocava, além de que, tendo em vista a interiorização dos deveres sociais, se corporizasse como paideia.



Fig. 22 – Sessão de encerramento das 10.^{as} JHS com Eduardo Brito (presidente da Câmara Municipal de Seia) e Fernando Catroga (coordenador científico das JHS)

A esta conferência sucedeu a sessão de encerramento já que, devido a imperativos de ordem pessoal, Mário Soares, que constava do programa, não pôde comparecer.

⁶⁸ Para um aprofundamento desta questão veja-se CATROGA, Fernando – *Nação, mito e rito: religião civil e comemoracionismo (EUA, França e Portugal)*. Fortaleza: Edições Nudoc, Museu do Ceará, 2005.

XI Jornadas

*Maçonaria, Sociedade e Política
Uma visão histórica*

Data: 14 e 15 de novembro de 2008

Local: Centro de Interpretação da Serra da Estrela

Organização: Câmara Municipal de Seia / Arquivo Municipal

Coordenação científica: Fernando Catroga [FLUC]

Inscritos: 228

Conferencistas (11):

Salvato Teles de Menezes [Fundação D. Luís I]

As Origens da Maçonaria: Lenda e Realidade

António Lopes [Museu Maçónico do GOL]

A Maçonaria Portuguesa – das origens ao triunfo do liberalismo

Fernando Catroga [FLUC]

A Maçonaria e a Política (sécs. XIX e XX)

Maria Belo [Grande Loja Feminina de Portugal]

Consequências políticas da ação da maçonaria feminina

Alfredo Caldeira [Fundação Mário Soares]

A Maçonaria durante a ditadura e o Estado Novo

António Ventura [UL]

A Maçonaria em Seia

Frei Bento Domingues [Instituto São Tomás de Aquino]

Maçonaria, Sociedade e Política. Igreja Católica Romana e Maçonaria depois do Vaticano II

Joaquim Gomes Canotilho [FDUC]

Maçonaria e Direitos Humanos

Mesa redonda: António Reis [Grande Oriente Lusitano]; Rogélia Neves [representante da maçonaria feminina de Portugal]; Martin Guia [Grande Loja Legal de Portugal/Grande Loja Regular de Portugal]



eia

Sinopse:

Nos últimos séculos poucos temas suscitaram tanto interesse, tanta discussão e, sobretudo, tantas especulações, como a Maçonaria. Vista erroneamente como associação secreta (ainda que haja quem a defenda com essa matriz), pela sua existência discreta, o cunho sensacionalista e redutor que tradicionalmente marcou a produção de informação sobre ela, tem paulatinamente dado lugar a discussões e publicações marcadamente científicas e, portanto, com propósitos eminentemente esclarecedores. Porém, as ações que explicam esta melhoria qualitativa eram ainda, no ano de 2008, uma miragem, o que fez com que, uma vez mais, estas Jornadas assumissem um certo pioneirismo, não apenas pelo tema que se propuseram a tratar mas, sobretudo, pelo modelo que traçaram para o fazer, isto é, conferindo a palavra aos próprios maçons para serem eles próprios a voz desse esclarecimento. Esta natureza dialógica *avant garde* entre a Maçonaria e a sociedade ou, para o dizer mais claramente, esta abertura da Maçonaria à explicitação da sua natureza, princípios e ação, fez as Jornadas Históricas de Seia assumir uma originalidade e significância no quadro das (pocas) iniciativas já realizadas, neste contexto, a nível nacional.

A Ordem Maçónica Universal está alicerçada em várias crenças, sendo a principal a de que existe um Grande Arquiteto do Universo (G.A.D.U.). Os maçons agrupam-se em *Lojas*, que correspondem não a um espaço físico mas a um grupo de maçons que se reúnem em determinado local. Para constituir uma *Loja*, os maçons necessitam de ter um mínimo de 7 mestres, ditando a tradição portuguesa que as *Lojas* com mais de 50 ou 60 maçons se dividam, constituindo outras. As *Lojas* agrupam-se por obediências e, atualmente, ao contrário do que se verificara no passado, a jurisdição de uma determinada obediência é circunscrita territorialmente a um país. Com objetivo de promoção de um debate alargado, estas Jornadas Históricas levaram até à cidade de Seia, alguns dos mais importantes membros de várias obediências maçónicas.

A primeira conferência esteve a cargo de Salvato Amador Seabra Teles de Menezes, administrador delegado da Fundação D. Luís I, que dissertou sobre “As origens da Maçonaria: lenda e realidade”. A primeira questão que procurou esclarecer diz respeito ao carácter não científico que caracterizou durante muito tempo os estudos realizados sobre a Maçonaria, uma significativa parte dos quais da responsabilidade de maçons, veiculadores de ideias vagas e obsoletas. Essa visão acrítica, que se foi perpetuando no tempo, deve-se, segundo Menezes, à incorreta interpretação da secção inicial do livro fundador do edifício teórico-prático da Ordem Maçónica, *As Constituições dos Franco-maçons*, publicado por James Anderson em 1723. O equívoco, segundo o conferencista, estava no não entendimento de que essa secção da obra pretendia legitimar a Maçonaria enquanto herdeira intelectual de uma tradição estabelecida ao longo de séculos por outras organizações mais ou menos iniciáticas e integrá-la no paradigma cultural judaico-cristão.

Teria sido a partir deste tipo de leituras que apareceram outros mitos, como o de que a Maçonaria teria origens egípcias, templárias, mitraicas, cabalísticas, rosa-cruzísticas, essénias, caldaicas e druidas. De resto, Menezes defendeu ainda que a influência dessas concepções nos ritos e rituais adotados pelas diferentes lojas maçónicas, que revela uma capacidade, ou disponibilidade, de a Ordem Maçónica incorporar todos esses contributos como herança espiritual, explica-se pelo seu carácter de organização aberta, anti-dogmática e representativa.

A segunda questão que, na sua comunicação, o preletor trouxe à colação, relacionou-se com as múltiplas definições, geralmente vagas e, por conseguinte, erróneas, de Ordem Maçónica. São vários os responsáveis, frisou, tais como obras apologéticas e críticas, instituições maçónicas e respetivos opositores, os próprios maçons e os meios de comunicação. A apresentação do facto social maçónico como associação filosófica, política, esotérica e até religiosa, mais não é do que asserção parcelar e contraditória, rematou. Disse, por fim, que esta Ordem constituiu um dos mais cabais exemplos de contradição entre um dado facto social e as suas possíveis representações.



Fig. 23 – Mesa constituída por Eduardo Brito (presidente da Câmara Municipal de Seia), que figura ao centro da mesma, tendo à sua direita Fernando Catroga e António Lopes; e à sua esquerda António Reis e Salvato Teles de Menezes (no uso da palavra)

Poder-se-á afirmar que, em linhas gerais, António Lopes, diretor do Museu Maçónico do GOL (Grande Oriente Lusitano), abordou o mesmo assunto do comunicante que lhe antecedeu. Propôs-se a traçar um percurso entre os primórdios da Maçonaria em Portugal e o triunfo do liberalismo. Onde se reuniam os maçons, como se organizavam e quais os rituais que praticavam, foram algumas das questões que começou por tratar. De seguida, centrou a sua reflexão sobre alguns episódios sem os quais, asseverou, não é possível compreender a história da Maçonaria em Portugal, a saber: a constituição do Grande Oriente Lusitano, em 1802; as consequências que as invasões francesas tiveram na estrutura maçónica portuguesa; o subsequente domínio inglês e a condenação à morte do general Gomes Freire de Andrade, então grão-mestre da Maçonaria; a Revolução de 1820 e a Constituição de 1822; o regresso ao absolutismo miguelista e a perseguição à Maçonaria traduzida na fuga de muitos maçons para Inglaterra, França e Brasil; e a guerra civil entre partidários de D. Pedro e D. Miguel.

Existente em Portugal desde o século XVIII a Maçonaria tinha diversos ramos que se fundiram em 1869, dando origem ao Grande Oriente Lusitano Unido, abrindo-se às diferentes tendências políticas e credos religiosos, prometendo, por esse motivo, distanciar-se da ação política e circunscrever-se a evangelizar o dogma social e espagir a beneficência. Não demorou muito, contudo, o desmoronamento dessa afirmação de intentos e princípios que enformavam o modelo apartidário e deísta doravante pretendido. A necessidade que alguns setores da Maçonaria sentiram em colocá-la na vanguarda das lutas que se impunham face às transformações sociais e ideológicas, tendo na retina, sobretudo, a galopância do ultramontanismo, viria a desembocar numa politização, particularmente evidente a partir de 1906. Sobre estas ligações entre a política e a Maçonaria, nos séculos XIX e XX, deteve-se Fernando Catroga, coordenador científico das Jornadas, que interveio de seguida.

Abordou o alinhamento da associação no combate antidinástico, a radicalização das suas posições face à questão religiosa e a influência então exercida na sociedade portuguesa, que levara Machado Santos a afirmar, talvez com algum exagero, que a República se deveria única e exclusivamente à Maçonaria. A importância que continuou a exercer nos governos do período subseqüente à implantação do regime republicano e o robustecimento dos seus quadros por todas as latitudes do país, foram pontos nodais desta comunicação.

Ainda dentro do contexto político, Maria Belo, da Grande Loja Feminina de Portugal (GLFP), obediência maçónica fundada em 1977, discorreu sobre as consequências políticas da ação da Maçonaria Feminina. Começou por referir que sentir a necessidade do bem e reconhecer o dever e a obrigação interior de o promover é a condição intrínseca da existência autêntica das maçonas. Efetivamente, reforçou, na raiz dos atos de uma maçona deve estar o desejo do bem, sendo esse o verdadeiro e justo sentido da vida. Explicou depois que as maçonas não prescindem de uma total liberdade de pensamento e ação, embora com um acentuado sentido de justiça, de respeito pelos direitos dos outros. A igualdade, o equilíbrio, o bom senso, o caráter, o progresso, o amor, a compaixão, a harmonia, a felicidade, a solidariedade, o perdão e a tolerância, ou aceitação plena do outro, são valores éticos a que aspira o seu trabalho. Neste sentido, no transcorrer nos tempos, as maçonas lutaram no sentido de obter, no plano político, direitos equânimes e uma vivência humana liberta de padrões opressores baseados em normas de gênero.

Alfredo Caldeira, da Fundação Mário Soares, foi o conferencista que se seguiu. Falou de um tema então ainda relativamente desconhecido: a *Maçonaria durante a ditadura e o Estado Novo*. Principiou por explicar qual o posicionamento da Maçonaria face à Ditadura Militar instaurada após o 28 de Maio. Asseverou depois que, a partir de 1933, com a formalização do *Estado Novo*, a Maçonaria viu-se extinta, pelo menos do ponto de vista legal. Apenas cerca de três das várias dezenas de *Lojas* que anteriormente existiam, resistiram à Lei da extinção, promulgada em 21 de Maio de 1935, permanecendo perigosamente na clandestinidade⁶⁹. Não obstante o *abate de colunas*, durante esse tempo, a Maçonaria sempre esteve do lado da resistência como oposição democrática à ditadura, sobrevivendo de forma difícil, mas superando-se, recompondo-se logo após o 25 de abril de 1974.

Este primeiro dia de Jornadas Históricas terminou com uma mesa redonda, composta por alguns representantes das mais importantes lojas maçónicas, designadamente: António Reis, do Grande Oriente Lusitano; Rogélia Neves, da maçonaria feminina de Portugal; e Martin Guia,

⁶⁹ O historiador Oliveira Marques explica bem como, do ponto de vista jurídico-legal, a Maçonaria foi extinta durante o Estado Novo através da promulgação da Lei n.º1901, de 21 de Maio de 1935, por parte da Assembleia Nacional, passando à clandestinidade. Ver MARQUES, A. H. De Oliveira – *A Maçonaria Portuguesa e o Estado Novo*. Lisboa: Dom Quixote, 3.ª ed., 1995. A fonte original encontra-se em: *Diário do Governo*, n.º115/1935, Série I, Lei n.º1901, de 21 de Maio de 1935, p. 699.

da Grande Loja Legal de Portugal/Grande Loja Regular de Portugal. Do debate ressaltou de forma inequívoca que a Maçonaria é uma Ordem iniciática e ritualista, progressista e filantrópica, fraterna e universal, formada por homens e mulheres que, independentemente das raças, credos e nacionalidades, foram acolhidos por iniciação e reunidos em lojas. Através de métodos ou meios racionais, auxiliados por símbolos e alegorias, orientam as bússulas do seu estudo e trabalho, para o aperfeiçoamento moral e espiritual dos seus membros e também para defesa da moral universal, com vista à edificação de uma sociedade mais livre, mais justa e mais igualitária. A Maçonaria proclama a luta pelo princípio da equidade, dando a cada um o que for justo, de acordo com sua capacidade, obra e mérito, além de considerar o trabalho lícito e digno como dever primordial do ser humano. Por fim, a liberdade é também um valor nodal. Saber ser livre é saber que o outro é livre.

Tendo vindo à colação, por diversas vezes, durante as Jornadas, a questão do secretismo que envolve as reuniões e a atividade da Maçonaria, o grão-mestre do Grande Oriente Lusitano (GOL), António Reis, defendeu «uma abertura desejável» à sociedade por parte da Maçonaria. “Numa sociedade livre e aberta, como a nossa, não há razões para o secretismo”, defendeu o grão-mestre do GOL, em declarações à comunicação social. Questionado sobre os níveis de adesão à ordem maçónica, António Reis afirmou que as adesões têm sido crescentes, o que justificou com “os tempos de relativismo nos valores morais e éticos [...]”, rematando que “as pessoas se sentem um pouco perdidas e procuram valores mais sólidos em que acreditar”.



Fig. 24 – António Ventura no uso da palavra. Ao lado, Fernando Catroga, coordenador científico das Jornadas Históricas

No segundo dia de Jornadas os trabalhos principiaram com aquela que era a comunicação mais aguardada de todo o evento, por incidir diretamente sobre o território senense. De resto, presumivelmente pelo tema, o número de inscritos foi o mais alto de todas as Jornadas realiza-

das, nunca sendo superado desde então. António Ventura, Professor da Universidade Nova de Lisboa, membro de número da Academia Portuguesa da História e especialista sobre a História da Maçonaria⁷⁰, falou da Maçonaria em Seia e afirmou que a tardança que ela manifestou em penetrar na região serrana da Beira interior se deveu à sua condição geográfica e geofísica, que a mantave afastada dos centros mais cosmopolitas. Porém, de acordo com o mesmo, há notícia de existência de oficinas na Guarda, Gouveia, Covilhã e Fundão ainda durante do século XIX.

Verificaram-se três surtos de novos integrantes já depois da formação do Grande Oriente Lusitano Unido, prosseguiu António Ventura. Guarda e Gouveia assumiram protagonismo nesse contexto de novas adesões. O primeiro surto ocorreu em 1905/1906; o segundo logo após a proclamação da República; o terceiro, curiosamente o mais significativo e diversificado geograficamente, em 1930-1935, numa fase difícil, quando a Maçonaria “laborava em condições particularmente gravosas”. António Ventura referiu ainda que o último surto se deveu à dedicação e empenho de António Augusto Franco, natural de Figueira de Castelo Rodrigo, membro do Supremo Conselho dos Soberanos Grandes Inspectores Gerais e Inspetor Maçónico das Beiras, uma figura “completamente esquecida” que importa destacar por ter sido o responsável pela fundação de dezenas de Triângulos em toda a Beira.

Salientou, de seguida, que em Seia existiu um Triângulo do *Rito Escocês Antigo e Aceite*, o n.º174, instalado em 1911 como filial da Loja “Estrela Beneficente” n.º360, de Gouveia, que laborou até 1914, tendo à cabeça o médico António Simões Pereira. Seguiu-se um Triângulo, n.º323, do *Rito Francês*, instalado em 1931, que surgiu a partir de Fafe, pelo facto de fazerem parte da *Loja António José de Almeida* cinco membros ligados a Seia. O Triângulo foi dissolvido pela legislação de 1935, não chegando a entrar na clandestinidade.



Fig. 25 – Auditório do Centro de Interpretação da Serra da Estrela (CISE) nas XI Jornadas Históricas de Seia

⁷⁰ Ver, por exemplo, ainda que a obra seja contemporânea da comunicação, VENTURA, António – *Uma História da Maçonaria em Portugal, 1727-1986*. Lisboa: Circulo de Leitores, 2013. Antes desta, publicara várias outras sobre a Maçonaria em Portalegre (2007), Mafra (2009) e Almada (2010); sobre as constituintes de 1911 e a Maçonaria (2011); e sobre a Marinha de Guerra e a Maçonaria (2013).

Por fim, Ventura brindou o auditório com a referência a senenses que, além do já referido Simões Pereira, também foram “maçons”. Afonso Costa foi um deles, chegando a ser indigitado para o cargo de grão-mestre da Maçonaria Portuguesa, o que não viria a acontecer em virtude da sua morte. Outros maçons senenses foram António de Almeida Melo Júnior e João da Mota Veiga, ambos amanuenses da Câmara Municipal; António de Almeida Melo (farmacêutico); João dos Santos Martins (tenente de infantaria reformado); Maximiano de Almeida Gomes (oficial do Registo Civil); Rodolfo Almeida Abreu (natural de Loriga e professor em Santiago); e António Borges Dias (estudante de Direito).

Uma vez que António Arnaut, antigo grão-mestre do Grande Oriente Lusitano (GOL), que constava do programa com uma comunicação sobre a *Maçonaria e os Direitos Humanos*, não pode estar nestas Jornadas, seguiu-se a palestra de frei Bento Domingues, do Instituto de São Tomás de Aquino, que falou sobre a *Maçonaria, Sociedade e Política. Igreja Católica Romana e Maçonaria depois do Vaticano II*. O sacerdote propôs-se a refletir acerca do contexto e significado das Declarações da Congregação para a Doutrina da Fé (CDF) sobre “Católicos e Maçonaria”, designadamente as cartas de 1974 e 1981; a declaração de 1983 com esclarecimento do novo Código de Direito Canónico; a reflexão de 1984 que proclamou a irreconciliabilidade entre a Fé Cristã e a Maçonaria; a declaração do cardeal do Rio de Janeiro, D. Eugénio de Araújo Sales, a propósito da razão pela qual a Maçonaria não foi nomeada no Código de Direito Canónico de 1983; e as declarações de algumas autoridades eclesiais nacionais, como a do cardeal patriarca de Lisboa D. José da Cruz Policarpo (2005, 2008), as do bispo auxiliar de Lisboa, D. Carlos Moreira de Azevedo (2005, 2008), e a do bispo emérito de Aveiro, D. António Baltazar Marcelino.

Joaquim Gomes Canotilho, Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra foi quem proferiu a última lição, agora sobre a *Maçonaria e os Direitos Humanos*. Mostrou de forma clarividente como a doutrina fundadora dos direitos humanos tem como base a teoria dos direitos naturais, ou seja, o *jusnaturalismo* moderno, defensor do individualismo, do Estado de natureza, das leis da natureza eternas e imutáveis, do pacto social, do Estado, dos direitos naturais e da tolerância. A justificativa ideológica com que os movimentos revolucionários fariam colapsar o mundo feudal e constituir o mundo moderno foi o *jusnaturalismo*. Posteriormente, todas as grandes revoluções liberais proclamaram os direitos humanos. Alinhada com a defesa desses princípios a Maçonaria tomou parte capital nesse movimento.

Coube a Eduardo Brito e a Fernando Catroga as palavras de encerramento. Para o primeiro, “uma terra que não debate tem mais dificuldades em se desenvolver”. O autarca mostrou-se convicto que a 11ª edição das Jornadas ganhou um novo fôlego e uma nova dimensão, capazes de as projetar por mais dez anos, continuando a crescer e a discutir os grandes temas. Este texto é a prova de que o presidente estava certo. Por sua vez, o coordenador científico das jornadas, reconheceu a consolidação de um projeto que, referiu, “não tem muitos comparáveis no país, mesmo nas grandes metrópoles”. O professor catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra asseverou, também, que “as jornadas sempre mantiveram um registo de originalidade nos temas propostos e o facto de “suscitarem discussão” deve ser o “segredo da consolidação do seu prestígio”.

XII Jornadas

Guerra e Paz A História

13 e 14 NOV 09
Centro de Interpretação da Serra da Estrela

Creditado Pelo Conselho Científico Pedagógico Formação
Continua (CCPFC)

Para Efeitos De Progressão Na Carreira Docente (0.6 UC)

Data: 13 e 14 de novembro de 2009

Local: Centro de Interpretação da Serra da Estrela

Organização: Câmara Municipal de Seia / Arquivo Municipal

Coordenação científica: Fernando Catroga [DEPHAA-FLUC]

Inscritos: 183

Conferencistas (11):

João Gouveia Monteiro [DEPHAA-FLUC]

A Guerra na Idade Média

Abílio Pires Lousada [IESM]

Guerras Atuais: séc. XXXI. A Guerra e a Transformação dos Assuntos Militares

Luís Alves de Fraga [UAL]

Portugal e as duas guerras mundiais

Rita Lino Garnel [CES-UNL]

A outra Guerra: a pneumónica

Jorge Seabra [FLUC]

A guerra colonial na ficção cinematográfica portuguesa

Carlos Matos Gomes [Coronel do Exército Português]

Guerra Colonial – A interpretação portuguesa de um facto da História Universal

Pedro de Pezarat Correia [General reformado; FEUC]

Guerra e Paz no Limiar do Século XXI

Carlos Brás Saraiva [FMUC]

Traumas Psicológicos da Guerra

Alexandre Franco Sá [UC]

Da Guerra dos Estados à Guerra das Estrelas

Wladimir Brito [UMinho]

Guerra e Segurança Humana

Adriano Moreira [Academia das Ciências de Lisboa]

O Poder Político e o Apelo à Transcendência



Sinopse:

A XII edição das Jornadas Históricas, dedicada ao estudo do tema *Guerra e Paz*, juntou especialistas nas áreas da História Militar, Direito, Filosofia, Psiquiatria e Política Internacional. Principiou com a preleção de João Gouveia Monteiro, que apresentou uma síntese didática das principais características da arte militar praticada no Ocidente europeu ao longo da Idade Média (sécs. VII-XV)⁷¹. Identificou algumas condicionantes próprias deste período (inexistência de exércitos permanentes; superioridade dos meios defensivos sobre os ofensivos; sazonalidade das actividades guerreiras), para seguidamente percorrer, a breve trecho, os principais territórios da arte militar medieval: recrutamento; organização e administração; armamento; castelologia; sistemas e dispositivos táctivos. Concluiu que a promoção pessoal/social e redistribuição da riqueza eram funções sociais da guerra.



Fig. 26 – (da esq. para a dir.) Fernando Catroga (coordenador científico das JHS); Carlos Filipe Camelo (presidente da Câmara Municipal de Seia); João Gouveia Monteiro (conferencista)

Seguiu-se a palestra do tenente-coronel Abílio Pires Lousada, intitulada *Guerras Atuais: séc. XX/XXI. A Guerra e a Transformação dos Assuntos Militares*. Começou por referir que, ao longo dos séculos, a guerra foi conversora de mentalidades políticas, transformadora de modelos sociais, motor e necrópole civilizacional, ponte e hiato cultural, dividiu a História em períodos e ordenou o sistema político internacional. Neste seguimento declarou que, em termos militares, o aparecimento da pólvora representou uma das maiores transformações da História: a artilharia tornou vulneráveis as muralhas dos castelos; os arcabuzes e os mosquetes anularam as armaduras; o fogo tornou in consequentes a honra e a bravura individuais; os dispositivos militares foram reorganizados; e a conceção táctica modificada. Mais tarde, a evolução técnica originou

⁷¹ O conferencista publicou vários trabalhos sobre a questão. Destaco: MONTEIRO, João Gouveia – *A guerra em Portugal: nos finais da Idade Média*. Lisboa: Editorial Notícias, 1998.

guerras de massas e entre nações, as quais confirmaram a combinação mortífera dessas transformações/evoluções, atingindo o «zénite» na guerra destinada a acabar com todas as guerras, a de 1914-1918!

Sobre esta dimensão mundial que as guerras atingiram e, sobretudo, sobre os fundamentos que justificaram a adoção, por parte de Portugal, de uma Estratégia Nacional distinta face a esses conflitos militares, falou Luís Alves de Fraga. O Professor da Universidade Autónoma de Lisboa explicou os contextos políticos, geográficos, sociais e económicos internos e externos que levaram o poder político português a tomar a decisão de, em 1914, optar por ser beligerante e, em 1939, manter-se, aparentemente, neutral⁷².

As Jornadas prosseguiram com a conferência *A outra Guerra: a pneumónica*. Rita Lino Garnel introduziu o contexto da sua abordagem com a explicação de que ao findar a primeira década de Novecentos, as elites médicas portuguesas olhavam o futuro com optimismo, cren- do na consolidação da regeneração médica e sanitária do país. O protagonismo subsumido nos avanços da ciência médica ditou a eleição para o Parlamento de um número substancial de médicos, instalando-se a ideia de que o Estado poderia, finalmente, assumir que uma das suas dimensões essenciais era o controlo biopolítico. O ano de 1918 foi o camartelo dessa in- fundada esperança. Neste seguimento, Rita Garnel colocou perguntas centrais, cujas respostas estruturaram a sua comunicação, a saber: como reagiram os saberes/poderes médicos perante a epidemia de influenza? Que respostas deram? Com que meios? Como é que a sociedade civil se organizou perante o cataclismo demográfico? Que soluções foram propostas? Que atitudes perante a morte foram evidenciadas? Interrogou, por fim, o que designou de “paradoxos da me- mória”, isto é, o facto de a mortandade ter deixado marcas vincadas nas memórias familiares e orais, mas muito residuais nas memórias políticas, na literatura e, sobretudo, na historiografia, algo passível e exigível de ser esclarecido⁷³.

Das repercussões da guerra na Medicina o foco transitou para o impacto da guerra no cine- ma. Jorge Seabra, especialista na matéria, interveio sobre a guerra colonial na ficção cinema- tográfica portuguesa⁷⁴. Encetou uma breve incursão sobre a envolvimento de Portugal na guerra colonial, entre 1961 e 1974, e explicou que aí se situam dois factos históricos cuja análise é per- tinentemente: o da compreensão do conflito armado que se desenvolveu em três territórios do então império colonial português; e o da memória que a sociedade portuguesa foi deixando sobre es- sas confrontações. A sua comunicação centrou-se no segundo, com o objetivo de analisar as per- cepções da guerra colonial que avultam de um conjunto de 16 narrativas fílmicas produzidas de 1974 em diante. Seabra encerrou a sua intervenção com a conclusão de que “a permanência destas ficções alusivas a um conflito desaparecido há 35 anos demonstra, de forma inequívoca, que esse é um assunto recorrente de criação e recriação cinematográfica, que permite reflectir sobre a problemática da auto-percepção coletiva”.

A guerra colonial, agora perspectivada como facto da História Universal, foi também o tema escolhido pelo orador que se seguiu. Com efeito, o coronel Carlos Matos Gomes deteve-se nos grandes contextos bélicos internacionais como factores a considerar na compreensão da guerra colonial portuguesa, recuando primeiramente até aos tempos da Conferência de Berlim (1884/1886) para aí situar uma primeira fase do *colonialismo* contemporâneo, como produto da industrialização e projeto de afirmação do poder europeu⁷⁵. Fez depois uma abordagem so-

⁷² Veja-se, sobre o tema: FRAGA, Luís Alves de - *Do Intervencionismo ao Sidonismo: Os dois segmentos da política de Guerra na 1.ª República*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.

⁷³ No mesmo ano de realização destas Jornadas Rita Garnel publicou um estudo sobre o assunto. Ver GARNEL, Rita – Morte e Memória da Pneumónica em 1918, in SO- BRAL, José Manuel, et. al. (orgs.) - *A Pandemia esquecida. Olhares comparados sobre a pneumónica 1918-1919*. Lisboa: ICS, 2009, p. 221-235.

⁷⁴ O tema que apresentou nesta comunicação coincidia com o da sua dissertação de doutoramento, defendida no ano de 2007 e publicada quatro anos depois. Ver SEABRA, Jorge - *África nossa: o império colonial na ficção cinematográfica portuguesa: 1945-1974*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011.

⁷⁵ Para um tratamento mais aprofundado sobre o assunto ver AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos de Matos - *Portugal e a Grande Guerra, 1914-1918*. Porto: QuidNovi, 2010.

bre o fim da II Guerra Mundial, as lutas pelas independências, a perda da influência da Europa do pós-guerra, e a emergência dos EUA e da URSS como super-potências. Concentrou-se, de seguida, no movimento descolonizador, caracterizando a situação das colónias portuguesas no pós-guerra e a resposta do regime português aos “novos tempos”.

Na segunda parte da sua comunicação, o oficial do exército português empreendeu uma análise à Guerra Colonial, pontuando com detalhe várias das suas etapas, detendo-se na questão de Angola como laboratório do modo português de fazer a guerra, na guerra subversiva e contra-subversiva e nas consequências externas e internas que a eternização da guerra acarretou, tanto ao nível dos Teatros de Operações, como nos quadros humanos, nos recursos materiais e na condução das operações. Uma última temática mereceu-lhe referência, a das alianças de Portugal durante o conflito.

Efetivamente na antecâmara de qualquer conflito bélico o sistema de alianças é um fator determinante e determinante, matéria abordada na conferência subsequente, intitulada *Guerra e Paz no Limiar do Século XXI*. Nela, o general Pedro de Pezarat Correia experimentou uma relação entre a tipologia dos conflitos e o sistema das relações internacionais. Focou inicialmente a bipolaridade da Guerra Fria (corrida armamentista, conflitos por delegação, dissuasão nuclear), para se concentrar, depois, na unipolaridade da globalização, ou seja, nas características globais dos novos combates: dissimetria, decisão rápida e conceito de baixas-zero. Num momento ulterior observou o vasto leque de características e factores correlatos às novas guerras, nomeadamente as tecnologias; as ameaças; os atores e as doutrinas; a dissimetria radical; o unilateralismo; e a estratégia preemptiva. Neste contexto, tratou ainda de questões como a do 11 de setembro e o paradigma iraquiano, a perversão da dissimetria, a estratégia preventiva, a contra-proliferação, e a inutilidade da força. Terminou a sua intervenção com um foco nos quesitos que dominam a nova ordem mundial: conflitualidade, proliferação nuclear, criminalidade organizada; opção pelo *soft-power*, e a prioridade ao anti-terrorismo⁷⁶.

As Jornadas percorreram ainda uma série de outras faces da mesma problemática. O tema a seguir examinado incidou sobre os *Traumas Psicológicos da Guerra*. A partir da exposição de um caso verídico e extraordinário de um alferes português que participou na guerra colonial, Carlos Brás Saraiva explorou o novelo de sentimentos e das ambivalências que, tal como este, dilaceraram muitos dos combatentes, lhes fizeram perder a saúde, em múltiplas facetas, e das implicações que tiveram ao nível familiar e social. O médico psiquiatra examinou, também, as estratégias que muitos deles adoptaram para mitigar a angústia e o sofrimento, por vezes através de métodos inadequados, como o álcool e, por fim, as memórias devastadoras, da culpa e dos pesadelos que inibem a soltura da alma e a redescoberta da alegria de viver.

Por seu turno, Alexandre Franco Sá apresentou a comunicação intitulada *Da Guerra dos Estados à Guerra das Estrelas*⁷⁷. Começou por explicar que, ao longo da modernidade, a guerra foi considerada uma espécie de relação política possível a partir da existência do Estado moderno e do conceito fundamental que se lhe encontra subjacente: a soberania. Se o Estado moderno surgia como um Estado soberano, a sua constituição implicava, por exigência da sua própria natureza, um “jus ad bellum” (direito a fazer a guerra). Foram exatamente os marcos do desenvolvimento desta noção e da sua vigência até uma fase de consideração e criminalização da guerra como ilegítima, que constituíram o cerne desta conferência. Procurou demonstrar como

⁷⁶ Ver, do autor, CORREIA, Pedro de Pezarat - *Guerra e Sociedade*. Lisboa: Edições 70, 2017.

⁷⁷ Conferência baseada num artigo que publicara em 2006. Ver, SA, Alexandre Franco de - Da guerra dos estados à guerra das estrelas. *Revista Filosófica de Coimbra*, vol. 15, n.º 29 (2006), p. 97-112.

esta criminalização deu lugar à emergência de guerras que não se reconhecem como tal: guerras nas quais os inimigos políticos são tratados como simples criminosos e em que a própria guerra se confunde como uma relação de violência cada vez mais desregrada. Propôs então, por fim, a caracterização deste tipo de guerras como “guerras das estrelas”, na medida em as considerou concentradas numa necessidade de imunização do espaço próprio e de confinamento da violência e do “terror” da guerra num espaço fechado.

Wladimir Brito, o penúltimo conferencista, estruturou a sua prelecção em dois pontos capitais: no primeiro estabeleceu uma relação entre a guerra e os modelos de segurança, no segundo explorou a ideia de como a guerra, ao constituir uma antítese do Direito, dá causa a um Direito novo, tornando-se assim num fenómeno normogénico. Deixou claro que, com a criação da Sociedade das Nações, o modelo de segurança individual que vigorara até à Primeira Guerra, transitou para um modelo de segurança colectiva de natureza militar, que viria a tornar-se dominante a partir da Segunda Guerra.

A partir da década 80/90 do século passado, a segurança militar deixou de conseguir resolver as novas ameaças produzidas pelo impacto da globalização sobre os Estados, tornando-os débeis e incapazes de individualmente produzir e garantir segurança. Tornou-se imperativa, portanto, uma nova concepção de estratégias de segurança numa sociedade internacional de teias complexas formadas por redes de comunidades de natureza variada (religiosas, políticas, humanitárias...) e com acções desterritorializadas. Emergiu então um novo paradigma, o da *guerra entre o povo* ou da *guerra assimétrica* e, com ele, uma nova prática de segurança, centrada na pessoa e nas comunidades humanas. Trata-se de um paradigma que tem na sua base a responsabilidade de proteger, implicando intervenções humanitárias, também de natureza

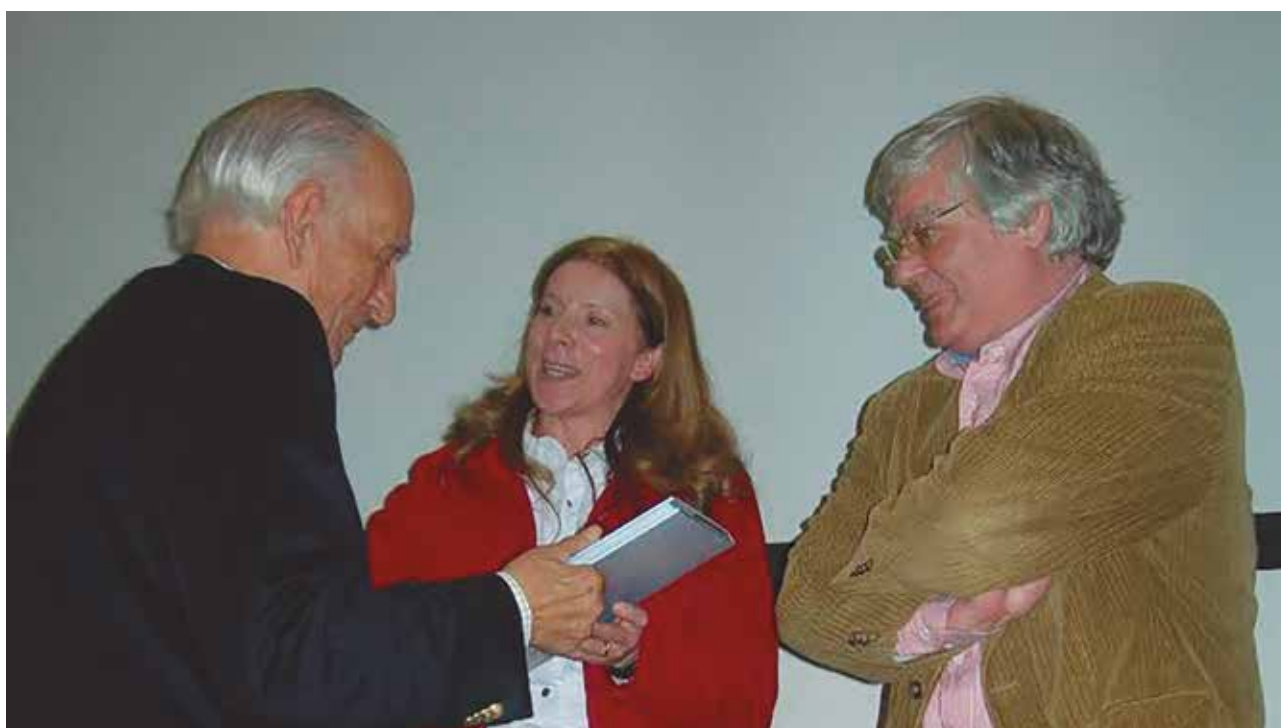


Fig. 27 – Adriano Moreira com Cristina Sousa e Fernando Catroga

militar, e, com elas, estratégias militares de segurança. Por isso - concluiu Wladimir Brito - o desafio que este modelo coloca é o de repensar esse conceito de responsabilidade de proteger⁷⁸.

Esta edição das Jornadas proporcionou ainda uma lição de Adriano Moreira, subordinada ao tema *O Poder Político e o Apelo à Transcendência*⁷⁹. O vice-presidente da Academia das Ciências de Lisboa abordou a relação difícil entre os imperativos da separação do que é de Deus e do que é de César, e os desastres causados pela introdução de valores religiosos nos conceitos estratégicos do poder político. A conclusão que partilhou com a assistência foi a de que, tendo sobretudo em vista o terrorismo global, “é necessário retirar Deus do campo de batalha”.

⁷⁸ Repensou o conferencista também sobre essa questão, vindo a publicar em 2016, sobre ela, um livro. Ver BRITO, Wladimir – *Responsabilidade de Proteger (no Direito Internacional)*. Coimbra: Almedina, 2016.

⁷⁹ A Academia das Ciências publicou esta comunicação, *ipsis verbis*, no ano de 2015, referindo que a mesma foi apresentada em Seia. Ver MOREIRA, Adriano - *O Poder Político e o Apelo à Transcendência*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2015.

XIII Jornadas

O ideal republicano e a luta pela cidadania

Data: 12 e 13 de novembro de 2010

Assistência: 179 pessoas

Local: Auditório da Casa Municipal da Cultura

Organização: Câmara Municipal de Seia / Arquivo Municipal

Coordenação científica: Fernando Catroga [DEPHAA-FLUC]

Inscritos: 200

Conferencistas (11):

Fernando Catroga e Paulo Archer de Carvalho [CEIS20-UC]

As Filosofias do Republicanismo

Paulo Jorge Fernandes [ICS-UL]

As elites políticas da 1.ª República

Ernesto Castro Leal [FLUL]

Republicanismo, Estado e Democracia Municipal

Lúcia de Brito Moura [CEHR-UCP]

1.ª República e Igreja Católica – contradições num relacionamento difícil

António Araújo [FDUL]

Sistema Político Constitucional na 1.ª República

Rui Nery [INET-MD]

As Músicas da República

Joaquim Pintassilgo [IE-UL]

Educação e Festas Cívicas no Republicanismo

João Gomes Esteves [CESNOVA]

Feminismos na 1.ª República

José Carlos Seabra Pereira [FLUC]

Tempo Republicano da Literatura Republicana

António Ventura [UL]

Iconografia Republicana no Quotidiano

Sinopse:

O centenário da Implantação da República foi, sem surpresa, condicionante da epígrafe escolhida para a décima terceira edição das Jornadas Históricas de Seia. Ao significado histórico do momento comemoracionista acresceu o sentido oportuno de discutir a consumação e subversão do ideário republicano no passado e, inclusive, no tempo presente.

Fernando Catroga e Paulo Archer de Carvalho abriram os trabalhos das Jornadas, com uma lição sobre as *Filosofias do Republicanismo*⁸⁰. Partindo da matriz romana da *res publica* como administração dos bens públicos, colocaram em destaque a fissura que iria atravessar a história da filosofia política ao longo dos séculos entre a causa pública e o serviço da causa pública. Da explicação da herança clássica fundante da ideia, concentraram-se na sua recuperação, ocorrida durante o século XV no quadro do humanismo renacentista. À medida que se foi afirmando como ideal de construção de uma nova polis, a República passou a ter uma perspectiva construtivista, isto é, um projeto de sociedade. Seria porém como produto do racionalismo iluminista e herança da *Grande Revolução* que o republicanismo passaria a construído assente no ecumenismo universal e na dignidade humana. De seguida, Catroga e Archer de Carvalho apresentaram um arrazoado acerca do positivismo, cientismo e evolucionismo como teorias fundantes da conceção histórica e filosófica do republicanismo português na transição secular dos séculos XIX e XX, detendo-se, de seguida, sobre a questão da laicização como súpula dos debates políticos e filosóficos em torno da secularização das consciências. Concluíram com uma alusão ao debate hodierno sobre as teorias da liberdade republicana, do bem comum, e o confronto entre comunitaristas e “libertários”.



Fig. 28 – (da esq. para a dir.) Paulo Fernandes (conferencista); Fernando Catroga (conferencista); Cristina Sousa (vereadora da CMS); Paulo Archer de Carvalho (conferencista)

⁸⁰ Para um aprofundamento da questão veja-se CATROGA, Fernando – *O republicanismo em Portugal: da formação ao 5 de Outubro*. Coimbra: Faculdade de Letras, 1991, 2 vols.

Da enunciação geral do quadro teórico edificador do republicanismo a análise transitou para o aspeto mais concreto das elites políticas da Primeira República. Paulo Jorge Fernandes propôs-se a analisar as principais características do “núcleo central” da “elite” política que exerceu funções executivas e legislativas durante esse período, através de variáveis sócio-demográficas (origem geográfica, distribuição etária, credenciais académicas e perfil ocupacional) e políticas (relativas ao itinerário e aos padrões detetados na formatação das carreiras políticas). Concluiu que a maior parte desses indivíduos nasceu nas pequenas vilas e cidades de província, ingressou cedo na carreira parlamentar, apresentava estudos superiores, sobretudo na área jurídica, e provinha das profissões liberais e do Exército. Mostrou, por fim, que as carreiras parlamentares e ministeriais foram curtas, e uma elevada proporção dos deputados apresentava vínculo territorial ao seu círculo eleitoral.

Seguiu-se a apresentação de Ernesto Castro Leal sobre *Republicanism, Estado e Democracia Municipal*, através da qual historiou e discutiu a problemática da autonomia e descentralização municipal, velhas aspirações republicanas ainda hoje não consensuais e, por conseguinte, não consumadas. Enunciou então o quadro de confrontação entre as propostas de uma *forma de Estado federal ou confederal* (sob a inspiração do modelo da Confederação Helvética), acolhida pelo Manifesto-Programa do Partido Republicano Português (11/01/1891), e aquelas que se institucionalizaram no “tempo do regime” decorrentes da ideia de uma *forma de Estado unitário* (sob a inspiração do modelo da III República Francesa) consagrada na Constituição da República Portuguesa (21/08/1911) e que se plasmara depois em variada Legislação Administrativa.

Após ter traçado esse contexto, o conferencista explicou que a reivindicação política da democracia municipal, enraizada no princípio da *autonomia municipal* e de um regime *descentralizador*, dominou os debates entre federalistas e unitaristas republicanos, pugnando-se por um Código Administrativo respeitador das tradições histórico-genéticas do ideário municipalista democrático do republicanismo português. Alguns, como Sebastião de Magalhães, partidário da causa federalista e livre-pensador, chegariam a proclamar que só compreendiam “as repúblicas, caracterizadamente federativas, como a da Suíça e a do Brasil”, já que as outras, as repúblicas unitárias, seriam “monarquias disfarçadas”, vaticinando: “enquanto se mantiverem as velhas fórmulas centralistas [...], nunca a República poderá atingir o ideal de solidariedade nacional, que é a base de uma sólida democracia [...]”. Discussão interessante, por vezes ainda hoje retomada nalguns fóruns políticos.

Lúcia de Brito Moura, uma *habitué* destas Jornadas, foi quem de seguida interveio, apresentando o seguinte tema: *1.ª República e Igreja Católica – contradições num relacionamento difícil*⁸¹. Começou por advogar que a inevitabilidade do conflito se explica pelo facto de o imperativo modernizador do país, que o projeto republicano preconizava, pressupor a extinção do ascendente da Igreja. Esclareceu, também, que o processo de laicização, daí saído, pelo extremismo que assumiu e pelas contradições de uma separação que não separava, desencadeou uma “guerra religiosa”, que conheceria algum apaziguamento sobretudo depois da deposição do governo de Afonso Costa. O grande argumento apresentado por Lúcia Moura foi o de que a partir dos anos 20 a hierarquia eclesiástica se demarcou do movimento monárquico, incitando os católicos à aceitação da República, revelando-se assim, a Igreja, um inesperado – e quase sempre esquecido – sustentáculo da República.

O *Sistema Político Constitucional na 1.ª República* foi o tema esmiuçado por António Araújo. Preocupou-se em caracterizar a forte instabilidade política do primeiro modelo do regime

⁸¹ Para um aprofundamento da questão ver MOURA, Maria Lúcia de Brito – *A guerra religiosa... cit.*

republicano, como situação de *continuum* que advinha dos tempos finais da Monarquia, visível no facto de entre 1910 e 1916 terem existido 45 governos. Caracterizou depois a estruturação do sistema constitucional nesse período, declarando que a primeira *Constituição da República* marcou o regresso aos princípios liberais de 1820-1822, nomeadamente a consagração do sufrágio direto na eleição do Parlamento, a soberania da Nação e a separação e divisão tripartida dos poderes políticos. Afastou o sufrágio censitário, sem consagrar, no entanto, o sufrágio universal. O Congresso da República tinha uma estrutura bicameral, sendo formado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado. O poder legislativo pertencia exclusivamente ao Parlamento. O Congresso elegia o Presidente da República, podendo igualmente destituí-lo, sem que o Presidente tivesse, na versão original da *Constituição*, o direito de dissolver as duas câmaras, o que, no entanto, viria a acontecer mais tarde, com a revisão constitucional de 1919. O governo era politicamente responsável perante o Congresso, tendo a obrigação constitucional de assistir às suas sessões. A legislatura, na Câmara dos Deputados, durava três anos e, no Senado, seis, devendo haver renovação de metade dos membros do Senado cada vez que se verificassem eleições gerais para a Câmara dos Deputados. Do *Partido Republicano Português* emergiram diversas formações políticas, tais como o *Partido Democrático*, que viria a ser dominante nos anos seguintes, o *Partido Evolucionista* e o *Partido Unionista*. Em 1918 constituiu-se o *Partido Nacional Republicano* (mais tarde designado por *Nacionalista*).



Fig. 29 – Conferencistas Lúcia de Brito Moura e António Araújo

O conferencista detalhou, por fim, as rivalidades entre as alas da esquerda e direita republicana que estiveram na origem das sucessivas alterações de governo ocorridas na década de 20,

notando que na Primeira República os governos tiveram a duração média de 4 meses. Concluiu, neste enfiamento, que o rotundo fracasso da Primeira República não residiu, nas regras constitucionais, mas no sistemático incumprimentos das mesmas.

Seguiu-se a conferência de Rui Nery sobre *as Músicas da República*⁸². A ajuizar pelos relatos críticos dos participantes, o orador protagonizou um dos momentos altos das Jornadas, envolvendo a plateia de modo tão entusiástico que esta cantou, de forma espontânea, dois excertos musicais por ele visados. Nery começou por executar um conspecto analítico da maneira como a vontade de mudança e de progresso, que preparou a proclamação da República, reverberou na música. Com efeito – atestou – os músicos portugueses do último quartel de Novecentos e das primeiras décadas da centúria subsequente estavam, de um modo geral, apostados em recuperar aquilo que viam como um atraso civilizacional que frustrou as promessas de desenvolvimento artístico do primeiro Liberalismo, reintegrar Portugal nas grandes correntes da criação musical europeia do seu tempo, e, ao mesmo tempo, definir e construir uma identidade musical portuguesa reconhecível dentro e fora do País.

Citou então Augusto Machado e Alfredo Keil, Viana da Mota e Rey Colaço, Francisco de Lacerda e Óscar da Silva, Luís de Freitas Branco e António Fragoso, como criadores responsáveis pela reinserção da Música portuguesa no *mainstream* do Romantismo musical cosmopolita, e reatadores, em Portugal, de géneros até então quase abandonados, como a Sinfonia, o Quarteto de Cordas, a Sonata, ou a Canção de Câmara. Em alguns casos (Freitas Branco, Lacerda, Fragoso), verificou-se mesmo uma adesão às novas correntes internacionais da vanguarda modernista. A rutura com a iletracia musical nacional alterou de forma completa o panorama, com o impulso do circuito concertístico permanente, com o lançamento das bases da Musicologia e do estudo do Património Musical em Portugal, com a chegada de novos estilos de música e dança, e com o surgimento de um mercado musical intenso, assente no espetáculo ao vivo e na nova indústria do disco. O conferencista terminou a sua intervenção com a alegação de que, além da mudança geral do paradigma musical no país, a agitação política inspirou uma vasta produção de hinos patrióticos, de que é exemplo a ação protagonizada pelos movimentos socialista e sindicalista, no sentido de fazer do Fado uma expressão das reivindicações operárias mais radicais.

À análise da música seguiu-se a exploração da *Educação e Festas Cívicas no Republicanismo*. Joaquim Pintassilgo, autor da epígrafe, explanou a influência que teve em Portugal a institucionalização de festividades cívicas da República francesa, nomeadamente as dedicadas ao culto da árvore⁸³. As primeiras festas da árvore realizadas em Portugal (1907), foram dinamizadas pela *Liga Nacional de Instrução*, associação ligada ao republicanismo e à maçonaria. Depois de implantada a República portuguesa, esta festividade dedicada à regeneração social, tentaria constituir-se como alternativa laica às festividades religiosas católicas, imbuída que estava de uma certa religiosidade cívica. Tal como as «árvores da liberdade» em França, as árvores plantadas em Portugal, durante as suas festas da árvore, eram igualmente de uma grande riqueza e complexidade simbólica. A árvore aparecia como representação da regeneração de uma Pátria há muito decadente, e significação de outros valores cívicos e morais republicanos, tais como a liberdade, a solidariedade e a vida.

Outro tema escrutinado por este certame foi o dos *Feminismos na 1.ª República*, tendo tido como orador o historiador João Gomes Esteves⁸⁴. Partindo da hipótese de que a República também se revelou uma aspiração de mulheres burguesas que, antes, durante e depois da Revolu-

⁸² Para um aprofundamento da questão ver NERY, Rui Vieira – *Fados para a República*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2012; NERY, Rui Vieira – *Os sons da República*. Lisboa: INCM, 2015.

⁸³ Para um aprofundamento da questão ver PINTASSILGO, Joaquim – O projeto educativo do republicanismo: o caso português numa perspetiva comparada. *Ler História*, 59 (2010), p. 283-203.

⁸⁴ Para um aprofundamento da questão ver ESTEVES, João Gomes - Feminismo, Feminismos e Sufragismo na 1.ª República, in CASTRO, Zília Osório et. all. (coords.) - *Mulheres na 1 República - Percursos, conquistas e derrotas*. Lisboa: Colibri, 2011, p. 19-46.

ção de outubro de 1910, procuraram associar o combate político às suas próprias reivindicações na procura da cidadania, refletiu sobre os marcos de uma caminhada ainda pouco conhecida, notando que, por vezes, essas varoas foram convocadas para a luta e, no seu decurso, ouvidas e respeitadas. Centenas de mulheres, lideradas por Adelaide Cabete, Carolina Beatriz Ângelo, Maria Veleda e Ana de Castro Osório (esta de Mangualde), estiveram na rua em nome da República, pela República e para celebrar a República, sem abdicarem da obtenção de direitos para si. Segundo João Esteves, conquanto a discussão, organização e mobilização em torno dos seus direitos tenha evidenciado uma via própria e autónoma, não se processando somente a reboque do republicanismo, ganhou indubitavelmente outra projecção, dimensão e militância com a “republicanização” das dirigentes e activistas. O ativismo feminista foi determinante, pois sendo incómodo ao não se acomodar, tornou-lhe subsidiárias as conquistas do futuro.

A penúltima intervenção do evento, a cargo de José Carlos Seabra Pereira, foi consagrada ao *Tempo Republicano da Literatura Republicana*⁸⁵. Ao escortinar esta “Literatura de intuítos”, situada numa corrente vitalista e emancipalista, e vinculada a um programa estético-ideológico, o preletor aludiu à sua pretensão de reação contra o esteticismo simbolista, contra as tendências decadentistas e contra a involução abstencionista de alguns mestres do século XIX. Rotulou-a de “literatura militante”, de tradição crítica e de feição neo-romântica ao serviço de temáticas novas, ousadas, visando a emancipação cultural das consciências e autonomização político-económica dos cidadãos. Se é inegável, porém, o contributo desta “literatura de intuítos” para o advento da República, como demonstrou o conferencista, depois da implantação deste regime, também a trincheira adversária (tradicionalista, católica e neo-monárquica) viria a ter a sua.

Interveio, por fim, António Ventura, com uma lição sobre *Iconografia Republicana no Quotidiano*. O argumento central, aqui defendido, foi o de que ao invés do comportamento apático e indolente da monarquia, os republicanos espalharam dinâmica e profusamente a sua mensagem, tanto por palavras como por imagens, utilizando a uma vasta série de meios e objetos que, hoje, são fontes essenciais para o estudo desse movimento propagandístico.

No cômputo geral, estas Jornadas foram uma excelente e produtiva forma de revisitar reflexivamente um tema em voga, pela vivência, no país, de um clima comemoracionista centrado no centenário da Implantação da República. Porventura, na economia dos temas, ter-se-á verificado um centramento excessivo dos conferencistas na Primeira República, em detrimento de outros modelos que o regime conheceu. Todavia, isso possibilitou uma abordagem sincrónica impossibilitadora de dispersões.

Na sessão de encerramento, Carlos Filipe Camelo, recém eleito presidente do Município de Seia, confessou-se orgulhoso e satisfeito pelo envolvimento massivo da comunidade senense no evento, reconhecendo como aposta ganha o esforço consagrado pela autarquia à cultura nas suas mais diversas vertentes. Regozijou-se depois pelo carácter científico que as Jornadas apresentaram, visível na sua acreditação e na estreita ligação à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, através do Professor Doutor Fernando Catroga, agradecendo-lhe pela “dinâmica e qualidade que lhes imprimiu e aos trabalhos que superiormente dirigiu e coordenou”. Concluiu manifestando-se consciente que a qualidade inquestionável dos diferentes conferencistas trazidos a Seia colocavam, ano após ano, mais responsabilidade aos seus organizadores, pelas expectativas que criavam àqueles que, frequentando-as, pretendiam voltar⁸⁶.

⁸⁵ Para um aprofundamento da questão ver PEREIRA, José Carlos Seabra - Literatura de intuítos no tempo republicano. *Biblos*, vol. 8 (2010), p. 337-418.

⁸⁶ *Jornal Porta da Estrela*, Seia, ano XXXIII, n.º910 (20 nov. de 2010), p. 5.

XIV Jornadas

A História e o Corpo

Data: 10 a 12 de novembro de 2011

Local: Auditório da Casa Municipal da Cultura

Organização: Câmara Municipal de Seia / Arquivo Municipal

Coordenação científica: Fernando Catroga [DEPHAA-FLUC]

Inscritos: 160

Conferencistas (15):

Paulo Gama Mota [Museu da Ciência UC; FCTUC]

A História do Homem - O umbigo de Adão. Uma história evolutiva do corpo humano

Luís Quintais [DCV-FCTUC]

Do Canto: uma leitura de Bruce Chatwin

Jorge Costa Santos [INML-DS]

A Morte do Corpo

Francisco Moita Flores [Ex inspetor da PJ]

A Ciência do Corpo

Susana Lobo [DARQ-FCTUC]

O Corpo na Praia: a cultura balnear em Portugal no século XX

Francisco Pinheiro [CEIS20-UC]

A História da Massificação do Desporto: o exemplo do futebol (séculos XIX e XX)

Irene Maria de Montezuma de Carvalho Vaquinhas [DEPHAA-FLUC]

Quando a gordura começou a deixar de ser formosura. Os caminhos de um novo paradigma estético nos finais do século XIX-inícios do século XX

Raquel Henriques da Silva [UNL]

A Arte e o Corpo: percurso através da arte portuguesa do século XX

Joana Duarte Bernardes [CEIS20-UC]

O Corpo e a Dança

Luís Calheiros [IPV]

O Corpo é Porco porque a Alma é Limpa: o corpo humano visto nas diversas idades

Manuel Gaspar da Silva Lisboa [FCSH-UNL]

O Corpo e a Sexualidade: o novo Paradigma do Social

Rita Lino Garnel [CES-UNL]

A Saúde e a Doença do Corpo (1880-1930)

António Manuel Hespanha [FD-UNL]

O Governo do Corpo e o Corpo do Governo

António Pedro Pita [FLUC]

O Sexto Sentido do Corpo

Anselmo Borges [FLUC]

O Corpo e a Transcendência

Anselmo Borges
António Manuel Hespanha
António Pedro Pita
Francisco Pinheiro
Irene Montezuma Vaquinhas
Joana Duarte Bernardes
Jorge Costa Santos
Luís Calheiros
Luís Quintais
Manuel Lisboa
Moita Flores
Paulo Gama Mota
Raquel Henriques da Silva
Rita Lino Garnel

Sinopse:

Quando no ano transato o presidente da autarquia senense anunciou o tema da 14.^a edição das Jornadas declarou que *A História e o Corpo* seria uma temática que possibilitaria explorar, em níveis ainda não experimentados, a multidisciplinaridade científica, demonstrou uma grande capacidade de projeção, pois cumprir-se-iam escrupulosamente as suas estimativas, como se relatará na epítome que se segue.

Paulo Gama Mota foi quem abriu as Jornadas com uma proposta de viagem ao passado evolutivo através da análise de algumas das características mais identitárias do ser humano. Essa viagem revelou como o corpo divulga em cada traço, superficial ou profundo, o passado evolutivo da espécie que se inscreve numa história mais vasta da evolução da vida na Terra, evidenciando uma filiação evolutiva de muitos milhões de anos. O director do Museu da Ciência da Universidade de Coimbra divulgou os conhecimentos recentes da biologia evolutiva, genética, do desenvolvimento e do comportamento animal, que possibilitam melhor entender o corpo humano: da visão ao cérebro, dos ouvidos ao dimorfismo sexual.

Intervio, de seguida, Luís Quintais com a palestra intitulada *Do Canto: uma leitura de Bruce Chatwin*⁸⁷. Com esta palestra realizou uma análise à narrativa híbrida construída por Bruce Chatwin em *The Songlines* (1986), traduzido em Português por *Canto Nómada*, onde este põe em causa as partições entre géneros. Através de uma análise profunda a esta literatura complexa, o investigador do Departamento de Ciência Viva e Antropologia da Universidade de Coimbra explicou como Chatwin promoveu uma determinada concepção do território aborígine australiano enquanto lugar do invisível e do sónico, isto é, construído e percorrido através de «trilhos do sonho» que se encontram registados em canções que devem ser retomadas em movimento. Chatwin concentra-se assim na hipótese de o mundo depender de uma imagem mental cuja existência depende, por sua vez, de uma complexa ligação entre o corpo e o território. Nesta narrativa, *ser é ser apercebido*, ou, melhor, *ser é ser cantado*. Tudo isto, em estreita conexão com alguns dados da ciência cognitiva recente, permitiu ao conferencista explorar a ideia segundo a qual o mundo como representação depende de uma certa concepção de espaço, tempo e movimento.

Tema mais objetivo e, sobretudo, impressionante, pelas imagens da morte, da morgue e da efemeridade da vida, foi o exposto por Jorge Costa Santos, sobre *A Morte do Corpo*⁸⁸. Com uma exposição que captou facilmente a atenção do auditório, o director da Delegação Sul do Instituto Nacional de Medicina Legal explicou o que a ciência sabe sobre a morte; quais as fases da morte, entendida como processo e não como instante; como é que a morte obedece a uma lógica celular inscrita desde a concepção do indivíduo; e porque é que paradoxalmente, a morte é o preço que as espécies pagam para se perpetuar.

Finda a conferência anterior, chegou o momento de Susana Lobo apresentar o seu raciocínio acerca da questão do corpo na cultura balnear em Portugal no século XX⁸⁹. A arquiteta notou que a “descoberta” da Praia pelas elites portuguesas do século XIX introduziu uma nova dinâmica nos mecanismos de diferenciação que caracterizam a sociedade da época. “Ir a banhos” – realçou - era uma prática de distinção social, tal como o fora, até então, “tomar águas”. Mas, ao contrário das Termas, a Praia era Domínio Público Marítimo, um espaço de fruição livre, ao alcance de todos, motivo que explica a gradual inversão da importância dos dois tipos clássicos

⁸⁷ Uma versão escrita desta conferência poderá ser consultada em QUINTAIS, Luís – Do canto. Uma leitura de Songlines de Bruce Chatwin. *Revista de Historia das Ideias*, Vol. 33 (2012), p. 47-55.

⁸⁸ Uma versão escrita desta conferência poderá ser consultada em SANTOS, Jorge Costa - A morte do corpo. *Revista de Historia das Ideias*, Vol. 33 (2012), p. 297-320.

⁸⁹ Uma versão escrita desta conferência poderá ser consultada em LOBO, Susana – O corpo na praia: a cultura balnear em Portugal no século XX. *Revista de Historia das Ideias*, Vol. 33 (2012), p. 261-276.

de estâncias balneares e a crescente adesão à moda do banho de mar. Esta construção de uma cultura balnear passou pela invenção de formas de estar e de vestir específicas e só no século XX a Praia ganhou características de espaço público. Neste domínio, a conferencista rematou: a vulgarização de certas práticas desportivas; os efeitos da exposição ao sol na conformação dos corpos e sua apresentação; a mudança de mentalidades; a regulamentação das férias pagas; a democratização do acesso aos meios de transporte, individuais e colectivos, transformou a Praia terapêutica na Praia lúdica, sinónimo de evasão, de liberdade de movimentos e, também, de uma nova conceção do corpo.

A ligação entre o corpo e a prática do desporto, referida tenuamente pela conferência anterior, constituiu o cerne da preleção apresentada por Francisco Pinheiro, intitulada *A História da Massificação do Desporto: o exemplo do futebol (séculos XIX e XX)*⁹⁰. O investigador do CEIS20 da Universidade de Coimbra traçou uma radiografia sobre o fenómeno de popularização do futebol em Portugal. A importância que esta modalidade foi conquistando na sociedade portuguesa, os significados e identidades que foi construindo, o peso que foi ganhando na própria identidade nacional e o extraordinário património material e imaterial que produziu, reclamam – advogou - atenção e estudo. Um dos dois principais argumentos explanados por Francisco Pinheiro foi o de que importa refletir sobre a sua história e os seus contributos sociais, culturais, desportivos, identitários, mediáticos e estéticos. O outro refere-se à ideia de que, no quadro da alteração epocal entre monárquicos e republicanos, o futebol foi pensado de diferentes formas consoante o lado da barricada, isto é, o “homem velho”, vicioso e monárquico estava associado à condição física; e o “homem novo” era o do desporto e da República.



Fig. 30 – Conferencista Irene Vaquinhas no decurso da sua preleção

⁹⁰ Para um aprofundamento da questão ver PINHEIRO, Francisco – Fazer História do Desporto. Paradigmas e problemáticas. *Estudos do século XX*, 11 (2011), p. 89-104.

Seguiu-se a intervenção de Irene Maria de Montezuma de Carvalho Vaquinhas que abordou a evolução histórica dos cânones estéticos da beleza feminina em Portugal, incidindo na passagem do modelo de “gordura-formosura” para o de “beleza-magreza”, ocorrida no período de transição da Monarquia para a República⁹¹. Empreendeu uma caracterização da fundamentação ideológica dos discursos subjacentes a esses modelos (da Igreja católica, da política e, sobretudo, da medicina), bem como a tipificação do seu público-alvo. Rematou a interessante preleção com a conclusão de que a noção de “esbelteza” se dirigia prioritariamente às mulheres dos estratos sociais elevados, reservando-se o modelo estético assente nas formas corporais “robustas e arredondadas” para os estratos sociais inferiores, sobretudo urbanos, procurando-se assim controlar o que então se designava pela “decadência fisiológica da raça portuguesa”.

Ainda sobre a representação do corpo, agora através da arte portuguesa do século XX, tema de onde saiu a exposição patente durante este certame, discorreu Raquel Silva. A iniciar, fez saber que o objetivo desta conferência não residia na representação do corpo na arte do ocidente que, da Grécia (onde nasceu) e de Roma (onde cresceu), se transmutou no(s) Renascimento(s). Situava-se – aclarou a Professora da Universidade Nova de Lisboa – na emergência de questões radicalmente novas residentes em franjas de considerável marginalidade. Passou a abordar, portanto, a questionação dos cânones, técnicas, estéticas e simbólicas, da representação do corpo na arte moderna e contemporânea. Concluiu que além das particularidades estilísticas, este ciclo, ainda aberto, foi desconstruindo o lugar central do corpo na arte, reivindicando a expressividade do feio e questionando as certezas idealizadas.

Da arte para a arte, isto é, da pintura para a dança, os participantes foram convidados a escutar a comunicação de Joana Duarte Bernardes, que enquadrou o corpo com o espetáculo da dança, aguçando a curiosidade da audiência relativamente à manifestação artística do Quórum Ballet agendada para a noite desse dia de Jornadas. A conferencista explicou que, a dança é, entre as artes performativas, aquela que parece escapar à óbvia fixação verbal. Diante da ausência de outra expressão, é da concentração do gesto que deve resultar o preenchimento do espaço que dita o seu traço primordial: a dança é o corpo para lá do físico e é do corpo visível que deve resultar o seu *duplo*, o seu *feito*, o seu *belo*. Neste seguimento, a exploração do balet *A morte do cisne*, permitiu-lhe refletir sobre a dança como exploração do estético enquanto efeito; a expressão do corpo dançante como produto e produtor de sentidos diversos; e a dissolução do estético na passagem do corpo entre a coreografia e o holograma espetacular, como se ele fosse máscara do invisível que é possível dizer.

Dentro ainda do campo artístico, interveio, logo após, Luís Calheiros, com a conferência intitulada *O Corpo é Porco porque a Alma é Limpa: o corpo humano visto nas diversas idades*, através da qual encetou um olhar sobre a evolução iconográfica (e sobre as variações da imagem) do corpo humano nas artes das diversas idades do tempo longo, evidenciando: o corpo como linguagem própria potenciadora de sinais; o corpo fechado no passado; e o corpo mercantilizado no presente. Explicou, depois, o preconceito dualista antigo entre alma e corpo, passando, ao de leve, pelas teorias Aristóteles e Platão, Spinoza e Descartes, Leonardo da Vinci, Andrea Vesallius e Giovanni Battista della Porta.

Seria profundamente lacunar abordar um tema como este sem uma referência à questão da sexualidade. Ela foi afrontada, nestas Jornadas, pelo sociólogo Manuel Lisboa, que principou com a

⁹¹ Uma versão escrita desta conferência poderá ser consultada em VAQUINHAS, Irene - Quando a gordura começou a deixar de ser formosura. Os caminhos de um novo paradigma estético nos finais do século XIX-inícios do século XX. *Revista de Historia das Ideias*, Vol. 33 (2012), p. 241-259.



Fig. 31 – Panorama do Auditório da Casa Municipal da Cultura repleto

crítica de que a história do conhecimento sobre o corpo e a sexualidade, produzido pelas ciências sociais na primeira metade do século passado, é feita, sobretudo, de ausências. Com um foco cronológico curto e circunscrito aos países anglo-saxónicos e latinos, estruturou a sua comunicação na examinação da afectação da sexualidade nas das diversas dimensões da construção do social nas sociedades ocidentais, tanto na sua relação com os poderes, como na compreensão da acção dos actores sociais, e até mesmo na construção das estruturas socioculturais, refletindo sobre autores como o Marquês de Sade, Fourier, Freud, Reich, Foucault, Damásio e Giddens.

Rita Garnel, conferencista que a seguir usou da palavra, deteve-se noutra aspeto fundamental relacionado com o tema aglutinador: *A Saúde e a Doença do Corpo (1880-1930)*⁹². Nesta sua quarta passagem por Seia tratou os discursos médicos e disciplinadores que visavam melhorar o estado de saúde dos indivíduos, curar e controlar as doenças, aqui fazendo uma referência às ideias de Vesalius, Morel, Darwin, Galton, Lombroso, Pasteur, Laverin, Koch, Yersin, Miguel Bombarda e Ricardo Jorge. Depois de declarar que “a medicalização das sociedades é a contrapartida do desenvolvimento nos últimos 150 anos”, concluiu com uma abordagem a três pontos: a construção e consolidação do poder médico; a teorização do *corpo saudável* e o impacto na assistência materno-infantil, na saúde escolar e no desporto; e a teorização do *corpo doente* responsável por uma nova estrutura de administração sanitária baseada em novas políticas de higiene social, assistência hospitalar, profilaxia das doenças infecto-contagiosas e combates antiepidémicos.

Teve ainda cabimento, neste certame transdisciplinar, a perspectiva da História do Direito, apresentada pelo historiador e jurista António Manuel Hespanha. Sob o título *O Governo do Corpo e o Corpo do Governo*, o Professor de Direito citou o efeito de espelho entre o corpo e a sociedade política presente na obra seiscentista *Practica lusitana...*, de Manuel Mendes de Castro, para mostrar como esse é um dos aspetos da estrutura metafórica do mundo, que permitia aprender sobre coisas

⁹² Para um aprofundamento da questão ver GARNEL, Rita (coord.) – *Corpo: Estado, medicina e sociedade no tempo da Primeira República*. Lisboa: Imprensa Nacional, 2010.

escondidas a partir de coisas manifestas. Para concretizar a ideia, explicou que o governo do corpo podia ser lido na sua face visível, o que justificava técnicas de hermenêutica das características físicas que permitiam manter a saúde e curar a doença; mas também decifrar a face invisível da personalidade e arquitetura das almas. Além disso – rematou – o corpo do governo também se podia inferir a partir da sua essencial semelhança com o governo do corpo, permitindo conceptualizar o equilíbrio entre disciplina e liberdade, a relação entre a centralização e a autonomia, o grau de voluntarismo permitido na política e, até, a natureza dos saberes que incidiam sobre a sociedade.

As duas últimas reflexões apresentadas nesta edição das Jornadas confinaram-se ao campo filosófico, tendo como autores dois professores da Universidade de Coimbra, um leigo, outro clérigo. António Pedro Pita, o primeiro, dissertou sobre *o Sexto Sentido do Corpo*⁹³. Interrogando a (reconhecida) pluralidade dos sentidos e a (presumida) unidade do sensível, refletiu sobre a controvérsia surgida nas artes em torno do problema da sinestesia, isto é, da relação de planos sensoriais diferentes. Discutiu, neste contexto, a importância do corpo nessa relação sinestética tensional, advogando que, nela, a experiência do mundo é evidência do que “pode o corpo”. O segundo, Anselmo Borges, prelecionou sobre *o Corpo e a Transcendência*⁹⁴. Tentando fugir das velhas questões do dualismo do corpo e da mente, examinou o *corpo esperante*, ou seja, a simbiose entre o corpo humano e a esperança.

Francisco Moita Flores, antigo inspector da Polícia Judiciária, que constava do programa com a comunicação intitulada *A Ciência do Corpo*, não pôde comparecer. Uma vez mais esta edição das Jornadas se revelou acima das expectativas, com um tema que, apesar de inovador, só se tornou inquietante, desafiador e catalizador de pensamentos com as excelentes palestras apresentadas, contribuindo para reduzir, enquanto não se torna possível equilibrar, o tratamento assimétrico protagonizado pela historiografia ao esquecer o corpo como objeto em detrimento do sujeito que nele habita.



Fig. 32 – Sessão final das 14.^{as} JHS. (da esq. para a dir.) António Pedro Pita (conferencista) Fernando Catroga (coordenador científico das JHS); Carlos Filipe Camelo (presidente da Câmara Municipal de Seia); Anselmo Borges (conferencista)

⁹³ Uma versão escrita desta conferência poderá ser consultada em PITA, António Pedro – “Corpo que treme de melodia” ou o sexto sentido. *Revista de Historia das Ideias*, Vol. 33 (2012), p. 7-18.

⁹⁴ Para um aprofundamento da questão ver BORGES, Anselmo – *Corpo e Transcendência*. Coimbra: Edições Almedina, 2011.

XV Jornadas

História e Alimentação saberes, cheiros e sabores

Data: 15 a 17 de novembro de 2012

Local: Auditório da Casa Municipal da Cultura

Organização: Câmara Municipal de Seia / Arquivo Municipal

Coordenação científica: Fernando Catroga [DEPHAA-FLUC]

Inscritos: 164

Conferencistas (15):

Paula Barata Dias [CECH-FLUC]

A alimentação nas três religiões do livro

Maria Helena da Cruz Coelho [DEPHAA-FLUC]

A mesa do rei de Avis: sabores e saberes em ato de representação

Rui Cascão [DEPHAA-FLUC]

A alimentação e formas de sociabilidade

António Melo [ESTH-IPG] e Augusto Moutinho Borges [ESTH-IPG]

Da taberna ao restaurante, do petisco à degustação: investigação e inovação nos paladares e sabores da Serra da Estrela

Cristina Padez [DCV-FCTUC]

A obesidade infantil em Portugal: uma perspetiva biocultural e ecológica

Álvaro Garrido [FEUC; Museu Marítimo de Ílhavo]

O Bacalhau muito mais que uma epopeia

José Manuel Tedim [UPT]

Sabores e saberes nas mãos nos pintores

Albano Figueiredo [DEPLLC-FLUC]

Alimentação e literatura: da Idade Média à Época Contemporânea

Gonçalo Reis Torgal [Confraria Panela ao Lume]

O porco na tradição raiana. Comeres que comi, gentes que conheci

José Sobral [ICS-UL]

Tristeza, fado e bacalhau de cebolada: simbolismo e ideologia na construção de uma cozinha portuguesa (séculos XIX a XXI)

Fernanda Cravidão [DEPGEOTUR-FLUC]

Alimentação, Gastronomia e Território(s) – percursos (quase) sempre paralelos

Carlos Campolargo [produtor de vinho na Bairrada]

A problemática da produção vinícola em Portugal

Paulo Archer de Carvalho [CEIS20-UC]

In vino veritas. O paradigma ocidental da evasão, de Homero a Kierkegaard e Pessoa

José Bento dos Santos [Quinta do Monte d'Oiro]

Saberes, cheiros e sabores

Seia, 15 a 17 de novembro

Auditório da Casa Municipal da Cultura

Albano Figueiredo | Álvaro Garrido | António Melo | Augusto Moutinho Borges | Carlos Campolargo |
Fernanda Cravidão | Gonçalo Reis Torgal | José Bento dos Santos | José Manuel Tedim |
Maria Helena da Cruz Coelho | Paula Barata Dias | Paulo Archer de Carvalho | Rui Cascão
Fernando Catroga - Coordenador Científico

Sinopse:

Tem-se verificado que, nos últimos anos, o tema *alimentação* ganhou um certo centramento, vindo a gastronomia a ser objeto de alguns estudos com relação ao imaginário, ao simbólico, às representações e às diversas formas de sociabilidade ativa. As ciências humanas são fundamentais no processo de historicização dos alimentos; compreensão da formação do gosto alimentar; e apreensão dos padrões de permanências e mudanças dos hábitos e práticas alimentares.

Com efeito, alimentar é um ato nutricional, comer é um ato social e épocal, compreendendo atitudes, usos, costumes, protocolos e condutas. A historicidade da sensibilidade gastronômica explica e é explicada pelas manifestações culturais e sociais, como espelho ou marca de uma época. Assim sendo, o que se come é tão importante como onde se come, quando se come, como se come e com quem se come. Não é de mais lembrar que trabalhos de historiadores célebres como Braudel, Jacques Le Goff, Pierre Nora, Jean Paul Aron e Jean Louis Flandrin, foram importantes no sentido de desbravar o campo, alertando para a importância de os historiadores “levarem a sério a comida”.

Efetivamente a História pode oferecer, como tem oferecido, uma contribuição fundamental na problemática da alimentação, sobretudo ao propor modelos de compreensão do presente através de categorias do passado, como a subsistência e a saúde, a segurança e os medos, as proibições dos comer e as transgressões dos gostos, as indiferenças alimentares e as sensibilidades aos víveres. Na verdade, o cruzamento de perspectivas biológicas, históricas, culturais, políticas, económicas e tecnológicas, é condição *sine qua non* para empreender, através do tema comida, uma reflexão sobre o próprio significado e evolução da sociedade. Foi exatamente nessa premissa que se baseou a 15.^a edição das Jornadas Históricas de Seia, ao eleger, uma vez mais, um tema tão oportuno quanto instigador e fazer confluir até Seia especialistas capazes de o esmiuçar.

A primeira foi Paula Barata Dias, a qual explorou o tema: *A alimentação nas três religiões do livro*. A comunicação permitiu apreender os factos históricos acerca do aparecimento dos três principais monoteísmos da atualidade: judaísmo, cristianismo e islamismo; aferir, numa perspectiva comparativa, o tratamento que cada uma dessas religiões reservou e reserva à alimentação (alimentação permitida e alimentação sagrada); e perceber que não obstante vigore, no mundo contemporâneo, uma visão cindida destas expressões religiosas, as três radicam na mesma valorização da pureza ou da santidade como critério de inclusão ou de exclusão numa visão coerente do mundo, e que as seleções alimentares conhecidas e características do ordenamento externo das respetivas religiões devem ser entendidas como circunstanciais, não afetando a unidade básica.

Por sua vez, Maria Helena da Cruz Coelho debruçou-se sobre a *mesa do rei de Avis* para refletir acerca dos *sabores e saberes em ato de representação*⁹⁵. Inicialmente deteve-se nos múltiplos sentidos e enfoques da alimentação, dos alimentos, das refeições, e, depois explorou questões como os oficiais, os alimentos, a arte da cozinha e a ritualidade da mesa do rei de Avis e da sua linhagem. O enfoque especial que dirigiu aos banquetes e às festividades reais, fê-la perspectivá-los como tempos e espaços de cerimonialização, requinte e aparato de ambientes, iguarias, comportamentos e entretenimentos.

⁹⁵ Para um aprofundamento da questão ver COELHO, Maria Helena da Cruz Coelho - *A mesa do rei de Avis. Espaços, Oficiais, Alimentos e Cerimoniais*, in SOARES, C., MACEDO, I. C. Macedo (eds.) - *Ensaio sobre Património Alimentar Luso-Brasileiro*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra-Annablume, 2014, p. 89-111.

Não obstante focalizada noutra cronologia, a preleção de Rui Cascão dirigiu-se no mesmo sentido. Girou em torno da *alimentação e formas de sociabilidade*, visando estabelecer as putativas relações entre a gastronomia (a Nona Arte, como lhe chamou Albino Forjaz de Sampaio) e as diferentes formas de sociabilidade, com ênfase nas transformações em curso durante o século XIX⁹⁶. Orientado pela vertente social e dos comportamentos colectivos, sem descuidar os aspectos sociológicos e antropológicos da “arte de bem comer e de bem beber”, apresentou uma visão histórica sobre a génese da gastronomia europeia ocidental; analisou o discurso teórico-prático que sobre ela foi edificado, com uma referência especial aos seus percusores; descreveu os diferentes tipos de sociabilidade alimentar, tanto a familiar como as resultantes de outras circunstâncias de carácter convivencial; distinguiu os espaços de sociabilidade gastronómica, tendo em conta o tempo, o espaço e o estatuto social dos frequentadores; e caracterizou os rituais gastronómicos, nomeadamente os modos de estar à mesa, os códigos sociais, as modalidades de serviço e as artes da mesa.

Não fosse Seia pertencente a uma das regiões gastronomicamente mais características e as Jornadas não previriam uma comunicação sobre os sabores deste território. António Melo e Augusto Moutinho Borges foram justamente desafiados a expor o assunto. Anuindo ao convite fizeram uma explanação através da qual explicaram que as características endógenas e diversidade de culturas do território são fatores determinantes da refinação dos seus produtos, os quais figuravam nas antigas tabernas e hoje integram os cardápios dos restaurantes, sendo o vinho, os enchidos, os queijos, o pão, o cabrito, o borrego, as trutas, os doces regionais e o mel, os mais castiços. Referiram depois que a excelente qualidade e diversidade desses produtos locais, permite hoje a existência de marcas com peso no mercado nacional e estrangeiro. Declararam ainda que a gastronomia está na moda, vivendo-se uma preferência pela gastronomia regional, pelos produtos e ingredientes autóctones, emergindo a cozinha de autor, utilizadora de iguarias ancestrais. Remataram com a assunção de que, sobre o tema, nunca existiram, como hoje, tantos programas televisivos, livros e revistas, o que lhe tem conferido notoriedade e inovação.

A alimentação também requer cuidados, tendo-se centrado genericamente sobre eles Cristina Padez, com um olhar mais profundo sobre os desequilíbrios na alimentação infantil e respectivas consequências, designadamente a obesidade. Através de uma perspectiva biocultural e ecológica, identificou as características sócio-demográficas e comportamentais dos pais que influenciam positiva ou negativamente a sedentarização e obesidade dos filhos. Concluiu que qualquer estratégia ou intervenção para prevenir a obesidade infantil tem que envolver toda a família.

Seguiu-se a intervenção de Álvaro Garrido com uma agenda destinada a sintetizar e problematizar as representações épicas da pesca do bacalhau por homens e navios portugueses, concretamente centrando o seu olhar na análise dos discursos e ritualizações nacionalistas promovidas pelo Estado Novo em torno da “grande pesca”. Neste contexto, apontou o caminho para a compreensão da instrumentalização que o aparelho ideológico do salazarismo fez do ressurgimento das pescarias longínquas, explicando, a terminar, os modos como essas imagens se alojaram na memória social e nos discursos patrimoniais, inibindo a construção de uma memória crítica e plural sobre o drama épico da pesca do bacalhau⁹⁷.

Foi de seguida abordada a questão dos sabores e saberes no campo da pintura. A completar meia dúzia de participações nas Jornadas Históricas de Seia, José Manuel Tedim gizou uma

⁹⁶ Para um aprofundamento da questão ver CASCÃO, Rui - À volta da mesa: sociabilidade e gastronomia, in MATTOSO, José (dir.) - *História da Vida Privada em Portugal. Época Contemporânea*. Lisboa: Temas e Debates, 2010, p. 56-91.

⁹⁷ Para um aprofundamento da questão ver GARRIDO, Álvaro; RAMOS, David Lopes - *A epopeia do Bacalhau*. Lisboa: CTT, 2011.

súmula da representação gastronómica como tema recorrente na pintura, desde os tempos pré-históricos até aos estilos contemporâneos, com destaque para o impressionismo, o movimento artístico que mais recorreu à alimentação como temática.

Sobre os principais modos e as mais relevantes formas de como a Literatura, enquanto sistema de comunicação artística predominantemente suportado pela língua, tematizou o mundo da alimentação, em particular a mesa e o conjunto imaginário e imaginoso das suas múltiplas representações e virtualidades estético-ideológicas, falou Albano Figueiredo, estruturando cronologicamente o seu foco entre a Idade Média e a Época Contemporânea. A partir do mundo trovadoresco e da produção poética cancioneril, da cronística medieval, da criação vicentina e do labor épico camoniano, dos relatos de viagens quinhentistas e do sermonário barroco, dos modelos de convivialidade seiscentista e setecentista, e da intensa escrita realista e naturalista ou dos comprometimentos neorrealistas e da pós-modernidade, problematizou o entretecer das múltiplas inter-relações entre Alimentação e Literatura.

O movimento confrádico esteve representado por Gonçalo Reis Torgal, membro da *Confraria Panela ao Lume*, que abordou o tema *O porco na tradição raiana. Comeres que comi, gentes que conheci*. Não obstante, na sua intervenção, tenha “piscado o olho” à História, os óculos que usou na coleta, dir-se-ia antropológica, de dados que realizou, foram os da etnografia. Esclareceu as múltiplas designações do porco; inseriu a *Matança* do mamífero bunodonte, com as respectivas usanças, numa perspectiva histórico-cultural; e explicou o total aproveitamento culinário do animal e sua incidência na Gastronomia Beirã e Portuguesa.

José Sobral foi o orador que se seguiu, com a preleção intitulada *Tristeza, fado e bacalhau de cebolada: simbolismo e ideologia na construção de uma cozinha portuguesa (séculos XIX a XXI)*⁹⁸. Alegou que no período de maior prestígio da cozinha francesa, em finais do século XIX, emergiu um movimento de reação nacionalista, à luz do qual se construiu a cozinha nacional portuguesa, consolidada na centúria seguinte. Nela, o bacalhau adquiriu um estatuto de identidade nacional, ainda hoje patente. O principal objetivo desta conferência foi a demonstração das principais etapas desse processo.

As Jornadas prosseguiram com a conferência de Fernanda Cravidão, intitulada *Alimentação, Gastronomia e Território(s) – percursos (quase) sempre paralelos*⁹⁹. Começou por notar que a geografia da alimentação no início do século XXI, reflete todo o processo histórico que tem atravessado a sociedade. Neste cenário simultaneamente obvio, complexo, longo e desigual, a mobilidade das populações foi, e continua a ser, um fator fundamental para perceber, por um lado, o que se come e como se confeciona, e por outro que culturas estão subjacentes à diversidade que essa geografia retrata. Argumentou, posteriormente, que a ligação de um produto a um território restrito, que lhe dá uma identidade cultural, constitui hoje uma nova forma de “olhar a mesa”. Neste novo contexto a gastronomia cultiva a singularidade do lugar. O produto autóctone. O sabor do local. O património surge, assim, e mais do que nunca, valorizado.

De seguida, Carlos Campolargo enriqueceu o certame com a sua visão de produtor de vinho da Bairrada, acerca d’*A problemática da produção vinícola em Portugal*. Abordou aspetos bastante interessantes, tais como: a evolução notável detetada no último século em termos de produção, em contraposição com a crise nas vendas; o panorama atual da produção, aqui efectuando uma distinção entre o vinho que é vinho e os outros vinhos; e a situação atual no

⁹⁸ Para um aprofundamento da questão ver SOBRAL, José Manuel; RODRIGUES, Patrícia – O “fiel amigo”: o bacalhau e a identidade portuguesa. *Etnográfica*, 17-3 (2013), p. 619-649.

⁹⁹ Para um aprofundamento da questão ver SANTOS, Norberto; CRAVIDÃO, Fernanda (coords.) – *Gastronomia e Vinhos. Do turismo de experiência à experiência pelo turismo*. Coimbra: Minerva Coimbra, 2015.

consumo, particularizando os que bebem sem informação, os que só bebem informação e os que bebem informados.

A penúltima intervenção prosseguiu a temática do vinho. Paulo Archer de Carvalho proferiu a conferência *In vino veritas. O paradigma ocidental da evasão, de Homero a Kierkegaard e Pessoa*. Por entre uma floresta de caminhos possíveis, Archer de Carvalho elegeu este excuro diacrónico à velha associação social e intelectual de beber vinho para filosofar e de filosofar para beber. Em primeiro lugar esclareceu que, beber (vinho) e filosofar, são inventivas mediterrânicas, medradas na aurora Grega. Durante milénios beber e filosofar foram as duas marcas mais «humanas» do Ser. E, de acordo com o conferencista, o exercício de o vinho por a falar verdade (*in vino veritas*) sobre os sumidoiros dos segredos da *psychê* (da alma, para abreviar), é filosofia, no sentido de o indivíduo desvendar o que não sabe, de si, dos outros, ou do mundo. Com esta proposta o orador concluiu, não sem antes asseverar que, se beber institui uma filosofia da evasão (de onde arranca o espírito dionisiaco, tão bem estudado por Nietzsche), o caso mais sério da evasiva é dado por Fernando Pessoa e a multidão de personagens que dirigia no seu Teatro animado; “beber é o estádio intermédio da poesia no reino imaterial dessa sensação contínua onde o poeta vive e se submerge: *Que sabes tu do que não sabes? Bebe! Só tens de certo o nada do presente*”.



Fig. 33 - (da esq. para a dir.) José Bento dos Santos (conferencista) Fernando Catroga (coordenador científico das JHS); Carlos Filipe Camelo (presidente da Câmara Municipal de Seia)

José Bento dos Santos, da Quinta do Monte d'Oiro, foi o último dos quinze intervenientes. Sob a epígrafe *Saberes, cheiros e sabores*, ofereceu ao auditório uma análise sobre a origem e evolução da arte culinária. Caracterizou as cozinhas das civilizações clássicas e da Idade Média, o mesmo fazendo para os tempos modernos e a modernidade. Terminou com a reinvenção da gastronomia no século XXI, referindo-se às problemáticas antitéticas da fome e da alimentação saudável.

XVI Jornadas

Portugal na Balança dos Mundos

Data: 14 a 16 de novembro de 2013

Local: Auditório da Casa Municipal da Cultura

Organização: Câmara Municipal de Seia / Arquivo Municipal

Coordenação científica: Fernando Catroga [DEPHAA-FLUC]

Inscritos: 162 pessoas

Conferencistas (15):

Sérgio Campos Matos [ICLP-FLUL]

A civilização ibérica na balança do mundo

João Gouveia Monteiro [DEPHAA-FLUC]

Portugal na Idade Média: contorno internacional de um país improvável

Mafalda Soares da Cunha [CIDEHUS-UE]

Quem governa o Império Português na época moderna? Recrutamento e carreiras dos governantes

Luísa Trindade [DEPHAA-FLUC]

Da torre ao baluarte ou de Arzila a Mazagão

Ângela Barreto Xavier [ICS-UL]

Como conservar a Índia na época moderna? Algumas propostas interpretativas

João Paulo Oliveira e Costa [CHAM-FCSH-UNL]

Os Portugueses em busca do(s) mundo(s)

João Paulo Avelãs Nunes [DEPHAA-FLUC]

Portugal enquanto “crise”: 1890/1891 e 2008

Ana Cristina Macário Lopes [CELGA-FLUC]

A Língua Portuguesa no Mundo

Maria Aparecida Ribeiro [FLUC]

A Literatura no mundo Lusófono

Cláudia Castelo [CDI-IICT]

O mundo (imaginário?) que o português criou: novas leituras críticas do luso-tropicalismo

João Maria Bernardo Ascenso André [DFCI-FLUC]

Cultura, fronteiras e identidades: entre o monólogo e o diálogo

Jorge Fernandes Alves [CITCEM-FLUP]

Emigração portuguesa: continuidades e renovações

Maria João Valente Rosa [FFMS; UNL]

As certezas da demografia de hoje: crescer é só para alguns mas envelhecer é para quase todos

Pedro Nogueira Ramos [FEUC]

Portugal através das estatísticas: um retrato do país recente

Nuno Severiano Teixeira [IPRI-FCSH-UNL]

Portugal na balança das relações internacionais: uma visão histórico-prospetiva

David Justino [CICS-FCSH-UNL]

Conhecimento, sistemas culturais e desnacionalização da cultura escolar na era da globalização



FUNDAÇÃO
ORIENTE

Sinopse:

Uma vez mais, nestas Jornadas Históricas de Seia, foi escolhido um tema prospetivo, destinado a refletir sobre o que Portugal foi, sobre o que Portugal tem sido, e sobre o que ora lhe convirá ser. No fundo, o que se pretendeu nesta 16.^a edição, foi inquirir e averiguar sobre o peso e/ou contrapeso do país na balança perene dos mundos. Para este *exercício metrológico*, que já Garrett em parte realizara, quando em 1830 deu ao prelo o seu *Portugal na Balança da Europa*, reuniu-se um conjunto de quinze conferencistas que, a partir dos mais diversos ângulos, esquadriharam o tema, não na perspetiva da Europa mas na perspetiva dos Mundos.

Sérgio Campos Matos foi o primeiro. Sob o título *A civilização ibérica na balança do mundo* propôs uma análise sobre o alargamento do conceito de civilização protagonizado por Oliveira Martins, que o resgatou do seu confinamento às nações europeias para o aplicar ao mundo hispânico e anglo-saxónico. Com este exercício analítico, sugeriu pistas para a compreensão do impacto das sugestões identitárias deste historiador, num tempo em que vários impérios disputavam entre si a hegemonia. O conferencista concluiu que o conceito de *Civilização Ibérica* proposto por Martins, poderá ser visto como uma resposta à lenda negra da história da Espanha, muito difundida em França e no mundo protestante, e difundida, em meados do século XIX, pelos historiadores Prescott e Buckle. O conceito foi acolhido de forma significativa, embora discreta, nas culturas de elite peninsulares. No entanto, apesar de Oliveira Martins se ter empenhado com afinco na sua divulgação, deixaria de o usar publicamente. Porquê, é a pergunta cuja resposta norteou esta conferencista.

Seguiu-se a conferência de João Gouveia Monteiro. Sob o mote *Portugal na Idade Média: contorno internacional de um país improvável*, o medievalista esclareceu que Portugal foi uma construção política arrancada ao seu próprio destino, quando “nada na geografia física ou humana, na economia ou na tradição das regiões que o vieram a compor determinava que se destacasse da restante Península o rectângulo que veio a constituir-se como o reino mais ocidental da Europa”. O principal argumento explanado por João Gouveia Monteiro foi o de que a originalidade dessa construção e da sua localização periférica não resultou no seu isolamento internacional. Os vínculos familiares com famílias de outros reinos e com o Papado; a participação nas Cruzadas; as viagens do Regente D. Pedro à Europa de leste; o intenso intercâmbio (comercial, cultural e artístico) com a Flandres; são apenas alguns dos muitos fatores que, de acordo com o orador, provam que não obstante original e periférico, o país nem por isso esteve indiferente ao grande xadrez político, europeu e mundial.

Da época medieval o foco deslocou-se para a Época Moderna com a intervenção de Mafalda Soares da Cunha que, partindo da identificação social dos governantes do Império Português no século XVII e XVIII, apresentou os critérios seguidos pela monarquia para o seu recrutamento, analisando as suas trajetórias imperiais. Inserindo esta problemática na discussão historiográfica em torno das características dos impérios de Antigo Regime, procurou perceber se os governos imperiais podem ser vistos como instrumentos de imposição central ou encarados como um dos múltiplos planos de actualização da relação contratual entre o centro da monarquia e os territórios coloniais.

A última conferência do primeiro dia desta edição das Jornadas coube a Luísa Trindade que, deliberadamente, apropriou o respetivo título, *Da torre ao baluarte ou de Arzila a Mazagão*, do

artigo de Mário Pereira, duas décadas antes publicado. Reportando-se às transformações que as estruturas militares registaram no decorrer de Quinhentos e primeira metade da centúria seguinte, debruçou-se sobre as questões de continuidade e ruptura, de resistência e experimentação, que marcaram profundamente um universo construtivo que reunia os melhores e mais afamados mestres do tempo, portugueses e estrangeiros.

O segundo dia do certame principiou com a dissertação de Ângela Barreto Xavier com algumas propostas interpretativas acerca do modo como Portugal conservou politicamente o Estado da Índia durante Época Moderna. A seu ver, o escasso número de portugueses disponíveis para criar as condições político-administrativas necessárias à gestão desses territórios, bem como à sua defesa militar, constituiu uma das maiores fragilidades do poder imperial português, minorada, ou mesmo suprida, com a mestiçagem e a conversão ao Cristianismo. De forma combinada ou alternada, mestiçagem e conversão favoreceram, igualmente, a territorialização do poder imperial português, contribuindo para a sua enorme durabilidade naqueles territórios, embora também tenham potenciado, a médio e longo prazo, a emergência de tensões. Na explicação desse paradoxo incidiu boa parte desta exposição¹⁰⁰.

O império português ou, melhor, a sua construção, foi também o foco de João Paulo Oliveira e Costa que, iniciando a sua intervenção com a assunção de que a vocação marítima de Portugal se foi afirmando ao longo do século XIII, revisitou o início dos Descobrimentos Portugueses como resposta às necessidades estruturais do reino português, isto é, mostrando que a viabilização do Portugal em terra foi a saída para o mar. Defendeu ainda a tese de que a formação do Império Português, no século XVI, confirmou o papel de Portugal como nexos de articulação entre a Europa e os mundos ultramarinos e permitiu a sobrevivência da Coroa lusa tempo suficiente para que a ideia de *nação* se consolidasse e demonstrasse a sua força na conjuntura subsequente à Restauração de 1640¹⁰¹.

As Jornadas prosseguiram com a conferência de João Paulo Avelãs Nunes, a qual objetivou estabelecer uma relação entre o panorama da crise de 2008 e o período da Regeneração (1850/1851-1890/1891), marcado, segundo o conferencista, por um investimento público excessivo; níveis altos de corrupção, nepotismo e desigualdade; fraca especialização na produção de bens e serviços de baixo valor acrescentado; utilização preferencial de força de trabalho pouco qualificada (tendencialmente mal remunerada e com vínculo precário); abandono da atividade produtiva; e transferência de capitais da “economia real” para o “universo paralelo” das aplicações financeiras¹⁰².

Interveio, depois, Ana Cristina Macário Lopes, com uma exposição que situou a importância da Língua Portuguesa no conjunto das línguas faladas no globo, evidenciando a sua dimensão intercontinental e pluricêntrica. Nesse seguimento questionou o futuro do idioma português; discutiu a consensualidade ou controvérsia da designação “mundo lusófono”; enunciou as *políticas de língua* necessárias para reforçar a visibilidade da Língua Portuguesa como língua global e afirmá-la como língua de conhecimento, de ciência e de cultura face à hegemonia do Inglês, a língua franca da globalização.

Da questão capital que é a Língua, as Jornadas passaram para a discussão de outra, não menos importante, a Literatura. Maria de Aparecida Ribeiro foi quem discorreu sobre o tema. Através de uma referência a obras do mundo lusófono que conheceram circulação no mundo inteiro, mostrou o percurso e as apropriações feitas desses textos, por escritores portugueses.

¹⁰⁰ Para um aprofundamento da questão ver XAVIER, Ângela Barreto – A maior empresa que nunca um príncipe cristão teve nas mãos: conquistar e conservar territórios no Índico nos tempos de Maquiavel. *Revista Tempo*, 20 (2014), p. 1-27.

¹⁰¹ Para um aprofundamento da questão ver COSTA, João Paulo Oliveira e; RODRIGUES, José Damião; OLIVEIRA, Pedro Aires – *História da Expansão e do Império Português*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2014.

¹⁰² Para um aprofundamento da questão ver NUNES, João Paulo Avelãs – Da Crise de 1929 à Crise de 2008. Reflexão historiográfica em torno do conceito de Estado Providência. *Estudos do Século XX*, 13 (2013), p. 243-255.

Por fim, discutiu a sobrevivência e as transformações das histórias de amor e das narrativas de fundação contidas nessa Literatura.

Por seu turno, Cláudia Castelo fez uma preleção com um título remissor para a obra do célebre cientista social Gilberto Freyre (1900-1987) que, no fundo, a preleitora pretendeu discutir: *O mundo (imaginário?) que o português criou: novas leituras críticas do luso-tropicalismo*. A proposta aqui patente foi a da análise crítica do pensamento de Freyre sobre a relação de Portugal com os trópicos, atendendo às suas fontes e originalidades, e enquadrando-o no seu contexto histórico de produção; a aferição dos usos político-ideológicos a que foi submetido o conceito freireano do *luso-tropicalismo* pelo *Estado Novo* português entre a década de 1950 e 1974; e a examinação das respectivas ressonâncias pós-coloniais no imaginário nacional português e nos projetos de construção uma comunidade lusófona¹⁰³.

Esta questão da confluência entre cultura, fronteiras e identidades no mundo português foi também afluída, agora numa perspectiva mais filosófica, por João Maria André. Partindo da constatação do mundo globalizado em que se vive hoje, o conferencista procurou perspetivar a multiculturalidade na confluência das categorias fronteira e identidade. Lançou um olhar profundo à interculturalidade nas suas consequências antropológicas (como processo de realização das identidades mestiças, dinâmicas, plurais e compósitas), nas suas implicações filosóficas (confrontando-a com o conceito de incomensurabilidade), e notando, a terminar, que ela pressupõe o diálogo por oposição ao monólogo¹⁰⁴.

O último dia das Jornadas abriu com a comunicação de Jorge Fernandes Alves sobre os movimentos migratórios em Portugal. O facto de eles (de)marcarem ciclicamente a sociedade portuguesa – referiu – justifica que sejam denominados de „constante estrutural“, utilizando aqui a expressão de Vitorino Magalhães Godinho. Questionando depois sobre se é mais lícito falar de emigração ou de emigrações, o conferencista, baseado nos trabalhos e conceitos da geografia, da economia e da antropologia, aludiu à diversidade de processos migratórios que as tipologias baseadas em categorias estatísticas tendem a simplificar, ocultando trajetórias e experiências, conglomeradas na palavra „emigração“¹⁰⁵.

Olhar a problemática da emigração torna pertinente prestar atenção a uma questão que, de certa forma, com ela se relaciona, a demografia. Dela falou Maria João Valente Rosa, notando que entre as certezas da demografia de hoje está a que consta da epígrafe que escolheu para a sua intervenção: *crescer é só para alguns mas envelhecer é para quase todos*. Significa isto – notou – que se tem verificado à escala planetária um crescimento demográfico devedor do recuo dos níveis de mortalidade. Os países mais desenvolvidos estão a perder protagonismo demográfico e, neste contexto, também o *retângulo luso* está cada vez mais dependente de saldos migratórios positivos para crescer. Explicou ainda que a nova tendência, com dimensão mundial, é o envelhecimento da população. Embora com intensidades diferentes consoante as regiões e os países, a Europa é já uma região apelidada por “continente grisalho” e Portugal evidencia essa tendência, sendo um dos países mais envelhecidos do mundo. Disse por fim que, mesmo que os níveis de fecundidade aumentem ligeiramente, a população de Portugal não deixará, a médio prazo, de continuar a envelhecer.

Seguidamente, na mesma linha da comunicação anterior, interveio Pedro Nogueira Ramos, retratando o país recente, nomeadamente a crise que se vivia nesse ano de 2013, através das estatísticas, sublinhando a necessidade da sua correta (e nem sempre linear) leitura.

¹⁰³ Para um aprofundamento da questão ver CASTELO, Cláudia - *O modo português de estar no mundo: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa*. Porto: Edições Afrontamento, 1998.

¹⁰⁴ Para um aprofundamento da questão ver ANDRÉ, João Maria - *Multiculturalidade. Identidades e mestiçagem: o diálogo intercultural nas ideias, na política, nas artes e na religião*. Viseu: Palimage, 2012.

¹⁰⁵ Para um aprofundamento da questão ver ALVES, Jorge Fernandes - *Os „Brasileiros“. Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*. Porto: Faculdade de Letras, 1993.

A conclusão que apresentou foi a de que mesmo com a alteração de algumas políticas, não haveria uma saída fácil para essa situação dramática sem uma significativa perda da soberania económica e/ou o retorno ao estado de país subdesenvolvido.

O recomeço dos trabalhos, já da parte de tarde, deu-se com a lição de Nuno Severiano Teixeira, intitulada *Portugal na balança das relações internacionais: uma visão histórico-prospetiva*, que constituiu uma reflexão sobre o lugar de Portugal no mundo, numa perspectiva de longa duração. Procurando os invariantes históricos e definindo os modelos de inserção internacional do país, esta reflexão desenvolveu-se em torno das permanências dos modelos históricos da política externa portuguesa; das mudanças, visíveis sobretudo na formação de um “modelo democrático da política externa portuguesa”; e nos desafios com que Portugal se confronta.



Fig. 34 – Sessão final das 16.^{as} JHS. (da esq. para a dir.) David Justino (conferencista) Fernando Catroga (coordenador científico das JHS); Carlos Filipe Camelo (presidente da Câmara Municipal de Seia); Nuno Severiano Teixeira (conferencista)

Da última preleção encarregou-se David Justino, debruçando-se sobre *Conhecimento, sistemas culturais e desnacionalização da cultura escolar na era da globalização*. Transmitiu ao auditório a ideia de que, para entender as formas através das quais a globalização tem alterado a cultura escolar dominante, é necessário perceber a lógica de estruturação e de desenvolvimento dos sistemas nacionais de ensino nos séculos XIX e XX. A tese que, neste contexto, defendeu, foi clarividente: muito antes da globalização os sistemas nacionais de ensino já se haviam globalizado através da difusão mundial da instituição escolar. Essa difusão – explicou por fim – assentou na generalização de concepções ideológicas sobre a importância da educação.

Com esta reflexão incidente sobre um problema atual terminaram mais umas Jornadas que aguçaram o sentido crítico dos participantes, deixando, mais do que certezas, pistas de *leitura*, questionamentos e muitas dúvidas, objetivo, afinal, de todo o ato de estudo dito científico.

XVII Jornadas

A Casa e a Família

A CASA E A FAMÍLIA

Seia, 13 a 15 de novembro'14

Auditório da Casa Municipal da Cultura

Data: 13 a 15 de novembro de 2014

Local: Auditório da Casa Municipal da Cultura

Organização: Câmara Municipal de Seia / Arquivo Municipal

Coordenação científica: Fernando Catroga [DEPHAA-FLUC]

Inscritos: 165

Conferencistas (15):

Raquel Vilaça [CEA-UC]

À volta da fogueira. Contextos quotidianos e espaços familiares de grupos sociais pré-históricos

Maria Helena da Cruz Coelho [DEPHAA-FLUC]

A casa e o paço real – linhagem, vassalagem e domesticidade

Lúcia de Brito Moura [CEHR-UCP]

O espaço doméstico como oratório

Rui Cascão [DEPHAA-FLUC]

Família e organização do espaço doméstico – perspectiva comparativa

Fátima Velez de Castro [DEPGEOTUR-FLUC]

Home is where your heart is. Experiências familiares de pertença geográfica e resiliência territorial

Sandra Marques Pereira [DINÂMIA'CET, ISCTE-IUL]

Modos de habitar no Portugal Contemporâneo

Maria Antónia Lopes [DEPHAA-FLUC]

Casa nobres e burguesas no século XVIII: de templos de virtudes a espaços lúdicos

José Manuel Tedim [UPT]

Cenas da vida familiar na pintura europeia do século XVII ao século XIX

Joana Duarte Bernardes [CEIS20-UC]

Uma casa portuguesa sem certezas: o habitar na literatura portuguesa (séc. XIX-XX)

Luís Mota [IPC, ESSE/GRUPO EDE, UC]

Da casa do Mestre ao edifício da Escola. A fabricação de um espaço público de educação de ensino

Susana Lobo [DARQ-FCTUC]

Quem casa quer casa: a evolução do espaço doméstico no século XX

João Luís Fernandes [DEPGEOTUR-FLUC]

A perspectiva territorial da casa: relações de poder, disputas espaciais e cidadania

Rui Ramos [FAUP]

As casas e a crise

Anselmo Borges [Sociedade Missionária Portuguesa]

Casamento e/ou Matrimónio

Joaquim Pais de Brito [Museu Nacional de Etnologia de Lisboa]

A casa, quem lá vive e a passagem do tempo

Borges | Fátima Velez Castro | Joana Duarte Bernardes | João Luís Fernandes
Joaquim Pais de Brito | José Manuel Tedim | Lúcia Moura | Luís Mota
Maria Antónia Lopes | Maria Helena Cruz Coelho | Raquel Vilaça
Rui Cascão | Rui Ramos | Sandra Marques Pereira | Susana Lobo
Fernando Catroga - Coordenador Científico

Sinopse:

As XVII Jornadas Históricas centraram-se sobre um tema aliciante. *A Casa e a Família*, para lá das muitas abordagens históricas que possibilitam, permitem uma discussão sobre alguns dos questionamentos do presente, como sendo os valores da sociedade atual (ou a falta deles) e as dificuldades que vivem as famílias em tempos de crise. Temáticas aliciantes e, ao mesmo tempo, complexas. Para as tratar reuniu-se um conjunto de oradores com reconhecida competência e experiência.

Raquel Vilaça foi quem tomou a dianteira. Abordou o assunto dos espaços familiares e do quotidiano das sociedades pré-históricas, esclarecendo que é fundamental ter presente que elas não podem ser tomadas como referente hegemónico dos milhares de anos que antecederam a História, pois durante essa fase primacial da existência humana foram profundas e diversas as transformações ocorridas. Lembrou, depois, que das comunidades pré-históricas só é possível mostrar as materialidades conservadas, interpretá-las e *intuir* o modo como pensavam, sentiam e conceptualizavam o mundo, tornando-se fundamental um cruzamento com *olhares* etno-históricos e antropológicos. Conjugando a escavação de amplas áreas e a análise de micro-contextos, desde a Beira Alta a outras regiões da Península Ibérica, a conferencista procurou explicar o que poderá ter sido a casa e a família na Pré-História.

Da Pré-História para a Idade Média, Maria Helena da Cruz Coelho clarificou que o conceito de família é pouco aplicável na época medieval e quando surge, essencialmente ligado ao grupo nobiliárquico, centra-se não tanto na organização do parentesco, mas sobretudo na unidade residencial, envolvendo o grupo doméstico do senhor. No caso do rei – disse ainda – o sentido de *família*, ou *casa*, englobava os membros da linhagem, o seu séquito de vassalos e oficiais e ainda todo o vasto número dos seus servidores domésticos. Escolhendo um rei, D. João I, o primeiro da dinastia de Avis, a Professora da Universidade de Coimbra expôs o quadro da sua descendência e parentela, da sua vassalagem e domesticidade, aludindo também à casa da rainha, D. Filipa de Lencastre, e brevemente à dos infantes. Por fim, analisou os seus paços reais e outros locais de residência que a itinerância da corte exigia, completando o sentido físico e humano que a casa e paço real encerram.

Seguiu-se a conferência de Lúcia Moura, que abordou o *espaço doméstico como oratório* no contexto do liberalismo. O principal argumento explanado pela autora foi o de que a religião, paulatinamente constrangida a recuar na esfera pública, foi remetida para o interior do lar, aí construindo o seu principal reduto, apoiada na devoção individual. Na casa, essa devoção materializava-se em numerosas imagens sagradas, fazendo dela o “oratório” onde procurava uma fé mais consciente, capaz de enfrentar os embates do laicismo militante.

O segundo dia de Jornadas foi retomado por Rui Cascão, que apresentou uma perspectiva comparativa sobre a família e a organização do espaço doméstico. Depois de ter declarado que, entre as dimensões da casa, a familiar é a mais importante, partiu para a observação dos modos de organização e de gestão do espaço doméstico. Para esse fim, e tendo como quadro cronológico os séculos XIX e XX, propôs uma visita guiada aos compartimentos das habitações, prestando atenção aos critérios do povoamento dos seus espaços interiores e exteriores.

Fátima Velez de Castro foi quem interveio de seguida, com uma comunicação centrada nas experiências familiares de pertença geográfica e resiliência territorial, através da qual preten-

deu demonstrar que a noção de pertença geográfica se deve aos laços afetivos que o indivíduo estabelece com o território¹⁰⁶. Neste contexto, através de duas obras fílmicas (*A gaiola Dourada* e *O caminho das nuvens*) procurou responder às seguintes perguntas: “Onde é de facto nossa casa? Qual o espaço real a que pertencemos? De que forma o núcleo familiar poderá contribuir para essa (in)definição? Como é que a capacidade de resiliência determina a escolha e a permanência em locais específicos e em contexto migratório?”

Os trabalhos prosseguiram com Sandra Marques Pereira, que se centrou nos modos de habitar no Portugal contemporâneo. Focada no século XX e na atualidade, propôs uma reflexão sociológica sobre a evolução das formas das casas e respetivos modelos arquitetónicos, assim como sobre os seus usos e as mudanças entretanto ocorridas, tanto ao nível da vida privada, como ao nível da sociedade.



Fig. 35 - (da esq. para a dir.) Luís Mota (conferencista); Maria Antónia Lopes (conferencista); Fernando Catroga (coordenador científico das JHS); Joana Bernardes (conferencista); José Manuel Tedim (conferencista)

O evento continuou, da parte de tarde, com excelentes palestras. Maria Antónia Lopes foi a primeira a usar da palavra, propondo-se a examinar as casas nobres e burguesas no século XVIII como templos de virtudes e espaços lúdicos. De facto – notou - no século XVII e durante a primeira metade do século XVIII as mulheres portuguesas da nobreza e burguesia viviam enclausuradas e segregadas do convívio e divertimentos sociais. Eram mantidas em casa, confinadas a certos aposentos, devendo cultivar as virtudes da gravidade, sisudeza, modéstia e recato. Também deviam ser boas católicas, boas esposas e boas governantas de suas casas. De acordo com a conferencista a situação terá conhecido alteração a partir da década de 1750, com mais expressividade após 1770. A partir de então o espaço doméstico modificou-se, deixando de ser local de clausura, recato, silêncio e trabalho, para se constituir lugar de convívio, de manifestações culturais e socialização.

¹⁰⁶ Uma versão escrita desta conferência poderá ser consultada em CASTRO, Fátima Velez de - Home is where your heart is. Experiências migratórias familiares de topofilia e de resiliência territorial. *Revista CEM - Cultura, Espaço e Memória*, 6 (2015), p. 345-358.

Interveio, de seguida, José Manuel Tedim, sobre as *Cenas da vida familiar na pintura europeia, do século XVII ao século XIX*. O argumento principal desta sua sétima participação nas Jornadas foi o de que a família sempre esteve presente como tema na pintura, visível tanto na arte egípcia, como na arte etrusca, passando pelas paredes da *Domus* romana até à época do renascimento, vindo a conhecer grande expressão no século XVII e XVIII. De acordo com Tedim, as grandes casas da aristocracia e realeza europeia faziam-se rodear de grandes pintores, numa atitude mecénica, os quais acabavam por deixar um enorme espólio pictórico onde a família e cenas da vida familiar eram os assuntos preponderantes. Foi este aspeto que o conferencista mais aprofundou na sua análise.

A visão da Literatura, que se fez presente em várias edições das Jornadas, esteve, nestas, a cargo de Joana Duarte Bernardes. Partindo das diversas aceções que o conceito de casa detém, procurou um entendimento do chamado efeito-casa e do habitar na literatura portuguesa dos séculos XIX e XX. Da casa, que é pátria, à casa em ruína, a escrita literária elegeu a casa para título e para ato, decidindo nela a construção das personagens e a delimitação da ação. Assim, através do romance, a conferencista propôs-se a estabelecer as propriedades e os projetos semânticos da casa ao nível do espaço mas também ao nível do tempo. A incursão realizou-se em torno de autores como, entre outros, Rebelo da Silva, Júlio Dinis, Eça de Queirós, Vitorino Nemésio, Carlos de Oliveira, Fernando Namora, Aquilino Ribeiro, Mário Cláudio e Teolinda Gersão.

A última conferência do dia foi dedicada ao ensino. Luís Mota, o interveniente em questão, apresentou o tema *Da casa do Mestre ao edifício da Escola. A fabricação de um espaço público de educação de ensino*. Mostrou que as escolas tardaram em ter *casa própria*, tendo-se afrontado o problema de forma séria apenas na segunda metade do século XIX, vindo doravante os edifícios das escolas a adquirir uma significância simbólica, desde o período liberal à Primeira República e ao *Estado Novo*. Explicou, depois, detalhadamente, esse processo histórico de significação da “casa da escola”.

O derradeiro dia de Jornadas proporcionou aos participantes cinco conferências. A de Susana Lobo foi a primeira, tendo-se detido na questão da evolução do espaço doméstico no século XX. Partindo da publicação integrada no Plano de Educação Popular da Campanha Nacional de Educação de Adultos de 1956, intitulada *Quem casa quer casa*, a conferencista mostrou que se a organização espacial e de decoração da casa remetia para “A Lição de Salazar”, na apologia da triologia “Deus, Pátria e Família”, já os desenhos complementares revelavam uma certa atualização de linguagens e de formas na conceção do espaço doméstico, em que ao estilo rústico popularizado pelo Secretariado de Propaganda Nacional de António Ferro se contrapunha, agora, um mobiliário de linhas direitas e simples, integrado na própria estrutura arquitetónica, e, à especialização funcional dos compartimentos, novos conceitos tipológicos como o *open space*, a *kitchenette* ou o *water closet*. Foi exatamente neste contexto, de confronto entre passado e presente, que Susana Lobo estruturou a sua exposição, concluindo que esta relação dicotómica entre tradição e modernidade marcou, em Portugal, a produção arquitetónica do século XX, tendo a casa sido o cerne desse debate.

Seguidamente ouviu-se a comunicação de João Luís Fernandes sobre a perspetiva territorial da casa, isto é, as relações de poder, disputas espaciais e cidadania. Numa primeira fase dilucidou o facto de a formação do Estado moderno, por estar associada à regulação de um espaço

geográfico, implicar um controlo das populações. Por isso – notou também - a discussão territorial em torno da *casa* passa pelo vínculo a uma residência e a uma morada, fator essencial no exercício individual e coletivo da cidadania. Numa segunda fase, mostrou como, sob o ponto de vista geográfico, a casa está associada à ideia de fronteira e proteção. Neste domínio – advogou - longe de ser um espaço privado, pacífico e homogéneo, em contexto familiar a casa pode ser também um território de conflitos, de disputas espaciais, de limites e fronteiras, não obstante continue uma referência de conforto e harmonia.

As casas e a crise foi outro dos muitos aspetos esquadrihados nesta reunião científica. Rui Ramos, que foi quem refletiu sobre ele, evidenciou como a colocação do problema da casa no „centro“ do século é reconhecer o seu papel vital na construção do Moderno e da sua agilidade como instrumento de poder. Casa e poder – rematou - são faces da mesma moeda, sendo na gestão dos equilíbrios entre o arquitectónico, o político e os sistemas de poder, que são delineadas as políticas públicas de habitação que propõem e impõem, pela normalização, outras formas de habitar. Por fim, alegou que o reduto doméstico da vida privada, até aí considerado seguro, foi submergido por políticas públicas, entendidas, num Estado-Providência, como compromisso para o bem-estar colectivo, e, ao invés, num estado autoritário, como controlo político e intromissão social.

Anselmo Borges, penúltimo interveniente, falou ao auditório sobre casamento e matrimónio, estruturando a sua intervenção em torno de aspetos como a importância da família e suas crises, o matrimónio, o divórcio, as uniões de facto, a homossexualidade, a contraceção, as teorias de género, o primado da consciência e o pluralismo.



Fig. 36 - (da esq. para a dir.) Carlos Filipe Camelo (presidente da Câmara Municipal de Seia); Fernando Catroga (coordenador científico das JHS); Joaquim Pais de Brito (conferencista)

As Jornadas encerraram com a preleção de Joaquim Pais de Brito, intitulada: *A casa, quem lá vive e a passagem do tempo*. Para o diretor do Museu Nacional de Etnologia, a formulação de questões para conhecimento de uma casa, como realidade social, exige que seja situada no respetivo tempo histórico. De acordo com o mesmo, são as gerações que coexistem e os indivíduos que atravessam sucessivas etapas do seu percurso de vida, que vão dando sentidos ao espaço construído, povoado de objetos, de memórias, de continuidades e de ruturas. Pais de Brito mostrou como pessoas e objetos podem ser eloquentes reveladores do ciclos que foram construindo o lugar de pessoas, famílias e da própria presença física da casa.

Uma vez mais as Jornadas Históricas de Seia se elevaram a acontecimento cultural de excelência a nível nacional. No seu discurso de encerramento, o presidente do município, Carlos Filipe Camelo, reconheceu-o, mostrando-se naturalmente satisfeito pelo caminho percorrido: “A elevada participação registada anualmente neste evento reflete a sua qualidade [...] marcamos anualmente aqui encontro com o conhecimento, num espaço de reflexão e debate que potencia a troca de saberes e experiências, projetando, simultaneamente, a cidade e o concelho”¹⁰⁷.

¹⁰⁷ Jornal *Porta da Estrela*, Seia, ano XXXVIII, n.º1000 (30 nov. de 2014), p. 5.

XVIII Jornadas

*Os tempos e as distâncias
tudo tão perto, tudo tão longe*

Data: 12 a 14 de novembro de 2015

Local: Auditório da Casa Municipal da Cultura

Organização: Câmara Municipal de Seia / Arquivo Municipal

Coordenação científica: Fernando Catroga [DEPHAA-FLUC]

Inscritos: 130

Conferencistas (17):

Carlos Fiolhais [FCTUC]

Amato Lusitano: um Judeu errante na Europa de há quinhentos anos

Carlota Simões [Museu da Ciência, UC]

O tempo, os astros, as viagens e os livros

Margarida Sobral Neto [DEPHAA-FLUC]

O tempo das comunicações postais na Época Moderna

Ana Cristina Araújo [DEPHAA-FLUC]

Papéis e lugares de proximidade: a linguagem dos afetos na correspondência feminina da Época Moderna

Carlos Braz Saraiva [FMUC]

Tédios, vazios e distâncias no deprimido

Saúl António Gomes [DEPHAA-FLUC]

O cômputo do tempo em Tempos Medievais

João Luís Fernandes [DEPGEOTUR-FLUC]

A globalização contemporânea entre o encurtamento das distâncias e o levantamento de muros que fragmentam e separam. Uma perspectiva desde a Geografia Cultural e Política

Maria Luísa Sousa [UNL, CIUHCT]

Novas “artérias” para a circulação: estradas e a sua transformação com a mobilidade automóvel

Jorge Custódio [FCSH-UNL; APAI]

Caminho-de-ferro e património ferroviário: a herança dos transportes e o seu significado cultural

Rui Branco [FCSH-UNL]

A introdução do sistema métrico – decimal em Portugal. História de uma libertação à força

Jorge Ramos do Ó [IE-UL]

Tempos da pedagogia. A gramática da Escola Moderna e a criança transformada em aluno (séc. XIX-XX)

Maria Alexandra Lousada [IGOT-CEG-FLUL]

Usos do tempo e do espaço em meio urbano: Lisboa no século XIX

David Justino [FCSH-UNL]

Tempo e Modernidade

Carlos Fortuna [FEUC]

Tempo e distâncias na modernidade e pós-modernidade

João Maria Bernardo Ascenso André [DFCI-FLUC]

A teia dos Tempos do Teatro

Abílio Hernandez [FLUC]

Tempos e duração no Cinema e na Literatura

Rui Vieira Nery [Fundação Calouste Gulbenkian]

Distâncias e proximidades nas histórias da música

- Ana Cristina Araújo

- Abílio Hernandez

- Carlota Simões

- Carlos Fiolhais

- Carlos Fortuna

- David Justino

- João Luís Fernandes

- João Maria Bernardo Ascenso André

- Jorge Custódio

- Jorge Ramos do Ó

- Luísa de Castro Coelho e Sousa

- Margarida Sobral Neto

- Maria Alexandra Lousada

- Rui Branco

- Rui Vieira Nery

- Saúl Gomes

Sinopse:

O tempo é uma dimensão complexa. Deve ser entendido não apenas em termos de unidade métrica mas, sobretudo, como resultado de uma construção social que encurta distâncias, potencia conhecimento, desenvolvimento, progresso e bem-estar... Pode passar depressa para uns e devagar para outros. Mas, será que o tempo passa, ou nós é que passamos por ele? Seja como for, ainda que nem sempre tenha sido assim, no tempo presente a humanidade vive cronometrada e obcecada a vencer a distância, do espaço e do próprio tempo. Tempo e distância não são fenômenos culturais de limites precisos e alcance facilmente mensurável, são antes fenômenos revestidos com a tinta invisível da imaterialidade que anima a vida quotidiana. São, também, categorias indissociáveis influenciadoras de processos históricos sobre as quais se impõe refletir numa perspectiva interdisciplinar, tendo sido esse o objetivo da 18.^a edição das Jornadas Históricas de Seia.

O primeiro orador, Carlos Fiolhais, propôs-se a integrar a obra do médico Amato Lusitano (1511-1568), nascido em Castelo Branco, na cultura científica do seu tempo, mencionando alguns clínicos da época cuja obra ele conhecia, em particular o célebre André Vesalio. Com base na figura destes e ainda de Garcia da Orta, Fiolhais exibiu as dificuldades ligadas às grandes distâncias da época e notou: “o conhecimento demorava a chegar”. O núcleo mais importante desse conhecimento que, depurado pela história, chegou aos dias de hoje, ocupou parte substancial desta comunicação¹⁰⁸.

Interveio, logo após, Carlota Simões, de cujo discurso se lorigou o fito de detalhar a evolução da ciência e da técnica que permitiram as grandes viagens da história, através de uma visita à literatura que as tornou imortais, referindo nomes como Fernão de Magalhães, Jonathan Swift e Jules Verne.

Foi também sobre os progressos, concretamente nas comunicações, que falou Margarida Sobral Neto. Apresentou ao auditório a morosa evolução deste serviço entre 1520 e o século XIX. Referiu que os princípios configuradores do modelo de correios em vigor na época moderna foram traçados por D. Manuel I e D. João III, e que o serviço veio a desenvolver-se com o estabelecimento progressivo de uma rede disseminada desde Lisboa até parte significativa das regiões portuguesas. Assinalou por fim que, a reestruturação de que foram alvo, já no século XVIII, pela mão do diplomata D. Rodrigo de Sousa Coutinho, que os tornou mais rápidos e eficientes na circulação da informação, contribuiu para a criação de uma opinião pública favorável à Revolução Liberal e à Independência do Brasil¹⁰⁹.

Diretamente relacionada com a questão das comunicações, a conferência de Ana Cristina Araújo deu a conhecer o epistolário de D. Joana de Vasconcelos e D. Gabriella Asinari di San Marzano, mostrando como tocadas pelos tempos de convulsão cultural, social e política que viveram, as autoras transportaram para o universo íntimo comportamentos e valores em acelerada mudança. Em ambos os casos, as cartas assinalam dois tempos em transformação, nos campos político, económico, social e cultural: a Europa após a Revolução Francesa e o Brasil em vésperas da independência. Além da linguagem dos afetos, típica de uma escrita intimista, aqui tão bem analisada, a conferencista explicou como a correspondência feminina da época moderna era uma das poucas formas de vencer distâncias, intentar liberdades, revelar iniciativas e gizar estratégias de promoção familiar.

¹⁰⁸ Para um aprofundamento da questão ver FIOLHAIS, Carlos - Amato Lusitano na cultura científica do seu tempo: cruzamentos com Vesálio e Orta. *Revista Brasileira de História da Ciência*, 8-1 (2015), p. 79-87.

¹⁰⁹ Para um aprofundamento da questão ver NETO, Margarida Sobral - O sistema de comunicações postais na idade moderna e o processo de construção do Estado moderno. *Códice*, série II, 2 (2005), p. 34-45.

Seguiu-se o testemunho do psiquiatra Carlos Braz Saraiva, o qual discorreu sobre a angústia do existir, a roxidão do sofrimento, do tédio, da depressão, das inquietantes lonjuras, do querer não querer dar-se à morte. Da ponte da poesia à psicopatologia do mundo da psiquiatria, o conferencista falou da dispersão e do labirinto da melancolia, sublinhando que a condição humana suscita ver além do horizonte e não apenas o perto.

O segundo dia de Jornadas incoou com a discussão do tempo em tempos medievais, apresentada por Saúl António Gomes. Reconhecendo a importância do cômputo do tempo para a ordenação do calendário litúrgico medieval, a partir da referenciação cristianizada dos ciclos anuais, o Professor da Universidade de Coimbra propôs um percurso pelas dimensões sociais e culturais vivenciais da questão das temporalidades, assim como pela observação e descoberta de mecanismos de mensuração temporal desenvolvidos nesses séculos.



Fig. 37 - (da esq. para a dir.) Saúl António Gomes (conferencista); Fernando Catroga (coordenador científico das JHS)

João Luís Fernandes foi quem interveio de seguida, com uma comunicação sobre a forma como a globalização contemporânea produziu um efeito dúplice de encurtamento das distâncias e de levantamento de muros que fragmentam e separam. Empreendendo uma perspectiva também dupla, porque oriunda da Geografia Cultural e da Política, pôs a nú como o mundo do movimento e do contacto é também constituído por geografias de segregação, por obstáculos ao movimento e muros de diferentes categorias, que separam, por exemplo, os EUA do México, Israel da Palestina, a Coreia do Norte da Coreia do Sul e, ainda, muros que separam cidades como Nicósia de Belfast, e metrópoles como o Rio de Janeiro onde existem separações entre favelas e o resto, minoritário, do conjunto urbano. Tendo em conta esta realidade, o geógrafo concluiu que o estar perto pode não significar estar acessível, já que a proximidade física pode

corresponder a uma longa distância política, social e cultural, daí se deduzindo que o conceito de distância é relativo.

Ouviu-se ainda, a terminar a manhã, a preleção de Maria Luísa Sousa, intitulada *Novas “artérias” para a circulação: estradas e a sua transformação com a mobilidade automóvel*¹¹⁰. A exposição abordou o processo de mudança ocorrida nas estradas portuguesas, plasmado no plano rodoviário de 1945 e que vigoraria até 1985. Explicou que, durante esse período, procurou-se corrigir as desigualdades territoriais, enfatizando-se as funções sociais e económicas das estradas e o seu papel na melhoria do bem-estar das populações. No debate acerca da coordenação dos transportes terrestres e no pensamento sobre os planos rodoviários e a sua articulação com os planos ferroviários, avultou a discussão em torno das relações de subordinação, de complementaridade ou de concorrência entre rodovia e ferrovia. Pela primeira vez apareceram os conceitos de rede fundamental e de itinerários principais, com o sentido de se estabelecerem ligações fáceis, rápidas e diretas entre os centros mais importantes. Neste sentido - aclarou ainda a oradora - construíram-se novas representações das estradas do continente, mediadas, durante o Estado Novo, pela acção da Junta Autónoma das Estradas, que se tornou um dos órgãos mais importantes do Ministério das Obras Públicas. Maria Luísa Sousa concluiu que, não obstante as melhorias postas em prática, na época, houve dificuldade em concretizar e conceptualizar a rede viária como malha que cobre o território.

Ao lançamento do livro em homenagem a Fernando Catroga, com que se iniciou o turno vespertino deste segundo dia de Jornadas, sucedeu-se a conferência de Jorge Custódio sobre a herança e o significado cultural do património ferroviário. Depois da concertação de um sumário concernente à história do aparecimento dos caminhos-de-ferro, advogou que o fenómeno ferroviário não diz respeito à produção de um sistema de circulação mais ou menos mecanizado, no qual interferem apenas os agentes sociais e trabalhadores da ferrovia. Uma linha ferroviária - sublinhou - é um todo que estabelece a inter-relação e o contexto económico, social e cultural que lhe está inerente. Neste quadro, propôs ao auditório uma visão das linhas ferroviárias como meio de estabelecimento das relações entre cultura material e imaterial, metodologia que considerou a mais adequada para a salvaguarda da herança ferroviária em Portugal e no mundo, em qualquer uma das suas afirmações territoriais, tanto de transporte, como de produção industrial, mineira ou agrícola.

Seguidamente interveio Rui Branco sobre a introdução do sistema métrico-décimal em Portugal no ano de 1852, após um processo anterior de reforma falhado. A partir dos aspetos que reputou de decisivos na adoção do novo sistema, descortinou a construção, expansão e modernização do Estado Português na segunda metade do século XIX, patente na constituição mútua entre Estado e mercado e nas relações entre o centro e as periferias¹¹¹.

Os trabalhos encerraram com a dissertação de Jorge Ramos do Ó, que discutiu as condições de emergência da escola moderna, na transição do século XIX para o século XX. Face à unanimidade da historiografia educacional quanto ao facto da instituição escolar apresentar uma *gramática escolar* estável e tendencialmente resistente a modificações, o preletor intentou compreender como as crianças e os jovens se passaram a definir ao longo do século passado pelo rótulo de *escolares*; defendeu que as polémicas e disputas que estiveram na base da transformação da escola pública devem ser percebidas também como expressão direta das lutas pelo

¹¹⁰ Para um aprofundamento da questão ver SOUSA, Maria Luísa - *A mobilidade automóvel em Portugal. A construção do sistema socio-técnico, 1920-1950*. Lisboa, Paris: dissertação de doutoramento apresentada à Universidade Nova de Lisboa e Université Sorbonne Nouvelle, 2013.

¹¹¹ Para um aprofundamento da questão ver BRANCO, Rui - A introdução do sistema métrico-decimal em Portugal, in ALMEIDA, Pedro Tavares de Almeida; BRANCO, Rui (coords.) - *Burocracia, Estado e Território*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007, p. 137-161.

monopólio do governo da alma; e sustentou que, no espaço da modernidade, o propósito de ajustar as práticas educativas à diversidade de casos particulares transformar-se-ia na máxima pedagógica por excelência que ainda reverbera no nosso tempo.

No derradeiro dia do evento novas matérias foram abordadas, objetivando, sobretudo, refletir sobre a forma como a questão das temporalidades ecoou em determinados campos culturais como o teatro, o cinema, a literatura e a música. Antes, porém, houve ainda tempo para outros dois tipos de abordagens, como a apresentada por Maria Alexandra Lousada sobre os usos do tempo e do espaço em Lisboa nos finais do século XVIII e inícios do século seguinte e de David Justino sobre *tempo e modernidade*.

A primeira centrou-se nos espaços urbanos por excelência, rua e praça, focando as práticas de sociabilidade e o papel da polícia na imposição de uma nova disciplina dos usos do tempo e do espaço. O segundo, através da sociologia histórica, advogou: que a ideia de globalização como compressão deve ser entendida no quadro de uma alteração da natureza do tempo e do espaço, consolidada pela consagração do tempo mecânico e universal em detrimento do tempo natural; que a progressiva dissociação entre tempo local e tempo global provocou a destopologização de uma parte significativa da vida social.

Ao findar o turno matutino o auditório escutou Carlos Fortuna, que sustentou a ideia de que o tempo da modernidade e pós-modernidade, pela sua instantaneidade e elasticidade, potencia a substituição do futuro por uma noção de “presente alargado” continuamente.



Fig. 38 - (da esq. para a dir.) Maria Alexandra Lousada (conferencista); Carlos Fortuna (conferencista) Fernando Catroga (coordenador científico das JHS); David Justino (conferencista)

O período da tarde iniciou com a lição de João Maria Bernardo Ascenso André, intitulada *A teia dos Tempos do Teatro*¹¹². Depois de ter encetado uma aproximação etimológica, analisou três diferentes noções do tempo ou experiências do tempo a partir das três categorias do tempo cronológico, do tempo poético e dramático e do tempo intensivo e caótico, evidenciando como o tempo teatral, mais do que uma experiência homogênea, é uma composição de diversas experiências designadas de teia dos tempos do teatro.

Pela voz de Abílio Hernandez, o foco deslocou-se do teatro para o cinema e a literatura. A relação dinâmica entre a narrativa fílmica e a narrativa literária, que chamou à atenção, marcada simultaneamente por convergências e conflitualidades, e as percepções que de si despoletam no leitor e espectador, foram os pontos nevrálgicos aqui discutidos.

Interveio, de seguida, Rui Vieira Nery, com uma exposição em que ressaltou as distâncias e fez notar as proximidades *nas histórias da música*. Foi a última conferência de umas Jornadas sobre as quais, dir-se-á, *tout court*, que potenciaram com excelência a troca de saberes e experiências entre oradores e participantes.



Fig. 39 – Rui Vieira Nery (conferencista)

¹¹² Para um aprofundamento da questão ver ANDRÉ, João Maria – *Jogo, Corpo e Teatro. A arte de fazer amor com o tempo*. Coimbra: Angelus Novus, 2017.

XIX Jornadas

Homo Ludens

Homo Sapiens

*Os jogos da vida, a vida como um jogo
através dos tempos*

Data: 11 e 12 de novembro de 2016

Local: Auditório da Casa Municipal da Cultura

Organização: Câmara Municipal de Seia / Arquivo Municipal

Coordenação científica: Fernando Catroga [DEPHAA-FLUC]

Inscritos: 88

Conferencistas (13):

Cármén Isabel Soares [DLLC-FLUC]

O jogo na antiguidade clássica: brincar, aprender, competir e exhibir

Filipe Penicheiro [CEIS20-UC]

Quintas, camponeses e templários: uma abordagem lúdica em suporte digital das terras de fronteira a sul de Coimbra no século XII

Irene Maria de Montezuma de Carvalho Vaquinhas [DHEEAA-FLUC- CHSC]

«Messieurs faites vous jeux» : aspetos históricos da expansão e da legalização do jogo de fortuna e azar em Portugal (segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX)

Domingos da Silva [Casino Figueira]

Os jogos da vida: a vida como um jogo através dos tempos

Francisco Pinheiro [CEIS20-UC]

Como o futebol explica Portugal: retratos sociais

Sérgio Dias Branco [DEPHAA-FLUC]

ARS GRATIA ARTIS? O Lúdico e o Lúcido no cinema

Ana Teresa Peixinho [DFCI-FLUC]

A literatura como jogo e o jogo na literatura: algumas reflexões

Luís Miguel Duarte [FLUP]

Brincadeiras proibidas: jogos de crianças e jogos de adultos na Baixa Idade Média

Carlos Neto [FMHUL]

O brincar e as culturas de infância: os desafios e constrangimentos na sociedade atual

Carlos Braz Saraiva [FMUC]

Jogo Patológico: do fascínio à escravidão

António Araújo [FDUL]

Culto do passado e teatralização da memória no Portugal Contemporâneo

João Mendes Ribeiro [DARQ-FCTUC]

Espaços e objetos como extensão do corpo

João Maria André [DFCI-FLUC]

Homo Ludens: história filosófica do conceito de jogo

Sinopse:

Após dezoito anos ininterruptos de Jornadas Históricas exigia-se que o tema das 19.^{as} fosse, no mínimo, apelativo. Foi-o, de facto. Não apenas apelativo, como, uma vez mais, pertinente. O jogo faz parte de uma linguagem universal que ultrapassa culturas, políticas, crenças e espaços geográficos. É marcante na infância e acaba por estar mais ou menos presente ao longo da vida. Dúvidas não há sobre a sua importância na obtenção de prazer e, por conseguinte, da sua capacidade de potenciar a saúde física e mental. O jogo pode, todavia, tornar-se numa dependência do indivíduo, fazendo-o entrar no campo da patologia, tornando-se numa doença que, não sendo controlada, pode levar à destruição.

Por ser um fenómeno cultural que anima a vida quotidiana desde os primórdios da Humanidade até aos dias de hoje, o mote escolhido para estas Jornadas é da maior relevância para o conhecimento das sociedades. E, mais relevante se torna, se, do jogo, forem analisadas, no geral, as suas estruturas, as suas raízes históricas, a sua variedade de formas, a sua importância social e a sua avaliação; e, particularmente, a personalidade do jogador - o “homo ludens”, - com o seu jogo, a sua significação e a importância que ele assume nas diferentes fases da vida. O programa multidisciplinarmente alargado que a organização traçou para estas Jornadas, pretendeu ir exatamente ao encontro dessas múltiplas dimensões.

Com o título *O jogo na antiguidade clássica: brincar, aprender, competir e exhibir*, Cármen Soares abordou o tema centrando-se nas diversas fases da vida. Remontando às civilizações clássicas, matrizes das culturas europeias, analisou os jogos infantis de imitação do real, os jogos de força e destreza física, passando pelos jogos de estratégia e de agudeza intelectual, todos realizados em contextos sociais privados diversos (com destaque para os banquetes), tratando, por fim, a iniciativa pública e estatal do jogo. Deste último universo destacou os Jogos Olímpicos e os Festivais de Teatro e de Música.

O tema tratado pelo segundo orador, *Quintas, camponeses e templários: uma abordagem lúdica em suporte digital das terras de fronteira a sul de Coimbra no século XII*, transmitiu ao auditório os desafios que se colocam à utilização de uma abordagem lúdica em suporte digital, utilizando como exemplo o jogo *Portugal 1111 – A conquista de Soure*. Na súplica que apresentou, Filipe Penicheiro destacou as potencialidades ímpares desta abordagem, enquadrada na ampla problemática sobre a compreensão de fenómenos do passado no âmbito da história, apresentando resultados de experiências com esse jogo, propiciadoras de reflexão, conhecimento e análise¹¹³.

Irene Maria de Montezuma de Carvalho Vaquinhas foi a autora da terceira e última intervenção da primeira manhã de Jornadas, debruçando-se sobre a expansão e legalização do jogo de fortuna e azar em Portugal, na segunda metade do século XIX e primeira metade do século XIX. Partindo da célebre frase: “Messieurs faites vos jeux”, a palestrante refletiu sobre o aumento do número de casinos e de “casas da batota ou pataqueiras”, sobretudo em estâncias termais ou de veraneio frequentadas pelas classes abastadas. Neste contexto examinou o processo através do qual se desencadeou a paixão pelo jogo, o modo como esta foi explorada pelas forças sociais em presença, e, tratando-se de uma actividade interdita, como foi utilizada em benefício da *res publica*. A finalizar, esboçou uma síntese das propostas de regulamentação do

¹¹³ Para um aprofundamento da questão ver PENICHEIRO, Filipe; CARVALHO, Joaquim R.; ROQUE, Licínio - Contributos metodológicos para a implementação de uma aprendizagem baseada em jogos na aula de história, in *Atas do X Simpósio Brasileiro de Games e Entretenimento Digital*, Salvador, 2011, p. 1-9.

jogo, apresentadas no Parlamento (1890-1926), e respetiva promulgação do Decreto-lei sobre os “jogos de fortuna ou azar”, no ano de 1927, legislação que viria a regulamentar o setor e impor regras precisas para os casinos em Portugal¹¹⁴.



Fig. 40 – (da esq. para a dir.) Cármen Soares (conferencista); Fernando Catroga (coordenador científico das JHS); Cristina Sousa (vereadora da Câmara Municipal de Seia); Filipe Penicheiro (conferencista)

Os trabalhos prosseguiram da parte da tarde com a comunicação de Domingos da Silva, sobre *Os jogos da vida: a vida como um jogo através dos tempos*, intervenção pragmática que, detendo-se nas várias aceções da palavra jogo, concluiu que ele pode ser uma forma de socialização, além de ter valor económico, gerar emprego e ter regras. Apresentou, depois, uma panorâmica do volume do jogo em Portugal, aproveitando para notar não é nos jogos dos casinos que nascem os constrangimentos financeiros das famílias, mas noutros, dando como exemplo a raspadinha.

Francisco Pinheiro, o orador que se seguiu, contribuiu para a discussão do tema aglutinador com uma reflexão sobre alguns aspetos caracterizadores da identidade portuguesa a partir do futebol. Esta modalidade desportiva – referiu - carrega o peso da sua própria história, mas também da história política, social, económica e cultural do contexto em que está inserido. Por conseguinte, o conferencista propôs-se a quebrar (ou repensar) os tradicionais cânones à volta do fenómeno futebolístico e da sociedade portuguesa, (re)interpretando conceitos como o patriotismo, nacionalismo, globalização, religião, discriminação sexual, capitalismo, corrupção, ética e moral, mediatismo e cultura de massas, entre outros. Em suma, o desafio lançado foi o de entender como o futebol explica estes fenómenos e como estes podem explicar o futebol.

¹¹⁴ Para um aprofundamento da questão ver VAQUINHAS, Irene - *Nome de código “33856”. Os “jogos de fortuna ou azar” em Portugal entre a repressão e a tolerância (De finais do século XIX a 1927)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2006.

Interveio, de seguida, Sérgio Dias Branco sobre o lúdico e o lúcido no cinema. Partindo da expressão latina *Ars Gratia Artis*, associada a uma visão da autonomia da arte, empreendeu uma análise às suas raízes filosóficas, discutindo a sua persistência e função na sociedade capitalista, circunscrevendo o campo da arte ao lúdico que se basta a si mesmo. Mostrou por fim que, no âmbito do cinema, esta expressão não pode ser desligada do conceito de entretenimento, sendo a ideia também recorrente nos pensadores herdeiros da estética kantiana que estratificam a produção cultural de modo a diferenciar *a priori* o que é a arte, sem a necessária fundamentação crítica, negando-lhe a inscrição no tecido social e histórico.

O primeiro dia de Jornadas ficou completo com a preleção de Ana Teresa Peixinho sobre a literatura como jogo e o jogo na literatura. Tomando o conceito de jogo definido por Johan Huizinga na obra *Homo Ludens*, definiu a literatura como arte da palavra e explicou em que medida pode ser ela compreendida como um jogo. Quer na sua vertente comunicacional, quer na sua vertente institucional, a literatura, como arte que trabalha a linguagem verbal, é uma atividade humana com muitos traços passíveis de a definir como jogo do “faz de conta”. Contudo, esta perspetiva não deve confundir-se com alienação, superficialidade ou caráter acessório. Pelo contrário. Fundamentando-se em autores como Italo Calvino ou Umberto Eco, a oradora defendeu que este jogo é um jogo sério e fundamental para a construção identitária das comunidades humanas. A terminar fez a assistência viajar pela obra de alguns autores da literatura europeia ocidental – com particular ênfase para os portugueses – com o propósito de aferir se o jogo foi incorporado nos textos ou obras e a literatura representou a dimensão antropológica de *homo ludens*.

A conferência de Luís Miguel Duarte inaugurou o segundo dia de Jornadas. Sob a epígrafe *Brincadeiras proibidas: jogos de crianças e jogos de adultos na Baixa Idade Média*, o historiador delineou uma síntese sobre o tema, constatando o tratamento sistemático de que ele foi alvo por parte da historiografia europeia, em claro contraste com escassa atenção que suscitou em Portugal. Ao arrepio desta averiguação, e denotando uma preocupação com a desrinça entre o anedótico e o verosímil, detalhou aspetos da vida social, crenças e valores coletivos, das populações da Baixa Idade Média, designadamente as principais distrações e jogos das crianças e dos adultos.

Seguidamente ouviu-se Carlos Neto sobre *o brincar e as culturas de infância*. O jogo – declarou – é uma linguagem universal que ultrapassa crenças, espaços geográficos e diversidade de culturas. Tem uma matriz genética e ancestral, sendo um fenómeno complexo de estudo mas de fácil observação no quotidiano. Simbólico e social, associado ao jogo de atividade física em crianças, tem um profundo significado biológico. Numa perspetiva evolucionista – explicou – brincar significa procurar capacidade de adaptação, sobrevivência, imaginação e fantasia dos limites do corpo em situações de confronto com o espaço físico e nas relações sociais. Advogou, depois, que nunca foi tão importante para a humanidade a tomada de consciência dos benefícios do brincar (jogo livre e espontâneo), jogar (jogo com regras) e fazer atividade física e desporto (jogo institucionalizado e com regras universais).

O painel matutino encerrou com a intervenção de Carlos Braz Saraiva, intitulada *Jogo Patológico: do fascínio à escravidão*. O psiquiatra asseverou que, no Jogo Patológico, o cérebro é neurobiologicamente ativado, como acontece com o consumidor de cocaína. Na busca do prazer

imediatamente não há espaço para o pensar. O importante é a excitação do momento, por vezes a ilusão de um grande poder. Na perpetuação da dependência vale tudo: mentiras, dívidas, furtos, desfalques... Assegurou, depois, que por detrás desta patologia do mundo das perturbações do controlo do impulso poderão estar outras doenças psiquiátricas, exemplificadas na bipolaridade, alcoolismo ou perturbações da personalidade. Nestes casos, concluiu, raramente se conseguem êxitos terapêuticos consistentes e as consequências poderão ser terrivelmente nefastas para o próprio e quem lhe é próximo.



Fig. 41 – O psiquiatra Carlos Braz Saraiva no uso da palavra

Os trabalhos recomeçaram, depois de almoço, com António Araújo. Tomando como ponto de partida a análise de Rapahel Samuels em *Theatres of Memory*, bem como o clássico *The Past is a Foreign Country*, de David Lowenthal, revelou, ainda que genericamente, a obsessão contemporânea com a História enquanto fenómeno cultural de massas, bem como outros factores de teatralização do passado que induzem um jogo de espelhos e simulacros sobre a memória coletiva e as suas representações. À luz deste argumentário, sustentou que este movimento pode ter efeitos mais amplos e profundos do que as querelas ideológicas a que as elites universitárias se entregam sobre um pretenso «revisionismo» de certas leituras do *Estado Novo* e do período salazarista.

Seguidamente usou da palavra o arquiteto João Mendes Ribeiro, que apresentou e explicou aos seus interlocutores um exercício que propôs em contexto de ensino universitário, em que se requeria aos alunos que criassem uma micro arquitetura em que espaços e objetos fossem

uma extensão do corpo. Deveria compreender e reinterpretar a ideia de abrigo ou de espaço habitável, explorando de alguma forma a sua relação interior/exterior. Muito próximo da escala do corpo, deveria ser um espaço para a experiência individual ou com o outro, e teria que ser associado a uma função/acção específica e pensado sempre em função dela. A presença do corpo deveria ser central no processo de concepção dos objectos, de forma a que cada objecto só ganhasse o seu verdadeiro sentido com a presença do corpo humano.

João Maria André proferiu a última conferência deste evento, intitulada *Homo Ludens: história filosófica do conceito de jogo*. Num primeiro momento deambulou pelo conceito de jogo até ao século XX, com uma passagem por Heraclito, Platão, Aristóteles, Tomás de Aquino, Nicolau de Cusa, Erasmo, Pascal, Leibniz, Kant, Schiller e Nietzsche. Num segundo momento, acrescentou alguns filósofos do século XX que aprofundaram essa noção, juntando-lhe também algumas abordagens antropológicas e psicológicas enriquecedoras da sua conceptualização. Com esta lição, procurou mostrar que se, por um lado, o jogo é um símbolo do homem, é também um símbolo do mundo e se frequentemente jogamos e sabemos que jogamos, também somos muitas vezes jogados no jogo do mundo em que se inscreve o próprio jogo do homem e que lhe dá um sentido que tantas vezes lhe escapa.

Na sessão de encerramento Carlos Filipe Camelo, presidente da Câmara Municipal de Seia, notou que os “efeitos alcançados nesta edição das Jornadas, que ano após ano, têm criado um público próprio, são garantias suficientes para que as Jornadas Históricas se continuem a realizar, reafirmando Seia como uma cidade associada ao conhecimento e saber”, sublinhando ainda que “a Câmara Municipal de Seia continua aberta e disponível para assumir e abraçar novas competências, responsabilidades e desafios que a sociedade senense entendeu deverem caber à autarquia, como parceiro que é na assunção e no debate de ideias.”

XX Jornadas

Adriano Moreira

Anselmo Borges

António Matias Coelho

António Reis

Carlos Braz Saraiva

Carlos Neto

David Justino

Fernando Catroga

Frei Bento Domingues

Isabel Maria

João Luís

João Madeira

José Manuel

José Sobral

Lúcia Moura

Maria Alexandra

Maria José

Maria Manuela

Pinto da Costa

Rui Vieira

Viriato Capela

Irene Vaquinhas

Data: 16 a 18 de novembro de 2017

Local: Auditório da Casa Municipal da Cultura

Organização: Câmara Municipal de Seia / Arquivo Municipal

Coordenação científica: Irene Maria de Montezuma de Carvalho Vaquinhas [DHEEAA-FLUC- CHSC]

Conferencistas (20):

José Manuel Tedim [UPT]

Arte, Arquitetura e Poder no tempo de D. Manuel I

Lúcia de Brito Moura [Escola Secundária de Seia]

Republicanismo em Seia

António Matias Coelho [Escola Eb 2,3/S da Chamusca]

A Chamusca e os seus Cemitérios: Memórias da vida no espaço da Morte

António Reis [FSCH-UNL]

Afonso Costa e o socialismo

José Eduardo Pinto da Costa [FMUP, ICBAS]

A Violência na Mulher

João Madeira [ES Padre António Macedo-Santo André]

Os primeiros anos 60 e a viragem do PCP

Carlos Saraiva [FMUC]

António Maria de Sena. O Primeiro Psiquiatra Português

Viriato Capela [UMinho]

Os Meios Financeiros do Município do Antigo ao Moderno

Frei Bento Rodrigues [Instituto São Tomás de Aquino]

Religião dos Portugueses: religião do coração. Entre a ameaça do inferno e o triunfo do coração

Maria Manuela Tavares Ribeiro [FLUC]

Mitos simbólicos – Povo, Nação, Paz – no pensamento dos utópicos portugueses nos meados de Oitocentos

Isabel Maria Corker [Grã-mestra da Grande Loja Feminina de Portugal]

Consequências políticas da ação da maçonaria feminina

Adriano Moreira [Academia das Ciências de Lisboa]

Metamorfoses da Guerra e Paz

Rui Nery [INET-MD]

As Músicas da República

Anselmo Borges [FLUC]

O Corpo e a Transcendência

José Sobral [ICS-UL]

Fado e bacalhau de cebolada: simbolismo e ideologia na construção de uma cozinha

David Justino [CICS-FGSH-UNL]

Conhecimento, sistemas culturais e desnacionalização da cultura escolar na era da globalização

João Luís Fernandes [DEPGEOTUR-FLUC]

A perspectiva territorial da casa: relações de poder, disputas espaciais e cidadania

Maria Alexandra Lousada [IGOT-CEG-FLUL]

Usos do tempo e do espaço em meio urbano: Lisboa no século XIX

Carlos Neto [FMHUL]

O brincar e as culturas de infância: os desafios e constrangimentos na sociedade atual

Fernando Catroga [Professor Catedrático Jubilado da FLUC]

O caminho faz-se caminhando

1.3 – As exposições, os espectáculos e outras atividades científico-culturais

Fruto de um rigoroso planeamento por parte da organização, as Jornadas Históricas de Seia incluíram sempre atividades culturais e científicas paralelas às conferências, tais como a apresentação pública de livros e revistas, exposições com afinidade temática com os temas aglutinadores das respetivas jornadas, e espetáculos culturais variados, como o teatro, a dança, a música e o ilusionismo.

Os beberetes (por vezes autênticos banquetes), os jantares e as degustações gastronómicas assumiram especial relevância, na medida em que objetivavam, conseguindo em pleno afirmar-se, como um aditivo ao impulso turístico, permitindo, num outro registo, de maior informalidade, projetar Seia para fora dos seus limiares, fazendo dos participantes oriundos das mais diversas latitudes do país, veículos transmissores do produto senense. Além disso, a convivialidade que proporcionaram entre os conferencistas e entre estes e os seus interlocutores, permitiu, não raro, prolongar algumas reflexões e partilhar outros tantos pontos de vista que não couberam dentro do tempo limite do evento.



Fig. 42 – Beberete das X Jornadas Históricas de Seia

Ser participante deste evento era, foi, e é, ter garantida uma espécie de bilhete único para as mais díspares viagens ao passado. Proporcionar experiências simultaneamente intelectivas e sensitivas, com base no pressuposto aristotélico de que é nestas últimas que se acham as demais, através de uma combinação multissensorial, da visão, da audição, do olfato, do paladar e do tacto, representou uma forma inteligente de potenciar a apreensão através da decompressão.

Apresentações de obras e periódicos; processos expográficos que, baseados nas virtudes da itinerância museológica, levaram até Seia objetos possibilitadores de uma maior didatização; espetáculos criteriosamente seleccionados que, ao envolver a plateia, se assumiram como fenómenos culturais e não como manifestações de cultura, na medida em que esta era consumida, reproduzida e criada; e degustações que se constituíram como autênticos estruturantes físicos e psíquicos, somáticos e metafísicos; fizeram parte do mesmo projeto de gestão cultural orientado com a ulterior finalidade de fazer os participantes desfrutar da sua experiência cognitiva. Assim sendo, a oferta rica e variada deste certame marcou a diferença pelo compromisso, pelo conteúdo, pela coerência, pela eficiência, pela independência, pela criatividade, pela continuidade e pela qualidade. Documentado fotograficamente, este sub-capítulo pretende comprovar, ainda que de forma sumária, esses atributos.

1.^{as} Jornadas:

Durante estas Jornadas foram exibidas algumas exposições ligadas aos Descobrimentos Portugueses, cedidas pelo Ministério da Educação, designadamente: *Instrumentos Náuticos; Trajes do século XVI-XVII; Evolução do Navio; Viagem de Vasco da Gama; Baú Pedagógico*¹¹⁵.



Fig. 43 – Exibição de trajes dos séculos XVI-XVII

¹¹⁵ Ver Jornal *Porta da Estrela*, Seia, ano XXI, n.º512 (30 out. de 1998), p. 13; Jornal *Santa Marinha*, Seia, ano IV, n.º134 (1-16 nov. de 1998), p. 7.

2.^{as} Jornadas:

Ao longo destas Jornadas o público pode assistir, nas Galerias do Salão dos Congressos, a algumas exposições relacionadas com o século XX e o fim do milénio, nomeadamente *31 de Janeiro de 1891; A República; Humberto Delgado – Vida e Obra; A Guerra Colonial; O Socialismo em Portugal – Os primeiros ecos; 25 de Abril; Eleições de 1958; Os Presidentes da República Portuguesa*.



Fig. 44 – Pormenor da entrada do auditório decorada com objetos alusivos à temática das Jornadas

3.^{as} Jornadas:

No decurso destas Jornadas estiveram patentes ao público, nas Galerias do Salão das Magnólias, algumas exposições subordinadas ao tema *Morte e a Festa*, com algumas peças do núcleo museológico de funerária da Chamusca, tutelado pela Câmara Municipal ribatejana, nomeadamente carros funerários, um esquife, trajos funerários e outros adereços.

É de salientar, também, que o segundo dia deste evento terminou com *Amenta das Almas*, espectáculo apresentado pelo Grupo de Cantares de Vila Cova à Coelheira, freguesia de Seia. *Amenta das Almas*, ou *Ementa das Almas* corresponde a uma forma popular de designar a *Liturgia dos Mortos* da Igreja Católica. Era um ritual sobretudo posto em prática na Quaresma, tempo de penitência mas também de evocação da morte e ressurreição de Cristo, portanto um período de reverência pelos mortos.

Nas madrugadas de sábado e domingo, a Cristandade “encomendava as almas” daqueles que já tinham partido, expiando as suas culpas pelos pecados cometidos e rezando para que o Purgatório fosse apenas uma curta passagem para o céu. Trajados de preto, os grupos de fiéis entoavam os cânticos ou clamores, geralmente junto das encruzilhadas dos caminhos, nos pontos, nas alminhas e nas Igrejas.



Fig. 45 – Algumas das peças expostas durante as III Jornadas Históricas de Seia, designadamente carros funerários e um esquiife

Nas reconstituições hoje feitas, os grupos juntam-se no adro da igreja, no final da *Amenta*, e iniciam a outra parte do rito, a *Arruada*, espécie de Via Sacra, cantando *Os Passos*, em alusão às várias etapas do caminho de Cristo até ao Calvário. Na sexta-feira santa cantam-se ainda *A Mãe Dolorosa* e os *Martírios*.

Este tipo de manifestação religiosa faz parte da cultura tradicional e do património imaterial do povo português, tendo sido recuperado, em várias regiões, através de recolhas feitas por algumas associações de etnografia e folclore. Foi o caso da freguesia senense de Vila Cova à Coelheira, que soube manter viva a tradição, movida pela fé e pela crença, mas também com o intuito de rememorar aos presentes e legar aos vindouros a memória de um traço característico do povo de outrora¹¹⁶. A *Amenta das Almas*, do Grupo de Cantares de Vila Cova à Coelheira, encontrou-se, portanto, em perfeita sintonia com o tema do evento, tornando-o mais rico e propiciando ao auditório um momento de descontração depois um longo dia de trabalhos.

¹¹⁶ Em peça jornalística de 21 de fevereiro de 2002, o periódico *Porta da Estrela* informou que existem outras localidades do concelho onde esta tradição permanece viva. É de salientar que o Rancho Folclórico de Seia gravou em CD alguns destes cânticos, legando para o futuro, em suporte duradouro, o resultado das suas recolhas. Ver <http://www.portadaestrela.com/index.asp?idEdicao=36&id=1202&idSeccao=275&Action=noticia> (consultado em 31/08/2017).

4.^{as} Jornadas

Durante a quarta edição das Jornadas esteve patente ao público uma exposição sobre a vida e obra de Afonso Costa, com base no espólio pertencente à família e ao colecionador senense Rui Veloso: fotos do último comício republicano antes da Implantação da República; fotos do corpo docente da Universidade de Coimbra, do qual fazia parte; fotos da chegada a Seia dos seus restos mortais; fotos do funeral da mãe; fotos da inauguração da estátua em sua homenagem com a presença de Ramalho Eanes; fotos da sua residência em Lisboa, da casa de férias nas Penhas Douradas e da casa de Seia onde nasceu; discursos; leis; quadros; gravuras; cartoons; medalhas e medalhões; pratos e copos. O conjunto de exposições compreendeu também uma mostra de trajes do período em que viveu o estadista.



Fig. 46 – Exibição de trajes relativos ao período em que viveu Afonso Costa. Ao centro, a Dr.^a Filomena Carvalho



Fig. 47 – Objetos relativos a Afonso Costa que fizeram parte da exposição sobre a sua vida e obra

5.^{as} Jornadas

As Jornadas abriram com a apresentação pública da revista *Faces de Eva – Estudos sobre a Mulher*, dirigida por Zília Osório de Castro e apresentada pela jurista Maria do Céu Cunha Rego, rosto conhecido dos movimentos cívicos e políticos promotores da cidadania e igualdade de género. No decurso do evento, o público nele envolvido pôde assistir a uma exposição fotográfica dedicada ao tema *A Mulher*.



Fig. 48 – Exposição consagrada ao tema *A Mulher*



Fig. 49 – Exposição consagrada ao tema *A Mulher*

6.^{as} Jornadas

No segundo dia destas sextas Jornadas, à noite, os participantes puderam assistir ao Filme *Cinco Dias, Cinco Noites*, do cineasta português Fonseca e Costa, rodado pela primeira vez no ano de 1996. O Drama enquadrava-se perfeitamente nos objetivos traçados para as Jornadas. *Cinco Dias, Cinco Noites* é uma sublime adaptação ao cinema do romance de Manuel Tiago, pseudónimo de Álvaro Cunhal, que retrata as odisséias de jovens esvaídos na clandestinidade de um país dominado por um regime totalitário. Ao caracterizar, portanto, de forma bastante substantiva, a realidade epocal *estado novista*, nela transparecendo o pensamento que dela tinha Cunhal, o Filme conteve ampla matéria para o debate que se lhe seguiu.



Fig. 50 – Exposição de fotografias de Álvaro Cunhal

Acresce referir que, a película, ganhadora de vários prémios da especialidade, contava com um elenco de onde sobressaíam os nomes de Vítor Norte, Paulo Pires, Ana Padrão e Canto e Castro, tendo aberto o Festival de Montréal em 1996 e representado Portugal no Festival de Gramado.

Além da exibição do filme, as Jornadas brindaram os participantes com uma exposição foto-biográfica de Álvaro Cunhal.

7.^{as} Jornadas

Na noite do segundo dia destas sétimas Jornadas o programa ofereceu aos participantes o espectáculo *(DES)concertos, FaN e a Sua Loja de CriStaiS*, teatro e música ao vivo. Durante todo o evento decorreu ainda uma exposição com objetos antigos do Hospital Sobral Cid e que hoje integram o museu desse nosocómio.



Fig. 51 – Exposição de objetos do museu do Hospital Sobral Cid¹¹⁷



Fig. 52 – Exposição de objetos referentes ao suicídio em massa de Seitas¹¹⁸

¹¹⁷ Foto cedida pelo Diretor do Jornal *Porta da Estrela*, José Manuel Brito, a quem agradeço.

¹¹⁸ Foto cedida pelo Diretor do Jornal *Porta da Estrela*, José Manuel Brito, a quem agradeço.

8.^{as} Jornadas

Destas Jornadas há que referir que elas abriram com o lançamento do livro editado pela Câmara Municipal, intitulado *Os Forais Manuelinos das Vilas do Município de Seia*, da autoria do farmacêutico António Herculano da Paixão e Melo, natural de Travancinha, e prefaciado por José Aranda da Silva, Bastonário da Ordem dos Farmacêuticos.



Fig. 53 – António Herculano da Paixão e Melo na sessão de autógrafos

9.^{as} Jornadas

Como havia sido hábito em edições anteriores, na noite do segundo dia da nona edição das Jornadas os participantes assistiram a um espectáculo de Dança. Decorreu no Cineteatro Jardim e esteve a cargo do *Grupo Geração Viva*, da Comunidade Bahá'í. A acompanhar o evento esteve patente aos participantes e ao público em geral, entre os dias 15 e 30 de novembro, uma exposição com objetos de culto de várias confissões religiosas, constituída por painéis alusivos, pinturas e artefactos.



Figs. 54 e 55 – Exposição de objetos de culto católico alusivos ao tema das nonas JHS

10.^{as} Jornadas

A exposição *Bordallo Pinheiro: um génio sem fronteiras* abriu as décimas Jornadas Históricas de Seia, no Centro de Interpretação da Serra da Estrela (CISE). Pertencente ao Museu Nacional da Imprensa, evocou o centenário da morte de Bordallo Pinheiro (1846-1905). A mostra, que pretendeu homenagear a sua genialidade, patente em diversos jornais e livros, não só em Portugal como também no estrangeiro, compreendeu cerca de setenta peças, nomeadamente publicações periódicas, das quais Bordallo Pinheiro foi fundador ou colaborador.

Entre o material exposto importa destacar os “Almanaques de caricatura”, com capas e ilustrações do artista, assim como autocaricaturas publicadas em jornais e revistas como o “Antó-

nio Maria”, “A Paródia”, “Pontos nos ii”, “Lanterna Mágica”, “Ocidente”, “Brasil-Portugal” e “Ilustração Portuguesa”. A abundância de fontes tornou imperativa uma seleção. Neste âmbito, privilegiaram-se os temas relacionados com as eleições e as homenagens de que o caricaturista foi alvo em 1903 e 1905. Além desta, esteve em vigor outra exposição sobre as *Bandeiras de Portugal*. Uma e outra puderam ser admiradas seis dias por semana (de terça a domingo) e num *timing* alargado (das 10h às 18h), entre o início do evento e o dia 2 de dezembro¹¹⁹.



Fig. 56 – Exposição Bandeiras de Portugal no Centro de Interpretação da Serra da Estrela (CISE)

11.ªs Jornadas

A 14 de novembro, primeiro dia destas Jornadas, consagradas ao tema *Maçonaria, Sociedade e Política*, decorreu na Casa Municipal da Cultura, às 21:30 horas, o concerto *Flauta Mágica*, de Mozart (obra e autor maçons), a cargo da Orquestra do Norte. Durante o evento, o Centro de Interpretação da Serra da Estrela (CISE) acolheu duas exposições: uma com objetos do Museu Maçónico; outra com recriação de um Templo Maçónico da autoria do Grande Oriente Lusitano (GOL).

De acordo com António Lopes, diretor do Museu Maçónico do GOL, que explicou à comunicação social o porquê da realização de uma réplica de um Templo Maçónico, visitável durante as Jornadas, o objetivo foi o de mostrar aos não iniciados alguns dos símbolos e rituais da Maçonaria. Referindo-se às inúmeras questões sobre o secretismo das reuniões, o dirigente ironizou: “É algo tão secreto, tão secreto, que vocês estão aqui hoje!”

¹¹⁹ Informações cotejadas na imprensa online, nomeadamente em: <http://noticias.universia.pt/tempo-livre/noticia/2007/11/16/211801/exposio-do-museu-da-imprensa-em-seia.html> (consultado em 18/09/2017).



Fig. 57 – Recriação de um Templo Macónico da autoria do Grande Oriente Lusitano (GOL), durante as 11.^{as} Jornadas Históricas de Seia

De facto, o sistema maçónico está estruturado em aspectos externos e visíveis, que consistem em cerimoniais, doutrinas e símbolos, que se podem ver e ouvir, e aspectos internos, mentais e espirituais, ocultos sob as cerimónias, doutrinas e símbolos, que exigem do maçom uma imaginação espiritual de descoberta da realidade que existe para lá dos véus que são os símbolos externos. Esses símbolos ponteam pela Loja Maçónica, que é o Templo, constituindo um espaço onde deve reinar a Harmonia, a Liberdade, Igualdade e a Fraternidade entre os Maçons, que trabalham pela futura comunhão universal. O Templo é, ou procura ser, um autêntico laboratório de cultura, de estudo, de saber e de progresso moral e, portanto, o local onde se combate a tirania, a ignorância, os preconceitos e os erros, as paixões e os vícios. Aí, glorifica-se o direito à Justiça e à Verdade, procura-se o bem-estar e progresso da Pátria e da Humanidade. Como qualquer templo, este é constituído por símbolos que devem orientar os membros irmanados a aperfeiçoar-se moral e espiritualmente.

A entrada no templo faz-se por duas colunas que aludem às do Templo de Salomão, o primeiro templo de Jerusalém, bastante referido nos textos sagrados que compõem Bíblia. A coluna da esquerda, com um B, evoca a palavra hebraica *BoaZ* (pronunciada em hebraico como BO'HAZ), que significa “Nele [Deus] a força”; e a coluna da direita, com um J, remete para a palavra hebraica *Jachim* ou IaKIN (pronunciada em hebraico como YAHHIN e em português JAQUIM), que significa “Ele estabelecerá”, remetendo também para força de Deus. Em cima das colunas estão romãs, fruto que simboliza a unidade (dos ideais) na diversidade (da individualidade).

O chão, de mosaico em quadrados pretos e brancos, simboliza a diversidade do globo e das suas etnias, o contraste entre os diferentes princípios do universo, o espírito e a matéria, a vida e a morte. Do mesmo modo, e porque a Maçonaria pretende conciliar princípios também contraditórios, ao fundo, na parede, o sol e a lua simbolizam o princípio diurno e o princípio noturno. Ainda no chão, de um lado encontra-se um bloco de pedra bruta e, do outro, um bloco de pedra polida, que remete para o essencial da Maçonaria, que consiste na necessidade que todos e cada um têm de trabalhar a pedra grosseira para a transformar em pedra lisa. A pedra bruta simboliza as imperfeições, uma vida ainda dominada pelas paixões e pelos impulsos, correspondendo à idade da infância e da juventude. A pedra polida simboliza a maturidade, numa fase em que já é possível controlar os impulsos e as paixões, correspondendo à idade da maturidade. O teto, azul, significa a abóbada celeste, porque o templo também simboliza o universo, junto ao qual bordejia um cordão cujos nódulos significam a cadeia de união que existe entre todos os maçons no espaço e no tempo e também os doze signos astrológicos do zodíaco.



Fig. 58 – Recriação de um Templo Macónico da autoria do Grande Oriente Lusitano (GOL), durante as 11.ªs Jornadas Históricas de Seia

De um lado do templo tem assento o primeiro vigilante, ou primeiro vice-presidente que assessora o venerável que preside à *Loja*; do lado contrário senta-se o segundo vigilante ou segundo vice-presidente. Na primeira fila da designada coluna norte sentam-se os aprendizes. Nas restantes, os mestres. Do lado oposto, na primeira fila, têm assento os companheiros, logo seguidos, nas filas traseiras, pelos mestres. Ao fundo, no centro, está o altar, onde se senta o venerável da *Loja* ou o próprio grão-mestre quando se trata de uma sessão de obediência. Em

cima, e por detrás, desta cadeira, vê-se o delta luminoso triangular. O triângulo é uma figura geométrica central na simbologia maçónica. Os três vértices simbolizam os três grandes princípios (Liberdade, Igualdade e Fraternidade), ou as três grandes virtudes (Sabedoria, Força e Beleza) que estão patentes também nas três colunas que estão no centro do templo. Do lado esquerdo do venerável existe o lugar do orador, a quem se incumbe a síntese dos trabalhos da Loja e as providências necessárias ao respeito pelo Regulamento da *Loja*. Do lado direito do mesmo, senta-se o secretário. Mais atrás, fica o responsável por aquilo a que se chama a *coluna da harmonia*, isto é, a seleção musical que vai acompanhando os trabalhos da *Loja*.

Durante esta edição das Jornadas Históricas de Seia, estiveram também expostos vários objetos e fontes que integram o espólio do Museu Maçónico, alguns dos quais com ligação a Seia, designadamente fichas de iniciação de membros aí nascidos e pertencentes à *Loja António José de Almeida*, de Fafe, como João dos Santos Martins, António de Almeida Melo, Rodolfo de Almeida Abreu e João da Mota Veiga. Integraram ainda a exposição dois decretos. Um que autorizava, em 1931, a criação de um *Triângulo* em Seia. Outro, de 1935, que extinguiu esse mesmo *Triângulo*. Por fim, a exibição integrou ainda um quadro com os nomes dos indivíduos que compunham um dos *Triângulos* de Seia.

12.^{as} Jornadas



Figs. 59 e 60 – Pormenor de uniformes militares alusivos a períodos cronológicos distintos, pertencentes ao Museu Militar de Lisboa

Esta edição abriu com o lançamento do volume 30 da Revista de História das Ideias, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, subordinada ao tema *A Guerra*. No fim da tarde do primeiro dia de Jornadas decorreu uma degustação de produtos regionais. No mesmo dia, à noite, no Cineteatro da Casa da Cultura, foi exibido o Filme *Preto e Branco*, do realizador José Carlos Oliveira e rodado no ano de 2003. Gira em torno da história de dois homens cujos destinos se cruzam em pleno contexto da Guerra Colonial: um sargento da unidade de tropas especiais do exército português, branco, de 46 anos, criado em Moçambique, que nunca conheceu a metrópole; e um finalista de engenharia no Instituto Superior Técnico, negro, de 27 anos, que nunca conheceu África.

Veiculadora de uma nova perspetiva sobre a guerra, a película rodada em Seia reduz ao absurdo as *razões* e motivações do conflito e de questões como o racismo e a posse territorial, temas absolutamente pertinentes e congruentes com as discussões suscitadas durante o primeiro dia de jornadas e continuadas no dia subsequente.

Por fim, é de registar que durante todo o evento esteve em exibição a exposição *Guerra e Paz*, com a colaboração do Museu Militar de Lisboa.

13.^{as} Jornadas

Durante estas Jornadas foram apresentados publicamente dois livros. Maria Lúcia de Brito Moura, historiadora senense e presença assídua como conferencista nas edições anteriores destas Jornadas Históricas, era autora de um deles. Com a chancela das Edições Colibri, a obra intitulava-se *Nas Trincheiras da Flandres – Com Deus ou sem Deus, eis a Questão*. O tema não podia ter maior afinidade temática com o evento, pois incidia sobre a instigante questão da assistência religiosa no teatro da Primeira Guerra Mundial, num tempo em que os governos republicanos relegavam a religião para o foro privado, preconizando o seu afastamento de instituições primordiais como a escola e o exército¹²⁰.

O segundo livro apresentado, “Correspondência entre Afonso Costa e Bernardino Machado”, foi editado pelo Museu que ostenta o nome deste último, sito em Vila Nova de Famalicão, exibindo um conjunto de fontes reunidas e selecionadas pelo seu diretor, Norberto Cunha. O livro consistiu na apresentação de documentação inédita tocante a um assunto político dominante e polémico da governação do terceiro presidente da República Portuguesa, a participação do país na I Grande Guerra (1914/18). O conspecto de fontes aqui apresentado incluía intervenções parlamentares, notas circunstanciais, entrevistas, artigos de opinião, fotos, correspondência expedida e recebida e recortes de jornais veiculadores de opiniões contrárias, de suporte e rejeição à inclusão de Portugal no conflito bélico, considerada precipitada, de acordo com o diretor do Museu, mas que tinha na sua base a pretensão estatal de defesa do império colonial. A inequívoca sincronia entre o assunto da obra e o tema do evento reverteu a favor de ambos, permitindo disseminar a publicação entre um público especializado ou potencialmente interessado e possibilitando a este o contato imediato com um dos produtos mais recentes desse campo historiográfico.

A programação cultural deste evento incluiu ainda uma degustação de produtos regionais, no final da tarde do dia 12 e, à noite, no Cineteatro da Casa da Cultura, o espetáculo *Fado e a República*, integrado nas comemorações do Centenário da República. É de mencionar, por fim,

¹²⁰ Jornal *Porta da Estrela*, Seia, ano XXXIII, n.º910 (20 nov. de 2010), p. 5.

a vigência de duas exposições: *A iconografia republicana*, pertença do colecionador Rui Veloso, e *Passe, cidadão*, oriunda da Fundação Mário Soares. Enquanto a primeira fez mergulhar os participantes na simbologia e iconografia da Primeira República, a segunda acompanhou a obra da República em domínios diversos, como o seu corpo legislativo e a ação no campo religioso. Este certame abordou ainda dois aspetos fundamentais: a causa feminista e o ensino.

14.^{as} Jornadas

Durante todo o período desta edição das Jornadas esteve em funcionamento uma exposição, em colaboração com a Associação de Arte e Imagem de Seia, com várias pinturas, esculturas e fotografias sobre o corpo. Além disso, na noite do segundo dia desta reunião científica decorreu o espetáculo *A Menina de Pedra*, da responsabilidade do grupo Quórum Ballet, companhia de dança contemporânea fundada em 2005, com sede na Amadora. O género artístico escolhido não podia ter mais afinidade com o tema do Corpo e os elementos que o habitam, porquanto a dança é reconhecidamente uma atividade potencialmente imbricadora entre o corpo e outras dimensões mais emocionais e espirituais da mente. As Jornadas terminaram na tarde do dia seguinte com uma degustação de produtos regionais.



Fig. 61 – Exposição de pinturas e esculturas na 14.^a edição das JHS



Fig. 62 – Espetáculo *A Menina de Pedra*, por Quórum Ballet, nas 14.^{as} JHS

15.^{as} Jornadas



Fig. 63 – Exposição alusiva à 15.^a edição das JHS

Pelo facto de a alimentação ter sido o tema aglutinador destas Jornadas foi promovido um jantar gastronómico na Escola Superior de Turismo e Hotelaria de Seia. Da programação cultural, fez parte ainda a programação de uma exposição sobre *Produtos Artesanais Locais*, aberta durante todo o período do evento. Realizada em articulação com a Associação de Artesãos da Serra da Estrela, decorreu no foyer do Cineteatro da Casa Municipal de Cultura.

16.^{as} Jornadas

Além do habitual jantar no segundo dia do evento, o programa destas Jornadas incluiu, no serão do mesmo dia, o espectáculo de teatro *SAMICAS* (Auto da Barca do Inferno – adaptação livre), executado pelo Grupo de Teatro da Ludoteca Municipal de Seia.

Nesta edição houve ainda 3 exposições. “Máscaras do Oriente”, da Fundação Oriente de Lisboa, teve como principal objetivo retratar as artes performativas e rituais religiosos da história de sete países: China, Coreia, Japão, Índia, Sri Lanka, Tailândia e Indonésia. “Os Africanos em Portugal: História e Memória (Sécs. XV-XXI)”, do Centro de Estudos sobre África – Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa, pretendeu ressaltar a importância e a continuidade da presença secular africana no país, cujos vestígios constituem parte integrante do património nacional. Por fim, “Índios Brasileiros, a atualidade”, da Embaixada Brasileira de Lisboa, procurou ressaltar a permanência da diversidade étnica da antiga colónia portuguesa.



Fig. 64 – Exposição “Máscaras do Oriente” alusiva às 16.^a edição das JHS

17.^{as} Jornadas

No serão do segundo dia das 17.^{as} Jornadas foi apresentada a peça teatral “Despertar da Primavera”, de Frank Wedeking, uma adaptação livre do Grupo de Teatro da Ludoteca Municipal de Seia. Além desse espectáculo, durante os três dias de evento esteve patente ao público uma exposição com selecção de peças do rico espólio do Museu Etnográfico do Rancho Folclórico de Seia, que este grupo foi recebendo de doações, recolhendo e preservando ao longo dos tempos.



Fig. 65 – Exposição etnográfica alusiva à 17.^a edição das JHS

18.^{as} Jornadas

Com início às catorze horas e trinta minutos, do dia 13 de novembro, foi apresentado publicamente um livro de tributo à carreira do coordenador científico das Jornadas, o Professor Doutor Fernando Catroga, por ocasião da sua jubilação, adverbial pretexto para a iniciativa editorial, como referiu João Luís Oliva, um dos organizadores, mas sem se consubstanciar numa homenagem adjetiva, antes apresentando trabalhos sobre os “seus” temas, como forma mais adequada de saudar e acompanhar a persistência e pertinência do seu sábio trabalho. *Tempo e História. Ideias e Políticas. Estudos para Fernando Catroga*¹²¹, assim se intitulou a obra. A sessão decorreu no auditório da Casa da Cultura, tendo cabido à Professora Doutora Ana Cristina Araújo a sua apresentação. Neste mesmo dia, à noite, os participantes das Jornadas puderam assistir no Cineteatro Jardim à peça “O meu país é o que o mar não quer”, uma produção do grupo conimbricense *Casa da Esquina*, com o ator principal a falar da distância a partir da

¹²¹ Ver OLIVA, João Luís; GARNEL, Rita (orgs.) - *Tempo e História. Ideias e Políticas. Estudos para Fernando Catroga*. Coimbra: Almedina, 2015.

experiência própria e levando alguns dos muitos presentes a partilhar as suas. Porém, estes momentos culturais não eram tudo o que as Jornadas tinham para oferecer. Durante os três dias do evento os participantes puderam assistir à exposição “O tempo e as distâncias”, elaborada com peças do espólio do Museu Ferroviário do Entroncamento, e coleções de particulares, tais como: “Cavalos de Ferro”, de António Lopes Lisboa; “Cartas de Afonso Costa para a sua mulher”, de Rui Veloso; “Os comboios do século XIX”, de João Fernandes; e “Evolução das Telecomunicações”, de Filipe Fontes.



Fig. 66 – Lançamento do livro *Tempo e História. Ideias e Políticas. Estudos para Fernando Catroga*.

19.^{as} Jornadas

Se do ócio se falou, nestas Jornadas, ele esteve muito presente neste evento. Pela noite dentro, no primeiro dia, 11 de novembro de 2016, realizou-se o espectáculo “Red Envelope”, do premiado ilusionista português David Sousa, seguindo-se uma demonstração de jogos de casino, pelo Casino da Figueira. Paralelamente, durante o período das Jornadas, estiveram abertas ao público diversas exposições, com um espólio variado de “Jogos de Casino”, do Casino Figueira; “O Projeto do Objecto Arquetípico”, da Escola Superior de Artes e Design

de Matosinhos/Trienal de Milão; e a exibição de “Jogos da Nossa Infância”, do Museu do Brinquedo de Seia.



Fig. 67 – Espectáculo “Red Envelope” do ilusionista David Sousa



Fig. 68 – Exposição alusiva à 19.ª edição das JHS

2. Seia

na rota da ciência



2.1 – Do *statu quo* ao vanguardismo, análise crítica das temáticas

Pretende-se, com este sub-capítulo, lançar um breve olhar às temáticas escolhidas para reflexão e debate nas Jornadas Históricas de Seia. Dir-se-á que se deteta, antes de mais, que as escolhas não foram fruto do acaso ou constituídas de forma errática, evidenciando, de forma clara, uma intenção de fundo que acabou por se manter coerente ao longo do percurso.

Se é verdade que, como dizia Geertz, toda a ciência tem uma marca cultural intrínseca, também é evidente que qualquer projeto de problematização reflete invariavelmente os questionamentos, os constrangimentos, as inquietudes e as aspirações de um certo tempo. Não é possível, por isso, desligar as escolhas temáticas do seu contexto. E, neste caso, da radiografia empreendida aos 19 temas propostos, avulta não só a sua pertinência, como um certo vanguardismo que fez das Jornadas Históricas de Seia uma espécie de laboratório de ideias *antte litteram*, com um foco mais forte na história política e cultural, no sentido em que despoletou reflexões sobre problemas relevantes, alguns escassamente abordados pela historiografia e, muitos, nunca aflorados num formato interdisciplinar como o adotado neste evento.

É de salientar, portanto, o facto de as Jornadas terem deliberadamente forjado, e conseguido manter, um nível elevado de qualidade no que respeita não só aos temas escolhidos mas também aos conferencistas seleccionados. A ponderação foi cuidada e seguiu uma linha de preferência por especialistas oriundos das mais diversas áreas do conhecimento, capazes de abordar, a partir de ângulos diversos, aspetos que, não obstante díspares, se encontravam afinados com o tema aglutinador.

Convirá detalhar que, entre eles, passaram pelas Jornadas Históricas de Seia personalidades célebres, algumas das quais entretanto falecidas, o que significa que, também por aí, pela capitalização do contributo de figuras já consagradas, no auge da sua carreira académica e especialistas em relação às matérias abordadas pelas jornadas, que se pode medir a capacidade visionária da organização. Tal é o caso de Almeida Santos (1926-2016), advogado e político português, natural de Cabeça, concelho de Seia que, no momento em que exercia a presidência da Assembleia da República, aceitou ser conferencista, acabando por confiar ao presidente da Câmara a leitura da sua intervenção por não conseguir estar fisicamente nas Jornadas; Rui Mário Gonçalves (1934-2014), decano dos críticos de arte, que foi conferencista nas segundas Jornadas, realizadas no ano de 1999; o historiador João Francisco Marques (1929-2015), sacerdote católico que se destacou no panorama da historiografia e da cultura portuguesas pela sua originalidade como investigador, docente, conferente e mestre de quantos, na Universidade do Porto e fora dela, tiveram o privilégio de contactar com este homem de letras; e Ana Vicente (1943-2015), escritora feminista.

A média de conferências por Jornada sofreu fraca variabilidade, procurando-se ajustar o tempo disponível aos momentos sempre profícuos de debate. Contudo, percebe-se que a programação se fez em função do tema e não do número de preleções, não se pretendendo um aglomerado arbitrário de gente mas, ao invés, uma escolha criteriosa dos intervenientes com uma inclinação, sempre que possível, para a interdisciplinidade. Significa isso que, os assuntos abordados refletem o pressuposto de que a ciência que estuda o homem no tempo pode e deve dialogar com as outras disciplinas. Por conseguinte, o foco privilegiado na história e outras

disciplinas auxiliares foi complementado com abordagens oriundas de outras disciplinas, desde o Direito, a Filosofia, a Geografia, a Antropologia, a Sociologia, a Arquitetura, a Medicina, a Psiquiatria, a Musicologia, entre outras.

A convocação de várias áreas do conhecimento para o tratamento dos problemas colocados demonstra a sua abrangência e pertinência. Com esta interdisciplinaridade as Jornadas ofereceram uma postura diante do conhecimento que, é de convir, ainda não está vulgarizada nas ações que do género costumam ser realizadas dentro e fora da academia, isto é, uma atitude tendente à construção de um conhecimento globalizante, rompendo com os limites das disciplinas.

À luz desta ideia importa sublinhar que, a assunção desta dimensão poliédrica, mais voraz na construção do conhecimento, não pretende denegar a subjetividade e incompletude subsumidas em qualquer tipo de abordagem à realidade histórica. Bem se sabe que, como diria Habermas, todo conhecimento, mesmo sobre o objeto, é, definitivamente, do sujeito, não havendo acesso direto à realidade. O historiador não é testemunha ocular dos factos que deseja conhecer. Nem imagina o historiador que o seja, pois sabe muito bem que o seu único conhecimento possível acerca do passado é mediato, inferencial ou indirecto, nunca empírico¹²².

Mas, aí, na tentativa de considerar os diversos prismas, reside, não há que negar, o seu vanguardismo, porquanto a proposição de uma visão mais plural permite desafiar, como aconteceu, a revisão de problemas ainda não satisfatoriamente tratados e o afrontamento de outros ainda virgens do ponto de vista historiográfico. Explicar-se-á, de seguida, como isso se concretizou.

Presumo poder repartir as dezanove Jornadas por três tipos de agendas, isto é, distingui-las em função dos fatores que presidiram à escolha do tema aglutinador, sendo certo, por um lado, que algumas delas se inserem em ambas, e, por outro, que esta divisão não significa que elas tenham divergido quanto à natureza, ao modelo e aos objetivos pois, como já se disse, foram pautadas por uma lógica de coerência.

Com uma agenda, dir-se-ia revisionista, algumas Jornadas pretenderam testar a solidez de teorias nunca exprobradas, factos, acontecimentos e conjunturas erroneamente entendidos e áreas insuficientemente exploradas. Foi o caso, parece-me, das que abordaram os descobrimentos portugueses; a mulher; as atitudes religiosas dos portugueses; Portugal, mitos e ritos; a Guerra e a Paz; a História e a Alimentação, saberes, cheiros e sabores; e Portugal na balança dos mundos.

A segunda, poder-se-á dizer que foi uma agenda sintonizadora não só das temáticas do evento com as dos momentos cerimoniais e comemoracionistas do país, mas também com acontecimentos que se espalharam por escalas mais globais. Nesse perfil encaixam as Jornadas centradas no século XX e no final do milénio, levadas a cabo no ano de 1999, precisamente o derradeiro ano do segundo milénio da era cristã. Mas, também, as que discutiram o poder local, realizadas no ano de 2005, durante o qual se realizaram eleições autárquicas, num período em que depois de várias décadas em estado de graça, o país refletia em como sacudir os anátemas do caciquismo, da prepotência e da corrupção detetados nalgumas autarquias, que haviam desbaratado o capital de prestígio acumulado depois do 25 de abril de 1974. Por fim, fizeram parte desta agenda as Jornadas sobre o ideal republicano e a luta pela cidadania, que decorreram em 2010, ano do primeiro centenário da Implantação da República.

¹²² COLLINGWOOD, R. G. – *A ideia de História*. Lisboa: Editorial Presença, [s.n.], p. 420.

Uma derradeira agenda a considerar foi a que incidiu sobre campos analíticos ainda virgens do ponto de vista historiográfico, tanto no que respeita ao tema como ao tipo de abordagem e do método empregue, possibilitando por vezes aos conferencistas apresentar em primeira mão o resultado de investigações originais e, portanto, ainda não disseminadas pelos circuitos do conhecimento. Inserem-se neste modelo as Jornadas que refletiram sobre a morte e a festa; a vida e obra de Afonso Costa; o tempo de Álvaro Cunhal, sociedade política e cultura, situação e oposição; a loucura; Maçonaria, sociedade e política, uma visão histórica; A História e o corpo; A casa e a família; Os tempos e as distâncias, tudo tão perto, tudo tão longe; Homo Ludens, Homo Sapiens, os jogos da vida. Destas, com intuito exemplificativo, chamarei à colação as sextas, sobre Álvaro Cunhal.

Com o propósito de discutir o percurso, as ideias e o legado de Álvaro Cunhal, fazendo-os dialogar com a situação política, cultural e societal do seu tempo, a sexta edição das Jornadas Históricas de Seia foi concebida numa altura em que, sobre o assunto, com eco científico, nada tinha sido organizado. A forte dose de ineditismo que a iniciativa comportava tinha especial incidência em três campos: tempo, local e abordagem. Contrariando a tendência geral de valorização e representificação dos trajetos de vida marcantes para a história do país, que tiveram como protagonistas indivíduos já extintos, a reflexão e debate propostos para estas Jornadas realizaram-se com Cunhal ainda vivo. Ao pioneirismo temático e cronológico da acção juntava-se o local da sua realização. Apesar de nela terem participado pessoas graves, vozes autorizadas e avalizadas das ciências sociais e humanas, oriundas de todos os pontos do país, a iniciativa decorreu em Seia, local onde Cunhal tinha raízes e passara a infância, portanto longe dos círculos académicos ou políticos onde, atendendo à figura em questão, seria mais expectável a realização do evento. Por fim, a abordagem científica que, não obstante de difícil execução, por se tratar de uma história muito recente (dir-se-ia, até, do tempo presente), assumiu um certo pioneirismo, visível nas réplicas que, sobretudo dois anos após, veio a conhecer, com a morte do protagonista.

O tratamento de problemas tanto velhos como novos, por intermédio de grelhas explicativas originais que se anteciparam e, por vezes até, despertaram e instigaram outras reuniões científicas, marcaram estas Jornadas Históricas de Seia e, por sua vez, todos quantos nelas participaram. Ao arrepio de tudo quanto aqui se expôs, através desta sucinta reflexão, forçoso se torna concluir que o vanguardismo é o traço congénito mais marcante destas Jornadas, determinante e determinante do seu alcance, da sua originalidade.

2.2 – Do conhecimento científico fora do seu berço ou a apologia de uma aproximação entre o município e a *academia*

O lamento face ao problema da interioridade é, a maior parte das vezes, instrumentalizado como justificativa para a resignação. Mas este não é, como bem se sabe, um viático para alterar a subalternização de territórios ou regiões. O maior obstáculo para mudar uma realidade é tê-la como irreversível. Tê-la como irreversível é pensá-la como não pensável. E, tê-la como não pensável, é um logro, bem definido numa das *Odes* de Ricardo Reis: “os deuses são deuses

porque não se pensam”. Por conseguinte, pensar não é assumir uma esperança, é fazer por ela, pois como dizia a canção de Chico Buarque e o lema de Aquilino Ribeiro, “quem espera nunca alcança” e “alcança quem não cansa”.

Dito de outra forma, se não é possível, pelo menos no curto prazo, ultrapassar o problema da interioridade, ele não deve deixar de ser afrontado sob a perspectiva de que pode ser minorado. Por si só, as autarquias não podem superá-lo, mas está ao seu alcance, e é aliás seu dever, minorá-lo, delineando estratégias por objetivos orientados para a criação de novas dinâmicas, executando-as com um foco nos vários trilhos e não no percurso inteiro dos caminhos. É verdade que pensar a longo prazo é importante. Mas, não menos o é, potenciar e desenvolver ações no plano imediato.

Poderia um evento científico de excelência estabelecer-se com periodicidade numa partícula da Beira Serra, atraindo aí gente de todo o país? O sucesso das Jornadas Históricas de Seia é o exemplo cabal de que sim, reforçando a ideia de que urge rever o conceito de *interior*, geralmente usado num sentido equívoco ou desadequado, quando referido negativamente como antípoda de um litoral urbano e desenvolvido. Que dizer então da região metropolitana de Madrid, aqui ao lado? O afastamento que se invoca quando se fala do interior, em Portugal, tem a ver com a *condição periférica*. Mas, essa condição, não é exclusiva do interior, pois pode corresponder a um distanciamento físico em relação aos principais eixos e nós de desenvolvimento, como também, verificando-se ou não essa condição, ao défice de relação ou interação social. As periferias das grandes metrópoles também são litoral, encontram-se nas barbas do suposto desenvolvimento mas nem por isso os seus problemas são menos complexos e muito menos têm uma qualidade de vida superior à que existe no interior¹²³.

As trajetórias de exclusão ou marginalização das sociedades ou territórios, em relação ao processo de desenvolvimento, nem sempre têm como única explicação o encravamento geográfico ou a rarefação dos agentes da transformação e da inovação. É evidente que o elevado recuo demográfico, o envelhecimento, a fragilidade económica, o défice empresarial, a dependência face ao investimento e emprego públicos, são problemas, não fatalismos, que necessitam menos (ainda que necessitem) de políticas municipais do que de políticas setoriais do estado central e, portanto, impossíveis de resolução imediata. Mas, o interior, tem, entre outras coisas, infraestruturas básicas de qualidade; abundância de recursos endógenos; acesso fácil à propriedade; riqueza ambiental, paisagística e patrimonial; uma sociedade com uma forte dose de solidariedade baseada na proximidade entre os indivíduos; e um nível de vida bastante mais barato. Como diria José Reis, o interior é um território visitável mas também habitável¹²⁴.

As potencialidades e os recursos nunca o são em abstrato e, por isso, um interior com estes recursos e estas potencialidades não pode verter a *condição periférica* numa *condição de alheamento*. Quer-se com isto dizer que, o que não pode escassear no interior, porque isso sim compete às autarquias, é um sistema de densificação relacional e informacional. As Jornadas Históricas de Seia são, a montante e a juzante, nos princípios e nos resultados, exemplo cabal disso. Bem podiam estas Jornadas converter-se num evento cultural igual a tantos outros, desprovido de rigor e qualidade, focado em temas comezinhos e montado com base num elenco de curiosos locais. Far-se-ia mais estrépito com este modelo popularucho, mas o cariz, o impacto

¹²³ Ver, sobre a questão, DOMINGUES, Álvaro – Desenvolvimento do Interior, in *Perspectivas de desenvolvimento do interior: Colóquio promovido pelo Presidente da República durante a Jornada da Interioridade*. Lisboa: INCM, 1998, p. 69-76.

¹²⁴ REIS, José – Interior, desenvolvimento e território in *Perspectivas de desenvolvimento do interior: Colóquio promovido pelo Presidente da República durante a Jornada da Interioridade*. Lisboa: INCM, 1998, p. 77-86.

e a durabilidade não seriam o que foram. Sobretudo não se acrescentaria nada de novo, nem nada do que o interior realmente precisa e que tem a ver exatamente com o que se denominou atrás de densificação relacional e informacional. Em boa hora a opção (que se deve aos autarcas e aos técnicos camarários), se inclinou para a novidade e originalidade em detrimento da cópia de outros modelos.

Não significa isso, porém, que a escolha tenha banido a discussão de temas relacionados com Seia e a respetiva região. Muito pelo contrário. Recorde-se que em diversas jornadas alguns preletores se centraram no tema geral perspetivando-o à luz da História Local. Isso aconteceu, por exemplo, na 2.^a edição das Jornadas, onde a historiadora senense Lúcia Moura discorreu sobre *O Republicanismo em Seia*, e na 11.^a edição, que incluiu uma conferência de António Ventura sobre *A Maçonaria em Seia*. Acresce que Afonso Costa, tópico aglutinador das 4.^{as} Jornadas, nascera no concelho, e Álvaro Cunhal, mote das 6.^{as} Jornadas, passou a sua infância em Seia, de onde o pai era natural.

Quanto maior for a dialética entre a micro-história e a macro-história mais afinado será o conhecimento histórico produzido. Olhar à lupa e olhar à distância é uma forma poliédrica de olhar, e se toda a verdadeira investigação parte de certo problema e a intenção do inquérito é fornecer matéria necessária para a resolução desse problema, então todo o inquérito se deve orientar na perspetiva de proporcionar um olhar poliédrico, o mais adequado para resolver o problema. As Jornadas Históricas de Seia fizeram divisa desse equilíbrio entre as dimensões global e local (“glocais”, dir-se-ia, se a expressão existisse), montando os temas a partir de problemas científicos pertinentes, escrutinando-os através de diversas escalas de observação, propondo reflexões e debates interdisciplinares.

Esta temperança entre apertações mais gerais, de temas com pertinência à escala nacional, e um ajustamento, quando possível e adequado, a micro-análises, foi uma aposta ganha. Foi nesse sentido, aliás, a visão que Carlos Filipe Camelo, presidente da autarquia promotora das Jornadas, apresentou à comunicação social, quando afirmou que a inovação, atratora de novos públicos, foi o fator do sucesso. De acordo com o autarca, as Jornadas “fizeram de Seia uma cidade associada ao conhecimento e ao saber, um espaço de reflexão e debate que potenciou a troca de saberes e experiências, projetando o concelho e a região”. Seia, dizia ainda, “tornou-se uma referência ao nível do turismo científico enquanto sub-dimensão do turismo cultural, não apenas através das Jornadas Históricas, como também através do Centro de Interpretação, ao qual afluíam imensos investigadores com o propósito de desenvolver estudos relacionados com a maior cadeia montanhosa do país”¹²⁵.

Importa sublinhar que, fazer de Seia uma cidade associada ao conhecimento e ao saber, não representou um ônus económico para o município. Bem se sabe que as dotações orçamentais para a cultura refletem, geralmente, o estatuto de *parente pobre* a que é relegada pela política autárquica (no âmbito das freguesias e dos municípios), e do Estado central. É um logro, contudo, a presunção tácita, do senso comum, de que não se podem projetar e executar políticas culturais sem robusta dotação financeira, e de que os fracos recursos conduzem invariavelmente a realizações débeis e fúteis.

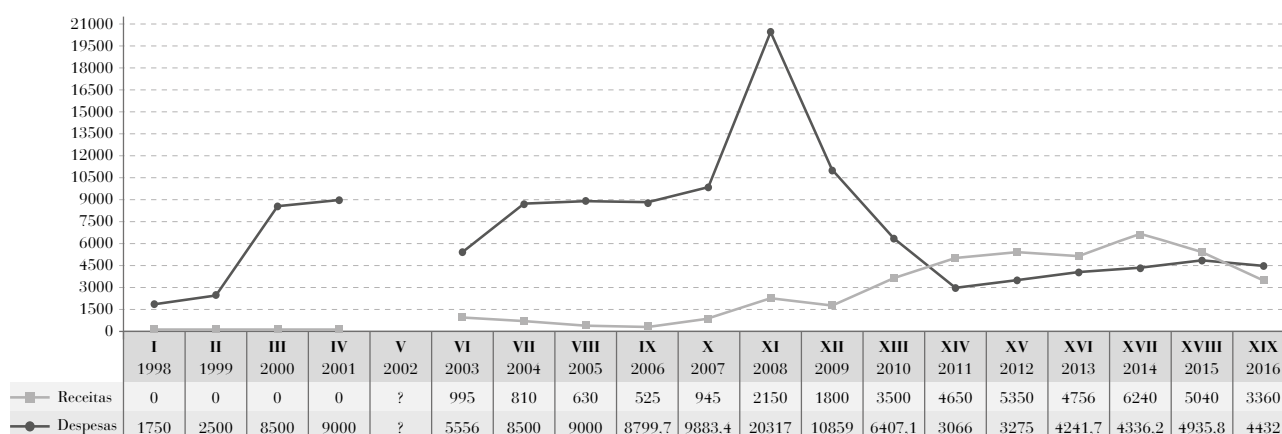
A substituição do paradigma faz-se com exemplos como o das Jornadas Históricas de Seia, que foi um evento ininterrupto, de alto nível e grande dimensão, com reconhecido impacto

¹²⁵ Ver Jornal *Porta da Estrela*, Seia, ano XXXIV, n.º934 (30 nov. de 2011), p. 8.

ao nível da divulgação cultural, da formação docente, da atração e promoção turística, e no qual foram poucos os recursos despendidos, como mostra o gráfico n.º 1. Por conseguinte, fazer bem, fazer com qualidade, fazer com impacto, não é, invariavelmente, gastar muito. Nem é, ou não deve ser, justificação para não fazer. Uma análise atenta ao balanço da gestão das Jornadas Históricas de Seia, permite concluir como o evento se impôs, acabando por ser auto-sustentável.

Gráfico n.º 1

Balanço económico (receitas e despesas) das Jornadas Históricas de Seia



É bem perceptível, através do gráfico apresentado, como apesar de ligeiramente oscilante se manteve relativamente baixo o movimento de despesas com as Jornadas. Importa sublinhar que isso se deve ao facto de os gastos incidirem apenas no absolutamente essencial, sobretudo atente à alimentação, alojamento e honorários dos conferencistas, pagamento dos espetáculos, encargos com as exposições e/ou respetivos seguros. Até ao ano de 2008 houve uma evolução de custos, registando-se o primeiro e único pico, cujo valor, empolado, se justifica com o que se dispendeu com a Orquestra do Norte, que apresentou o concerto *Flauta Mágica* de Mozart. A partir de então, o decréscimo acentuado das despesas e, paralelamente, o aumento das receitas, fez com que entre 2011 e 2015 as Jornadas não apenas fossem auto-sustentáveis como passassem a apresentar lucro. O aumento exponencial das receitas deve-se à evolução do preço da inscrição para os participantes, que paulatinamente foi sendo ajustado à qualidade da reunião científica e à certificação da componente formativa para efeitos de progressão na carreira, como se pode ver na tabela que se segue.

Tabela n.º 1

Evolução do preço da Inscrição nas Jornadas Históricas de Seia

I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	XIII	XIV	XV	XVI	XVII	XVIII	XIX
0	0	0	0	0	5€	5€	5€	5€	7€	10€	10€	20€	30€	30€	30€	40€	40€	40€

O que mais distingue o modelo ou, se quisermos, o critério, adotado pelas Jornadas Históricas de Seia relativamente a iniciativas congêneres de outros municípios, é a cientificidade. O critério de cientificidade é o que distingue a ciência da não ciência. Um olhar frugaz pelos programas de cada uma das Jornadas, isenta qualquer tipo de discussão acerca desse cariz, de reunião científica. E não é muito comum, é preciso dizê-lo, os municípios se acercarem da *academia*, morada da ciência, nem a *academia* repetir o gesto, transpondo os seus muros em direção aos municípios. As Jornadas Históricas de Seia, verdadeiro projeto piloto neste contexto, são uma excelente montra de como essa relação pode ser frutífera. As parcerias entre a *academia* ou, entre os académicos *per se*, e as políticas culturais municipais são uma questão do máximo interesse para o desenvolvimento do país. O compromisso inovador do conhecimento é a grande lição da história.

Cada vez faz mais sentido, nos tempos que correm, inscrever a ciência num quadro metodologicamente pluralista, aberto a novas perspectivas de legitimidade na criação de conhecimento no mundo da prática. Daí que a Universidade dos tempos modernos, além de ser um local de conhecimento, criatividade e inovação, deva abrir-se à interação, transparente e crítica, com a sociedade que a rodeia. A dimensão social da ciência implica o julgamento da relevância para o fim prático do esforço despendido.

Uma Universidade de um tempo dito global tem que saber movimentar-se em várias escalas, assumindo protagonismo no campo da difusão das ideias. Para tal é preciso um empenhamento na relação com a comunidade local, regional e nacional, através de parcerias abertas, participativas e sólidas, com instituições, empresas e personalidades externas. O *global* nunca o será se não se fizer presente no *local*, e para se fazer global o conhecimento que a ciência possibilita necessita de ser socialmente aceite como relevante. A cientificidade é, portanto, qualidade social do conhecimento.

Importa referir, a terminar, que esta relação de cumplicidade entre o município de Seia e a *academia*, sem a qual não teria sido possível realizar as Jornadas Históricas com o formato que vieram a assumir, não derivou de nenhum protocolo formal com a Universidade de Coimbra, muito embora, nalguns anos, alguns dos centros de investigação aí sediados, nomeadamente o CEIS20 (Centro de Estudos Interdisciplinares do século XX) e o CHSC (Centro de História da Sociedade e da Cultura) tenham sido parceiros na realização do evento. A relação deveu-se, sobretudo, à boa vontade, à crença e à afeição ao projeto e às pessoas que se propuseram a executá-lo, por parte de Fernando Catroga. Uma lição de cidadania, portanto, do académico, coordenador, e daqueles que a seu rogo, pela consideração que lhe tinham e pelo comprometimento científico com a educação e com a cultura, levaram a ciência até Seia, que não era o seu berço, mas que, durante vinte anos, se afirmou como uma das suas moradas.

2.3 – De evento cultural a reunião científica de impacto: a certificação pelo Conselho Científico Pedagógico de Formação Contínua

Desde a sua versão inicial que as Jornadas Históricas de Seia mostraram ser um conjunto de atividades pedagógicas de excelência e, como tal, passíveis de acreditação como curso de

formação especializada, com efeitos de apreciação curricular e progressão na carreira de educadores do ensino pré-escolar e docentes dos ensinos básico e secundário. Isso viria a acontecer naturalmente, pelo sucesso e continuação das Jornadas.

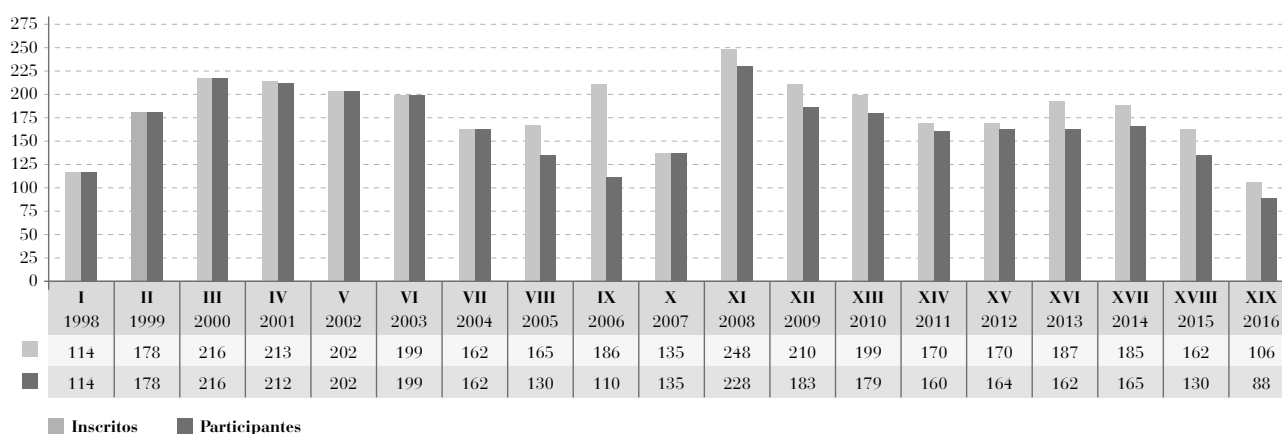
De acordo com o disposto no *Regime Jurídico da Formação Contínua de Professores*, consagrado no Decreto-Lei n.º249/92, de 9 de novembro, e nas sucessivas alterações de que foi alvo no decorrer dos anos, eram consideradas instituições formativas as instituições de ensino superior com atuação no âmbito da formação de professores, das ciências de educação e das ciências da especialidade; os centros de formação das associações de escolas; e os centros de formação de associações profissionais ou científicas sem fins lucrativos, constituídas nos termos da lei, cuja intervenção fosse considerada relevante para o processo de formação contínua de professores¹²⁶.

A partir do momento em que as Jornadas Históricas de Seia passaram a estar sob coordenação, primeiro informal e depois oficial, do historiador Fernando Catroga, que nelas participava como conferencista desde as primeiras edições, o evento ganhou como que uma chancela universitária. O caminho calcorado para a certificação foi, portanto, natural, tendo para tal contribuído as parcerias entre a organização do evento e alguns centros de investigação da Universidade de Coimbra, nomeadamente o *Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX* (CEIS 20), e o *Cento de História da Sociedade e da Cultura* (CHSC).

Conseguida e solidificada esta base, de cariz científico, a certificação foi conseguida no ano de 2008 através do CFAE-Centro Oeste, sediado na Escola Secundária Rafael Bordalo Pinheiro de Caldas da Rainha. Na elaboração do processo submetido ao Conselho Científico da Formação Contínua de Professores, sediado na Universidade do Minho e tutelado pelo Ministério da Educação, o Dr. Nicolau Borges foi um elemento fulcral. As primeiras Jornadas a experienciar esta modalidade foram as 11.^{as}, subordinadas ao tema *Maçonaria, Sociedade e Política. Uma visão histórica*. Talvez por isso tenham sido as que mais participantes atraíram, como prova o gráfico que se segue.

Gráfico n.º 2

Número de participantes inscritos nas Jornadas Históricas de Seia (1998-2016)



¹²⁶ Ver *Regime Jurídico da Formação Contínua de Professores*, consagrado no Decreto-Lei n.º249/92, de 9 de novembro, cap.III, secção.I, art.º15º, n.º1.

Além do timbre de qualidade que a certificação representou para as Jornadas, tornou-as ainda mais apetecíveis às corporações de educadores e professores que, já antes, se haviam afirmado como público potencialmente interessado (quase que se poderia dizer cativo); introduziu-as oficialmente na rota da formação contínua do pessoal docente, cuja carência se fazia sentir, nalgumas regiões, como esta; conferiu-lhes um maior dinamismo na medida em que, o estarem sob avaliação, instigou nos inscritos, uma postura mais interventiva, crítica e reflexiva, especialmente visível nos momentos de debate; e, sobretudo, ajudou a divulgá-las, o que se traduziu, em termos práticos, na inscrição e frequência de docentes de várias escolas do país, alguns dos quais apostados em fazer turismo científico. Esta afluência de indivíduos provenientes das mais diversas latitudes, que teve impacto na hotelaria e na restauração da cidade durante os dias das Jornadas, é visível na tabela que se segue.

Tabela n.º 2

Proveniência dos participantes inscritos nas Jornadas Históricas de Seia

Distritos / Regiões Autónomas	Jornadas Históricas				
	I Edição 1998	IV Edição 2001	VIII Edição 2005	XI Edição 2008	XIX Edição 2016
Açores	–	1	–	–	–
Aveiro	–	–	1	–	12
Braga	–	–	–	2	–
Bragança	–	–	–	28	–
Castelo Branco	–	3	–	12	3
Coimbra	6	32	22	39	12
Guarda	79	120	89	52	27
Leiria	–	1	–	9	1
Lisboa	–	1	–	23	2
Portalegre	1	3	1	–	1
Porto	–	1	–	29	–
Santarém	–	1	1	6	–
Vila Real	–	1	–	2	–
Viseu	28	48	22	26	30
Total	114	212	136	228	88

Os dados exarados na tabela permitem perceber como as Jornadas foram atraindo progressivamente participantes dos mais variados distritos do país, tendo sido a XI edição aquela onde isso mais se verificou. A presença massiva de inscritos residentes no distrito egitaniense foi perceptível, sobretudo, na primeira edição das Jornadas. Maioritariamente oriundos do município de Seia, estes representaram 69% do total de participantes. A partir de então, a predominância manteve-se, mas foi-se esbatendo, representando na IV edição 57%; na VIII, 65%, na XI, 23%; e na XIX, 31%. As Jornadas abriram-se ao país, o país abriu-se às Jornadas, registando-se inscritos desde as suas fronteiras setentrionais às suas raias meridionais. Pouquíssimos foram os distritos de onde não chegaram, às Jornadas, participantes.

O direito à formação e informação para o exercício da função educativa está consagrado no Estatuto da Carreira Docente, onde se assevera que a sua garantia se fará por intermédio de ações regulares de formação contínua, destinadas a atualizar e aprofundar os conhecimentos

e as competências dos docentes; e pelo apoio à autoformação por si desenvolvida, de acordo com os respetivos planos individuais de formação¹²⁷. O normativo exarado neste diploma alega ainda que esse direito pode também visar objetivos de reconversão profissional, bem como de mobilidade e progressão de carreira¹²⁸. A formação contínua é uma das três modalidades de formação do pessoal docente, a par da formação inicial e da formação especializada. Visa assegurar a atualização, aperfeiçoamento, reconversão e o apoio à atividade profissional do pessoal docente, necessitando, para tal, de ser planeada para promover o desenvolvimento das competências profissionais e prático-pedagógicas dos docentes¹²⁹.

Poder-se-á dizer, na verdade, que a formação contínua é, para todo o ser humano, uma necessidade. Para a construção da carreira dos educadores e professores é um aspeto nodal, no sentido de desenvolvimento profissional, de evolução na continuidade. Até algumas décadas atrás, o conceito de “formação” estava associado à ideia de treino (de saberes, de competências e de destrezas), acabando esta por ter forte influência na dita “formação” de professores, através de ações de caráter pontual, tidas como actualização, ou “reciclagem”, ou seja, mero complemento da formação inicial. A partir de certa altura, e não obstante a latência de uma certa abastança terminológica, uma nova visão, atualmente vigente, rompeu com essa perspectiva redutora e vaga, contrapondo-lhe um modelo de formação afinado com as ideias de aprendizagem permanente e prospetiva, inerentes ao desenvolvimento profissional. A deslocação da perspectiva de *justaposição* para uma ótica de *continuum* massificou a componente formativa¹³⁰. A jusante, como a montante, na forma e no conteúdo, as Jornadas Históricas de Seia, enquadraram-se nessa visão. Sobretudo por desenvolverem nos docentes as capacidades de crítica e reflexão que, em boa verdade, são as mesmas que a didáctica atual deve manejar no sentido de preparar os discentes para um mundo cada vez mais tecnologicado, muitas vezes promotor de uma percepção instintiva ao invés de um trabalho intelectual ou dedutivo.

A assistência às Jornadas não se traduzia na certificação automática da componente formativa. O já referido *Regime Jurídico da Formação Contínua de Professores* obrigava os formandos a concluí-las com aproveitamento. A assiduidade a pelo menos dois terços da formação era uma das exigências. O processo de controlo consistia na existência de folhas de presença, nas quais, para fazer prova da sua comparência, os inscritos deveriam apor a sua assinatura. Não menos importante requisito era a apresentação de um relatório crítico, individual e inédito. Exigia-se uma reflexão acerca dos conteúdos abordados na ação formativa, com aferição do seu impacto nas respetivas práticas profissionais. Deveria ser submetido à avaliação da coordenação e supervisão científico-pedagógica da ação de formação. A participação nos momentos destinados ao debate era o derradeiro critério, talvez o de mais difícil ponderação no caso das Jornadas Históricas de Seia, pelo cariz massivo do número de participantes, sendo difícil destrinçar, no momento avaliativo, quais os intervenientes mais ativos na discussão. Seguiu-se a elaboração do certificado da frequência com aproveitamento, posteriormente comunicado à Direção Regional de Educação para ulteriores trâmites¹³¹.

Existem centenas de relatórios críticos entregues pelos formandos no âmbito do processo avaliativo, através dos quais é possível perscrutar nas suas expetativas e, sobretudo, no conjunto de aprendizagens assinaladas como as mais significativas, para si e para o processo de ensino-aprendizagem, a saber: a repercussão da pertinência dos conteúdos na atualização dos

¹²⁷ Ver *Estatuto da Carreira Docente*, cap. II, art.º 4.º, n.º 2.º b (resultante da 14.ª alteração ao Decreto-Lei 139-A/90, de 28 de abril, pela Lei 12/2016, de 28 de abril, publicada em Diário da República, 1.ª série – N.º82 – 28 de abril de 2016, p. 1410).

¹²⁸ Ver *Estatuto da Carreira Docente*, cap. II, art.º 6.º, n.º 1 e 2 (resultante da 14.ª alteração ao Decreto-Lei 139-A/90, de 28 de abril, pela Lei 12/2016, de 28 de abril, publicada em Diário da República, 1.ª série – N.º82 – 28 de abril de 2016, p. 1410).

¹²⁹ Ver *Estatuto da Carreira Docente*, cap. III, art.º 12.º e 15.º (resultante da 14.ª alteração ao Decreto-Lei 139-A/90, de 28 de abril, pela Lei 12/2016, de 28 de abril, publicada em Diário da República, 1.ª série – N.º82 – 28 de abril de 2016, p. 1410).

¹³⁰ Ver FORTE, Ana Maria Barbosa Pinto Xavier – *Formação Contínua: contributos para o desenvolvimento profissional e para a (re)construção da(s) identidade(s) dos professores do 1.º CEB*. Braga: dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho, 2005, p. 31-36.

¹³¹ Ver *Regime Jurídico da Formação Contínua de Professores*, consagrado no Decreto-Lei n.º249/92, de 9 de novembro, cap.III, secção II, art.º10º, n.1 e 2; art.º11º, n.º1 a 4.

conhecimentos dos docentes e conseqüente melhoria do seu desempenho e da qualidade do ensino; o aperfeiçoamento das suas competências profissionais nos vários domínios da atividade educativa; o estímulo ao complemento das habilitações, através da investigação ou frequência de programas de formação avançada em instituições universitárias; a consolidação da sua bagagem pedagógica e didática; e o desenvolvimento da sua formação ética e deontológica.

É preciso reconhecer, portanto, que se a componente formativa das Jornadas tinha subsumida, além de outras, uma pretensão de reverberação no ato educativo, isto é, de utilização dos formandos/docentes como fio condutor para se fazer chegar aos discentes, há efetivamente indícios de que esses objectivos foram alcançados. Desde logo através dos aludidos relatórios críticos, onde se deteta um manancial de recursos educativos, construídos com base num cruzamento bastante apurado entre o conteúdo das comunicações e alguns dos conteúdos programáticos das respectivas disciplinas leccionadas pelos formandos/docentes, evidências de uma nova intelecção, mais crítica e reflexiva, dos manuais escolares.

Esse processo, por vezes complexo, de didatização ou transposição da ciência para a docência, é sobretudo verificável nos planos de aula elaborados, geralmente estruturados em quatro quesitos: construção de competências, actividades e/ou organização do trabalho, recursos e avaliação. As várias opções didáticas seguidas por cada um dos formandos/docentes, com base na formação recebida em Seia, procuraram adaptar-se às competências que os alunos dos vários ciclos de estudos deveriam adquirir no âmbito das respectivas disciplinas, designadamente, entre outras, a aptidão para realizar actividades de forma autónoma, responsável e criativa; a capacidade para formular hipóteses e exprimir conclusões de forma correta; a aptitude de observação, pesquisa, selecção e organização de informação para a transformar em conhecimento mobilizável; a utilização do vocabulário específico da disciplina; o desenvolvimento do gosto pela investigação; e a manifestação do interesse pelo(s) património(s) do país.

As ações de formação certificada eram atribuídos créditos para efeitos de progressão na carreira docente, cujo número resultava da quantidade de horas da ação dividida pelo coeficiente 25. Importa referir que só podiam ser creditadas as ações de formação realizadas com avaliação e que estivessem diretamente relacionadas ou com a área científico-didática do formando, ou com as necessidades de funcionamento do agrupamento de escolas ou escola não agrupada, definidas no respetivo projeto educativo ou plano de actividades¹³². Significa isto que o número de créditos atribuído às Jornadas Históricas de Seia foi variando de acordo com a sua carga horária. Dar-se-ão alguns exemplos. Enquanto a componente formativa das 11^{as}, 12^{as} e 13^{as} Jornadas Históricas equivalia a 0,6 créditos, a das edições que se seguiram até ao ano de 2015, com uma carga horária mais elevada, correspondeu a 1 crédito.

As alterações ao *Estatuto da Carreira Docente* e ao *Regime Jurídico da Formação Contínua de Professores*, verificadas no ano de 2016, obrigaram a modificações nas Jornadas Históricas de Seia, nomeadamente ao nível da componente horária, uma vez que os docentes perderam o direito à dispensa de serviço letivo para frequência de ações de formação¹³³. A partir de então passam a ser creditadas apenas as ações de formação realizadas com avaliação; diretamente relacionadas com a área científico-didática que os docentes inscritos leccionam; e afinadas com as necessidades de funcionamento do agrupamento de escolas ou escola não agrupada, definidas no respetivo projeto educativo ou plano de actividades¹³⁴.

¹³² Ver *Regime Jurídico da Formação Contínua de Professores*, consagrado no Decreto-Lei n.º 249/92, de 9 de novembro, cap. III, secção III, art.º 14º, n.º 1 e 2.

¹³³ Ver *Estatuto da Carreira Docente*, sub-cap. III, secção V, art.º 109º, n.º 1 a 4 (resultante da 14.ª alteração ao Decreto-Lei 139-A/90, de 28 de abril, pela Lei 12/2016, de 28 de abril, publicada em Diário da República, 1.ª série – N.º 82 – 28 de abril de 2016, p. 1410).

¹³⁴ Ver *Regime Jurídico da Formação Contínua de Professores*, cap. II, secção III, art.º 14º, n.º 1 a 4 (alterado pela Lei 12/2016, de 28 de abril, publicada em Diário da República, 1.ª série – N.º 82 – 28 de abril de 2016, p. 1410). A Lei 12/2016, de 28 de abril, alterou os artigos 4.º, 5.º, 6.º, 7.º, 9.º, 13.º, 14.º, 15.º, 27.º, 33.º do anterior *Regime Jurídico*, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 149/92, de 9 de novembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 60/93, de 20 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 274 /94, de 28 de outubro, pelo Decreto-Lei n.º 207/96, de 2 de novembro e ainda pelo Decreto-Lei n.º 155/99, de 10 de maio.

A redução da carga horária de 25 horas (1 Unidade de Crédito) para 15 horas (0,6 Unidade de Crédito), verificada nas 19.^{as} Jornadas, foi uma das repercussões deste novo paradigma. Porém, não obstante a tentativa de conformação das Jornadas à nova realidade, ocorreu uma inevitável quebra no número de inscrições, como se poderá verificar no gráfico n.º 2, anteriormente apresentado.

Tabela n.º 3

N.º de Unidades de Crédito por cada uma das Jornadas Históricas de Seia (2008-2016)

Edição	XI	XII	XIII	XIV	XV	XVI	XVII	XVIII	XIX
Ano	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Unidades de Crédito	0,6	0,6	0,6	1	1	1	1	1	0,6

Apesar do número de inscrições ter decaído no último ano como consequência do novo quadro legislativo, o impacto global deste evento científico no transcorrer dos anos foi manifesto. Por exemplo, aquela que é uma das publicações científicas de maior nomeada no campo da História Religiosa e Eclesiástica em Portugal, a Revista *Lusitania Sacra*, no seu número referente aos anos de 2001-2002, referia as IV Jornadas Históricas de Seia, com menção específica às conferências centradas sobre temas afins da revista, designadamente a do Professor Doutor Fernando Catroga, sobre “Afonso Costa e o projecto de laicização da sociedade portuguesa”; a do Professor Doutor Vitor Neto, intitulada “O Estado e a Igreja no tempo de Afonso Costa”; e a da Mestre Lúcia de Brito Moura, subordinada ao tema “Afonso Costa em guerra com a Igreja Católica”¹³⁵. O gesto repetiu-se noutras edições da Revista, contribuindo para divulgar junto dos círculos académicos o evento senense¹³⁶.

Além das revistas científicas da especialidade, também os periódicos de circulação nacional como o *Público*, fizeram eco das Jornadas. Este, por exemplo, na sua edição de 13 de novembro de 2003, dedicava uma peça jornalística prolixa, não apenas com sùmula, bem feita, do primeiro dia da VI edição das Jornadas, mas também com sinopse completa da restante programação. Intituladas “O tempo de Álvaro Cunhal. Sociedade Política e Cultura. Situação e Oposição”, estas Jornadas conheceram um justo mediatismo na imprensa escrita¹³⁷. Idêntico protagonismo não lhe conferiu a televisão. Na sessão de encerramento das 14.^{as} Jornadas, Fernando Catroga congratulou-se pelo esforço que a Câmara Municipal dispendeu na sua realização, regozijou-se pelo facto de a estratégia seguida desde o início ter dados frutos, e lamentou exatamente o facto de não se ter feito eco do evento nos órgãos de comunicação nacionais, nomeadamente na televisão¹³⁸.

O maior eco das Jornadas foi sentido na imprensa local. Jornais (impressos e digitais), blogs e sítios online de várias instituições divulgaram-nas por toda a região. Sem menosprezo para os demais, cuja referência se encontra na secção de fontes e bibliografia, sita no final deste livro, permito-me destacar a ação desenvolvida pelos jornais *Santa Marinha* e *Porta da Estrela*, cujas notas de imprensa auxiliaram, e não pouco, a suturar algumas brechas de informação com que se deparou a investigação feita no decurso desta narrativa.

Necessário se torna, ainda, medir o impacto na produção e divulgação, pelos mais diversos circuitos científicos nacionais, dos resultados das indagações elaboradas a pretexto da parti-

¹³⁵ Ver *Lusitania Sacra – A Historiografia Religiosa Medieval Hoje: Temas e Problemas*. 2.ª série, tomo XIII-XIV (2001-2002), p. 677-678.

¹³⁶ Ver, por exemplo, a menção às X Jornadas Históricas de Seia, intituladas *Portugal, Mitos e Ritos*, na secção designada *Iniciativas científicas e culturais no âmbito da história religiosa*, da Revista *Lusitania Sacra*, 2.ª série, Tomo XXII (2010), p. 297.

¹³⁷ Ver <https://www.publico.pt/2003/11/13/politica/noticia/coerencia-de-alvaro-cunhal-elogiada-em-debate-1175274> (consultado no dia 3 de agosto de 2017).

¹³⁸ Ver *Jornal Porta da Estrela*, Seia, ano XXXIV, n.º934 (30 nov. de 2011), p.8.

cipação nas Jornadas Históricas de Seia. É que, não obstante se tenha descurado deliberadamente a organização de atas, tendo em conta a não necessidade de atrair apenas comunicações não publicadas ou passíveis de publicação pela investigação original, a verdade é que muitas foram as preleções evidenciadoras dessas características, algumas das quais vindo a constituir ou integrar publicações da especialidade. Refiro como exemplo, neste contexto, as conferências apresentadas nas 14.^{as} Jornadas, subordinadas ao tema *A História e o Corpo*, uma parte das quais viria a integrar o volume 33 da *Revista de História das Ideias*, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, saída do prelo no ano de 2012.

3. Entrevista

ao Professor Catedrático Jubilado
Fernando Almeida Catroga



Fernando José de Almeida Catroga, professor catedrático jubilado da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, é autor de uma vasta e consagrada obra, que tem marcado de forma profunda diversas áreas da História, designadamente a História Cultural, das Ideias, das Filosofias Políticas e da Historiografia. Não apenas pelas várias publicações que fez sair do prelo, sistematizadoras das suas principais indagações e reflexões, que logo adquiriram o estatuto de referência, no país e fora dele. Além do historiador que foi e que é, importa referir o seu legado como professor, atividade no seio da qual granjeou a admiração e o respeito de toda a comunidade universitária, mas, sobretudo, dos alunos. De todos. Mesmo daqueles que, como eu, pelo acaso de uma licença sabática, não puderam tê-lo como regente da disciplina de Teoria da História, o cadeirão do curso, como informalmente a designávamos. Entre as várias atividades académicas de que foi protagonista, encontram-se as JHS, motivo que justifica a presente entrevista, cuja narrativa apresento, de seguida.

Conferencista de edições anteriores, foi na sétima versão das JHS que assumiu as funções de coordenador científico de um evento que ganhou, gradativamente, notoriedade. Como tal se deu, considerando que é abrantino e, portanto, as suas raízes estão longe das faldas da Estrela?

De certo modo, aquelas funções vieram oficializar uma situação de facto que datava das primeiras edições. A simpatia dos organizadores e o afluxo de participantes mostraram-me que não bastava falar em extensão cultural. Quem, com seriedade, estava a fazer coisas para lá dos grandes centros, devia ser apoiado. Por isso, a par da minha contribuição como comunicante, aceitei ajudar na escolha de temas e de pessoas que pudessem abordá-los de um modo pedagógico e cientificamente atualizado. Para além dos nomes consagrados, as universidades estavam a revelar jovens cujos trabalhos mereciam ser melhor divulgados. E eu conhecia bem esse novo meio.

Houve algumas figuras que mais diretamente colaboraram consigo nesta empreitada. Quer destacar algumas e explicitar a importância do seu contributo?

Ela teria sido impossível sem o suporte estratégico, logístico e permanente da autarquia de Seia, um Município que, nos anos 90, ainda estava em busca de alternativas para combater o impacto da sua recente desindustrialização. Mas, o sucesso das Jornadas pertence aos conferencistas, aos participantes e à ação do pelouro da cultura, com destaque para a Eng.^a Cristina Sousa e para a simpatia, ativismo e competência da Filomena Correia, de Carvalho a “formiguinha” da iniciativa. De uma maneira mais informal, foi igualmente relevante o apoio do meu velho amigo Carlos Teófilo, sempre pronto a provar que a cultura também é convívio e alegria.

Há, parece-me, uma inequívoca tangência e até convergência entre a generalidade dos temas selecionados para cada uma das JHS e as áreas da História que mais trabalhou ao longo da sua carreira. Como surgiram os temas e quais os pressupostos que presidiram à sua escolha?

O gradual enraizamento do projeto resultou da precoce tomada de consciência de que os sucessivos programas estavam a tocar um público não exclusivamente radicado na região e disponível para enriquecer a sua formação de base. Impunha-se, assim, garantir a colaboração de conferencistas com aptidão para mostrar que o conhecimento histórico só será socialmente útil se os seus cultores tiverem capacidade, científica e pedagógica, de darem “futuro” ao passado. Diga-se que, em boa parte das cerca de duzentas sessões que deram vida às Jornadas, esta finalidade foi atingida.

As similitudes que detetas entre algumas temáticas e as áreas de História que eu estudei existem, mas a questão é mais geral. Pensando bem, as preocupações de quem se inscrevia nas Jornadas não se compaginavam com conceções historiográficas monolíticas, nem estas vinham ao encontro do papel educativo e cívico que elas queriam perseguir. Por outro lado, na conjuntura do seu arranque, já se sentia uma certa saturação face às explicações quantitativista e economicistas dos fenómenos históricos, ótica que tinha sido dominante em muitos círculos académicos. Porém, isso não significou que ela tivesse sido menosprezada. Somente perdeu o seu estatuto determinante e apareceu articulada com outras temáticas. O que fez com que estas, a par das sugeridas por oportunidade comemorativa, ou pela evocação da obra de personalidades ligadas à região (Afonso Costa, Álvaro Cunhal), não tivessem sido alheias ao impacto da Nova História Política e da Nova História Cultural.

Levando em conta o público-alvo, estas áreas eram mais apelativas do ponto de vista interdisciplinar, pois, se os participantes eram oriundos, maioritariamente, dos cursos de História, a verdade é que, na conjuntura do arranque da iniciativa, a hegemonia da história “infraestrutural” estava a ser relativizada. A historiografia abriu-se a leituras mais antropológicas, narrativistas, interdisciplinares, e mais críticas acerca das ilusões cientificistas e estruturais das décadas anteriores. E o eco destas transformações também se refletiu, naturalmente, no perfil dos comunicantes.

É, hoje, consensual, que o avanço substantivo do conhecimento histórico dito científico depende da concatenação lógica e articulada da formulação de problemas, levantamento de hipóteses de pesquisa e sugestão de respostas. Anunciar no final de cada Jornada o tema das seguintes foi a primeira parte desse processo?

Esta antecipação queria ser um sinal de confiança e de planificação. E o mesmo se almejava com a calendarização do evento (a segunda semana de novembro). Com a antecipação, a Jornada seguinte começava a ser publicitada. Como se fosse ritual, o anúncio era esperado com expectativa e, aqui e ali, recebido com surpresa, sinais típicos de curiosidade intelectual. Porém, a decisão era tomada após o jantar do penúltimo dia. Num lugar público, eu, o Teófilo e a Filomena animávamos uma espécie de tertúlia informal e aberta. Quando o ambiente consentia, lançávamos o assunto para a mesa e, em auscultação alargada, discutíamos a pertinência e a viabilidade das sugestões. E, em alguns casos, a minha ideia inicial acabou por ser revista.

No dia seguinte, a decisão era apresentada e fundamentada ao Presidente da CMS, que sempre a aceitou, anunciando-a no fecho dos trabalhos. E, pelas reações da assistência, imediatamente colhíamos uma amostra da futura adesão ao desafio que acabávamos de lançar.

Que critérios foram utilizados na seleção dos oradores? Foi fácil conseguir especialistas consagrados das várias áreas do conhecimento?

Nunca foi o perfil dos conferencistas, ou de qualquer conferencista por mais famoso que fosse, a definir previamente os temas das Jornadas. Ao contrário, foram estes que guiaram a escolha do melhor elenco possível para os concretizar.

Na diversidade das especialidades e dos estilos, aos oradores se deve uma boa parte dos pontos altos que vivemos. Como e por que é que os comunicantes se dispuseram a vir falar a Seia? Expostos os objetivos e sugerido o contributo que cada um podia dar para a polifonia do programa, raros, mas muito raros, foram aqueles que não aceitaram o convite e, quando recusaram, tal se deveu a motivos de agenda ou de força maior.

Faltaria à verdade se não confessasse que o conhecimento que tinha do meio intelectual português, bem como dos seus elementos emergentes, facilitou as adesões. Porém, o principal cartão de visita foi o prestígio rapidamente granjeado pelas próprias Jornadas. Desde o seu momento inaugural, elas foram-se impondo como uma espécie de entidade viva, ano a ano renascida para a partilha de novas ideias. E os convidados, em particular aqueles que conseguiam combinar a erudição com o poder de síntese, a probidade científica com a ironia, o didatismo com o espírito crítico, se tinham consciência de que o seu prestígio honrava as Jornadas, também se sentiram honrados por nelas participarem. Não por acaso, alguns acabaram por voltar.

A opção pelo intelectual/especialista em detrimento do erudito local conforma-se com o tipo de temáticas e o modelo de Jornadas adotado. É de convir, no entanto, que tendo em conta a generalidade dos eventos municipais análogos, essa opção configura uma exceção à regra. Reuniu consenso ou chegou a suscitar algum eco?

Os contributos do erudito local e da história regional foram sendo integrados numa estratégia igualmente interessada em debater, num horizonte histórico mais amplo e com intuídos de extensão cultural, os problemas do país e do mundo. Mas, isso não implicou o escamoteamento daquelas escalas. Dedicámos Jornadas a figuras ligadas a Seia, assim como ao problema da divisão político-administrativa do território, e a vertente local e, sobretudo, glocal dos problemas gerais nunca foi esquecida.

Também para evitar a “paroquialização”, alterou-se o critério de constituição da presidência das sessões, baseado na escolha de notáveis, em muitos casos estranhos ou hostis aos assuntos em exposição. Como a experiência estava a ser controversa – um presidente foi mesmo contestado por estar a ser parcial -, optou-se por convidar um único moderador para as sessões de todas as Jornadas. E assim foi desde as IV Jornadas (2001).

Houve um tempo em que ponteu pela Universidade a ideia de que o cultural era um epifenómeno do infraestrutural. Aqui e acolá, ainda subsistem resquícios. Sobretudo nos municípios, células descentralizadas de gestão da coisa pública, detentoras de um poder arbitrário sobre a cultura. Vê, neste particular, as JHS como projeto piloto passível de ser replicado noutras latitudes?

O modelo não era inédito. Vários municípios organizavam “jornadas” e algumas tinham alcançado êxito, sobretudo naqueles que, resolvidos alguns dos mais prementes problemas básicos das populações, cedo perceberam que a “cultura” também é uma necessidade “infraestrutural” e um fator de desenvolvimento.

À sua escala, Seia encarou a cultura, em nexos com a rede escolar, como uma das faces da sua luta contra situações de crise e contra a permanente ameaça de interiorização a que está sujeita. E foi nesse contexto que, numa cidade que havia sofrido um processo acelerado de desindustrialização, mas situada no coração do fluxo económico e turístico da Serra da Estrela, apareceram projetos como o Cine'ECO, as JHS, Museus, etc.

Ora, não obstante o modelo não ser uma originalidade, duvido que o “espírito” e o “clima” que as Jornadas geraram sejam repetíveis. Elas foram filhas de uma era de entusiasmo, onde ainda não se punha em causa, de um modo tão ostensivo, a importância cultural e cívica das ciências humanas e sociais. Daí que a ideia tivesse ganho força bastante para resistir às crises e às permanentes mudanças introduzidas nas carreiras dos docentes do ensino básico e secundário, a fonte de onde provinha boa parte do seu público.

Durante muito tempo, elas quase se impuseram por si. Só na XI, em 2008, e devido à agudização da crise económica e financeira do país e às restrições colocadas, nas escolas, à dispensa de aulas para efeitos de formação, pedimos a sua acreditação. E, nesta nova fase, foi para nós muito importante a compreensão e o apoio que recebemos do Nicolau Borges e do CFAE - Centro-Oeste.

Da análise sistémica das duas dezenas de programas concebidos para as JHS, transparece a ideia de que, na essência, procurou montar-se um laboratório de ideias investigador da crítica, da reflexão e do debate entre preletores e interlocutores. Como vê o saldo desse exercício?

Quisemos evitar o estrito modelo dos colóquios e dos congressos, embora tivéssemos pena de não poder editar as intervenções, como muita gente pedia. Se seguissemos esse caminho, não iríamos longe. Foi ao vivo que transmitimos saberes com a certeza que eles não podiam ser analisados na totalidade das suas implicações. Por isso, cada comunicação desejava tão-somente acender flashes numa sequência inevitavelmente fragmentada. Cabia ao coordenador destacar as correlações através de sínteses, comparações e reflexões que incentivassem a discussão, e aos participantes reconstruírem conjuntos em função dos seus interesses e pontos de vista.

Ainda que com intensidades desiguais, julgamos que, neste domínio, se viveram momentos intelectualmente muito estimulantes. E, hoje, fazendo uma retrospectiva, concordo com a opinião daqueles que lastimavam o facto de, não raro, por mau controlo da duração das intervenções, ou devido à concentração excessiva de comunicações, ter havido pouco tempo para debater. Seja como for, e comparando com o que ia acontecendo em iniciativas análogas, as JHS não ficavam a perder. Antes pelo contrário, como alguns dos conferencistas me confessaram depois de ricos diálogos que mantiveram com interlocutores da assistência.

O público das *Jornadas* era assim tão interveniente?

Como em todas as manifestações deste género, os graus de intervenção tiveram oscilações. Eles variaram em função dos temas e, como é frequente, o ativismo não foi protagonizado pela esmagadora maioria. Deve sublinhar-se, porém, que as formas de reação foram variadas, sendo sinais relevantes, por exemplo, a presença significativa de público no decurso dos debates, a intensidade dos aplausos, ou a chegada à fala individualizada com o conferencista imediatamente após a sessão. No entanto, os momentos altos do intercâmbio de ideias nasceram de questões avançadas do auditório, particularmente as que plasmavam a diversidade de experiência de vida e de formação científica dos participantes.

*Por tudo isto, se é certo que os conferencistas foram a componente que mais credibilizou cientificamente as *Jornadas*, os participantes foram a alma que lhes deu vida, continuidade e, em última análise, razão de ser.*

A dimensão interdisciplinar proposta pelas JHS procurou captar públicos diversos e/ou a oferta de um menu formativo mais abrangente e direcionado para um público heterogéneo, ainda que dominado pela presença de docentes do ensino básico e secundário?

*Não se pode esquecer que elas se designavam “*Jornadas Históricas*” e que o alinhamento diacrónico indicado pelos autores sempre foi respeitado. Daí que o público, apesar da sua heterogeneidade, fosse composto, em grande parte, por docentes de História.*

Por outro lado, o apelo à interdisciplinaridade em historiografia tinha alcançado algum consenso depois das reformas e das querelas que ocorreram no campo intelectual português logo após o 25 de abril. E mesmo a afirmação de um cânone hegemónico – como foi, nessa conjuntura, o da história económico-social de inspiração francesa – não deixava de incentivar essa prática, ainda que em nome de uma irrealizável história total. Sem intenções tão totalizadoras, recorde-se que Herculano já tinha defendido que o saber histórico é poliédrico, convidando, assim, a equacionar-se os diferentes pontos de vista de onde os mesmos factos podem ser interpretados.

*Então ainda muito cingida ao interior do campo historiográfico, a orientação interdisciplinar já é detetável nas primeiras *Jornadas*. Essa característica acentuou-se nos anos seguintes e cresceu com a acreditação, isto é, após 2008, passo dado para respondermos ao aumento da presença de portadores de outros saberes (*Literatura, Artes, Arquitetura, Geografia, Educação Física, Filosofia, Antropologia, Teoria e História da Educação, Psiquiatria, Sociologia, etc.*), bem como às alterações entretanto introduzidas nos cursos universitários e nos currículos do ensino básico e secundário.*

Quais foram os resultados mais significativos do cruzamento de perspetivas de várias áreas do saber?

Em primeiro lugar, talvez tenhamos ajudado a compreender melhor algumas das competências que a cultura histórica fornece, mesmo àqueles que não são historiadores, nomeadamente o cultivo da indagação que problematiza, prova, conceptualiza e mostra o cariz aberto de todo

o saber, requisitos epistémicos que também agem como prevenções contra o dogmatismo e que, para isso, apontam para a necessidade de se entender as questões sociais e humanas nas suas temporalidade e espacialidades próprias.

Foram inúmeros os testemunhos de reconhecimento dos benefícios trazidos pela novidade de algumas das interpretações. E várias vezes se viu, no fim das sessões, conferencistas rodeados de ouvintes que queriam tirar dúvidas, ou colher bibliografia para aprofundarem a temática tratada.

Num outro registo, o visto nas exposições montadas nas salas de acesso ao anfiteatro foi igualmente estimulante. Pretendeu-se dar expressão a outras linguagens que, incluindo a museológica, igualmente objetivam representações do passado e que, por isso, não funcionavam como mera ilustração das comunicações orais que decorriam no anfiteatro. E, para o seu êxito (caso, entre outras, das dedicadas à “morte”, à “maçonaria”, ao “jogo”, ao “corpo”), foi crucial, também aqui, a competência da Filomena Carvalho.

Por sua vez, após a acreditação, alguns dos trabalhos escritos pelos participantes, e que foram apreciados pela agência avaliadora, patenteiam uma qualidade média alta e interesantíssimos tentames de cruzamentos interdisciplinares.

Considera que as JHS são um dos modelos de como o conhecimento que germina e se acantona na Universidade, pode e deve transpor os seus muros, rumo a outros níveis de ensino ou, mais amplamente, ao mundo não académico?

Todo o indivíduo que possua uma formação académica transporta-a consigo, esteja ou não ligado a uma instituição. Por outro lado, a dicotomia entre o académico e o não académico tende a diluir-se com a pulverização dos núcleos produtores de conhecimentos e com a respetiva facilidade de vulgarização mediática. De facto, o mundo não académico também tem muito a ensinar. Percebe-se, assim, que tenham sido convidados conferencistas de vária proveniência e que se tivesse mantido uma plena autonomia face às Universidades. As adesões dos comunicantes foram sempre de ordem pessoal. Mais do que um ato de descentralização, as Jornadas quiseram ser um fórum anual no seio de uma sonhada e utópica geografia cultural, onde a circunferência estivesse em todo o lado e o centro em lado nenhum.

A atualização dos professores dos ensinos básico e secundário é tão importante como a dos manuais oficiais, mas as suas páginas continuam a não espelhar os novos desenvolvimentos da História. Há, por isso, uma espécie de divórcio entre a ciência e a docência, entre a Universidade e a Escola. Onde reside o problema? A jusante ou a montante?

Só a consciência do desfasamento que existe entre o investigado e o ensinado bastaria para justificar o aparecimento das Jornadas. Embora a situação tenda a modificar-se, aquela distância chega a ser de anos. Continua a ensinar-se matérias contra as quais os especialistas mais atualizados clamam por correções factuais e por confrontos de interpretação. As resistências vêm de editores e autores (e alguns são universitários) interessados em continuar a reproduzir as suas narrativas, mas também partem de docentes que, habituados à rotina, estão pou-

co abertos à atualização e à problematização, pelo que tendem a recomendar os livros que já conhecem, preterindo aqueles poucos que ousam dar voz ao estado da arte. Foi para combater esta inércia que as Jornadas também apareceram. E, para a desafiar, foram convidados não só muitos comunicantes com mestrados e doutoramentos recentemente defendidos, mas também investigadores jovens que preparavam as suas dissertações e queriam testá-las.

Transcorridos que estão vinte anos desde a primeira edição das JHS, pergunto-lhe se havia noção de que este evento poderia ser tão longo e o que explica essa longevidade.

O caminho faz-se caminhando. E, como, com ironia, afirmou alguém no século XIX, o historiador limita-se a fazer prognósticos ao contrário. É por causa desta presunção que os cemitérios estão todos cheios de previsões fracassadas. O reconhecido êxito das Jornadas foi uma conquista, dia a dia, ano a ano. E, se havia a certeza de que o apoio dos órgãos autárquicos era o mais sólido garante de continuidade, as frequentes mudanças nas políticas educativas dos sucessivos governos e a eclosão de crises económicas também exigiram alguma imaginação para que esta divisa de Paul Valéry não se cumprisse: prevejo, logo, engano-me. Foi com esta cautela, mas com o intento de renovar e de servir que, com momentos altos e com outros nem tanto, prosseguimos até hoje.

Há sempre aspetos que correm menos bem e outros que carecem de afinação. Tratando-se, porém, de um evento anual, as debilidades e os óbices, se os houve, presumo que tenham sido corrigidos paulatinamente. Se a organização das JHS começasse hoje, pela primeira vez, mudaria algo?

Essa é uma possibilidade contrafactual, mas cuja formulação pode ajudar a detetar melhor, ainda que “postumamente”, o que podíamos fazer e não fizemos, não obstante as sugestões que recebemos nesse sentido. E avanço com algumas hipóteses: acrescentaria mais um dia a cada Jornada, exploraria mais o diálogo com a Literatura e a Antropologia, alongaria o tempo destinado ao debate, e destinaria uma noite exclusivamente dedicada ao convívio entre organizadores, participantes e conferencistas.

O alcance e o significado das JHS foi muito além do espaço e tempo das conferências. Foi determinante, o “ócio criativo”?

Quanto a este aspeto, foi aumentando o desejo de que elas durassem mais um dia, no momento em que, devido à crise, cresceram as dificuldades financeiras e burocráticas para o concretizar. De qualquer modo, o calor da hospitalidade e os momentos de convívio possível foram marcantes no afeiçoamento dos participantes à iniciativa. Daí que, hoje, ela também seja um tempo e um lugar de memórias.

Vê futuro nas JHS? Gostaria que elas se realizassem por mais alguns anos com a matriz e o figurino que até aqui apresentaram?

Eu afastei-me da coordenação para que melhor se ouça a voz do futuro. Os historiadores sabem que tudo está trespassado de tempo, mas também que, como ensinou Santo Agostinho, o homem é um animal avidíssimo de coisas novas. E se a vontade é a energia da ação, o voluntarismo pode cegar a melhor das intenções.

A sua jubilação implica um afastamento da docência, não da ciência. Liberto da componente letiva, o que pretende fazer doravante?

Nunca fui um plácido pescador de águas paradas e seria dramático se passasse a sê-lo. Quero continuar a ser um inquieto perscrutador de ideias, enquanto, dentro de mim, sentir o fluxo do rio heraclitiano da vida.

Pelo que representou para as JHS e, sobretudo, por fazer parte do escol de decanos da Casa que me formou, é para mim, mais do que um prazer, uma honra, tê-lo entrevistado. Bem-haja.

Notas conclusivas

É hora de concluir a viagem proposta por esta narrativa a um passado julgado recente mas, nalguns casos, comprovadamente remoto. Explicar-se-á. A aceleração do tempo presente e a transitoriedade da memória fazem com que o conhecimento empírico, sem suporte físico que o perpetue, se fine com a mesma rapidez que a chama se apaga sem combustível. Foi por isso que, não obstante do ponto de vista temporal, a retrospectiva aqui ensaiada calcorresse um caminho curto (de duas décadas apenas), aqui e acolá foram encontrados buracos de informação cuja suturação não se fez sem alguma dificuldade. Razão para crer, convictamente, que num futuro próximo seria impossível reconstituir o alcance e o significado das vinte Jornadas Históricas de Seia. Pelo menos com o grau de precisão a que foi possível chegar, neste momento, com este trabalho.

Apropriando uma ideia de Saramago a propósito das pessoas, dir-se-á que as Jornadas Históricas de Seia “são essencialmente o passado que tiveram”. Como se pretendeu mostrar ao longo destas páginas, elas tiveram, antes de mais, um propósito sério, à imagem da seriedade dos seus protagonistas. Tenho para mim que uma qualquer missão de gestão cultural, sendo executada de forma séria, implica quatro processos: planejar, organizar, liderar e controlar. O caminho calcorreado pelas Jornadas durante os vinte anos anteriores é prova cabal de que a equipa montada soube pôr em prática, de forma exímia, esses quatro processos.

Procurou-se, com estas Jornadas, alcançar o máximo possível de objetividade, tendo em vista não pôr ninguém no tribunal da história, mas, ao invés, cumprir um dos desideratos fundamentais da epistemologia da história: tentar explicar e tentar compreender. Neste sentido, houve sempre uma preocupação de adequação às necessidades da formação contínua de docentes, o seu público por excelência, vindo isso a ser reconhecido pelo Conselho Científico da Formação Contínua de Professores, sediado na Universidade do Minho e tutelado pelo Ministério da Educação que, em 2008, acreditou as Jornadas Históricas de Seia como ação de formação certificada para efeitos de progressão na carreira docente.

As linhas mestras que pude perceber como fruto da produção científica levada ao evento comportam trabalhos inovadores, ousados e que testemunham o vigor de pesquisadores mais experientes e conhecidos no campo, como também de outros mais jovens que tiveram a chance de debater livremente, enriquecendo as suas ideias e os seus constructos. Outra tendência digna de destaque é a natureza dialógica destas Jornadas, pela promoção de um diálogo entre a História e outras disciplinas ou áreas do conhecimento, *respeitoso* para com estas, porém, aportador de avanços para ambas. Destaco, neste âmbito, o lote de estudos que ofereceram análises epistemológicas de conhecimentos produzidos em diversas áreas, demonstrando a preocupação de examinar os fundamentos filosóficos e científicos dos conhecimentos que pautam as suas áreas de especialidade. Destaco, também, os estudos propositivos que não se limitaram a criticar/denunciar a ciência já posta, antes propondo-se a chegar mais além, arriscando-se a propor novas formas de análise e de concepção. Foram pesquisas que formularam novas perguntas e propuseram novas vias de produzir conhecimento.

Não obstante a dominância de abordagens situadas no campo da História, houve uma preocupação de tratar as temáticas, variadas e abrangentes, a partir de um ângulo interdisciplinar,

procurando-se transmitir teorias, hipóteses e perspectivas já consolidadas, e conhecidas, e outras ainda virgens no campo historiográfico. Neste sentido, as investigações em curso foram muitas vezes apresentadas com um sentido crítico, reflexivo e prospetivo. Com este olhar instigador pretendeu-se provocar no auditório a reflexão acerca das lições que é possível encontrar na história, salvas as devidas distâncias e acautelando a subjetividade que consiste em discutir o presente através do passado.

Quero ainda assumir que, o que aqui fica narrado, apenas exprime as linhas gerais que nortearam os trabalhos, pois não fica expresso, nem nunca poderia ficar, por não ser susceptível de verter em escrito o vigor da palavra dita e dos sentimentos, a vivacidade do diálogo e do debate, a experiência sensitiva das exposições e das degustações gastronómicas, e a emotividade dos espetáculos. De qualquer modo, o leitor deste livro poderá conhecer de forma bastante pormenorizada o âmbito, a natureza, os objetivos e o impacto deste evento na cidade de Seia, assim como encontrar uma sùmula bastante pormenorizada do teor das intervenções, muitas das quais representaram, na época, renovadas propostas ou leituras crítico-interpretativas originais sobre os temas aglutinadores das respetivas Jornadas.

Mais do que elencar os usos que poderá vir a ter esta publicação, cumpre manifestar a esperança de que, legar aos vindouros uma síntese do conhecimento histórico transmitido e gerado ao longo de duas décadas, estimulará o interesse por um campo do conhecimento muitas vezes erroneamente associado a algo fastidioso, mas que é, na verdade, o oposto, dependendo das estratégias que nós, historiadores, usamos para o transmitir. Resta-me então desejar ter escolhido a melhor estratégia para traduzir o mais fielmente possível o que foram estas Jornadas e com isso honrar um punhado de pessoas abnegadas e corajosas que durante duas décadas colocaram Seia na rota da ciência.

Agradecimentos

Em primeiro lugar gostaria de me dirigir ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Seia, Dr. Carlos Filipe Camelo, para na sua pessoa agradecer ao executivo que lidera, a deferência de me ter convidado a redigir este livro, munindo-me dos meios necessários para o efeito. Pelo facto de o convite ter subsumida a indicação da Sr.^a Professora Doutora Irene Vaquinhas, coordenadora científica do Centro de História da Sociedade e da Cultura, da Universidade de Coimbra, a que presentemente me encontro vinculado, devo a esta também um agradecimento, pela confiança nas minhas capacidades e a honra que entendeu conferir-me ao escrever o prefácio desta obra.

À Dr.^a Filomena Carvalho devo um reconhecimento especial pela forma solícita, afável e bem-disposta com que respondeu às minhas permanentes interrogações e solicitações. Foi a minha maior interlocutora ao longo dos últimos meses. Honra lhe seja feita, pois sem o seu contributo este livro não teria sido possível. Recordá-la-ei, sempre, como um exemplo de dinamismo, coragem e competência.

A minha admiração pelo Sr. Professor Doutor Fernando Catroga precede a elaboração deste livro. Com ele, sai reforçada. Como entusiasta convicto que sou da pertinência do que se fez em Seia com estas vinte Jornadas, agradeço-lhe todo o empenho que lhes dispensou. Como autor deste livro quero também confessar-me grato pelas conversas informais que me proporcionou e, sobretudo, a entrevista que me concedeu, que é, estou certo, a parte mais interessante desta publicação.

Cumpre-me ainda referir a colaboração do Diretor do Jornal *Porta da Estrela*, José Manuel Brito, pela cedência de informações e material fotográfico, que muito enriqueceram este livro.

As palavras finais visam reconhecer que, como aconteceu nos 15 livros anteriores, e como de resto acontece nos desafios do dia-a-dia, uma parte significativa do que aqui ficou escrito deve-se à paciência e à compreensão da minha família.

Quero endereçar a todos, em suma, os protestos da mais viva admiração e os agradecimentos sinceros pelos esforços que verteram para a redação deste livro.

Referências documentais e bibliográficas

Livros e Revistas

- AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos de Matos - *Portugal e a Grande Guerra, 1914-1918*. Porto: QuidNovi, 2010.
- ALMEIDA, Pedro Tavares – Entre o centro e a periferia: os Governadores Cívicos no Portugal do século XIX, in SOUSA, Fernando de (coord.) – *Os Governos Cívicos de Portugal e a Estruturação Político-administrativa do Estado no Ocidente*. Porto: CEPESE, 2014, p. 76-80.
- ALVES, Jorge Fernandes – *Os “Brasileiros”. Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*. Porto: Faculdade de Letras, 1993.
- AMARO, António Rafael – Regiões e Regionalismo: a Região da Beira. *MÁTHESIS*, 17 (2008), p. 9-35.
- AMARO, António Rafael – *Economia e Desenvolvimento na Beira Alta. Dos finais da Monarquia à II Guerra Mundial (1890-1939)*. Viseu: Universidade Católica Editora, 2006.
- ANACLETO, Regina – Arquitetura revivalista de Coimbra. *Revista Mundo da Arte*, 8-9 (1982) p. 1-29.
- ANDRÉ, João Maria – *Jogo, Corpo e Teatro. A arte de fazer amor com o tempo*. Coimbra: Angelus Novus, 2017.
- ANDRÉ, João Maria – *Multiculturalidade. Identidades e mestiçagem: o diálogo intercultural nas ideias, na políticas, nas artes e na religião*. Viseu: Palimage, 2012.
- ANTUNES, Maria João; COSTA, Francisco Santos - Inimputabilidade em razão de alienação mental: um caso da época, in PEREIRA, Ana Leonor; PITA, João Rui – *Miguel Bombarda (1851-1910) e as singularidades de uma época*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006, p. 101-104.
- ARAÚJO, Ana Cristina – Cerimónias de execução pública no Antigo Regime: escatologia e justiça. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 1 (2001), p. 169-211.
- ARAÚJO, Ana Cristina – Morte, memória e piedade barroca. *Revista de História das Ideias*, vol.11 (1989), p. 129 – 174.
- ARNAUT, António – *Vencer a morte: conferência (seguida de três poemas)*. Coimbra: Coimbra Editora, 2001.
- BLOCH, Marc – *Introdução à História*. Lisboa: Publicações Europa América, 6.ª ed., 1993.
- BORGES, Anselmo – *Corpo e Transcendência*. Coimbra: Edições Almedina, 2011.
- BRANCO, Rui - A introdução do sistema métrico-decimal em Portugal, in ALMEIDA, Pedro Tavares de Almeida; BRANCO, Rui (coords.) - *Burocracia, Estado e Território*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007, p. 137-161.
- BRITO, Wladimir – *Responsabilidade de Proteger (no Direito Internacional)*. Coimbra: Almedina, 2016.
- CAPELA, José Viriato – *O Minho e os seus municípios: estudos económico-administrativos sobre o município português nos horizontes da Reforma Liberal*. Braga: Univ. do Minho, 1995.
- CASCÃO, Rui - À volta da mesa: sociabilidade e gastronomia, in MATTOSO, José (dir.) - *História da Vida Privada em Portugal. Época Contemporânea*. Lisboa: Temas e Debates, 2010, p. 56-91.
- CATROGA, Fernando – *A Geografia dos Afetos Pátrios. As Reformas Político Administrativas (séculos XIX e XX)*. Coimbra: Edições Almedina, 2014.
- CATROGA, Fernando – A divisão administrativa do território no Portugal Contemporâneo. Entre o Distrito e as Províncias, in SOUSA, Fernando de (coord.) – *Os Governos Cívicos de Portugal e a Estruturação Político-administrativa do Estado no Ocidente*. Porto: CEPESE, 2014, p. 58-75.
- CATROGA, Fernando – *Entre deuses e césores: secularização, laicidade e religião civil: uma perspetiva histórica*. Coimbra: Almedina, 2006.
- CATROGA, Fernando – Caminhos do fim da História. *Revista de História das Ideias*, vol.23 (2002), p. 131-234.
- CATROGA, Fernando – Morte romântica e religiosidade cívica, in MATTOSO, José (coord.) – *História de Portugal*, vol.V. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998, p. 505-514.
- CATROGA, Fernando – *Caminhos do fim da História*. Coimbra: Quarteto, 2003.
- CATROGA, Fernando – *O republicanismo em Portugal: da formação ao 5 de Outubro*. Coimbra: Faculdade de Letras, 1991, 2 vols.
- CARVALHO, Cidália Viegas de – *Memória e Mito dos Descobrimentos na Literatura do século XX*. Coimbra: tese de doutoramento em Literatura de Língua Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2013.

CASTELO, Cláudia - *O modo português de estar no mundo: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa*. Porto: Edições Afrontamento, 1998.

CASTRO, Fátima Velez de - Home is where your heart is. Experiências migratórias familiares de topofilia e de resiliência territorial. *Revista CEM - Cultura, Espaço e Memória*, 6 (2015), p. 345-358.

COELHO, António Matias (coord.) - *Atitudes Perante a Morte*. Coimbra: Livraria Minerva, 1991.

COELHO, Maria Helena da Cruz Coelho - A mesa do rei de Avis. Espaços, Oficiais, Alimentos e Cerimonias, in SOARES, C., MACEDO, I. C. Macedo (eds.) - *Ensaio sobre Património Alimentar Luso-Brasileiro*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra-Annablume, 2014, p. 89-111.

COELHO, Maria Helena da Cruz - O Poder Concelhio em tempos medievais – o ‘deve’ e ‘haver’ historiográfico. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto-História*, 7 (2006), p. 19-34.

COELHO, Maria Helena da Cruz - O poder local em tempos medievais. *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa. Classe Letras*, 36 (2005), p. 7-2.

COLLINGWOOD, R. G. - *A ideia de História*. Lisboa: Editorial Presença, [s.n.].

Conferência do Presidente da Assembleia da República em Seia, numa cerimónia de homenagem a Afonso Costa, grande estadista, natural de Seia, 16 de novembro de 2001 (não publicada, existente no Arquivo Municipal de Seia).

CORREIA, Pedro de Pezarat - *Guerra e Sociedade*. Lisboa: Edições 70, 2017.

COSTA, João Paulo Oliveira e; RODRIGUES, José Damião; OLIVEIRA, Pedro Aires - *História da Expansão e do Império Português*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2014.

DIAS, Geraldo José Amadeu Coelho - Morte certa – hora incerta, in *Oitavas Jornadas Culturais da vila das Aves*. Vila das Aves: Fábrica da Igreja de São Miguel das Aves, 1994, p. 29-59.

DOMINGUES, Álvaro - Desenvolvimento do Interior, in *Perspetivas de desenvolvimento do interior: Colóquio promovido pelo Presidente da República durante a Jornada da Interioridade*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998, p. 69-76.

DUQUE, Eduardo - *Mudanças Culturais, Mudanças Religiosas. Perfis e tendências da religiosidade em Portugal numa perspetiva comparada*. Vila Nova de Famalicão: Humus, 2014, p. 7-16.

ESTEVES, João Gomes - Feminismo, Feminismos e Sufragismo na 1.ª República, in CASTRO, Zília Osório et. all. (coords.) - *Mulheres na I República - Percursos, conquistas e derrotas*. Lisboa: Colibri, 2011, p. 19-46.

FIOLHAIS, Carlos - Amato Lusitano na cultura científica do seu tempo: cruzamentos com Vesálio e Orta. *Revista Brasileira de História da Ciência*, 8-1 (2015), p. 79-87.

FONTES, António - *Etnografia Transmontana – Crenças e Tradições de Barroso*. Lisboa: Âncora Editora, 2014 (a 1.ª ed. é de 1974), 2 vols.

FORTE, Ana Maria Barbosa Pinto Xavier - *Formação Contínua: contributos para o desenvolvimento profissional e para a (re) construção da(s) identidade(s) dos professores do 1.º CEB*. Braga: dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho, 2005.

FRAGA, Luís Alves de - *Do Intervencionismo ao Sidonismo: Os dois segmentos da política de Guerra na 1.ª República*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.

GARNEL, Rita (coord.) - *Corpo: Estado, medicina e sociedade no tempo da Primeira República*. Lisboa: Imprensa Nacional, 2010.

GARNEL, Rita - Morte e Memória da Pneumónica em 1918, in SOBRAL, José Manuel, et. al. (orgs.) - *A Pandemia esquecida. Olhares comparados sobre a pneumónica 1918-1919*. Lisboa: ICS, 2009, p. 221-235.

GARNEL, Rita - *Vítimas e violências na Lisboa da I República*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007.

GARNEL, Rita - A Loucura da prostituição. *Thémis*, n.º 5 (2002), p. 139-158.

GARRIDO, Álvaro; RAMOS, David Lopes - *A epopeia do Bacalhau*. Lisboa: CTT, 2011.

GOUVEIA, Jaime Ricardo - Para uma nova epistémé do luso-tropicalismo: análise comparativa da luxúria clerical no Atlântico Português (1640-1750). *Revista História Unisinos*, 22:1 (2018), no prelo.

HESPANHA, António Manuel - *Imbecillitas. As bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime*. Belo Horizonte: UFMG, 2008, p. 53-64.

HOMEM, Amadeu Carvalho - Liberalismo, Democracia e Socialismo na História Contemporânea de Portugal, in *Portugal - Brasil no Século XX. Sociedade, Cultura e Ideologia*. São Paulo: Bauru, 2003, p. 15-28.

LOBO, Susana – O corpo na praia: a cultura balnear em Portugal no século XX. *Revista de Historia das Ideias*, Vol. 33 (2012), p. 261-276.

LOPES, Maria de Jesus dos Mártires; MATOS, Paulo Lopes – Naturais, Reinóis e Luso-descendentes: a socialização conseguida, in LOPES, Maria de Jesus dos Mártires (coord.) – *O Império Oriental*. Lisboa: Editorial Estampa, 2006, p. 15-70 (Nova História da Expansão Portuguesa, vol. V, tomo 2).

Lusitania Sacra – O Papado de Avinhão nos Reinos do Ocidente. 2.^a série, Tomo XXII (2010), p. 297.

Lusitania Sacra – A Historiografia Religiosa Medieval Hoje: Temas e Problemas. 2.^a série, tomo XIII-XIV (2001-2002), p. 677-678.

MAIA, FernandaPaula Sousa – De súbdito a cidadão. O papel do Parlamento Português na construção da cidadania na 1.^a metade do século XIX (1826-1852), in *Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol.1, 2004, p. 661-668.

MARQUES, A. H. De Oliveira – *A Maçonaria Portuguesa e o Estado Novo*. Lisboa: Dom Quixote, 3.^a ed., 1995.

MARQUES, João Francisco - A utopia do “Quinto Império” nos pregadores da Restauração, in *Roma, Lisboa, Brasília tra antichità e futuro. Diritto e profezia nel pensiero di Antonio Vieira* Roma: Consiglio Nazionale delle ricerche, celebrazioni lombiane, 1988, p. 48-84.

MARTINS, Rui Cunha – *O Método da Fronteira – Radiografia Histórica de um Dispositivo Contemporâneo (Matrizes Ibéricas e Americanas)*. Coimbra: Almedina, 2008.

MATOS, António Fernandes de - Ordenamento do Território e Governabilidade, in DOMINGOS, M. Vaz (org.) - *Cidade e Território: Identidades Urbanismos e Dinâmicas Transformadoras*. Lisboa: Celta Editora, 2008.

MELO, António Herculano da Paixão e - *Os Forais Manuelinos das “Vilas” do Município de Seia*. Seia: Câmara Municipal, 2005.

MENDES, José Amado – *Estudos do Património: Museus e Educação*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.

MILHEIRO, Jaime – *Os loucos são os outros*. Lisboa: Fim de Século Edições, 2000, 2.^a ed (a 1.^a ed. é de 1999).

MONTEIRO, João Gouveia – *A guerra em Portugal: nos finais da Idade Média*. Lisboa: Editorial Notícias, 1998.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo – Trajectórias sociais e governo das conquistas. Notas preliminares sobre Vice-Reis e Governadores Gerais do Brasil e da Índia nos séculos XVII e XVIII, in CUNHA, Mafalda Soares da (ed.) – *Do Brasil à Metrópole, efeitos sociais (séculos XVII-XVIII)*. Évora: Universidade de Évora, 2001, p. 99-123.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo - Aristocratic estates in Portugal and their management, 1600-1834, in *European aristocracies and colonial elites - Patrimonial Management Strategies and Economic Development, 15th-18th centuries*. England: Ashgate, 2005, p. 99-113.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo - O Governo da Monarquia e do Império: o Provimento de Ofícios Principais Durante o Período Pombalino, in SOUZA, Laura de Mello e, FURTADO, Júnia Ferreira, BICALHO, Maria Fernanda (eds.) - *O Governo dos Povos*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2009, p. 507-517.

MOREIRA, Adriano - *O Poder Político e o Apelo à Transcendência*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2015.

MOURA, Maria Lúcia de Brito – *A guerra religiosa na I República*. Cruz Quebrada: Editorial Notícias, 2004.

MOURA, Maria de Lúcia de Brito – *Viver e morrer em Gouveia nos alvares do século XX*. Viseu: edição da autora, 1996.

NERY, Rui Vieira – *Fados para a República*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2012.

NERY, Rui Vieira – *Os sons da República*. Lisboa: INCM, 2015.

NETO, Margarida Sobral - *O sistema de comunicações postais na idade moderna e o processo de construção do Estado moderno*. *Códice*, série II, 2 (2005), p. 34-45.

NETO, Margarida Sobral – Senhorios e concelhos na época moderna: relações entre dois poderes concorrentes, in CUNHA, Mafalda Soares da; FONSECA, Teresa (dir.) – *Os Municípios no Portugal Moderno. Dos Forais Manuelinos às Reformas Liberais*. Évora: CIDEHUS, 2005, p. 149-165.

NETO, Vítor – A questão religiosa na Primeira República portuguesa, in MOURÃO, Alda; GOMES, Angela de Castro (coords.) – *A experiência na Primeira República no Brasil e em Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014, p.137-157.

NÓBREGA, Ana – *Para uma história do Casamento em Portugal nos finais do Antigo Regime: o quadro normativo*. Porto: Edição do autor, 1991.

NÓBREGA, Ana – Um olhar sobre as rupturas conjugais: o exemplo dos processos judiciais de divórcio na 1.^a metade do século XIX. *Mulheres, História e Sociedades – algumas linhas de investigação nos finais do século XX*. Lisboa: Universidade Aberta – Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais, 2001, p. 87-97.

NUNES, João Paulo Avelãs – Da Crise de 1929 à Crise de 2008. Reflexão historiográfica em torno do conceito de Estado Providência. *Estudos do Século XX*, 13 (2013), p. 243-255.

PALOMO, Federico – *Fazer dos campos escolas excelentes: os Jesuítas de Évora e as missões do interior em Portugal (1551-1630)*. Lisboa: FCG/FCT, 2003.

PENICHEIRO, Filipe; CARVALHO, Joaquim R.; ROQUE, Licínio - Contributos metodológicos para a implementação de uma aprendizagem baseada em jogos na aula de história, in *Atas do X Simpósio Brasileiro de Games e Entretenimento Digital*, Salvador, 2011, p. 1-9.

PEREIRA, José Carlos Seabra - Literatura de intuítos no tempo republicano. *Biblos*, vol. 8 (2010), p. 337-418.

PEREIRA, José Manuel Morgado – *A Psiquiatria em Portugal. Protagonistas e história conceptual (1884-1924)*. Coimbra: dissertação de doutoramento em Altos Estudos em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2015, p. 83-94.

PEREIRA, Maria da Conceição Meireles - Relações entre Portugal e Espanha no 3º quartel do século XIX – os aspectos cultural e económico. *População e Sociedade*, nº 6 (2000), p. 101-111.

PEREIRA, Miguel Batista – *Modernidade e Tempo. Para uma leitura do discurso moderno*. Coimbra: Livraria Minerva, 1990.

PINHEIRO, Francisco – Fazer História do Desporto. Paradigmas e problemáticas. *Estudos do século XX*, 11 (2011), p. 89-104

PITA, António Pedro – “Corpo que treme de melodia” ou o sexto sentido. *Revista de História das Ideias*, Vol. 33 (2012), p. 7-18.

POCINHO, Margarida – *Peso, insatisfação corporal, dietas e patologia alimentar. Um contributo para a sua compreensão*. Coimbra: dissertação de mestrado apresentada ao Instituto Superior Miguel Torga, 2000.

QUINTAIS, Luís – Do canto. Uma leitura de Songlines de Bruce Chatwin. *Revista de História das Ideias*, Vol. 33 (2012), p. 47-55.

REIS, Bruno Cardoso – Religiões, Estados e Relações Internacionais. *Político. Internacional*, n.º 21 (2000), p. 195-228.

REIS, José – Interior, desenvolvimento e território, in *Perspectivas de desenvolvimento do interior: Colóquio promovido pelo Presidente da República durante a Jornada da Interioridade*. Lisboa: INCM, 1998, p. 77-86.

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares - *Mitos e Símbolos – Povo, Nação, Paz – no pensamento dos utópicos portugueses de meados de Oitocentos*, in BAPTISTA, Maria Manuel; FRANCO, José Eduardo; CIESZYNSKA (orgs.) – *Europa das Nacionalidades: Imaginários, Identidades e Metamorfoses Políticas*. Coimbra: Grácio Editor e Programa Doutoral em Estudos Culturais, 2014, p. 253-272.

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares – Portugal y la integración europea. Sep. de *Perspectivas sobre la unión europea*. Santiago do Chile: [s. n.], 2005, p. 117-137.

ROSAS, Fernando – *Salazar e o poder: a arte de saber durar*. Lisboa: Tinta da China, 2012.

SÁ, Alexandre Franco de - Da guerra dos estados à guerra das estrelas. *Revista Filosófica de Coimbra*, vol. 15, n.º 29 (2006), p. 97-112.

SANTOS, Jorge Costa - A morte do corpo. *Revista de História das Ideias*, Vol. 33 (2012), p. 297-320.

SANTOS, Maria José Azevedo – Algumas considerações sobre a difusão da escrita no tempo das Descobertas, in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*. Porto: FLUP, 2006, vol.II, p. 25-30.

SANTOS, Maria José Azevedo – *Um obituário do Mosteiro de S. Vicente de Fora. A comemoração dos que passaram por este mundo*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 2008.

SANTOS, Norberto; CRAVIDÃO, Fernanda (coords.) – *Gastronomia e Vinhos. Do turismo de experiência à experiência pelo turismo*. Coimbra: Minerva Coimbra, 2015.

SEABRA, Jorge - *África nossa: o império colonial na ficção cinematográfica portuguesa: 1945-1974*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011.

SENNA, António Maria de – *Os Alienados em Portugal. I. História e Estatística*. Lisboa: Administração da Medicina contemporânea, 1884.

SENNA, António Maria de – *Os Alienados em Portugal. II. Hospital do Conde de Ferreira*. Porto: Imprensa Portuguesa, 1885.

SENNA, António Maria de – *Teses de Medicina teórica e prática*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1876.

SILVA, Armando Barreiros Malheiro da – *Sidónio e Sidonismo. História de um caso político*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, vol.2, 2006.

SOBRAL, José Manuel; RODRIGUES, Patrícia – O “fiel amigo”: o bacalhau e a identidade portuguesa. *Etnográfica*, 17-3 (2013), p. 619-649.

SOBRAL, José Manuel – *Portugal, Portugueses: Uma Identidade Nacional*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2012.

SOUSA, Maria Luísa – *A mobilidade automóvel em Portugal. A construção do sistema socio-técnico, 1920-1950*. Lisboa, Paris: dissertação de doutoramento apresentada à Universidade Nova de Lisboa e Université Sorbonne Nouvelle, 2013.

TORGAL, Luís Reis- Duas “Verdades”. Salazar e Afonso Costa. *Revista de História das Ideias*, vol.23 (2002), p. 409-446.

TORGAL, Luís Filipe - *As «aparições de Fátima». Imagens e representações (1917-39)*. Lisboa: Temas e Debates, 2002.

TORGAL, Luís Reis – *O cinema sob o olhar de Salazar*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000.

VAQUINHAS, Irene - Quando a gordura começou a deixar de ser formusura. Os caminhos de um novo paradigma estético nos finais do século XIX-inícios do século XX. *Revista de Historia das Ideias*, Vol. 33 (2012), p. 241-259.

VAQUINHAS, Irene - *Nome de código “33856”. Os “jogos de fortuna ou azar” em Portugal entre a repressão e a tolerância (De finais do século XIX a 1927)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2006.

VAQUINHAS, Irene – Os caminhos da instrução feminina nos séculos XIX e XX. Breve relance, in *Turres Veteras III, Actas de História Contemporânea*. Torres Vedras: Câmara Municipal de Torres Vedras e Instituto de Estudos Regionais e Municipalismo Alexandre Herculano, 2000, p. 95-101.

VENTURA, António – *Uma História da Maçonaria em Portugal, 1727-1986*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2013.

XAVIER, Ângela Barreto – A maior empresa que nunca um príncipe cristão teve nas mãos: conquistar e conservar territórios no Índico nos tempos de Maquiavel. *Revista Tempo*, 20 (2014), p. 1-27.

Jornais

Jornal *Porta da Estrela*, Seia, ano XXI, n.º512 (30 out. de 1998), p. 13.

Jornal *Porta da Estrela*, Seia, ano XXII, n.º545 (30 out. de 1999), p. 13.

Jornal *Porta da Estrela*, Seia, ano XXII, n.º546 (10 nov. de 1999), p. 11.

Jornal *Porta da Estrela*, Seia, ano XXIII, n.º578 (31 out. de 2000), p. 9.

Jornal *Porta da Estrela*, Seia, ano XXIII, n.º579 (10 nov. de 2000), p. 9.

Jornal *Porta da Estrela*, Seia, ano XXIII, n.º580 (20 nov. de 2000), p. 10.

Jornal *Porta da Estrela*, Seia, ano XXVII, n.º712 (20 nov. de 2004), p. 9.

Jornal *Porta da Estrela*, Seia, ano XXXIII, n.º910 (20 nov. de 2010), p. 5.

Jornal *Porta da Estrela*, Seia, ano XXXIV, n.º932 (30 out. de 2011), p. 6.

Jornal *Porta da Estrela*, Seia, ano XXXIV, n.º934 (30 nov. de 2011), p. 8.

Jornal *Porta da Estrela*, Seia, ano XXXVIII, n.º1000 (30 nov. de 2014), p. 5.

Jornal *Santa Marinha*, Seia, ano IV, n.º134 (1-16 nov. de 1998), p. 7.

Jornal *Santa Marinha*, Seia, ano IV, n.º157 (1-15 nov. de 1999), p. 7.

Jornal *Santa Marinha*, Seia, ano IV, n.º158 (16-30 nov. de 1999), p. 9.

Jornal *Santa Marinha*, Seia, ano IV, n.º179 (1-15 nov. de 1999), p. 7.

Legislação

Decreto-Lei 139-A/90, de 28 de abril, publicado em Diário da República, n.º 98/1990, 1.º Suplemento, Série I de 28-4-1990, p. 2040-(2).

Decreto-Lei n.º249/92, de 9 de novembro.

Decreto-Lei n.º 194/99 de 7 de junho – Sistema de Acreditação de Cursos que conferem qualificação profissional para a docência.

Diário do Governo, n.º115/1935, Série I, Lei n.º1901, de 21 de maio de 1935, p. 699.

Lei 12/2016, de 28 de abril, publicada em Diário da República, 1.ª série – N.º82 – 28 de abril de 2016, p. 1410.

Sites

<http://www.portadaestrela.com>
<http://www.ointerior.pt/>
<https://beira.pt>
<http://www.asbeiras.pt>
<http://www.correiodabeiraserra.com>
<http://www.faroldanossaterra.net>
<https://www.publico.pt>
<http://www.cm-seia.pt>
<http://www.acomarcadearganil.pt>
<http://correiodaguarda.blogs.sapo.pt>
<http://noticias.universia.pt>
<http://centrotv.pt/>
<http://alvarocunhalbiografia.blogspot.com.br>
<http://delcampe.net>

Gravações em fita cassete¹³⁹

Gravações em suporte Cassete Áudio relativas às terceiras Jornadas Históricas de Seia.

Gravações em suporte Cassete Áudio relativas às quartas Jornadas Históricas de Seia.

Relatórios críticos¹⁴⁰

Relatório crítico elaborado por Maria Isabel Santos Lobo Gaspar Torres Gama, docente da Escola Básica 2,3 de Nuno Gonçalves (Lisboa), em dezembro de 2009.

Relatório crítico elaborado por Manuel Luís Almeida Ferreira, docente não vinculado a nenhuma Escola, em dezembro de 2009.

Relatório crítico elaborado por Serafim Lopes de Araújo, docente do Agrupamento de Escolas de Mangualde – Escola Secundária Felismina Alcântara, em dezembro de 2010.

Relatório crítico elaborado por João Coelho Barros Mouro, docente da Escola 3/Secundária de S. Pedro do Sul, em dezembro de 2010.

Relatório crítico elaborado por Aldina Maria Leitão Carvalho, docente do Agrupamento de Escolas de Carregal do Sal, em dezembro de 2011.

Relatório crítico elaborado por Lília Maria de Souza Ramos de Carvalho, docente do Agrupamento de Escolas Marquês de Marialva (Cantanhede), em dezembro de 2011.

Relatório crítico elaborado por Sara Maria de Almeida Cunha, docente do Agrupamento de Escolas do Sátão, em janeiro de 2016.

Relatório crítico elaborado por Olga Marília Ferreira Pereira, docente do Agrupamento de Escolas Serafim Leite (S. João da Madeira), em 10 de janeiro de 2016.

Relatório crítico elaborado por Maria Teresa dos Santos Almeida, docente do Agrupamento de Escolas Viseu Norte, em janeiro de 2016.

Relatório crítico elaborado por Maria Cristina Xavier Patrício Camilo, docente do Agrupamento de Escolas de Trancoso, em dezembro de 2016.

Relatório crítico elaborado por Rosa Isabel Martins, docente do Agrupamento de Escolas de Seia, em 8 de janeiro de 2017.

Relatório crítico elaborado por Joaquim José de Campos Cavaca, docente do Agrupamento de Escolas da Mêda, em 11 de janeiro de 2017.

Relatório crítico elaborado por Anabela de Jesus Pereira, docente do Agrupamento de Escolas da Mealhada, em janeiro de 2017.

Relatório crítico elaborado por Regina Maria Jorge das Neves em janeiro de 2017.

Entrevistas

Entrevista efetuada ao Professor Doutor Fernando de Almeida Catroga, no dia 6 de setembro de 2017

Outros

Programas e resumos das conferências elaborados pela organização das Jornadas e depositados no Arquivo Municipal de Seia.

¹³⁹ Depositadas no Arquivo Municipal de Seia.

¹⁴⁰ Encontram-se depositados no Arquivo Municipal de Seia. A quantidade superlativa destes documentos, a que acresceu a prolixidade de alguns, tornaram imperativa uma seleção, pelo que consultei apenas os que aqui cito, com o objetivo de obter um indicador acerca do tipo de didatização efetuada pelos formandos.

Índice

Nota do Presidente	7
(Por Carlos Filipe Camelo, Presidente da Câmara Municipal de Seia)	
Prefácio	9
(Por Irene Vaquinhas, Professora Catedrática da Universidade de Coimbra)	
Notas introdutórias	11
1 – Duas décadas, vinte Jornadas	13
1.1 – A definição de uma matriz: natureza, forma, método e objetivos.....	14
1.2 – Os temas e os problemas, os programas e os protagonistas.....	16
I Jornadas	17
<i>Os Descobrimentos Portugueses</i>	
II Jornadas	23
<i>O século XX e o final do Milénio</i>	
III Jornadas	31
<i>A Morte e a Festa</i>	
IV Jornadas	39
<i>A vida e obra de Afonso Costa</i>	
V Jornadas	49
<i>A Mulher</i>	
VI Jornadas	55
<i>O tempo de Álvaro Cunhal Sociedade, Política e cultura. Situação e Oposição</i>	
VII Jornadas	63
<i>A Loucura</i>	
VIII Jornadas	71
<i>O Poder Local</i>	
IX Jornadas	79
<i>Atitudes Religiosas dos Portugueses</i>	
X Jornadas	87
<i>Portugal Mitos e Ritos</i>	
XI Jornadas	93
<i>Maçonaria, Sociedade e Política Uma visão histórica</i>	
XII Jornadas	101
<i>Guerra e Paz. A história</i>	
XIII Jornadas	107
<i>O ideal republicano e a luta pela cidadania</i>	
XIV Jornadas	113
<i>A História e o Corpo</i>	
XV Jornadas	119
<i>História e Alimentação saberes, cheiros e sabores</i>	
XVI Jornadas	125
<i>Portugal na Balança dos Mundos</i>	
XVII Jornadas	131
<i>A Casa e a Família</i>	
XVIII Jornadas	137
<i>Os tempos e as distâncias tudo tão perto, tudo tão longe</i>	
XIX Jornadas	143
<i>Homo Ludens, Homo Sapiens Os jogos da vida, a vida como um jogo através dos tempos</i>	
XX Jornadas	149
1.3 – As exposições, os espectáculos e outras actividades científico-culturais.....	150
2 – Seia na rota da ciência	171
2.1 – Do <i>statu quo</i> ao vanguardismo, análise crítica das temáticas.....	172
2.2 – Do conhecimento científico fora do seu berço ou a apologia de uma aproximação entre o município e a <i>academia</i>	174
2.3 – De evento cultural a reunião científica de impacto: a certificação pelo Conselho Científico Pedagógico de Formação Contínua.....	178
3 – Entrevista	185
ao Professor Catedrático Jubilado Fernando Almeida Catroga	
Notas conclusivas	195
Agradecimentos	197
Referências documentais e bibliográficas	198

O conhecimento histórico só será socialmente útil se os seus cultores tiverem capacidade, científica e pedagógica, de darem “futuro” ao passado. Diga-se que, em boa parte das cerca de duzentas sessões que deram vida às Jornadas, esta finalidade foi atingida.

[...] talvez tenhamos ajudado a compreender melhor algumas das competências que a cultura histórica fornece, mesmo àqueles que não são historiadores, nomeadamente o cultivo da indagação que problematize, da prova, da conceptualização e do cariz aberto de todo o saber, requisitos epistémicos que também agem como prevenções contra o dogmatismo e, portanto, para a necessidade de se entender as questões sociais e humanas nas suas temporalidade e espacialidades própria [...].

Mais do que um ato de descentralização, as Jornadas quiseram ser um fórum anual no seio de uma sonhada e utópica geografia cultural, onde a circunferência estivesse em todo o lado e o centro em lado nenhum.

O reconhecido êxito das Jornadas foi uma conquista, dia a dia, ano a ano [...]. O calor da hospitalidade e os momentos de convívio possível foram marcantes no afeiçoamento dos participantes à iniciativa. Daí que, hoje, elas também sejam um tempo e um lugar de memórias

Extratos da entrevista ao Professor Catedrático Jubilado Fernando Catroga



seia